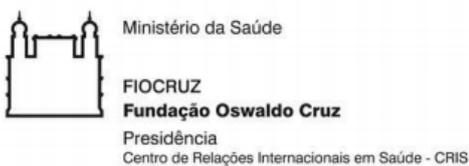


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 12/2022
21 de junho a 04 de julho de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 06 de julho de 2022



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - Paulo M. Buss e Pedro Burger	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
11	Uma massa de lixo plástico maior que o território da França – <i>Santiago Alcázar</i>	
17	Conselho de Direitos Humanos da ONU: Atividades de interesse para a saúde global e a diplomacia da saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
38	OMS: O enlace entre investimento, preparo e ação - <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
45	Como anda a governança global da saúde? Reflexões a partir da Assembleia Mundial da Saúde - <i>Celia Almeida</i>	
50	La OPS frente a las próximas elecciones de Director(a) – <i>Sebastián Tobar</i>	
63	Diante da sexta extinção em massa da vida silvestre, a COP-15 da biodiversidade é novamente adiada- <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
71	Monitoramento de políticas sensíveis ao gênero durante a pandemia: retrocessos e avanços - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
75	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
80	Ainda na busca por direitos essenciais para a saúde de mulheres e crianças - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
90	Apoiar as novas gerações para construção de parcerias mais forte e inovadoras de sistemas alimentares globais sustentáveis, resilientes e inclusivos - <i>Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell</i>	
95	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
98	Repercussões da 12ª Conferência Ministerial, Diálogo sobre Propriedade Intelectual, Saúde e Crise Global: Informe sobre OMC, OMPI e UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
105	UNESCO: Inteligência Artificial na Educação – <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
111	Organizações da sociedade civil - <i>Anna Carole D’Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis e Luís Eugênio de Souza</i>	
117	Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais de Interesse Público no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 135 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 143 A agenda de saúde no G20, a OCDE e a insegurança alimentar, e perspectivas de um longo conflito no G7 - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 152 BRICS, EU, G7 e OTAN-UE: o que representam essas Cúpulas em sequência? - *Claudia Hoirisch*
- 159 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 168 A utopia, a história e o desafio de governar - *José Luís Fiori*
- 172 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 192 A Europa se volta para o Atlântico III: a Guerra Fria repaginada - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 196 Há uma coisa boa na competição EUA e China: mais investimentos em áreas estratégicas para os países menos desenvolvidos - *Lúcia Marques*
- 204 Um mundo, muitos perfumes - *André Costa Lobato*
- 206 Resposta da Administração Biden-Harris para o controle da pandemia da COVID-19 e a melhoria dos sistemas de saúde e de segurança sanitária nas Américas - *Luiz Augusto Galvão*

Autores deste Caderno - 209

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 212

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 213

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 12/2022 – 21 de junho a 04 de julho de 2022

Apresentação

Na quinzena que se encerra, tivemos uma insólita coincidência de realizações de quatro cúpulas simultâneas de imensa importância e, pelas circunstâncias, intensamente relacionadas: as Cúpulas de BRICS (Pequim, 23-24 de junho), do G7 (Alemanha, 26-28 de junho) e da OTAN e União Europeia (Madri, 28-30 de junho) no curto intervalo de uma semana, antecedida de uma Cúpula das Américas anódina para os Estados Unidos, poucas semanas atrás (6-8 de junho). O que poderá resultar em termos políticos ao final do processo destas quatro cúpulas é motivo de especulações de muitos analistas. Qual dos gigantes sairá mais reforçado? O G7 ou BRICS? E o que ocorrerá na nossa América?

Hoirisch apresenta suas considerações sobre **BRICS**, correlacionando sua Cúpula com as demais; **Burger, Esteves e grupo** analisam os resultados das cúpulas do **G7** e da **OTAN**; e **Tobar, Minayo e Galvão** debruçam-se sobre a cúpula hemisférica. Estimulamos os leitores a que leiam estes informes tão interessantes e tirem suas conclusões.

A questão central, em síntese, é a disputa pela manutenção da ordem mundial ou a implementação de uma nova ordem. Obviamente o G7 e aliados posicionam-se no polo que pretende conservar o *status quo* e a China e aliados buscando alterar o poder estabelecido. Sem heróis ou vilões, pura disputa de poder, o que é parte da história humana.

Preocupados com a pretensa instrumentalização de BRICS, que admite (sem consenso) incorporar Argentina e Iran, que foram convidados à Cúpula, o G7 convida Índia e África do Sul, membros de BRICS para sua Cúpula, além das presidências pro-tempore da UA (Senegal), CELAC (Argentina) e G20 (Indonésia). Cada um dos grupos buscando ampliar seu arco de influências.

Alcazar estabelece um diálogo entre dois personagens fictícios (ou seriam reais?), populares numa mesa de bar, no qual um dos dois, mais esclarecido, vai colocando questões sobre o mundo globalizado, seus paradoxos e absurdos, numa aproximação muito didática ao quantitativo assustador de problemas sem soluções sérias por parte das lideranças mundiais que o mundo enfrenta hoje.

Ainda acompanhando a **50ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU**, a qual concluirá seus trabalhos em 08/07/22, **De Negri Filho** segue explorando os informes apresentados e acolhidos pelo Plenário, como o *Tratado sobre Negócios e Direitos Humanos*, objetivo do Grupo de Trabalho presidido pelo Equador desde sua criação, há mais de 10 anos. Dá ênfase à três adendos do GT: o Sexto Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Negócios e Direitos Humanos; os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos: Um roteiro para a próxima década de negócios e direitos humano; e “Implementando o terceiro pilar: Lições da orientação da justiça transitória no Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas”. Neste caso, sua importância reside na aplicação do pilar dos remédios, utilizando o conceito e o método da justiça transicional e que se devem aplicar para reparar os danos, agravos e sofrimentos gerados pela ação das empresas.

Outro informe de grande interesse analisado trata da “*Proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos durante situações de crise*”, do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação. Finalmente, destaca o Informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, abordando o terreno perdido e os desafios prospectivos na prevenção e tratamento das pessoas com HIV/AIDS sob o enfoque dos Direitos Humanos, “belíssimo relatório a ser estudado e aplicado na interface de ações entre segurança pública e saúde”, segundo o autor.

Para De Negri, os informes acima representam um diálogo promissor entre várias áreas que constituem a espinha dorsal de uma intervenção sobre os componentes da determinação social da saúde, de forma coordenada e potencializadora de uma democracia capaz de produzir justiça social e ambiental.

Reges, Bermudez e Galvão apontam que na **OMS** permanecem as discussões sobre financiamento e reorganização da arquitetura global para o enfrentamento de situações emergenciais em saúde; neste contexto, a OMS declarou que a disseminação em múltiplos países da infecção por Monkeypox ainda não constitui uma Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII). As implicações globais de tal processo são por muitos questionadas. Seria suficiente a declaração de ESPII para mobilização de recursos, ou a pura convocação do Comitê de Emergência do RSI já alerta o suficiente para a necessidade de investimentos e ação coordenada?

De outro lado, indagam se diante da aprovação pelo Banco Mundial do novo Fundo Financeiro Intermediário (FIF) para prevenção, preparo e resposta à pandemias, estaríamos de frente ao novo *game-changer* do enfrentamento emergencial? Como os mecanismos de governança do fundo serão aplicados para a real modificação do que tem sido a história natural de pandemias em países de baixa e média renda?

História essa que foi reconhecida pela Diretora da OPAS, que reforçou a importância da articulação, transparência e solidariedade dos países para a ágil resposta em contextos emergenciais, assim como o uso da atenção primária em saúde como substrato para atuações de amplo alcance.

Almeida nos traz sua interpretação da última **Assembleia Mundial da Saúde**, não só reconhecendo o papel incontornável da OMS na governança global da saúde, no difícil contexto de transição mundial e complexa conjuntura pós-pandêmica e de guerra que atravessamos, mas procurando interpretar o comportamento dos principais atores da saúde global na AMS de 2022. O Caderno CRIS cumpre, assim, seu papel de oferecer ao leitor interpretações diversas do mesmo fato político na arena da saúde global, dando voz a uma das maiores especialistas do tema no país.

Tobar faz o esforço de sintetizar para os leitores as propostas dos seis candidatos à diretor-geral da **OPAS**, tomando os documentos que eles apresentaram aos Estados-membros da organização no Comitê Executivo, realizado em formato híbrido na semana de 20-24 de junho última.

A biodiversidade e os ecossistemas saudáveis são a base de mais da metade do PIB global. No entanto, nossa forma de consumo e exploração da natureza vem causando sua deterioração numa velocidade insustentável. Todos os ecossistemas estão inter-relacionados e se reforçam mutuamente, as crises ambientais precisam ser abordadas de maneira integrada, abrangente, holística e urgente. Alertam **Magalhães e Galvão**, coordenadores do **grupo de**

saúde e ambiente do Observatório CRIS, que o plano global para conservação da biodiversidade vem sendo adiado desde 2020, primeiro por causa da pandemia, agora, por falta de consenso, ou de prioridade. Os interesses políticos e econômicos, que nos trouxeram a esse caminho sem volta, estão se sobrepondo à ciência nas decisões das metas pós-2020. O Brasil, detentor da maior biodiversidade do mundo, é apontado como o grande embarreirador das decisões. Os países desenvolvidos usam a Guerra na Ucrânia como motivo para não se comprometerem com novos financiamentos – alimentando as divergências entre o Norte e Sul global. E assim, a COP-15 da biodiversidade segue para seu 5º grupo de trabalho e é adiada mais uma vez. Enquanto isso, ao nível regional, os EUA anunciaram uma nova parceria com os países do Caribe para enfrentar as consequências da crise climática na região.

O informe sobre o **PNUD**, preparado por **Martins e Sousa**, aborda o relatório “Respostas governamentais ao COVID-19: Lições sobre igualdade de gênero para um mundo em turbulência” coordenado pelo PNUD, em parceria com a ONU Mulheres. Este relatório se baseia na ferramenta do Rastreador Global de Resposta de Gênero em relação à COVID-19 e seus resultados. É relatado que, apesar da pandemia ter exacerbado as desigualdades de gênero pré-existentes, também houve importantes instâncias de inovação, difusão de políticas e aprendizado, inclusive em contextos de países com restrições significativas.

Cazumbá aponta no seu informe sobre as **instituições financeiras internacionais** que o **BID** apoia projetos para ajudar a gerenciar e financiar ações climáticas. Já o **Banco Mundial** cria um Fundo para financiar investimentos críticos no setor da saúde (veja também o informe sobre a OMS/OPS). O **FMI** trata do funcionamento do rastreador de vacinas contra a COVID-19.

O grupo sobre **migração, refúgio e saúde** apresenta o novo relatório sobre avisos antecipados, alerta e resposta a países receptores de refugiados, publicado em 29 de junho pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O documento pretende ser uma ferramenta de suporte a ser empregado em contextos onde há importantes fluxos migratórios. Também ressalta o caso *Roe vs. Wade*: tema abordado em Caderno anterior, trata-se de um precedente legal que garantia o direito das mulheres ao aborto nos EUA, revogado em 24 de junho. A crise humanitária no Afeganistão e as consequências do terremoto de 1º de julho é outro tema abordado no informe. O grupo apresenta também os dados mais recentes sobre os refugiados no Brasil, que concedeu esse status a 60 mil pessoas em aproximadamente quatro décadas. Por fim, aborda o fluxo de migrantes do Sri Lanka em direção à Austrália e à Índia, em meio a uma forte elevação do custo de vida no país de origem.

No trabalho sobre **FAO e PMA**, **Silva, Nilson e Ell** destacam a importância da juventude na construção de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos, por meio da salvaguarda, proteção e defesa de memórias e patrimônios alimentares de populações tradicionais ameaçadas pelos sistemas alimentares corporativos no mundo. Ao analisar o discurso das agências, particularmente da **FAO**, observa-se contradições do multilateralismo, possivelmente decorrente da captura corporativa desta agência, o que afeta a solução de governança local e global dos sistemas alimentares. São necessárias parcerias mais fortes e inovadoras na gestão dos sistemas alimentares. A grande inovação não são necessariamente novas tecnologias, insumos e equipamentos, mas a inclusão, em todos os níveis, dos atores de mudanças nos sistemas alimentares. A juventude deve ser formada a partir desses conceitos e princípios e com participação ativa nos processos como elemento chave para a transformação.

Na área da **mulher e criança**, a **ONU Mulheres** declara que direitos reprodutivos são direitos das mulheres e direitos humanos. A **UNFPA** publica declaração sobre as implicações

globais de novas restrições ao acesso ao aborto. ONU Mulheres e PNUD divulgam cinco lições da Covid-19 para centrar o gênero na crise. **OMS e OPAS** publicam relatórios atualizados com dados epidemiológicos de hepatite aguda grave de origem desconhecida, que atinge crianças e jovens em diversos países. O **UNICEF** divulga: 'Situação Mundial da Pobreza de Aprendizagem: atualização de 2022'; 'Água Potável, Saneamento e Higiene nas Escolas: atualização 2000-2021'; e '25 Anos de Crianças e Conflitos Armados: agindo para proteger as crianças na guerra'. The Lancet publica 'Integrando os cuidados de saúde mental aos serviços, comunidade e família para adolescentes que vivem com HIV'. Por fim, **Massari, Gomes e Carvalho** comentam o 'Relatório da Comissão dos Direitos da Criança - 88ª sessão'.

A **UNESCO** publicou um mapeamento com análise da inteligência artificial na educação, com conteúdos de currículos de IA aprovados por governos nacionais ou regionais, da educação básica. Foram 22 currículos analisados voltados para aplicação de IA na educação básica, utilizados oficialmente por governos de 11 Estados-membros da UNESCO, segundo **Rodrigues Gaspar e Sanglard**.

Das cerca de 50 **instituições públicas e privadas da sociedade civil** acompanhadas na arena global, 32 fizeram manifestações na quinzena em análise. O **grupo de trabalho** que as acompanha, no âmbito da UFBA, liderado por **Luís Eugênio de Souza**, entende que se segue mantendo uma diversidade de agendas e temas, todos entrelaçados ao desafio de mudanças efetivas que assegurem a proteção à vida humana e ao planeta. Justiça social e ambiental, equidade, direitos humanos, financiamento global, desenvolvimento sustentável, diversidade são as temáticas que mobilizam esforços em perspectiva de um futuro possível. Em paralelo, as ameaças à saúde pública, violações de direitos, inequidades de gênero, crises climática, alimentar e humanitária, desnudam uma realidade pouco esperançosa diante das estruturas vigentes. Curiosamente, a guerra na Ucrânia não foi objeto de nenhuma manifestação nesta quinzena.

A Segunda Conferência da ONU sobre os Oceanos foi o destaque do **UNOSSC**. Depois de ter sido postergada devido à pandemia do Covid-19, a Conferência foi realizada quando o mundo inteiro tenta se reerguer dos problemas causados ou amplificados pela pandemia e que exigem transformações estruturais e soluções compartilhadas ancoradas nos ODS. Segundo **Ungerer**, o G-77 e a China também presentes nesta Conferência, enfatizaram que a sustentabilidade dos oceanos está indissociavelmente ligada ao cumprimento de todos os 17 ODS, deixando claro a importância de preservá-los. O grupo também se manifestou no Comitê especial de descolonização, que sistematicamente discute a disputa entre o Reino Unido e a Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas, defendendo que ambos os governos retomem as negociações de acordo com os princípios e os objetivos da Carta das Nações Unidas.

O **MNA** organizou a primeira Conferência da Rede Parlamentar do Movimento com o objetivo de desenvolver relações interparlamentares entre os Estados Membros. O **Centro Sul** destacou a fraca decisão ministerial sobre o Acordo TRIPS adotada tardiamente na 12ª Conferência Ministerial da OMC e teceu comentários sobre o rascunho da convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre a prevenção, preparação e resposta à pandemia que deverá ser apresentado à Assembleia Mundial da Saúde de 2023.

O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, e o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, celebraram a decisão ministerial da **Organização Mundial do Comércio** sobre propriedade intelectual. É o que reporta **Chamas** na sua análise da quinzena. A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** lançou o Diálogo sobre Propriedade Intelectual e

Saúde, objetivando proporcionar um fórum de discussão de temas na interseção entre os dois temas. Daren Tang, Diretor Geral da OMPI, participou da I Jornadas Lusófonas de Propriedade Industrial, promovidas pelo Instituto Português de Propriedade Industrial (INPI), em colaboração com a CPLP. A **UNCTAD** lançou o relatório “Impact of the COVID-19 Pandemic on Trade and Development: Lessons Learned”, que busca apresentar visão abrangente sobre a pandemia, a partir das análises realizadas pela instituição desde o início desta crise. A sexagésima nona sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, que atua como órgão diretivo da organização, ocorreu de 20 de junho a 1 de julho de 2022, em Genebra.

O **G-77 e a China** também presentes nesta Conferência, enfatizaram que o sustento e a sustentabilidade dos oceanos estão indissociavelmente ligados ao cumprimento de todos os 17 ODS, deixando claro a importância de preservá-los. Mas o grupo também se manifestou no comitê especial de descolonização que há tempos vem discutindo a disputa entre o Reino Unido e a Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas, destacando a necessidade de que ambos os governos retomem as negociações, de acordo com os princípios e os objetivos da Carta das Nações Unidas. O **MNA** organizou a primeira Conferência da Rede Parlamentar do Movimento com o objetivo de desenvolver relações interparlamentares entre os Estados Membros. O **Centro Sul** destacou a fraca decisão ministerial sobre o Acordo TRIPS adotada tardiamente na 12ª Conferência Ministerial da OMC e teceu comentários sobre o rascunho da convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre a prevenção, preparação e resposta à pandemia que deverá ser apresentado à Assembleia Mundial da Saúde de 2023.

A quinzena foi marcada pela cúpula do **G7**, em Elmau, Alemanha, acompanhada por **Burger, Esteves e grupo**. O encontro ocorreu nos dias 26 e 28 de junho e contou com a participação dos convidados Argentina, Índia, Indonésia, Senegal e África do Sul e Ucrânia (esta virtualmente). O comunicado final do encontro expressou a disposição do grupo em seu apoio à Ucrânia e à contenção dos efeitos adversos do conflito, particularmente no que concerne à segurança alimentar e energética e à inflação. O grupo lançou ainda um programa de investimentos em infraestrutura e o chamado ‘clube do clima’. Os avanços e posicionamentos em relação à saúde global foram bastante limitados.

No **G20**, os mesmos autores reportam a 1ª Reunião Conjunta dos Ministros de Finanças e Saúde (JFHMM), que pautou elementos importantes da arquitetura global de saúde, particularmente sobre emergências. Foram discutidos tópicos como o Fundo Financeiro Intermediário (FFI) para pandemias, o desenvolvimento de um mecanismo para certificação internacional de vacinação e a expansão geográfica de centros de pesquisa e de fábricas de vacinas para países de renda baixa e média, dentre outros. Os efeitos do conflito russo-ucraniano ainda pairam sobre o grupo.

A **OCDE** e a **FAO** lançaram, na quinzena, importante relatório sobre os riscos de uma situação de insegurança alimentar em escala global. A quinzena foi marcada ainda pela exposição das dificuldades do governo Bolsonaro em relação às exigências para o ingresso do Brasil na OCDE.

Na **ALC** foram publicados, na última quinzena, importantes documentos na área de desenvolvimento e segurança alimentar. **Tobar e Minayo** destacam os relatórios: “*Os impactos sociodemográficos da pandemia de Covid-19*” (CEPAL); e “*Enfrentando a insegurança alimentar nas Américas: Boas práticas e lições aprendidas durante a pandemia da Covid-19*” (OEA). Abordam também a *Reunião Extraordinária dos Presidentes da Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e no Caribe* e a *Quarta Reunião da Conferência Regional sobre*

População e Desenvolvimento – ambas realizadas pela **CEPAL**. A **SEGIB** promoveu o Congresso do Quarto Setor: Impulsionando a Economia de Triplo Impacto na Ibero-América; o **ORAS-CONHU** realizou uma reunião urgente sobre ações de saúde e cooperação relacionadas à presença de varíola e um encontro do Comitê Andino de Desnutrição Infantil.

A **União Africana** expressa seu profundo choque e preocupação com a violência e tratamento degradante aos migrantes que tentam atravessar a fronteira de Marrocos para Espanha, segundo **Silva, Manóche, Cá e Rosenberg**. A BioNTech inicia a construção da primeira instalação de fabricação de vacinas mRNA. A União Africana inicia preparativos para a COP27. Comunicados de imprensa do **CDC África** e da **OMS AFRO** sobre a situação da varíola dos macacos no continente. Timor-Leste beneficia do Programa de Pesquisa e Inovação da OEACPS financiado pela União Europeia. A OOAS nas reuniões internacionais sobre Saúde, Governança e Dados Estatísticos. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprova empréstimo para financiar empresas de agro-processamento e cria Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica. A SADC debate mecanismos sustentáveis de integração regional e inicia programa integrado de apoio à paz no norte de Moçambique. Os países do G7 interpelados para o incentivo à produção alimentar de emergência. Os Ministros responsáveis pela saúde da região do COMESA aprovam seu regulamento sanitário. Todos estes temas abordados com a acurácia de sempre do grupo.

Ameaçada, a **Europa** se militariza e anuncia a maior implementação de tropas desde a Guerra Fria. Em Cúpula da Otan, Finlândia e Suécia tem suas candidaturas aceitas, a Rússia é tida como uma ameaça direta, e a China, como um desafio aos interesses, segurança e valores da Aliança, assim como a parceria entre os dois últimos. Em movimento de expansão da União Europeia, a Ucrânia é aceita como candidata, enquanto a varíola dos macacos segue se espalhando pela Europa. Estes tópicos ocupam o informe de **Freire** para o Caderno 12.

Marques relaciona os acontecimentos mundiais com as regiões da **Ásia Pacífico e Oriente Médio**, caso das cúpulas do G7 e OTAN. Entre as metas futuras das duas organizações, o enfrentamento ao crescimento da China virou prioridade. O G7 vai destinar investimentos em áreas de infraestrutura estratégica em países menos desenvolvidos, principalmente na região africana, que recebem investimentos chineses, mas também dos russos, árabes, indianos. Para ser diferente, a promessa é que os Estados não ficarão endividados. Será mesmo? E uma vez que, por pressão das nações do Indo-Pacífico e da ASEAN, o Quadrilátero Quad teve que abandonar sua vertente segurança para a região e desenvolver grupos de trabalho para cooperação em saúde e tecnologias verdes, levar o olhar de segurança da OTAN para a região é uma “saída pela tangente”. E a pergunta que não quer calar: o que as atividades econômicas da China na Ásia e na África têm a ver com a OTAN? Segundo a organização, a China representa "sérios desafios" à estabilidade global. Segundo Marques, se podemos tirar algo de bom da competição EUA e China é o aumento de investimentos em áreas estratégicas e em infraestruturas em países da Ásia Pacífico, Ásia Ocidental e África.

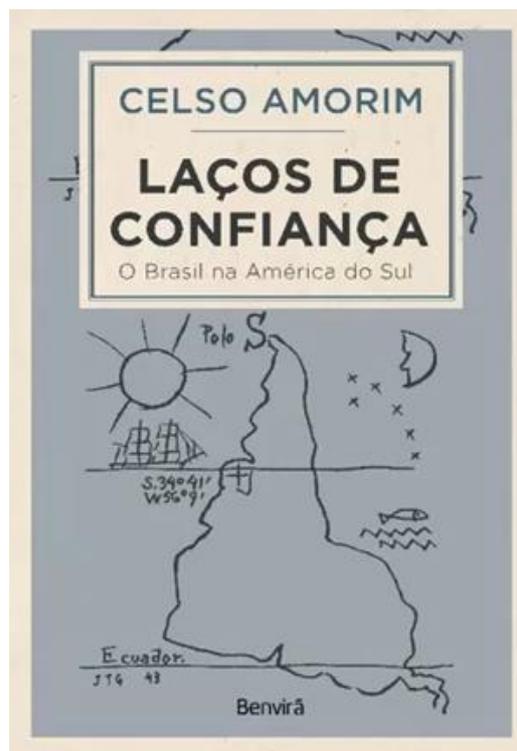
Nesse caderno, **Lobato**, nosso analista sobre **China** apresenta um breve histórico da questão de Hong Kong que, segundo ele, é significativo para entender as mudanças mundiais representadas pela queda e ascensão da soberania chinesa no território.

Nos **Estados Unidos**, a onda conservadora se avoluma na Suprema Corte, atrapalhando alguns dos planos da administração Biden-Harris: coíbe ações contra gases de efeito estufa; derruba direito constitucional ao aborto; reafirma direito a portar armas, apesar da violência generalizada na sociedade americana. Só alivia, surpreendentemente, no tópico migração,

embora tenha-se que registrar, com pesar, a morte por sufocação de 51 imigrantes num caminhão no Texas.

Galvão analisa no seu informe sobre os **Estados Unidos** a resposta da Administração Biden-Harris para o controle da pandemia da Covid-19 e a melhoria dos sistemas de saúde e de segurança sanitária nas Américas, proposta apresentada pelo país anfitrião à Cúpula das Américas.

Ao encerrarmos a apresentação deste Caderno, não há como deixar de mencionar o lançamento do livro do Embaixador e Ministro Celso Amorim, **Laços de Confiança: O Brasil na América do Sul**, contendo uma importante reflexão sobre as relações internacionais nas duas últimas décadas, incluindo o tema da saúde, e as perspectivas futuras. Amorim tem sido um frequente colaborador do CRIS, e é um dos mais experientes e brilhantes pensadores da diplomacia regional. Fica o registro e o reconhecimento do CRIS a esta obra maestra do grande pensador brasileiro.



Rio de Janeiro, Manginhos, 06 de julho de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Érica Kastrup)

Uma massa de lixo plástico maior que o território da França
Qualquer semelhança com fatos reais não é uma coincidência

Santiago Alcazar

T - No dia 27 de junho, o Secretário-Geral das Nações Unidas abriu a Conferência sobre Oceanos. Como tudo que nos rodeia, os oceanos também sofrem de nosso descaso. O aquecimento global eleva a temperatura do mar a níveis perigosos para a vida. A situação agrava-se com a poluição proveniente da terra. Oitenta por cento das águas residuais são despejadas sem tratamento no mar. Oito milhões de toneladas de lixo plástico correm ao seu encontro todo ano. Nesse passo, o peso total de lixo plástico pronto para passar o peso de toda a vida marítima. No Oceano Pacífico há uma massa de lixo plástico maior que o território da França.

M – Não pode ser verdade. É exagero.

T – É não. Diz aqui que Guterres classificou a situação como uma emergência oceânica. Estou dizendo. Isto tem dimensões bíblicas. A humanidade está frente a uma tempestade perfeita de crises. Há um aumento dramático das inequidades em toda a parte. As condições de vida das populações mais vulneráveis tornam-se impossíveis. De todas as crises, a mais decisiva é a do meio ambiente. Estamos sendo distraídos pela guerra na Ucrânia. É preciso trazer essa questão para o centro das atenções. Tínhamos um acordo para manter o aquecimento global em 1.5º C acima dos níveis pré-industriais, mas estamos indo em direção contrária. A verdade é que se olharmos as contribuições nacionais determinadas, anunciadas no âmbito da realização da COP-26, as emissões de gases de efeito estufa apontam para um aumento de 14%. Com isso, aquele acordo não será cumprido, pondo em risco a nossa própria sobrevivência.

M – Diz isso?

T – Diz. E tem mais. Guterres bate nas empresas de combustíveis fósseis. Diz que essas empresas e os bancos que as financiam têm a humanidade pela goela. E olha isto. Já é um absurdo que os governos não consigam frear o uso de combustíveis fósseis, mas incentivá-las a aumentar a produção, inclusive a do carvão, o pior deles, é um crime. A Alemanha anunciou que reabrirá suas velhas minas de carvão, a França idem, por conta da guerra na Ucrânia.

M – Que tem a ver?

T – As sanções impostas à Rússia

M – Que que tem?

T – Os americanos e os europeus decidiram castigar a Rússia.

M – De que maneira?

T – Entre as sanções impostas, decidiram cortando as importações de gás provenientes da Rússia

M – E assim, como não podem mais contar com o gás russo, reabrem as minas de carvão abandonadas?

T – É isso

M – Ou seja, castigam a Rússia com o corte das importações e o resto da humanidade com mais poluição, a radiação desses gases

T – Emissão

M – Tá bom, emissão desses gases que elevam a temperatura. É isso?

T – Sim. A tempestade de crises, que aumenta as inequidades entre o Norte e o Sul, não somente é moralmente inaceitável é também perigoso ao ameaçar a paz e a segurança num mundo em conflito.

M – Guterres disse isso?

T – Sim, numa entrevista ao jornal The Guardian em sua edição de 2 de julho, como diz aqui.

M – Muito bem agora escuta o que tenho para ti. O comunicado final da OTAN, que se reuniu em Madri, em fins de junho. Olha só. Fazem eco às tuas preocupações com o meio ambiente.

T – Como assim?

M – É sério. Olha. Parágrafo 12. A mudança climática é o desafio que define o nosso tempo. É um multiplicador de ameaças. Por isso, decidimos cortar a emissões de gases de efeito estufa das estruturas e instalações da OTAN, sem prejudicar a eficácia das operações militares. Iremos integrar a mudança climática em todas as tarefas da OTAN.

T – Só de ouvir isso fico com os olhos marejados. Vão botar para quebrar, mas respeitando o meio ambiente. Flores, passarinhos, borboletas. Que bonito. São cidadãos de bem.

M – E o férreo compromisso com a democracia, a liberdade individual, os direitos humanos e o estado de direito, como se lê no parágrafo segundo. Tem mais. Aderimos ao direito internacional, bem como aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. E de maneira a não deixar dúvida, concluem. Estamos comprometidos com a defesa das regras da ordem internacional.

T - Vem-me uma sensação de segurança

M – Mas o melhor é o que segue. Condenamos energicamente a guerra de agressão contra a Ucrânia, que ademais de solapar a segurança e a estabilidade internacional constitui flagrante violação do direito internacional. A terrível crueldade da Rússia causou imenso sofrimento e deslocamentos massivos, que afetam de modo desproporcional mulheres e crianças. A Rússia é responsável por esta tragédia humana. Estamos trabalhando para apoiar esforços internacionais para habilitar a exportação de grãos da Ucrânia para aliviar a crise global de alimentos. Continuaremos a resistir às mentiras da Rússia e a rejeitar a sua retórica irresponsável. A Rússia deve parar imediatamente esta guerra e sair da Ucrânia. Comentários?

T – Vários

M – Adiante

T – Em primeiro lugar, a menção à terrível crueldade causada repousa exclusivamente sobre a Rússia. Ninguém pode negar que há crueldade. Mas por que a OTAN singulariza um causante? Não há outros? Acaso a crueldade infligida às províncias de Donetsk e Luhansk, de 2014 a 2022, não mereceria o mesmo grau de indignação? Ao que parece, lá também havia mulheres e crianças. Sem mencionar Belgrado, Líbano e Afeganistão. Em segundo lugar, é interessante responsabilizar exclusivamente a Rússia pelos deslocamentos humanos massivos. Muito antes dessa guerra, a Aliança já havia destruído países, Líbano, Síria e Afeganistão, criando as condições para outros deslocamentos humanos massivos.

M – Isso antes que fizessem suas coisas respeitando o meio ambiente

T – Exato. Deveriam fazer um *mea culpa*. O que acho genial é que na última reunião decidiram ensejar esforços para habilitar a exportação de grãos da Ucrânia. Nenhuma palavra sobre a

necessidade de buscar a paz, dialogar com os russos com vistas a possibilitar a exportação de seus grãos e dessa maneira aliviar a crise global de alimentos.

M – Não podem fazer isso. A Rússia é inimiga.

T – Esse é o ponto. Se o problema fosse a fome no mundo, eles fariam exatamente isso. Mas a agenda é outra.

M – Que agenda é essa?

T – A destruição da Rússia, ou melhor o desmonte de seu imenso território em várias repúblicas alinhadas a seus valores, mas principalmente a seus interesses. Sem que ninguém perceba, apresentam-se como a melhor alternativa à Agenda 2030. Armar o mundo é muito mais barato que implementar os ODS. Presta atenção. A pandemia da Covid, ninguém mais fala. A Agenda 2030? A maioria sequer sabe o que é. O direito ao desenvolvimento? Isso é coisa de comunista, tem que acabar. Semana que vem começa o ECOSOC

M – De novo essa fórmula de química. E2C12O2 e algo mais, que esqueço.

T- Já expliquei muitas vezes o que é o ECOSOC. Se queres saber mais lê os cadernos do CRIS que sai toda quinzena sob a direção de Paulo Buss e Pedro Burguer. São bons e te ajudarão a varrer a *docta ignorantia*. Em todo caso, escuta. O comunicado final da OTAN, em seu parágrafo oitavo diz que fortalecerão o apoio político e prático, leia-se envio de armas, ao nosso, deles, parceiro privilegiado, a Ucrânia, em sua luta em defesa de sua soberania e integridade territorial contra a agressão russa, arrematando que decidiram acordar um pacote de apoio reforçado, leia-se mais armas e coisas do gênero.

M – Que beleza. Amigo é para essas coisas.

T – Não é? Não contentes com a confusão que criaram, pretendem pôr em prática medidas para fortalecer o apoio político e prático, leia-se armas, para Bosnia-Herzegovina, Georgia e Moldova. Trabalharão com eles para que possam defender as respectivas independências política.

M – A ideia é armar o mundo para termos a garantia da independência política? Pensei que os 193 países da ONU fossem independentes.

T – Ledo engano, padawan. Muitos países perderam a independência política por conta de suas dívidas. Outros, por conta da dependência de energia ou de alimentos. E outros, ainda, por conta de insumos para isto ou aquilo. Ninguém é completamente independente. No mundo globalizado o efeito borboleta é a última realidade. A pandemia da Covid-19 fez a demonstração definitiva. Mas estamos divagando, deixando o rio, entrando em igarapés, seguindo nas terras do sem-fim que nos perdemos. Comentávamos sobre o comunicado final da OTAN

M – Comentavas

T – Tá bom, comentava que dariam um basta às mentiras russas e a sua retórica irresponsável.

M – Faz sentido. Estamos todos cansados de ouvir mentiras. O síndico de meu prédio, por exemplo. Todos mentem. O nosso amigo Guterres disse algo parecido ao queixar-se das promessas feitas pelos maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa. Dizem uma coisa, mas fazem outra, diametralmente oposta, ou seja, mentem. É insuportável.

T – Sem dúvida, mas o que eu gosto é a geografiação

M – O que? Existe isso?

T – Que importa! Expressa a natureza geográfica da mentira. A Rússia mente. Nós, que não estamos na Rússia, não mentimos.

M – Deve ser algo novo. Que mundo fascinante esse nosso. Cheio de surpresas que pipocam a todo instante.

T – Há, contudo, um problema de inconsistência. O Guterres identificou mentiras fora daquela região.

M – Quer dizer que a tua geografiação rola escada abaixo?

T – Creio que sim.

M – Não é grande perda. Ademais de ser uma aberração da língua, soa horrível. E ademais, chegou finalmente o nosso café.

A milhares de quilómetros de distância, H senta-se em frente ao seu computador, ajeita os óculos e lê pela enésima vez o projeto de declaração do G-7, que deverá reunir-se em Elmau. O documento é longo, 28 páginas. E chatinho. Fazer o quê? Os rapazes fizeram um bom trabalho. Bem organizado, como tudo que sai deste país.

Começa com o que tem que começar – *Um Planeta Sustentável*. É incrível o apelo que têm essas três palavras. Aparecem em todos os documentos. Não se faz muito, mas isso não importa. O que importa é que conste. Bronca no Putin. Muito bem. Vamos em frente. Subcapítulo *Clima e Energia*. IPCC e Acordo de Paris. Perfeito. Se não tivessem incluído iam ver comigo. Reconhecem os efeitos da mudança climática. Muito bem. É importante para conseguir votos com os verdes. Ah, isto é muito bom – *Vamos continuar a coordenar sobre as políticas econômicas e fiscais mais apropriadas para apoiar a descarbonização de maneira eficiente, efetiva e equitativa*. Ainda que não seja muito claro é bom e contém as palavras eficiente e efetivo, muito caras a nossa cultura. Eu tiraria equitativo, mas no contexto perde a sua dramaticidade. O que é isto? – *Renovamos o nosso compromisso e vamos intensificar os esforços para entregar de maneira coletiva os US\$ 100 bilhões para financiar a meta de mobilização ambiental o mais rápido possível*. Tampouco está claro, mas não sei se deveríamos deixar assim. As ONGs vão dizer que esse dinheiro prometido em 2015, em Paris, até agora não saiu. Bom, mas como está confuso talvez não percebam. Que mais? Isto é interessante – *Enfatizamos que os subsídios aos combustíveis fósseis são inconsistentes com os propósitos do Acordo de Paris e reafirmamos o nosso compromisso com subsídios ineficientes para esses combustíveis até 2025*. Quem poderá nos criticar? Até a OTAN está fazendo a sua parte, soube por um amigo. É verdade que as velhas minas de carvão vão voltar a ser operacionais, mas por enquanto quase ninguém sabe. Bronca nos russos. Muito bem. Esses rapazes são bons. Subcapítulo *Meio Ambiente*. Nada novo.

Vamos ao Capítulo seguinte – *Estabilidade Econômica e Transformação* e o Subcapítulo – *Economia Global e Finanças*. Começa com bronca nos russos. É um grande achado. Deve felicitar-me por ter sugerido isso. Vamos botar uma bronca nos russos em toda a parte, assim nos livramos de críticas. O que mais? Ah, sim, Subcapítulo *Comércio e Cadeias de Suprimento*. Estamos ensejando esforços para tirar da Rússia o tratamento de Nação mais favorecida, no âmbito da OMC. Ah, não esqueceram de felicitar, a nós mesmos, pelos excelentes resultados da 12ª Conferência. A questão do *waiver* para a pletera de medicamentos e insumos não foi tratada, mas também aí é demais. O que querem, que se trabalhe de graça?

Vamos ao próximo Capítulo – *Vidas saudáveis*. Outro grande achado. Quem se oporia a uma vida saudável? *Prevenção da pandemia, preparação e resposta*. Isso foi ideia daquele

Diretor Geral da OMS. O que temos a ver com isso? Nós somos o G-7, não um posto de saúde. Ai, isto pode ser um problema – *Ultrapassamos o compromisso do ano passado de compartilhar 870 milhões de doses de vacinas. De fato, este ano entregamos mais de 1.175 bilhões de doses.* Pedi que não fizéssemos menção a isto. O Banco Mundial, o FMI e a OMS haviam levantado a hipótese de entregarmos 11 bilhões de doses. Diziam que era a maneira mais eficiente para acabar com a pandemia. E estavam certos, mas o espírito já era a substituição da Agenda 2030 pela otanização de toda a agenda. Bom, que seja. *Arquitetura global de saúde.* Hmmhmm. *Aplaudimos a decisão da 75ª Assembleia Mundial da Saúde de trabalhar no sentido de aumentar as contribuições fixadas para os Estados-membros em 50% do orçamento da Organização para o período 2028/2029.* Os ministros da saúde vão ter que suar para conseguir isso dos ministros da economia, ainda mais nesta época de vacas magras. Bom, mas isso é com eles. Não vejo nenhuma bronca nos russos. O que será que houve?

Vejamos o Capítulo *Investindo em um futuro melhor.* É disto que estou falando. Temos que oferecer perspectivas de futuro iluminadas pelo sol do otimismo. O que é legal é que não fazemos nenhuma menção à 2030. Em compensação tampouco há bronca nos russos. Não estou gostando nada disto. Vamos parecer uns frouxos. Subcapítulo *Desenvolvimento Sustentável.* Ah, aí está a 2030 e a promessa de que vamos botá-la no centro de nossas atenções e bla-bla-bla. Com a África vamos incentivar alocações voluntárias de Direitos Especiais de Saque...Não está claro, mas isso é bom.

Capítulo *Política Exterior e Segurança.* Deve ser a primeira vez que esses dois termos aparecem juntos. Anos atrás, um grupo de países havia promovido a ideia de Saúde Pública e Política Exterior na Assembleia Geral das Nações Unidas. À salada russa deles, nos contrapomos uma salada segura. E tome bronca nos russos e de sobra nos chineses, que teimam em ser independentes. O resto está como combinamos. Está bem. Vou apor minhas iniciais e mandar para cima para a devida consideração de meus superiores. E agora tenho que correr para pegar o último trem.

M – Acabo de receber o comunicado final do G-7. Olha só, isto é uma pérola – A guerra na Ucrânia salientou como as cleptocracias ameaçam a liberdade e a segurança nacional de nossos países

T – Durante anos ninguém reclamou. Até facilitavam vistos de entrada e permanência

M – Tem mais. Com vistas a defender a integridade e a transparência dos sistemas democráticos, vamos continuar a nossa luta contra a corrupção em todos os corpos relevantes

T – Claro, nos que não são relevantes não é preciso

M – Creio que vou ressuscitar a tua ideia da geografiação

T – Estou ouvindo

M – A corrupção é uma moléstia dos países subdesenvolvidos e das cleptocracias. As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá

T – Ainda que com muitas fazem-se bons negócios

M – Sem dúvida

T – Paga a conta e vamos embora

Sobre a mesa deixada, um exemplar do New York Times estampando a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos limitando o poder da Agência de Proteção Ambiental de

regular as emissões de gases de efeito estufa. Ao lado, uma página aberta do *Le Monde Diplomatique* com título perverso *Quand la Fondation Gates Sème la Faim*, que trata do desastre humanitário provocado pela agricultura de transgênicos na África. No chão, sendo levado por súbita brisa, anotações sobre a decisão da Turquia de não se opor à entrada da Suécia e Finlândia na OTAN. Esse teria sido um tema para a animada conversa em torno ao café de sempre. Os caminhos da democracia em Ocidente são sempre curiosos e surpreendentes. Mas isso não nos concerne. O garçom levantou outro papel: o Brasil assume a Presidência do Conselho de Segurança. França diz que o Brasil vai buscar abrir espaços de diálogo e favorecer a construção de soluções para os desafios à paz e à segurança internacional. As palavras foram se desfazendo com a primeiras gotas de chuva.

Conselho de Direitos Humanos da ONU
Atividades de interesse para a saúde global e a diplomacia da saúde

Armando De Negri Filho

Ainda acompanhando a 50ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o qual concluirá seus trabalhos dia 08/07/22, seguimos explorando os informes apresentados e acolhidos pelo Plenário. Conforme temos destacado em vários informes, um dos temas centrais em debate no CDH é a proposta de um Tratado sobre Negócios e Direitos Humanos, que se constitui no objetivo do Grupo de Trabalho presidido pelo Equador desde sua criação há mais de 10 anos. No informe anterior, apresentei o Relatório do Grupo de Trabalho onde se destacavam lições aprendidas e se identificavam movimentos futuros e desafios para a proteção e respeito dos direitos humanos, no contexto pandêmico e no âmbito das ações das transnacionais e outras empresas sob o prisma crítico dos direitos humanos.

Aqui serão apresentados os adendos ao Relatório do grupo de trabalho, englobando a realização do Sexto Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Negócios e Direitos Humanos como parte do Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas que ocorreu virtualmente de 4 a 6 de outubro 2021, **com o** tema "Construindo um roteiro regional para a próxima década de negócios e direitos humanos na América Latina e no Caribe [*G2238255.pdf \(un.org\)](#).

O segundo adendo se dedica ao Décimo aniversário dos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos: um roteiro para a próxima década de negócios e direitos humanos – elevando a ambição, aumentando o ritmo, com um documento de 55 páginas que procura detalhar as formas de aplicação e avaliação das iniciativas propostas [*G2237336.pdf \(un.org\)](#). O terceiro adendo talvez seja o mais importante: “Implementando o terceiro pilar: lições da orientação da justiça transitória no Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas. [*G2237337.pdf \(un.org\)](#) Sua importância reside na aplicação do pilar dos remédios, utilizando o conceito e o método da justiça transicional e que se devem aplicar para reparar os danos, agravos e sofrimentos gerados pela ação das empresas. Ler com atenção os documentos produzidos pelo Grupo de Trabalho e traduzi-los em acordos nacionais, regionais e globais é um desafio que deveríamos assumir para promover o próprio direito à saúde como direito particularmente limitado em sua garantia.

Outro informe de grande interesse é o que trata da Proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos durante situações de crise, do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, Clément Nyaletsossi Voule, Diplomata e Jurista Togolês. [*G2234305.pdf \(un.org\)](#) A criminalização das protestas, a militarização no contexto da Pandemia, a redução dos espaços cívicos necessitam uma resposta articulada que proteja a democracia, a garantia dos direitos econômicos, sociais e ambientais e a criação de formas de escuta e garantias de direitos que nos permitam responder à crise permanente que marca sociedades tão desiguais e que vivem de desastres de baixa intensidade. Confrontados por processos de grande intensidade como a pandemia, temos que incorporar mecanismos que evitem a maior fragilização das populações e seus territórios, temos que nos preparar desde já’.

Finalmente, destacamos o Informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, abordando o terreno perdido e os desafios prospectivos na prevenção e tratamento das pessoas com HIV/AIDS sob o enfoque dos Direitos Humanos. [*G2233767.pdf](#)

[\(un.org\)](#). Um belíssimo relatório a ser estudado e aplicado na interface de ações entre segurança pública e saúde.

No conjunto podemos apreciar oportunidade de um diálogo promissor entre várias áreas que constituem a espinha dorsal de uma intervenção sobre os componentes da determinação social da saúde, de forma coordenada e potencializadora de uma democracia capaz de produzir justiça social e ambiental.

Extratos dos textos mencionados, traduzidos do inglês ao português

1. Sexto Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Negócios e Direitos Humanos Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas empresariais. O sexto Fórum Regional para a América Latina e o Caribe em Negócios e Direitos Humanos, com o tema "Construindo um roteiro regional para a próxima década de negócios e direitos humanos na América Latina e no Caribe", foi realizado virtualmente de 4 a 6 de outubro de 2021. [*G2238255.pdf \(un.org\)](#)

O Fórum Regional foi organizado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no México e pelo Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais, em cooperação com a União Europeia, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico no âmbito do projeto financiado pela União Europeia sobre Conduta Empresarial Responsável na América Latina e no Caribe. O Fórum Multi stakeholder virtual sediou 44 sessões temáticas e atraiu 2.850 participantes cadastrados de 50 países.

O Fórum mais uma vez foi altamente bem sucedido em fomentar o diálogo multi stakeholder e uma troca de práticas e incentivar o desenvolvimento para promover práticas empresariais responsáveis na região.

2. O Fórum Regional buscou estimular discussões entre os principais atores da região sobre desafios, oportunidades e prioridades para construir coletivamente um roteiro regional para a próxima década de negócios e direitos humanos e agenda de conduta empresarial responsável na região. O evento foi baseado no relatório de stocktaking do Grupo de Trabalho sobre os progressos na implementação dos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos em nível global.

A versão de teste do roteiro regional (1) foi apresentada no Fórum Anual de Negócios e Direitos Humanos, realizado em 30 de novembro de 2021 (2). O roteiro regional é dividido em cinco áreas – os Princípios Orientadores como bússola para enfrentar os desafios da região; o dever do Estado de proteger; a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos; para corrigir mecanismos; e proteção e respeito aos direitos dos grupos vulneráveis – e estabelece objetivos e ações relacionadas para cada um deles.

3. A implantação do roteiro regional será discutida no próximo Fórum Regional, destacando práticas interessantes, desafios remanescentes e a necessidade de ações atualizadas e adicionais. O roteiro servirá então como um documento vivo para avaliar os avanços relevantes e os desafios remanescentes na região."

Para um resumo completo das discussões realizadas durante o sexto Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Negócios e Direitos Humanos (em espanhol), veja www.ohchr.org/en/business-and-human-rights/reports (1)

<https://empresasyderechoshumanos.org/wp-content/uploads/2021/12/LAC-roadmaproadtesting-version.pdf> (2)

Para maiores informações sobre o Projeto, veja www.ohchr.org/SP/Issues/Business/Pages/UNGPsBizHRsnext10.aspx

2. Décimo aniversário dos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos: um roteiro para a próxima década de negócios e direitos humanos – elevando a ambição, aumentando o ritmo. Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais. [*G2237336.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/ruhr/2021/12/10th-anniversary-report)

Resumo. O caminho para o desenvolvimento sustentável, apenas transição verde e recuperação responsável passa pelo respeito às pessoas e ao planeta. Como o marco global autoritário para prevenir e enfrentar os impactos adversos dos direitos humanos relacionados aos negócios, os Princípios Norteadores de Negócios e Direitos Humanos das Nações Unidas (UNGPs)¹ são uma ferramenta fundamental para enfrentar esses grandes desafios coletivos. Como os UNGPs completaram 10 anos em junho de 2021, ² o Grupo de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos da ONU, ³ encarregados pelo Conselho de Direitos Humanos de promover a disseminação e implementação das UNGPs em todo o mundo, fez um balanço da primeira década de implementação.

O stocktaking destacou que as UNGPs levaram a progressos significativos, fornecendo um quadro comum para todas as partes interessadas na gestão de riscos e impactos relacionados aos direitos humanos relacionados aos negócios. No entanto, permanecem desafios consideráveis quando se trata de uma implementação coerente no que diz respeito à garantia de uma melhor proteção e prevenção de impactos adversos dos direitos humanos, com especial atenção aos mais marginalizados e vulneráveis, e para garantir o acesso a remédios para os danos que ocorrem. Portanto, o que precisamos agora para a próxima década é aumentar a ambição e aumentar o ritmo de implementação, melhorar a coerência e criar maior impacto.

Este documento – o Roteiro UNGPs 10+ para a próxima década – segue as ações, complementando a avaliação da primeira década com recomendações prospectivas para a próxima. Com base na análise das conquistas até o momento e nos desafios e oportunidades existentes, estabelece áreas de ação fundamentais para o caminho a seguir e para se aproximar progressivamente da realização mais completa das UNGPs. Cada área de ação identifica metas prioritárias para o que precisa acontecer e apoia ações a serem tomadas por Estados e empresas, bem como outros atores-chave, todos desempenhando um papel na realização da implementação de UNGPs. Seu objetivo final ecoa o dos próprios UNGPs – que eles devem ser traduzidos para a prática de modo a "alcançar resultados tangíveis para indivíduos e comunidades afetadas e, assim, também contribuindo para uma globalização socialmente sustentável". As ações e o Roteiro são resultados do projeto UNGPs 10+, ⁵ do Grupo de Trabalho, que tem sido apoiado por um amplo processo de consulta multi-stakeholder.

II. O que precisamos: aumentar a ambição e aumentar o ritmo para perceber o respeito empresarial pelos direitos humanos. O caminho para o desenvolvimento sustentável, apenas

transição verde e recuperação responsável passa pelo respeito às pessoas e ao planeta. Como o marco global autoritário para prevenir e enfrentar os impactos adversos dos direitos humanos relacionados aos negócios, os Princípios Norteadores de Negócios e Direitos Humanos das Nações Unidas (UNGPs) são uma ferramenta fundamental para enfrentar esses grandes desafios coletivos.

As UNGPs e seus três pilares (o dever do Estado de proteger os direitos humanos; a responsabilidade empresarial de respeitar os direitos humanos; e a necessidade de um melhor acesso à reparação) fornecem o roteiro para recalibrar o equilíbrio entre Estado, pessoas e mercados, e estreitar e, finalmente, estreitar as lacunas entre as forças econômicas e o respeito pelos direitos humanos, particularmente para os mais marginalizados e vulneráveis.

Assim, eles fornecem uma ferramenta poderosa que pode ser implantada para perceber o potencial dos negócios responsáveis como uma contribuição central para a Nossa Agenda Comum estabelecida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) e para enfrentar os principais desafios globais: enfrentar as mudanças climáticas, prevenir desastres ecológicos, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e criar um novo contrato social que atenda às desigualdades de renda e oportunidade e persistência de discriminação de gênero e racial que persiste foi amplificado durante a crise COVID-19. 4. Quando os UNGPs completaram 10 anos em junho de 2017, o Grupo de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos da ONU, 8, encarregado pelo Conselho de Direitos Humanos de promover a disseminação e implementação das UNGPs em todo o mundo, fez um balanço da primeira década de implementação.

7. As ações apontam, no entanto, que o trabalho acaba de começar: a implementação por Estados e empresas não atingiu amplitude ou profundidade suficientes. Como resultado, as lacunas de governança que permitem que o abuso de direitos humanos relacionados aos negócios ocorram em setores e regiões – e que criaram a necessidade de desenvolver as UNGPs – não apenas persistem, mas se tornaram mais urgentes na última década, como sublinhado pela dupla crise das mudanças climáticas e pela crescente desigualdade. Aumentar o ritmo na realização de uma melhor prevenção e remediação de impactos adversos é uma prioridade urgente. O monitoramento e a responsabilização por abusos de direitos humanos relacionados aos negócios também ainda é um trabalho em andamento.

8. O progresso significativo nos próximos 10 anos depende de como essas lacunas existentes são tratadas, ao mesmo tempo em que nos certificamos de que temos as ferramentas para detectar e preencher novas lacunas. Hoje sabemos o que precisa acontecer, mas até agora não vimos ação suficiente para alcançar mudanças sistêmicas. Todos os Estados e empresas, incluindo instituições financeiras e investidores institucionais¹¹, precisam intensificar-se a partir de seus respectivos pontos de partida, apoiados por outras partes interessadas. Um progresso efetivo exigirá esforços persistentes para alavancar os múltiplos atores além dos Estados que enquadram políticas, práticas e, de fato, regulamentos que moldam os comportamentos dos negócios em uma mistura inteligente de medidas.

Isso pode contribuir cumulativamente para fazer a diferença que precisamos, mas sem esperar uma solução de bala de prata. 9. A primeira década dos UNGPs demonstrou que alcançar negócios responsáveis que respeitem as pessoas e o planeta é possível, mas não acontecerá por si só. É um desafio fundamental para o nosso futuro – em jogo não é nada menos do que o sucesso de nossa busca coletiva por uma transição justa e um futuro sustentável e equitativo para todos. A persistência dos abusos de direitos humanos relacionados aos negócios deve ser

igualmente uma questão de atenção urgente para os Estados e as empresas, uma vez que os detentores de direitos continuam a sofrer danos e permanecem em risco.

11. Este documento – o Roteiro UNGPs 10+ para a próxima década – segue as ações, complementando a avaliação da primeira década com recomendações prospectivas para a próxima. Com base na análise das conquistas até o momento e nos desafios e oportunidades existentes, estabelece áreas de ação fundamentais para o caminho à frente para se aproximar progressivamente da realização mais completa das UNGPs. Cada área de ação identifica metas prioritárias para o que precisa acontecer e apoia ações a serem tomadas por Estados e empresas, bem como outros atores-chave, todos desempenhando um papel na realização da implementação de UNGPs.

Seu objetivo final ecoa o dos próprios UNGPs — que eles devem ser traduzidos para a prática de modo a "alcançar resultados tangíveis para indivíduos e comunidades afetadas e, assim, também contribuindo para uma globalização socialmente sustentável". Inspira-se na visão do autor e ex-representante especial do Secretário-Geral, John Ruggie, de que os esforços para promover a implementação nunca devem perder de vista a necessidade de fazer a diferença onde mais importa: no cotidiano das pessoas afetadas pelos negócios no terreno.

12. As ações e o Roteiro são resultados do projeto UNGPs 10+ do Grupo de Trabalho, que tem sido apoiado por um amplo processo de consulta multi-stakeholder, numerosos insumos escritos e colaboração com parceiros, incluindo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). III. Como chegar: Ação mais coerente. O Grupo de Trabalho identificou oito áreas de ação fundamentais para se mover mais rapidamente e com maior ambição de apoiar a necessidade urgente global de uma ação mais coerente. Essas oito áreas de ação e os objetivos prioritários correspondentes são: Áreas de ação para avançar mais rápido. Direção estratégica

Área de ação 1: UNGPs como bússola para enfrentar desafios globais Objetivo 1.1: Tornar o respeito empresarial pelos direitos humanos um elemento central de estratégias justas de transição e desenvolvimento sustentável Objetivo 1.2: Melhorar a ação coletiva para enfrentar desafios sistêmicos. Objetivo 1.3: Otimizar a transformação digital através do respeito aos direitos humanos. Objetivo 1.4: Garantir coerência e alinhamento no desenvolvimento de normas que protejam, respeitem, remediem.

Área de ação 2: Dever do Estado para proteger. Objetivo 2.1: Melhorar a coerência política para reforçar a ação governamental mais eficaz. Objetivo 2.2: Aproveitar a onda obrigatória e desenvolver um mix completo inteligente.

Área de ação 3: Responsabilidade empresarial para respeitar. Meta 3.1: Dimensionar a captação de negócios e traduzir compromissos de respeito à prática. Objetivo 3.2: Incorporar a due diligence de direitos humanos na governança corporativa e modelos de negócios. Objetivo 3.3: Desafiar práticas empresariais que são inconsistentes com o respeito aos direitos humanos.

Área de ação 4: Acesso ao investimento de remediar e significativo engajamento das partes interessadas. Objetivo 4: Passar do papel para a prática no enfrentamento de barreiras ao acesso a problemas de corte cruzado.

Área de ação 5: Mais e melhor engajamento das partes interessadas. Objetivo 5: Garantir um engajamento significativo das partes interessadas para reforçar a proteção, o respeito e a reparação.

Área de ação 6: Mais e melhor alavancagem para conduzir a mudança mais rápida. Meta 6.1: Aproveitar o impulso do setor financeiro ESG e alinhar o S no ESG com o Objetivo 6.2 UNGPs: Aproveitar outros "shapers" da comunidade empresarial além dos reguladores e finanças.

Ação área 7: Mais e melhor acompanhamento do progresso. Objetivo 7.1: Estimular a ação e a responsabilização do Estado através de aprendizado e monitoramento mais sistemáticos. Objetivo 7.2: Melhorar o acompanhamento dos impactos dos negócios e do desempenho.

Área de ação 8: Mais e melhor cooperação internacional e apoio à implementação. Objetivo 8.1: Tampe a lacuna na integração do sistema das Nações Unidas dos UNGPs. Objetivo 8.2: Melhorar a capacitação e a coordenação para apoiar a absorção e implementação de UNGPs mais rápidas e amplas. Gol 8.3: Estimule as corridas regionais até o top 14. O Roteiro elabora as metas prioritárias ligadas a cada área de ação, estabelecendo o que precisa acontecer na próxima década para ampliar a integração e implementação das UNGPs e as ações de apoio correspondentes a serem tomadas por Estados e empresas, bem como outros stakeholders.

15. As ações recomendadas não são uma lista exaustiva e precisam ser complementadas por orientações adicionais, bem como compromissos claros e planos de implementação por Estados e empresas, incluindo instituições financeiras e investidores. Como os próprios UNGPs, eles não pretendem ser uma solução de bala de prata para todos os desafios. Em vez disso, devem ser lidos como orientação estratégica para apoiar esforços mais ambiciosos para aumentar o ritmo de implementação das UNGPs.

IV. UNGPs 10+ Roadmap - áreas de ação, metas prioritárias e metas para a próxima década A. Área de ação 1: UNGPs como bússola para enfrentar desafios globais 1. Fazer do respeito empresarial pelos direitos humanos um elemento central de estratégias justas de transição e desenvolvimento sustentável, aplicando todos os três pilares das UNGPs (Dever do Estado de proteger, responsabilidade empresarial a respeitar e necessidade de acesso ao remédio) 17. Respeitar as pessoas e o planeta, prevenindo e lidando com impactos adversos em atividades empresariais e cadeias de valor, é a contribuição mais significativa que a maioria das empresas pode dar para o desenvolvimento sustentável¹³.

Os UNGPs e seus conceitos-chave de due diligence de direitos humanos, engajamento significativo das partes interessadas e a necessidade de enfrentar os danos aos direitos humanos fornecem uma poderosa ferramenta normativa e prática para Estados, empresas e outras partes interessadas em aproveitar o grande potencial dos negócios responsáveis como componente central do enfrentamento das desigualdades e da realização de uma transição justa e um futuro sustentável para todos – inclusive no contexto de "construir melhor" a partir da crise COVID-19. Os três pilares das UNGPs – o dever do Estado de proteger os direitos humanos, a responsabilidade empresarial de respeitar os direitos humanos e a necessidade de acesso à reparação dos danos aos direitos humanos – definem claramente os respectivos papéis complementares de Estados e empresas.

18. Achados de stocktaking: O reconhecimento do Conselho de Direitos Humanos do direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável – citando as UNGPs – é apenas a

mais recente articulação global de como as mudanças climáticas¹⁵, o meio ambiente e o bem-estar humano estão indissociáveis ligados à declaração de Transição Justa, adotada por alguns Estados na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), reconhece que o respeito pelos direitos humanos em todas as cadeias globais de suprimentos, implementado por meio de due diligence corporativa em consonância com as UNGPs, as Diretrizes da OCDE e a Declaração Tripartite da OIT, é necessário para realizar uma transição justa (o processo para uma economia ambientalmente sustentável, que "precisa ser bem gerenciada e contribuir para os objetivos de trabalho decente para todos, a inclusão social e a erradicação da pobreza") no entanto, mesmo que a sustentabilidade esteja cada vez mais no centro da agenda global, inclusive para os negócios em todos os setores, como o impulso para a transição para uma economia mais sustentável e de baixo carbono ganha impulso — todo o potencial das UNGPs, ainda não foi apreendido;"

3. Estimule as corridas regionais até o topo. 150. O movimento empresarial e de direitos humanos reconheceu que uma abordagem global por si só não levará à ampla e abrangente adoção dos UNGPs, e precisa ser complementada por plataformas regionais firmemente ancoradas nos UNGPs. Para a próxima década, uma questão estratégica fundamental para o progresso significativo na implementação dos UNGPs e para incorporar o respeito dos negócios pelos direitos humanos em todas as principais iniciativas de desenvolvimento sustentável e apenas de transição em cada região do mundo, é expandir os esforços de absorção e implementação geográfica e levar as corridas ao topo em todas as regiões.

151. Resultados de stocktaking: o Grupo de Trabalho, o OHCHR e o PNUD organizaram vários fóruns regionais⁶⁵ na última década. Esses e outros esforços têm demonstrado que, quando apoiados por recursos financeiros mais sérios e apoio do sistema multilateral, um aumento nos esforços de implementação e aprendizagem por pares são notáveis redes regionais de instituições nacionais de direitos humanos e a Aliança Global das instituições nacionais de direitos humanos também desempenharam um papel importante até o momento na conscientização e demonstram que há potencial para novos progressos, reforçando esses esforços até o momento, esforços e impactos não têm sido distribuídos uniformemente entre as regiões, como testemunhado, por exemplo, pela distribuição de planos de ação nacionais — concentrados principalmente na Europa, bem como em partes da América Latina e Ásia — expandindo o alcance geográfico da promoção de UNGPs por meio de plataformas e estratégias regionais para todas as regiões é, portanto, uma questão fundamental para a próxima década — apoiada por um suporte mais ambicioso e coordenado de capacitação...."

3. Implementando o terceiro pilar: lições da orientação da justiça transitória no Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais. [*G2237337.pdf \(un.org\)](#)

Resumo: O relatório analisa as implicações da implementação dos quatro pilares da justiça transitória (verdade, justiça, reparação e garantias de não recorrência) e de mecanismos de justiça transitória para o campo dos negócios e dos direitos humanos. Descompacta como o Pilar III dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGP3) deve ser operacionalizado em estados transitórios, e fornece orientações sobre o papel das partes interessadas relevantes nesses contextos, incluindo Estados, empresas e sociedade civil.

Em relação aos direitos das vítimas de buscar, obter e aplicar recursos capazes de reparar coletivamente os danos sofridos pelo titular dos direitos no contexto de complexos cenários pós-conflito e justiça transitória, o relatório analisa as interligações entre componentes

substantivos e processuais de prover um remédio efetivo em conformidade com o Pilar III das UNGPs. Fornece insights sobre como os Estados têm usado mecanismos de justiça transitória para abordar a responsabilidade das empresas por seu papel em áreas afetadas por conflitos, destacando lições aprendidas e possíveis avanços.

Como remédios no contexto dos processos de justiça transitória visam proporcionar reparação às vítimas de acordo com as normas internacionais de direito e direitos humanos, a primeira parte do relatório explica os conceitos e padrões relevantes de reparação. Isso é seguido por uma visão geral de algumas das experiências mais emblemáticas em que os processos de justiça transitória têm abordado violações por parte das empresas e uma análise das lições que podem ser desenhadas para o contexto empresarial e de direitos humanos. Finalmente, o relatório contém recomendações específicas para estados e empresas sobre como implementar o Pilar III das UNGPs efetivamente em ambientes pós-conflito e justiça transitória.

II. As normas legais para indenizações. 8. A obrigação de prover a reparação é uma consequência natural e um "complemento indispensável" da violação de uma responsabilidade legal.¹⁰ A aplicação do direito a um remédio efetivo requer a consideração e harmonização das obrigações derivadas do direito internacional de direitos humanos, humanitários e ambientais) e do direito interno (como a responsabilidade de indivíduos e pessoas jurídicas por danos civis). Embora o direito internacional normalmente coloque o ônus de fornecer remédios aos Estados, as UNGPs esclarecem que quando uma empresa causou ou contribuiu para um dano, ela também tem a responsabilidade de garantir remédios para as vítimas. Em princípio, as UNGPs indicam que as empresas devem fornecer e participar de remédios adequados quando causam ou contribuem para danos.

Se um negócio causa ou contribui para um dano é determinado por suas próprias ações ou omissões, e ao avaliar onde no contínuo de responsabilidade um negócio cai, é necessário considerar o próprio poder e independência do negócio, bem como a gravidade e previsibilidade dos danos, e esforços tomados pela empresa para mitigar o impacto, inclusive por meio de uma robusta diligência de direitos humanos. 9. De acordo com o direito internacional, o direito e o dever de prover reparação existem sempre que um ator não cumpre suas responsabilidades, mesmo que não haja um mecanismo claro para a aplicação. As partes lesadas só têm direito à reparação quando outro ator violou o padrão de conduta esperado por eles em uma situação particular. Como tal, a prestação de reparação baseia-se em um reconhecimento de irregularidades.

10. Um remédio adequado e eficaz deve restaurar a vítima à posição que teria gostado, mas pela conduta ofensiva. Sendo assim, a restituição – a restauração do que foi tomado através da infração – é a forma preferida de reparação sob o direito internacional. Essa expectativa jurídica, articulada pela primeira vez em disputas interestatais, tem sido reconhecida como um componente central do direito internacional dos direitos humanos em geral e da justiça transitória especificamente. 11. Infelizmente, a restituição total é muitas vezes impossível na esteira de grosseiras violações do direito internacional dos direitos humanos ou graves violações do direito internacional humanitário. Os Estados não podem restaurar uma vida que foi tirada, anos perdidos para a detenção arbitrária ou uma comunidade que foi destruída através de realocação forçada. Além disso, a restituição sem mais pode significar muitas vezes colocar a vítima em uma situação de desigualdade e desempoderamento em que estavam para começar e isso poderia ter sido parte das causas básicas do conflito.

12. Nestas circunstâncias, os processos e programas de reparação centrados nas vítimas devem ser destinados a fornecer justiça à vítima, juntamente com uma constelação adequada de medidas reparadoras destinadas a mitigar os danos causados e "os legados das violações". Isso pode, por vezes, incluir a necessidade de reparações transformadoras que melhorem estruturalmente a situação da vítima. Dezesseis órgãos de tratados da ONU e detentores de mandatos de procedimentos especiais, assim como os tribunais regionais, reconheceram uma variedade de medidas substantivas que podem ser utilizadas como reparações. Entre elas estão restituição, satisfação, reabilitação, garantias de não recorrência, justiça e indenização.”

4. Proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos durante situações de crise. Relatório do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, Clément Nyaletsossi Voule, Diplomata e Jurista Togolês. [*G2234305.pdf \(un.org\)](#)

Resumo: O presente relatório é elaborado pelo Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, nos termos da resolução 44/20 do Conselho de Direitos Humanos de 17 de Julho de 2020. O Relator Especial analisou as principais tendências globais que impedem seriamente a proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos em situações de crise. Incluem estigmatização, abuso de medidas emergenciais, militarização e uso de força ilegal para sufocar protestos pacíficos, agravados pela impunidade endêmica por violações graves.

O Relator Especial reafirma a importância do protesto pacífico para a sociedade democrática, justa e pacífica e como forma de garantir que as vozes das pessoas sejam ouvidas e levadas em conta. Com base em inúmeras consultas e submissões globais por Estados, policiais e atores não estatais, o Relator Especial oferece recomendações práticas para melhorar a facilitação e a proteção dos direitos humanos durante protestos pacíficos em crises.

I. Introdução. 1. Em 17 de julho de 2020, o Conselho de Direitos Humanos aprovou a resolução 44/20 sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos. Preocupado com a expansão das violações dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos, exacerbadas no contexto de crises como a pandemia da doença coronavírus (COVID-19), o Conselho solicitou ao Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, Clément Nyaletsossi Voule, para elaborar o presente relatório. 2. Entre junho de 2021 e abril de 2022, o Relator Especial realizou consultas regionais e globais com várias partes interessadas, incluindo oito consultas regionais com centenas de representantes da sociedade civil da África, Ásia e Pacífico, Europa, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África; uma consulta virtual com o pessoal da aplicação da lei, com a cooperação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); e uma consulta global com as missões permanentes dos Estados em Genebra.

II. Além disso, o Relator Especial interagiu com os sistemas regionais de direitos humanos e consultou especialistas, incluindo acadêmicos, advogados e membros da sociedade civil que estavam trabalhando em uma variedade de assuntos abordados pelo relatório. O relatório também se baseia no painel de discussão sobre protesto pacífico realizado na 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Relator Especial pediu aos Estados que implementassem todos os instrumentos relevantes para fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos durante protestos pacíficos. O Relator Especial recebeu 95 submissões que informaram o relatório: 11 dos Estados, 9 de instituições nacionais de direitos humanos e 75 da sociedade civil.

3. Entre os atores consultados estavam ativistas e especialistas no monitoramento de protestos pacíficos, participantes de protestos, defensores dos direitos humanos, atores de construção da paz, atores humanitários, ativistas dos direitos das mulheres e discriminação racial e outros. Atenção específica foi dada aos aspectos de gênero dos protestos durante a crise e ao impacto das medidas sobre diferentes grupos. II. Quadro jurídico e conceitual 4. Protestos podem tomar muitas formas. Podem ser espontâneas ou organizadas, individuais ou coletivas. Eles podem ter muitos objetivos: expressar dissidência, insatisfação ou oposição; levantando preocupações ou conscientização sobre questões particulares, incluindo violações dos direitos humanos; exigindo responsabilização; pedindo melhores condições de trabalho; ou qualquer combinação do acima.

I. Os protestos são especialmente importantes como forma de possibilitar a expressão das perspectivas populares durante as crises, quando as desigualdades e a marginalização pioram. Os protestos também são um importante caminho para proteger e alcançar outros direitos. Assim, as restrições e a falta de proteção dos protestos pacíficos contribuem para as violações dos outros manifestantes de direitos humanos que buscam promover, alcançar e defender. 5. A realização de protestos pacíficos é protegida por inúmeros instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos. Em particular, o artigo 21 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos protege o direito à liberdade de reunião pacífica.

II. Os protestos também são protegidos pelo direito à liberdade de associação, ao direito à liberdade de expressão e ao direito de participação em assuntos públicos (artigos 19, 22 e 25 do Pacto). Esses direitos são amplamente considerados fundamentais para sociedades livres e democráticas. Todos têm direito à liberdade de reunião pacífica, independentemente de seu status. A proteção continua se o protesto é em apoio a "ideias ou objetivos controversos" ou não. Estados têm a obrigação sob a lei internacional de direitos humanos de respeitar, proteger e cumprir o direito dos indivíduos à liberdade de reunião pacífica. 6. Esse direito está sujeito apenas às limitações previstas na lei de direitos humanos. Em primeiro lugar, as limitações devem passar no teste da legalidade, o que significa que elas estão claramente previstas nas leis, com antecedência e de acordo com os procedimentos adequados, e que não conferem discricção irrestrita ou abrangente sobre aqueles acusados de sua execução. Além disso, conforme estabelecido no artigo 21 do Pacto, devem ser destinados a propósitos legítimos, incluindo segurança nacional ou segurança pública, ordem pública, proteção da saúde pública ou moral e proteção dos direitos e liberdades dos outros. Quaisquer restrições impostas devem ser as menos intrusivas entre as medidas que possam servir à função de proteção relevante, e não devem ser desproporcionais ao objetivo legítimo que a medida alcança. Tudo isso deve ser considerado de acordo com os princípios da democracia, do Estado de Direito, do pluralismo político e dos direitos humanos. 7. Protestos pacíficos muitas vezes surgem como resultado ou em relação a crises, e os Estados muitas vezes impõem restrições ilegítimas às assembleias nesses contextos, resultando em violações de inúmeros direitos. Situações que podem ser rotuladas de "crises" em que os protestos surgem e correm risco de supressão incluem situações de conflito armado, instabilidade política, golpes de estado e grandes contestações políticas, violência em massa ligada ao terrorismo ou ao crime organizado, crises de saúde, desastres ambientais e naturais, mudanças climáticas, crises econômicas, situações de insegurança alimentar, situações de pobreza em larga escala e desigualdade e situações envolvendo discriminação sistemática contra determinados grupos. 8. Independentemente da existência de uma "crise", os Estados são obrigados a proteger os direitos humanos. De acordo com o artigo 4º do Pacto, os Estados podem derrogar apenas em medida limitada algumas de suas obrigações de direitos humanos, como o direito à liberdade de reunião pacífica, em circunstâncias

excepcionais e onde a vida da nação está ameaçada. Quaisquer restrições devem ser de natureza excepcional e temporária, proporcionais à luz da situação de emergência e mantidas apenas enquanto a emergência existir, e devem cumprir os parâmetros estabelecidos pela lei internacional de direitos humanos. Os Estados não devem confiar na derrogação do direito de reunião pacífica se puderem atingir seus objetivos, impondo restrições menores em consonância com as disposições do artigo 21. Durante os estados de emergência, outros direitos e princípios relevantes para protestos pacíficos, como o direito à vida, a proibição da tortura e o princípio da legalidade no direito penal, são inderrogáveis em todas as circunstâncias. 9. Durante um conflito armado, as medidas que desarmam do Pacto só são permitidas se e na medida em que a situação constitui uma ameaça à vida da nação. Além disso, o direito humanitário internacional, incluindo as Convenções de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais, aplica-se e fornece proteções à população civil no contexto de protestos pacíficos durante conflitos armados internacionais ou não internacionais, ou ocupação militar.

III. Papel dos protestos na construção de sociedades pacíficas e inclusivas. 10. O Relator Especial observou uma tendência generalizada por parte dos Estados de ver os protestos como uma ameaça e ampliação das crises. Em contraste, enfatiza que os protestos são vitais para a vida das sociedades saudáveis, permitindo que pontos de vista sub-representados e as vozes daqueles excluídos sejam levados em conta. Os protestos têm sido particularmente importantes para facilitar a participação de grupos excluídos de outra forma, como jovens, étnicos, raciais e outras minorias, mulheres, crianças, pessoas LGBTQI+ e outras comunidades marginalizadas e grupos de vítimas. Protests are also often essential to holding Governments, and rights violators in general, accountable. Where States adopt securitized, hostile approaches to protests, rather than welcoming them as an important part of democratic life, the result is often to deepen underlying crises.

Protestos também são muitas vezes essenciais para responsabilizar governos e violadores de direitos em geral. Quando os Estados adotam abordagens securitizadas e hostis aos protestos, em vez de recebê-los como uma parte importante da vida democrática, o resultado é muitas vezes aprofundar as crises subjacentes. 11. As crises podem ser tanto a consequência quanto a causa das violações dos direitos humanos. Muitas vezes estão enraizadas em combinações complexas de fatores, incluindo exclusão sistêmica e discriminação, distribuição desigual de riqueza e sistemas econômicos exploratórios, degradação ambiental e falta de acesso a serviços básicos ou proteção. Identificar e abordar efetivamente os fatores subjacentes das crises requer múltiplas perspectivas e diálogo inclusivo.

12. O cumprimento do direito à liberdade de reunião pacífica – como parte de um ecossistema de participação pública na tomada de decisões – contribui para políticas mais transparentes e responsivas. A capacidade de diferentes segmentos da sociedade de expressar suas discordâncias e queixas publicamente, inclusive em situações de crise, representa um importante meio de facilitar o diálogo e prevenir mais conflitos destrutivos. Também é importante que as crianças possam participar de protestos, dada a sua exclusão dos processos políticos. 13. É preocupante que, em contextos de crise, os protestos sejam muitas vezes percebidos ou deturpados como ameaças à segurança nacional, à ordem pública ou afins, provocando, em resposta, leis repressivas, políticas e força. Tal repressão muitas vezes gera mais queixas e agitação social. 14. É importante recordar o papel histórico que os protestos tiveram na condução da mudança em relação ao avanço dos direitos humanos e da justiça social; acabar com a escravidão, o domínio colonial, regimes autoritários e o apartheid; apoiar processos de justiça transitória; avanço dos direitos das mulheres; prevenção de conflitos destrutivos e

diferenças de ponte; e avançando na luta global pela justiça climática. Os protestos levaram a inúmeras mudanças institucionais e legais vitais, incluindo reformas constitucionais, mudanças na estrutura governamental e outros arranjos institucionais, a reforma de leis e práticas abusivas, o aumento da proteção social e a maior inclusão de grupos vulneráveis.

18. Em resposta à pandemia global COVID-19, um número sem precedentes de Estados em todo o mundo adotou medidas de emergência abrangentes e outras medidas relacionadas à saúde pública, impondo bloqueios em todo o país e amplas restrições a movimentos e reuniões, incluindo proibições a assembleias pacíficas. Os Estados são obrigados a cumprir as normas acima quando declaram estado de emergência no contexto das pandemias. No entanto, muitos Estados impuseram estados de emergência sem declará-los formalmente. Alguns Estados impuseram emergências ou medidas emergenciais de fato, como bloqueios rigorosos e proibições de reuniões, por meio de decretos e declarações presidenciais, contornando a revisão legislativa e a fiscalização judicial. 19. Embora o Relator Especial entenda a urgência da situação pandêmica do COVID-19 e os Estados precisem proteger o direito à saúde e à vida de todas as suas jurisdições, muitas medidas adotadas durante a pandemia têm sido injustificadas, desproporcionais e excessivamente punitivas. A concentração de poder nas autoridades executivas, com supervisão legislativa ou judicial mínima ou não, a falta de clareza do status e conteúdo das medidas emergenciais, e a decisão de alguns Estados de abordar a pandemia não como uma questão de saúde, mas através de uma lente securitizada, aumentando a força de segurança e, por vezes, forças militares, levou a graves violações do direito à liberdade de reunião pacífica. O Relator Especial recebeu numerosos relatos de uso excessivo da força, detenção arbitrária e ataques aos manifestantes durante a pandemia COVID-19. Muitos Estados parecem ter utilizado as medidas impostas como pretexto para expandir a militarização e o poder executivo e atacar figuras e movimentos opositivos. Em vários Estados, as restrições às assembleias têm sido aplicadas vigorosamente em relação aos comícios realizados pelos partidos políticos da oposição e aos protestos anti-governo, enquanto manifestações pró-governo, reuniões políticas de partidos governantes e comícios eleitorais foram autorizados a prosseguir livre de limitações. Algumas medidas emergenciais não incluíram nenhuma cláusula do pôr do sol, levantando preocupações sobre a erosão prolongada de direitos e liberdades. Em alguns Estados, as proibições às assembleias permaneceram em vigor mesmo após a suspensão das restrições. 20. Além disso, muitos Estados proibiram assembleias como parte de medidas emergenciais do COVID-19 sem realizar uma avaliação sobre se outras restrições menos invasivas permitidas nos termos do artigo 21 teriam servido ao objetivo de saúde pública, como avaliar se as assembleias sujeitas a determinadas restrições necessárias para limitar a disseminação da pandemia (diretrizes de distanciamento, requisitos de uso de máscaras, limitações sobre o número de participantes e/ou outras medidas) poderiam ser suficientes. Tais avaliações são importantes, pois quaisquer restrições impostas não devem ser mais do que necessárias em uma sociedade democrática. Por exemplo, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou que as medidas anti-COVID-19 que impõem proibições abrangentes às assembleias por um longo período, apoiadas por severas sanções, foram desproporcionais aos objetivos perseguidos e violaram o direito à liberdade de reunião pacífica. 21. Medidas emergenciais que suspendem a liberdade de reunião também foram impostas após protestos vistos como desafiando o Governo, por exemplo, protestos contra o aumento dos preços do gás no Peru em abril 2022¹⁶ e protestos contra a vacina anti-COVID-19 no Canadá em fevereiro de 2022. O relator especial reitera que os Estados devem tolerar um certo nível de perturbação da vida cotidiana causado pelas manifestações, a menos que sejam "graves e sustentadas". Além disso, impor estados de emergência em resposta aos protestos é contraproducente para

resolver disputas sociais e políticas subjacentes. Os Estados devem buscar promover o diálogo com todos os grupos afetados e abordar as causas básicas dos protestos, bem como fortalecer as funções democráticas para enfrentar quaisquer disputas sociais. 22. É preocupante que alguns Estados tenham prolongado e normalizado poderes de emergência inicialmente adotados em resposta à crise, sufocando o espaço cívico. A fiscalização judicial é essencial para limitar o potencial de abuso de medidas emergenciais, incluindo quaisquer derivações relacionadas ao direito à reunião pacífica.

C. Abordagens cada vez mais militarizadas. 30. Tem havido uma tendência global perturbadora para o policiamento militarizado dos protestos no contexto de situações de crise. 31. Como regra geral, os militares não devem ser usados para assembleias policiais, pois a implantação dos militares para tal fim muitas vezes leva a graves violações dos direitos humanos. Não é mandato dos militares para policiar protestos, nem é treinado em técnicas de proteção e desescalamento, nem tem os equipamentos apropriados para policiar protestos. Considerando que as técnicas militares normalmente visam o uso de força e armamento para atingir o máximo impacto, o policiamento de protesto requer o uso da força mínima necessária. Em linhas gerais, a implantação dos militares lança uma sombra de medo e intimidação, e cria um efeito arrepiante que, por si só, viola o direito à liberdade de reunião pacífica.

D. Uso de força ilegal. 36. O Relator Especial observou o uso generalizado de força ilegal ou excessiva durante as crises para impedir que as pessoas se juntem aos protestos, ao prender manifestantes, para dispersar protestos e como forma de retribuição contra aqueles que se juntaram aos protestos e seus familiares. 37. Os Estados devem assegurar que qualquer uso da força esteja de acordo com os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, não discriminação, precaução e responsabilização. Os Estados são obrigados a cumprir esses princípios o tempo todo. O uso excessivo da força nunca se justifica. Usar a força com o objetivo de punir as pessoas que participam dos protestos é ilegal e uma grave violação dos direitos à liberdade de reunião pacífica e à integridade corporal.

38. Durante a pandemia COVID-19, representantes da aplicação da lei em muitos Estados teriam usado força ilegal para impor restrições à liberdade de movimento e toques de recolher. A força excessiva também tem sido usada contra aqueles que participam de protestos pacíficos em relação às medidas do COVID-19. A aplicação dessas normas sanitárias não justifica o uso da força que pode causar mais do que danos insignificantes. 39. Mulheres, crianças, indivíduos LGBTQI+, povos indígenas, migrantes, pessoas de ascendência africana e outros grupos submetidos à discriminação são particularmente vulneráveis à força policial ilegal enquanto participam dos protestos. 38 O enfrentamento dessa violência requer mudanças institucionais para eliminar sistemas estruturais de discriminação, incluindo o aumento da diversidade dentro da aplicação da lei e a administração da justiça, medidas legislativas que melhorem a igualdade e o treinamento direcionado.

VII. Conclusão. 76. O aprofundamento das crises em todo o mundo cria o potencial de um aumento nos protestos, incluindo protestos espontâneos. As respostas aos protestos pacíficos devem ser fundamentadas em relação aos padrões internacionais de direitos humanos, independentemente dos desafios que uma crise envolve. Protestos pacíficos devem ser vistos como fóruns públicos onde indivíduos, comunidades e grupos marginalizados podem se mobilizar com segurança para expressar suas opiniões e opiniões. Protestos pacíficos fornecem um caminho para que todos participem do debate público e busquem respostas inclusivas e significativas para situações de crise. Onde o direito à reunião pacífica é plenamente desfrutado,

sociedades democráticas, estáveis e pacíficas que respeitem e protejam os direitos humanos possam prosperar.

VIII. Recomendações

77. O Relator Especial oferece as seguintes recomendações, reconhecendo a importância de todos os atores trabalharem juntos para proteger indivíduos que se envolvem em protestos pacíficos durante crises e evitar violações de seus direitos humanos. A. Recomendações aos Estados.

78. No que diz respeito ao respeito e à viabilização de protestos pacíficos durante situações de crise, os Estados devem: (a) Travar uma retórica hostil que estigmatiza protestos pacíficos, como retratá-los como desestabilizadores e como uma ameaça. Os Estados devem criar um ambiente propício, inclusive facilitando o diálogo com os manifestantes e processos inclusivos para garantir uma participação significativa de todos os grupos na sociedade na busca de soluções para a resolução de uma crise; (b) Responder a crises de forma baseada em direitos humanos, garantindo que protestos pacíficos não sejam submetidos a restrições indevidas e incorporar proteção e facilitação do direito à liberdade de reunião pacífica em resposta a crises, após consultas à sociedade civil; (c) Evitar a imposição de proibições absolutas a protestos pacíficos e libertar e compensar incondicionalmente qualquer pessoa detida ou sancionada criminalmente sob proibições absolutas; (d) No contexto das crises de saúde pública, onde as restrições às assembleias físicas são justificadas de acordo com as normas internacionais de direito dos direitos humanos, facilitar formas alternativas de participação nas assembleias, inclusive garantindo que o direito à liberdade de reunião pacífica seja plenamente disfrutado on-line; (e) Garantir que as medidas de quarentena nunca sejam usadas para punir ou impedir que as pessoas participem de protestos pacíficos; (f) Alterar todas as medidas que exijam, em lei ou prática, permissão prévia para realizar protestos, garantir que a falta de notificação não leve à criminalização ou dispersão de protestos e respeite protestos espontâneos, removendo qualquer legislação que criminalize tais protestos; (g) Alterar leis que criminalizem certas formas de protestos, como aqueles relacionados ao bloqueio de estradas ou infraestrutura crítica, para garantir que não restrinjam indevidamente protestos pacíficos ou penalizem ou criminalizem os manifestantes, e garantam que quaisquer restrições, inclusive de desobediência civil, cumpram os requisitos de legalidade, finalidade legítima, necessidade e proporcionalidade; (h) Colocar todas as legislações relacionadas à segurança nacional, à ordem pública e à saúde pública em consonância com as normas internacionais, inclusive fornecendo definições claras e estreitas para evitar a criminalização indevida ou a proibição de protestos pacíficos; (i) Garantir que todos, incluindo mulheres, pessoas LGBTQI+, crianças, grupos raciais, étnicos e indígenas, migrantes e refugiados, e outros grupos marginalizados, desfrutem de seu direito à reunião pacífica de forma igual e segura; (j) Fornecer proteção para manifestantes pacíficos, incluindo aqueles que expressam opiniões críticas, de ataques e ameaças de atores não estatais, incluindo grupos armados; (k) Levantar em conta o papel específico e a vulnerabilidade de jornalistas, trabalhadores da mídia, monitores e advogados observando, monitorando, registrando e reportando sobre protestos, bem como de médicos que trabalham para prestar serviços de saúde, e tomar medidas para garantir sua segurança, mesmo que o protesto seja disperso; e garantir que todos os ataques e violência contra esses grupos sejam investigados de forma rápida e eficaz, que os autores sejam levados à justiça e que sejam fornecidos recursos às vítimas; (l) Cessar as paralisações na Internet e revogar quaisquer leis e políticas que permitam interrupções e paralisações de rede, inclusive no contexto de protestos durante crises, e garantir que quaisquer medidas individuais de bloqueio de sites estejam em conformidade com as normas

internacionais de direitos humanos e estejam sujeitas a revisão judicial; (m) Abster-se do uso de tecnologias biométricas de identificação e reconhecimento, como o reconhecimento facial, para vigilância arbitrária de manifestantes, tanto offline quanto online; (n) Fortalecer a capacidade das instituições nacionais de direitos humanos de monitorar e documentar violações dos direitos humanos, inclusive no contexto de protestos, durante crises, fornecendo-lhes recursos adequados, abstendo-se de interferir em seu trabalho e fornecendo isenções especiais das restrições de movimento impostas durante as pandemias.

79. Em relação aos estados de emergência, os Estados devem: (a) Garantir que as medidas emergenciais não imponham restrições ilegítimas, desnecessárias ou desproporcionais à capacidade das pessoas de se organizarem, participarem, monitorarem, denunciarem ou prestarem assistência a protestos pacíficos. Quaisquer medidas emergenciais devem ser justificadas, transparentes e adotadas em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos, incluindo os Princípios de Siracusa. Qualquer medida de derrogação do direito à liberdade de reunião pacífica deve ser estritamente exigida pela necessidade da situação. Os Estados não devem declarar estado de emergência em relação aos protestos, a menos que atendam ao rigoroso limiar de emergência nos termos do artigo 4º do Pacto; (b) Realizar uma avaliação caso a caso de cada assembleia e buscar formas de facilitá-la e avaliar, com base em evidências, se restrições menores poderiam atingir o objetivo perseguido. Se forem consideradas necessárias as restrições ao direito à liberdade de reunião, assegure-se de que sejam temporárias, sujeitas a revisão regular pela mais alta autoridade judicial e prontamente encerradas quando não for mais necessário; (c) Restaurar imediatamente o exercício sem obstáculos de todos os direitos e liberdades relacionados à assembleia pacífica após o fim de uma situação de emergência, realizar uma revisão das consequências das medidas de derrogação, adotar medidas preventivas e compensar aqueles que sofreram injustiça devido às restrições de protesto, incluindo devido a medidas de emergência relacionadas ao COVID-19.

80. No que diz respeito ao conflito armado e à ocupação, os Estados devem respeitar a liberdade de reunião pacífica, inclusive no contexto de conflito armado e ocupação militar. Qualquer uso da força nesses contextos deve estar estritamente em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos, incluindo os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e armas de fogo por autoridades policiais.

81. No que diz respeito à facilitação de protestos pacíficos, os Estados devem: (a) Proibir o uso desnecessário, excessivo ou injustificado da força, e garantir que a legislação e outras medidas adotadas para enfrentar crises circunscrevam a capacidade das autoridades policiais de dispersar assembleias; (b) Emitir protocolos sobre a facilitação de protestos pacíficos para a aplicação da lei, compatíveis com as normas internacionais relativas ao uso da força, estabelecendo medidas para proteger manifestantes pacíficos, espectadores, monitores, advogados e médicos, incluindo de contra-manifestantes e outras formas de violência direcionadas, durante uma variedade de crises, e prever o uso graduado da força, estabelecendo claras limitações sobre o uso de armas letais e menos letais. Tais protocolos devem levar em conta uma perspectiva de gênero e abordar a vulnerabilidade de diferentes grupos; (c) Fornecer um amplo treinamento do pessoal da aplicação da lei na limitação do uso de armas letais e menos letais, em métodos de policiamento baseados na comunidade e em estratégias de desescalada e negociações, e garantir que todos os protocolos sejam rigorosamente seguidos; e fornecer aos representantes das forças policiais que estão policiando os protestos com equipamentos necessários de autoproteção, inclusive para proteção durante as pandemias; (d) Garantir uma cadeia clara de comando na facilitação dos protestos e que a autoridade civil

competente autorize qualquer ordem para o uso da força, e considere a implantação de especialistas na gestão da ordem pública, treinados na manipulação de protestos baseados em direitos humanos; (e) Evite estritamente envolver os militares no policiamento de protestos e proibir a acusação de manifestantes em tribunais militares, e onde, em circunstâncias excepcionais, as forças armadas são enviadas para protestos policiais, garantir que sejam treinadas em direitos humanos e aplicação da lei baseada em direitos humanos, especialmente em técnicas de facilitação e desescalada de protestos, e que sejam colocadas sob comando civil e supervisão, têm responsabilidades claramente definidas e são responsáveis pelo direito civil; (f) Garantir a adequada verificação dos indivíduos que ingressarem nas agências de aplicação da lei e garantir o treinamento adequado de grupos armados integrados. Excluir do policiamento de protestos quaisquer funcionários acusados de terem cometido abusos de direitos humanos; (g) Proibir e cessar prisões ilegais em relação aos protestos. Quando forem necessárias prisões legais, certifique-se de que sejam realizadas em consonância com o direito internacional dos direitos humanos; no contexto de protestos durante uma pandemia, buscar medidas não-custodiadas para evitar a disseminação da doença; e garantir que os manifestantes detidos tenham direito à assistência jurídica a partir do momento da privação de liberdade em todos os momentos, se a detenção é realizada sob a lei penal ou é uma forma de detenção administrativa. Garantir que os mecanismos de proteção estejam em vigor, incluindo instalações sanitárias adequadas, para as mulheres detidas; (h) Implementar um policiamento proativo orientado à comunidade para evitar o uso ilegal da força e a escalada da violência na facilitação de protestos públicos, através da construção de uma forte conexão positiva e de relação de confiança com as comunidades; (i) Certifique-se de que as autoridades revisem regularmente os equipamentos e armas fornecidos aos agentes da lei envolvidos na facilitação de protestos e os procedimentos operacionais padrão para seu uso, e que o treinamento e os equipamentos estejam em pleno cumprimento das normas internacionais sobre a aplicação da lei e o uso da força. 82. No que diz respeito à responsabilização, os Estados devem: (a) Assegurar uma investigação independente, minuciosa e imparcial das violações dos direitos humanos no contexto dos protestos, incluindo a violência sexual e de gênero; e investigar proativamente todas as instâncias de uso ilegal de força e armas de fogo, responsabilizar os autores e fornecer remédios às vítimas; (b) Coletar informações desagregadas sobre violações contra jovens, crianças, mulheres e meninas, pessoas LGBTQI+ e outros grupos submetidos à discriminação, para atender às suas necessidades específicas de proteção durante os protestos; (c) Estabelecer e fortalecer órgãos independentes de supervisão policial e investigação, inclusive fornecendo recursos suficientes, e garantir que eles sejam capazes de investigar efetivamente alegações de uso ilegal da força contra os manifestantes; (d) Criar comissões independentes de inquérito centradas nas vítimas para investigar casos de graves violações dos direitos humanos no contexto de protestos pacíficos, incluindo casos de violência sexual e de gênero, para apoiar a responsabilização e fornecer reparações às vítimas; (e) Garantir acesso imediato à justiça em tempos de pandemia, como a COVID 19, tribunais de recursos com robustos equipamentos necessários para audiências online, garantindo que os processos atendam às normas internacionais que garantem equidade, imparcialidade e igualdade de armas. Os juízes devem ser bem treinados no uso desses equipamentos, o acesso confidencial do acusado ou réu ao seu advogado deve ser garantido antes e durante a audiência, e os juízes devem avaliar individualmente e argumentar se a substituição por videoconferência por presença física é compatível com o caráter de uma audiência particular, especialmente em casos criminais; (f) Garantir a admissibilidade de materiais e informações geradas por monitores de protesto e jornalistas em processos de prestação de contas; (g) Assegurar que os direitos dos manifestantes detidos ao habeas corpus, ao devido processo legal, à igualdade perante a lei e a um julgamento justo sejam respeitados e

garantam que o princípio da individualidade da responsabilidade seja sempre plenamente respeitado; h Garantir o acesso desobstruído à assistência jurídica para indivíduos que alegam violações de seus direitos humanos durante os protestos.

B. Recomendações à comunidade internacional. 83. A comunidade internacional deve: (a) Apoiar embargos de armas relativos aos Estados envolvidos na repressão séria dos direitos dos manifestantes pacíficos. (b) Apoiar investigações e processos internacionais em casos de graves violações dos direitos humanos, inclusive por meio de tribunais regionais, tribunais internacionais e jurisdição universal, em consonância com o princípio da complementaridade. (c) Garantir que as vítimas refugiadas da repressão relacionada aos protestos tenham acesso efetivo a remédios, incluindo indenizações, por todos os danos sofridos, incluindo violência sexual e de gênero.

C. Recomendações às instituições nacionais de direitos humanos. 84. As instituições nacionais de direitos humanos devem: (a) Apoiar as autoridades na revisão e melhoria das leis, políticas e protocolos, em consonância com as obrigações e normas internacionais de direitos humanos, para evitar que as violações se repitam; (b) Agir como uma ponte entre o Estado e manifestantes pacíficos, para facilitar melhores canais de comunicação e desescalar a tensão; (c) Apoiar as autoridades na garantia do cumprimento dos quadros internacionais e regionais de direitos humanos e trazer casos de violações dos direitos humanos à atenção dos organismos internacionais de direitos humanos, onde os recursos nacionais são incapazes ou não estão dispostos a agir; (d) Estabelecer mesas de proteção para apoiar manifestantes pacíficos em risco.

D. Recomendações para atores não estatais. 85. O setor empresarial deve: (a) Cumprir os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, e realizar diligências aprimoradas para identificar, prevenir e abordar abusos de direitos humanos no contexto de protestos pacíficos que possam estar ligados às atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da empresa; (b) Identificar, prevenir e mitigar as relações comerciais que possam contribuir para os impactos adversos dos direitos humanos em relação a protestos pacíficos e encerrar as relações comerciais com empresas que não respeitem o direito das pessoas à reunião pacífica; e abster-se de estigmatizar protestos pacíficos, incluindo greves de trabalhadores; (c) Garantir que os funcionários de segurança privada e os subcontratados da empresa sejam totalmente responsabilizados por quaisquer violações contra os manifestantes; (d) Suspender imediatamente o comércio de equipamentos de vigilância digital, e de armas letais e menos letais e equipamentos relacionados, aos Estados envolvidos na repressão de protestos pacíficos e outras graves violações dos direitos humanos. 86. As empresas de mídia devem incorporar uma perspectiva de direitos humanos ao relatar e cobrir protestos pacíficos, e abster-se de usar linguagem que estigmatiza ou pode promover o ódio contra manifestantes pacíficos. As plataformas de mídia social devem: (a) Monitorar o discurso de ódio e avaliar como isso afeta o direito à liberdade de montagem em suas plataformas, em consulta com os grupos afetados; (b) Agir prontamente para moderar e remover conteúdo que incite a violência ou discriminação ligado a protestos, abordar campanhas de difamação e difamar manifestantes pacíficos nas plataformas de mídia social e designar defensores de direitos humanos e manifestantes como grupos protegidos em países caracterizados pela perseguição coordenada pelo Estado ou pelo Estado aos manifestantes; (c) Fornecer transparência na política de moderação de conteúdo e na tomada de decisões, para garantir que a aplicação de políticas seja justa, imparcial, proporcional e respeitosa com os direitos dos usuários, em consonância com os Princípios de Santa Clara sobre Transparência e Responsabilização na Moderação de Conteúdo, e que a moderação não tenha um impacto prejudicial em protestos pacíficos on-line ou off-line;

(d) Abster-se de remover arbitrariamente postagens ou bloquear páginas ligadas a protestos pacíficos; (e) Estabelecer sistemas de apelação inclusivos para moderação de conteúdo, incluindo moderação relacionada ao discurso de ódio.

87. Grupos armados devem respeitar a liberdade de protesto da população sob seu controle e autoridade de fato, e cumprir o direito internacional dos direitos humanos e o direito humanitário internacional. E. Recomendações aos órgãos, agências especializadas e organizações do sistema das Nações Unidas. 88. As seguintes recomendações são feitas em relação às entidades do sistema das Nações Unidas: (a) O UNODC, em colaboração com o Relator Especial, deve trabalhar para melhorar o policiamento dos protestos durante as crises, desenvolvendo ferramentas técnicas específicas, baseadas em normas internacionais e práticas promissoras, e prestar assistência técnica relevante aos Estados-membros, mediante solicitação; (b) As entidades relevantes do sistema das Nações Unidas devem reforçar a assistência aos Estados-Membros, priorizando os Estados afetados pela crise em que protestos pacíficos estão sob ameaça, com o objetivo de melhorar a fiscalização policial, a responsabilização e a integridade para garantir investigações independentes imediatas, especialmente de casos envolvendo o uso de força letal e graves danos infligidos durante os protestos; (c) As entidades relevantes do sistema das Nações Unidas devem desenvolver uma estratégia abrangente orientada para a ação em protesto, baseada na cooperação interagências robusta, inclusive com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no contexto da crise sanitária. A estratégia deve prestar especial atenção à prevenção de graves violações dos direitos humanos contra os manifestantes e ao aprofundamento das crises em relação aos protestos; (d) O pilar de paz e segurança das Nações Unidas, em cooperação com entidades relevantes dentro e fora do sistema das Nações Unidas, deve desenvolver orientações específicas para os pacificadores, mediadores e pacificadores para garantir que os protestos pacíficos sejam facilitados e que um ambiente propício seja fomentado, inclusive em ambientes transitórios, de conflitos armados; (e) O sistema de direitos humanos das Nações Unidas, por meio do Conselho de Direitos Humanos, incluindo o processo universal de revisão periódica, deve monitorar o cumprimento das recomendações contidas no presente relatório, incluindo o progresso na responsabilização por violações contra os manifestantes; (f) Ao orientar em resposta a uma pandemia, a OMS deve colaborar com os órgãos de direitos humanos das Nações Unidas, incluindo o Relator Especial, para garantir que tal orientação não resulte em restrições e violações desnecessárias e desproporcionais dos direitos à liberdade de reunião."

5. Direitos humanos e HIV/AIDS. Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. [*G2233767.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/press/en/2017/17-0623.docstxt.html)

Resumo: No presente relatório, submetido ao Conselho de Direitos Humanos, nos termos da resolução 47/14, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos recomenda ações necessárias para alcançar as metas de facilitação social adotadas pela Assembleia Geral em sua Declaração Política sobre HIV e AIDS: Acabar com as desigualdades e entrar no caminho certo para acabar com a AIDS até 2030: remoção de quadros legais e políticos punitivos; redução do estigma e da discriminação; e abordar as desigualdades de gênero e a violência de gênero. Os facilitadores sociais são fatores estruturais e sistêmicos, incluindo jurídico, cultural, social e econômico que são fundamentais para a eficácia da resposta à AIDS. Implementá-las removeria barreiras no acesso aos serviços de saúde e permitiria que indivíduos e comunidades protegessem melhor sua saúde e bem-estar.

Desde 2017, muito progresso tem sido feito na remoção de barreiras relacionadas aos direitos humanos aos serviços de HIV, aumentando significativamente o financiamento e a

implementação do programa. As principais lacunas e desafios que permanecem na resposta ao HIV são, no entanto, principalmente devido à contínua falha na defesa dos direitos humanos, especialmente os direitos das pessoas vivendo com HIV, incluindo mulheres e meninas e outros grupos que vivem em situação de vulnerabilidade, e para financiar e implementar intervenções necessárias em escala, como a alfabetização em direitos humanos, treinamento e suporte; igualdade de gênero e prevenção da violência; capacitação e monitoramento dos direitos humanos baseados na comunidade; lei e reforma política; e reparação por danos.

I. Introdução e visão geral da situação do HIV/AIDS. 1. Pouco mais de 40 anos após a identificação dos primeiros casos de HIV/AIDS – e com mais de 36 milhões de vidas posteriormente perdidas para a epidemia – muito progresso tem sido feito, incluindo o desenvolvimento de modalidades de prevenção e tratamento altamente eficazes, incluindo medicamentos antirretrovirais, para prevenir doenças e mortes, bem como a transmissão do HIV; profilaxia pré-exposição; acesso a preservativos; e circuncisão masculina voluntária. 2. No entanto, o HIV continua a ser uma grande ameaça à saúde pública global. Em 2020, 37,7 milhões de pessoas viviam com HIV globalmente, enquanto 1,5 milhão de novas infecções e 680.000 mortes relacionadas à AIDS foram registradas.

Até junho de 2021, apenas 28,2 milhões de pessoas tinham acesso à terapia antirretroviral. Embora a incidência global de HIV tenha caído 31% entre 2010 e 2020, isso está muito aquém da meta de 75% estabelecida pela Assembleia Geral em 2020. Se a tendência atual continuar, o mundo não acabará com a AIDS e outras epidemias até 2030, como previsto na meta 3.3 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades). 3. A resposta global ao HIV sofreu graves contratempos devido à pandemia da doença coronavírus (COVID-19). As desigualdades socioeconômicas e outras que colocam as pessoas em maior risco de contrair o HIV pioraram significativamente. O acesso a medicamentos antirretrovirais, a disponibilidade de serviços de teste e prevenção e os encaminhamentos para diagnóstico e tratamento diminuíram consideravelmente devido à priorização da resposta COVID-19.

As diretrizes de saúde pública, particularmente medidas de bloqueio e toques de recolher, reduziram o acesso físico aos serviços de saúde para o HIV e outros serviços de saúde sexual e reprodutiva, enquanto as interrupções na cadeia de suprimentos resultaram em escassez de commodities de prevenção, como preservativos e lubrificantes. 4. O Conselho Coordenador do Programa UNAIDS aprovou, por consenso, a Estratégia Global de Aids 2021-2026 em março de 2021. A estratégia utiliza uma lente de desigualdade para enfrentar as barreiras e lacunas que impulsionam a epidemia, e prioriza aqueles que não têm acesso à prevenção ou tratamento do HIV. Identifica um conjunto de facilitadores sociais com suas respectivas metas, em sua abordagem de enfrentamento da desigualdade. 5. Em junho de 2021, a Assembleia Geral aprovou em sua resolução 75/284 a Declaração Política sobre HIV e Aids: Acabar com as desigualdades e entrar no caminho certo para acabar com a AIDS até 2030, com o objetivo de reenergizar os esforços para acabar com o HIV até 2030 e acelerar o progresso para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo 3.

Na Declaração Política, os Estados-Membros comprometeram-se com ações urgentes e transformadoras para acabar com as desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero, leis, políticas e práticas restritivas e discriminatórias, estigma e múltiplas formas de discriminação, inclusive baseadas no status HIV, e outras violações dos direitos humanos que perpetuaram a epidemia global de AIDS. Crucialmente, refere-se aos mesmos alvos da Estratégia Global de Aids no que diz respeito aos facilitadores da sociedade. 6. Em sua resolução 47/14, o Conselho de

Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a elaboração de um relatório que descrevesse as ações que estão sendo tomadas e fizesse recomendações sobre as medidas a serem intensificadas ou iniciadas para cumprir as metas inovadoras sobre os facilitadores da sociedade na Declaração Política e resolver as lacunas remanescentes.

Na elaboração do presente relatório, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) consultou-se com uma série de partes interessadas, principalmente através de um apelo por contribuições por escrito. A OHCHR reconhece particularmente o apoio prestado pelo UNAIDS para a elaboração do relatório. 38. O espaço cívico tem sido pressionado cada vez mais nos últimos anos, particularmente em resposta à pandemia COVID-19, que tem visto que o espaço contrai drasticamente à medida que os países tomaram medidas de saúde pública que restringem as atividades da sociedade civil além do necessário para enfrentar a crise de saúde. O encolhimento do espaço cívico ameaça a capacidade das organizações lideradas pela comunidade de operar e contribuir para a resposta ao HIV. Em 2021, 22 dos 78 países que se reportam ao UNAIDS observaram a falta de contratação social ou outros mecanismos que permitissem o financiamento da prestação de serviços liderada pela comunidade a partir de fundos domésticos; oito países relataram ter "agente estrangeiro" ou outras restrições impostas ao acesso a fundos de doadores internacionais; 14 países relataram ter restrições ao registro, enquanto outros 16 notaram requisitos de relatórios complicados.

39. O financiamento de organizações da sociedade civil, particularmente organizações lideradas pela comunidade, também caiu significativamente, com um impacto severo sobre as populações-chave que tendem a ser os principais beneficiários de programas liderados pela comunidade. Além disso, muitos países não financiam organizações lideradas pela comunidade ou programação de direitos humanos no contexto do HIV.⁴³ As barreiras legais enfrentadas pelas organizações lideradas pela comunidade e a falta de envolvimento significativo das pessoas vivendo com HIV, e de apoio a iniciativas lideradas pela comunidade, continuam a ser grandes obstáculos para a implementação de intervenções eficazes baseadas em direitos humanos. 1. Exemplos de prática relevante 40. A advocacia, a pesquisa e a colaboração com os governos lideradas pela comunidade levaram à reforma legislativa para revogar leis que exigem o consentimento dos pais para os serviços de HIV (Peru), ⁴⁴ para descriminalizar a atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo (Angola) e introduzir proteções para pessoas trans e outras pessoas de gênero diverso (Argentina, Chile, Uruguai⁴⁵ e Paquistão⁴⁶). As organizações lideradas pela comunidade reduziram o estigma e a discriminação e aumentaram o acesso à justiça por meio de recursos para campanhas de sensibilização, capacitação de profissionais de saúde, desenvolvimento de cartas de direitos de pacientes vivendo com HIV e desenvolvimento e entrega de cursos de capacitação legal, ou ajudaram a direcionar pessoas que usam drogas para os serviços de saúde.⁴⁷

2. Recomendações 41. O Alto Comissariado recomenda que: (a) Os Estados estabeleçam e/ou fortaleçam a participação transparente, o diálogo social ou os mecanismos multi-stakeholders nos níveis comunitário, subnacional e nacional, garantindo que os resultados de participação informem políticas e programas relacionados à resposta ao HIV; (b) As estruturas de participação formal sejam acessíveis e inclusivas a indivíduos e grupos que sejam criminalizados, marginalizados ou discriminados, incluindo populações-chave, mulheres e meninas e jovens. Devem ser desenvolvidos mecanismos permanentes específicos para a participação de grupos historicamente excluídos ou cujas visões e necessidades tenham sido inadequadamente abordadas nos processos decisórios; (c) Medidas a serem tomadas para

garantir que as estruturas e mecanismos acima mencionados ofereçam oportunidades significativas de participação, de modo que sejam, no mínimo: (i) Co-projetadas com detentores de direitos relevantes, particularmente pessoas vivendo com HIV, incluindo populações-chave e mulheres e meninas; (ii) Canalizar imparcialmente as opiniões dos detentores de direitos em processos reais de tomada de decisão; ...

IV. Conclusões 55. A implementação de facilitadores sociais e outras intervenções de direitos humanos é indispensável para cumprir o objetivo de acabar com a AIDS até 2030. O financiamento suficiente para eles é vital, e os Estados devem, quando aplicável, colocar em prática medidas de transição da dependência do financiamento externo para uma *resourcing* doméstica mais sustentável para a resposta ao HIV. Além disso, a grave situação que as populações fundamentais e outras vulneráveis enfrentam torna um caso inatacável para alcançar primeiro aqueles que estão mais para trás e garantir que ninguém fique para trás – princípios fundamentais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e, de fato, do quadro de direitos humanos. As intervenções mais bem sucedidas são bem conhecidas, e estas incluem garantir o acesso equitativo a serviços de saúde de boa qualidade para todos, garantir que todos sejam contados e possam participar de processos decisórios sobre suas necessidades e direitos, abordando o estigma e a discriminação e defendendo os direitos humanos das mulheres e meninas. O mundo agora precisa da vontade política para avançar através de uma resposta coordenada e global do HIV baseada na solidariedade e na responsabilidade compartilhada.”

OMS: O enlace entre investimento, preparo e ação

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Estamos diante de mais uma Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII/PHEIC)? Até o momento, não.

Essa foi a pergunta que iniciou o último informe. Seria possível uma resposta binária entre sim ou não? A crítica aos critérios de declaração de um ESPII é a ausência de classificação e é assim que as limitações de uma declaração ESPII vêm à tona. Qual o objetivo de uma declaração como essa? Seria ela suficiente e eficaz para unir esforços? Seriam os critérios adequados ao propósito de alertar a comunidade global e suficientemente equitativo em um mundo interconectado?

É defendido que a proposta de um gradiente para contribuir na decisão do que constitui um ESPII tornará mais fácil galvanizar a vontade política para a coordenação global, desencadear novos mecanismos de financiamento e constituir uma equipe dedicada focada em lidar com o surto.

Na presente situação, ocorreu a reunião do Comitê de Emergência do RSI (2005) em 23 de junho de 2022 e foi decidido que o surto em múltiplos países de infecção por Monkeypox, no momento, não constitui uma emergência em saúde pública de interesse internacional (ESPII). A decisão foi tomada sob a luz das últimas evidências científicas e sociais disponíveis e contando com a análise dos [participantes do comitê](#), os quais foram selecionados de acordo com o trabalho desempenhado em seus países e regiões.

A definição de ESPII segundo o Regulamento Sanitário Internacional é a de um evento extraordinário, que constitua um risco de saúde pública para outros Estados por meio de transmissão internacional e que potencialmente requer uma resposta internacional coordenada. Poliomielite e Covid-19 são as duas ESPII vigentes na atualidade.

O Comitê discutiu questões-chave relacionadas ao surto, incluindo: observações atuais de estabilização ou possíveis tendências de queda no número de casos em alguns dos países que sofreram surtos no início; a necessidade de maior compreensão da dinâmica de transmissão; os desafios relacionados ao rastreamento de contatos, principalmente por causa de contatos anônimos e possíveis links para encontros internacionais e eventos do Orgulho LGBTQI+ propícios a maiores oportunidades de exposição por meio de encontros sexuais íntimos; a necessidade de avaliação contínua das intervenções que parecem ter tido impacto na transmissão; a identificação de atividades-chave para comunicação de risco e envolvimento da comunidade, trabalhando em estreita parceria com as comunidades afetadas para aumentar a conscientização sobre medidas e comportamentos de proteção individual durante os próximos eventos e reuniões; a necessidade de avaliar o impacto de diferentes intervenções, incluindo a avaliação das estratégias de vacinação implementadas por certos países em resposta ao surto, e a disponibilidade e equidade no acesso e licenciamento de contramedidas médicas.

A preocupação central foi com o potencial de exacerbação da estigmatização e violação dos direitos humanos, incluindo os direitos à privacidade, não discriminação, saúde física e mental, de grupos populacionais afetados, o que impediria ainda mais os esforços de resposta. Além disso, para a proteção da saúde pública, alguns membros do Comitê expressaram a opinião de que leis, políticas e práticas que criminalizam ou estigmatizam o comportamento consensual

de pessoas do mesmo sexo por atores estatais ou não estatais criam barreiras ao acesso aos serviços de saúde e também podem dificultar a resposta intervenções.

Nota-se ainda que existem muitas lacunas de conhecimento adicionais e áreas de incerteza, para as quais mais informações são necessárias rapidamente para apoiar uma avaliação mais abrangente do risco à saúde pública deste evento, e incluem: modos de transmissão; espectro completo de apresentação clínica; período infeccioso; espécies de reservatórios e potencial para zoonoses reversas; a possibilidade de vírus; e acesso a vacinas e antivirais e sua eficácia em humanos.

O Comitê reconheceu que a varíola símia é endêmica em partes da África, onde se notou que causa doenças, incluindo mortes, há décadas, e que a resposta a esse surto deve servir como um catalisador para aumentar os esforços para combater a varíola a longo prazo e acesso a suprimentos essenciais em todo o mundo.

Após discussões e que podem ser lidas na íntegra no [report final](#), o comitê observou que muitos aspectos do atual surto em vários países são incomuns, como a ocorrência de casos em países onde a circulação do vírus da varíola símia não havia sido documentada anteriormente e o fato de que a grande maioria dos casos é observada entre homens que fazem sexo com homens, de idade jovem, não previamente imunizados contra a varíola (sabendo que a vacinação contra a varíola também é eficaz na proteção contra a varíola dos macacos). Alguns membros sugeriram que, dado o baixo nível de imunidade da população contra a infecção pelo vírus da varíola, existe o risco de uma transmissão mais prolongada e sustentada para a população em geral que não deve ser negligenciada. O Comitê salientou também que a atividade do vírus em questão tem sido negligenciada e mal controlada há anos nos países da Região Africana da OMS.

O Secretariado da OMS apresentou o esboço do “Plano Estratégico da OMS para a Contenção do Surto Multipaís de Monkeypox”, que enfatiza a adoção de uma abordagem fortalecida, ágil e colaborativa, com foco particular em conscientizar e capacitar os grupos da população afetada a adotar comportamentos seguros e medidas de proteção com base nos riscos que enfrentam e impedir a propagação da varíola dentro esses grupos populacionais.

Foi revisitado que a resposta ao surto requer esforços internacionais colaborativos, utilizando a expertise e o trabalho em campo já instituído e não sendo excludente aos países que já trabalham a anos com o patógeno. É um reforço para uso de estratégias aplicadas durante a Covid-19, como o alinhamento dentro da programação do R&D Blueprint.

Embora alguns membros tenham expressado opiniões divergentes, o comitê decidiu por consenso aconselhar o Diretor-Geral da OMS que, nesta fase, o surto deveria ser determinado como não constituindo uma Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional. No entanto, foi reconhecido por unanimidade a natureza emergencial do evento e que controlar a propagação do surto requer intensos esforços de resposta. O Comitê informou que o evento deve ser monitorado de perto e revisado após algumas semanas, assim que mais informações sobre as incógnitas atuais estiverem disponíveis, para determinar se ocorreram mudanças significativas que podem justificar uma reconsideração de seu conselho.

O Comitê considerou que a ocorrência de um ou mais dos seguintes itens deve levar a uma reavaliação do evento: 1. Evidência de um aumento na taxa de crescimento de casos notificados nos próximos 21 dias, tanto dentro quanto fora dos grupos populacionais atualmente afetados; 2. Ocorrência de casos entre profissionais do sexo; 3. Evidência de

disseminação significativa para e dentro de outros países, ou aumentos significativos no número de casos e disseminação em países endêmicos; 4. Aumento do número de casos em grupos vulneráveis, como imunossuprimidos, inclusive com infecção por HIV mal controlada, gestantes e crianças; 5. Evidência de aumento da gravidade nos casos relatados (ou seja, aumento da morbidade ou mortalidade e taxas de hospitalização; evidência de repercussões reversas para a população animal; 6. Evidência de alteração significativa no genoma viral associada a alterações fenotípicas, levando a maior transmissibilidade, virulência ou propriedades de escape imune, ou resistência a antivirais e impacto reduzido de contramedidas; 7. Evidência de cluster de casos associados a clados de maior virulência detectados em novos países fora dos países da África Ocidental e Central.

Finalmente, o Comitê aconselhou o Diretor-Geral da OMS que os países, no espírito do artigo [44 do RSI](#), devem colaborar entre si e com a OMS na prestação da assistência necessária por meio de canais bilaterais, regionais ou multilaterais, e devem seguir as orientações fornecidas pela OMS.

Balanços do 170ª Sessão do Comitê Executivo da PAHO

A 170ª Sessão do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi concluída com diversas resoluções aprovadas para fortalecimento e colaboração em apoio às metas de saúde nas Américas, incluindo a resposta regional à COVID-19 e medidas para reforçar a capacidade da organização de apoiar os países, particularmente durante as emergências de saúde.

A Diretora da OPAS, Carissa F. Etienne, salientou que em sua visão a Região não está no caminho certo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente o ODS 3, no que tange às metas estabelecidas pela comunidade internacional para melhorar o acesso à saúde universal. Ela agradeceu aos Estados Membros por apresentarem soluções colaborativas, como trabalho intersetorial, inclusive com o setor privado, e maior consideração da interculturalidade, inclusão e engajamento com subgrupos como comunidades LGBTQ+, populações indígenas e outros.

O Comitê aprovou resoluções para apoiar os países na batalha em andamento contra a pandemia, e discutiram sobretudo o impacto devastador na saúde mental e no bem-estar das populações, agravado pela ausência ou interrupção de serviços especializados. Investimentos maiores serão essenciais na promoção da saúde mental, incluindo um número adequado de funcionários bem treinados e a integração da saúde mental na Atenção Primária em Saúde e nos serviços de saúde comunitários, bem como esforços mais amplos para reduzir o estigma e discriminação.

Dra Etienne destacou a importância de políticas que integrem a atenção primária para melhores resultados de saúde, uma vez que países com sistemas de saúde altamente fragmentados foram notadamente piores durante a pandemia. Expôs também a relevância dos sistemas regulatórios nacionais, que desempenham um papel fundamental na supervisão da segurança, qualidade e eficácia de todas as tecnologias de saúde. Devendo ser mecanismos independentes e que tenham espaço para o desempenho de suas funções com base na ciência e nas evidências, sem interferência.

O Comitê Executivo enfatizou a necessidade de vigilância reforçada, que deve contar com capacidades nacionais e regionais robustas para testar, sequenciar e agir sobre patógenos

em evolução. Sublinharam também a importância da partilha de informações entre os Estados-Membros neste contexto, como medidas de alerta precoce.

Aprovação do Fundo Financeiro Intermediário (FIF) pelo Banco Mundial

O devastador custo humano, econômico e social do Covid-19 destacou a necessidade urgente de ação coordenada para construir sistemas de saúde mais fortes e mobilizar recursos adicionais para prevenção, preparação e resposta a pandemias (prevention, preparedness and response - PPR).

A Diretoria Executiva do Banco Mundial aprovou em 30 de junho a criação de um novo Fundo Financeiro Intermediário (FIF) que financiará investimentos críticos para fortalecer as capacidades de PPR pandêmica nos níveis nacional, regional e global, com foco em países de baixa e média renda. O fundo trará recursos adicionais dedicados ao PPR, incentivará os países a aumentar os investimentos, melhorar a coordenação entre os parceiros e servir como plataforma para suporte. O FIF complementarará o financiamento e o apoio técnico fornecido pelo Banco Mundial, alavancará o forte conhecimento técnico da OMS e envolverá outras organizações importantes.

Desenvolvido com a liderança dos Estados Unidos e da Itália e Indonésia como parte de suas presidências do G20, mais de US\$ 1 bilhão em compromissos financeiros já foram anunciados para o FIF, incluindo contribuições dos Estados Unidos, União Européia, Indonésia, Alemanha, Reino Unido, Cingapura, Fundação Gates e Wellcome Trust.

O acesso ao financiamento para prevenção e preparação para pandemias é crucial. A COVID-19 expôs grandes lacunas nas capacidades de preparação, que o Fundo Intermediário Financeiro pode abordar de maneira coerente, como parte da arquitetura global de preparação e resposta a emergências de saúde. A OMS desempenhará papel central no FIF, fornecendo liderança técnica para seu trabalho em estreita colaboração com o Banco Mundial para realizar essa visão ambiciosa.

O objetivo é lançar o FIF no outono de 2022 e fortalecer a capacidade do país em áreas como vigilância de doenças, sistemas laboratoriais, força de trabalho em saúde, comunicação e gestão de emergências e envolvimento da comunidade. Também pode ajudar a preencher lacunas no fortalecimento da capacidade regional e global, por exemplo, apoiando o compartilhamento de dados, harmonização regulatória e capacidade para desenvolvimento coordenado, aquisição, distribuição e implantação de contramedidas e suprimentos médicos essenciais.

Com base em sua plataforma financeira e jurídica, gestão de programas e experiência operacional e experiência na gestão de FIFs, o Banco Mundial atuará como Curador do FIF e sediará a Secretaria, que será composta pelo Banco e pela OMS. Com base em sua experiência técnica, a OMS também liderará o apoio e a coordenação do trabalho do painel consultivo técnico do FIF. Espera-se que as entidades implementadoras de projetos financiados pelo FIF, além do Grupo Banco Mundial, incluam a OMS, outros bancos multilaterais de desenvolvimento e agências das Nações Unidas, bem como outras organizações. O FIF se baseará na arquitetura de saúde global existente para PPR, no contexto do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) e mecanismos de monitoramento associados, com um papel técnico central para a OMS.

Os princípios-chave do FIF serão **complementar** o trabalho das instituições existentes que fornecem financiamento internacional para PPR, aproveitando suas vantagens

comparativas e catalisando o financiamento de fontes privadas, filantrópicas e bilaterais. Além disso, espera-se que o FIF incentive os países a investir mais em PPR, sirva como um integrador dos esforços de PPR e tenha flexibilidade para trabalhar com uma variedade de instituições existentes e se ajustar ao longo do tempo à medida que as necessidades e o cenário institucional evoluem. A estrutura do FIF combinará inclusão e agilidade e operará com padrões de transparência e responsabilidade.

Uma das preocupações expressas por alguns grupos da sociedade civil é que o FIF poderia favorecer o setor privado em detrimento das agências de saúde pública. O Fundo não deve representar uma oportunidade para financiar cuidados de saúde privados e lucrar com a prevenção, preparação e resposta à pandemia.

É ainda sabido que embora a preparação seja um bom investimento para o futuro, o Banco Mundial precisará de reformas para poder responder melhor aos surtos, inclusive por meio de financiamento de vacinas. Apesar de 'resposta' estar no título do [white paper atual](#), é difícil enxergar como o novo FIF poderia acomodar o financiamento da resposta, bem como a preparação para ameaças emergentes em sua versão atual.

O sucesso deste novo FIF dependerá inteiramente se ele é grande o suficiente para corresponder às lacunas globais identificadas (especialistas do G20 HLIP e do IPPPR estimam que o FIF deve ser financiado na escala de dez bilhões de dólares anualmente) e se seu financiamento é adicional ao financiamento global de saúde existente, e não apenas um remodelamento. Um fundo de bilhões de dólares não irá muito longe para alavancar os empréstimos do MDB (Multilateral Development Banks) para reduzir os riscos de pandemia (reforçando que os custos com a Covid-19 estão na casa dos trilhões de dólares). Da mesma forma, a extensão das doações não-MDB também deve depender do total de recursos do fundo.

Não há respostas fáceis dadas as muitas prioridades concorrentes, mas o envolvimento de toda a Diretoria do Banco Mundial e dos maiores acionistas deve gerar um fundo maior. Esta é uma oportunidade para a administração e os diretores executivos do Banco pensarem juntos sobre como financiar bens públicos globais de forma mais eficaz em todo o sistema internacional – para garantir contribuições de ações justas que começam com ações de propriedade de países hoje no Banco Mundial, por exemplo, e para usar um FIF para interagir e mobilizar o sistema MDB e a arquitetura global de saúde como um todo. Mais discussão sobre essa lógica deve fazer parte do white paper e pode ser usada para envolver potenciais financiadores de maneiras que tradicionalmente não informaram o desenvolvimento de FIFs configurados até o momento e poderia ser um caso de teste para expandir essas abordagens para outros fundos já existentes.

Uma melhor preparação a nível de países é a melhor apólice de seguro contra a necessidade de financiamento para uma futura resposta à pandemia. Mas, sempre há riscos de disseminação global e novas ameaças, e questões relacionadas à aquisição e fabricação de contramedidas médicas no caso antigos e novos patógenos que atinjam ampla dispersão.

No geral, os governos de baixa e média renda e as agências que operam em seu nome, além da falta de solidariedade de grandes empresas e países de alta renda, falharam em fazer ou financiar compras “em risco” de vacinas e outras contramedidas antes do licenciamento, o que lentifica acesso e equidade a vacinas e antivirais. O espalhamento de Monkeypox ilustra novamente os perigos do “esperar para ver”, visto a doença ser reconhecida por seu potencial de alastramento global, mas ainda assim contar com tão pouco investimento.

A proposta do FIF deve ser acompanhada de uma nova política de financiamento da resposta à pandemia usando os recursos existentes do Banco Mundial, apoiado por garantias de doadores para gerenciar riscos associados a falhas de P&D ou dinâmicas de doenças. É difícil vislumbrar como o novo FIF poderia acomodar o financiamento da resposta, bem como a preparação para ameaças emergentes em sua versão atual, e, de fato, diferentes arranjos operacionais dentro do Banco poderiam atender a proposta.

A questão do acesso e as barreiras impostas pela crise climática e conflitos bélicos na África Oriental

Os riscos para a saúde na região estão aumentando, enquanto o acesso aos cuidados de saúde está se deteriorando, e por isso no último dia 30, a OMS declarou a ampliação de suas operações na África Oriental. A região enfrenta insegurança alimentar agudizada pelos diversos conflitos, eventos climáticos extremos – incluindo a pior seca em 40 anos – induzidos pelas mudanças climáticas, aumento dos preços internacionais de alimentos e combustíveis e o impacto da pandemia.

Mais de 80 milhões de pessoas na região da África Oriental sofrem de insegurança alimentar. À medida que a desnutrição aumenta, as necessidades de saúde na região acompanham a escalada, especialmente entre as crianças. A fome leva a movimentos migratórios forçados em busca de terrenos mais férteis e água. Com a evolução dessas dispersões, há perda dramática de acesso aos serviços de saúde, que já não é ampla, e aumento de exposição e risco de surtos de doenças.

Assim, a resposta de emergência da OMS está focada em garantir que as populações afetadas possam acessar serviços essenciais de saúde, tratar crianças doentes com desnutrição grave e prevenir, detectar e responder a surtos de doenças infecciosas.

A OMS está montando um centro em Nairóbi, de onde coordenará a resposta e organizará a entrega de suprimentos médicos onde são mais necessários, incluindo medicamentos, vacinas, bem como medicamentos e equipamentos necessários para tratar crianças gravemente desnutridas. Além de fornecer esses suprimentos essenciais, a OMS está trabalhando com os ministérios da saúde dos países afetados para estabelecer sistemas robustos de vigilância de doenças para detectar e responder rapidamente a surtos de doenças.

Colaboração PAHO e UNITAID para avanços na Doença de Chagas

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Unitaid lançaram uma parceria de cinco anos, no valor de US\$ 2,6 milhões, para ampliar os esforços regionais e nacionais para eliminar a transmissão vertical da doença de Chagas.

Chagas é uma doença tropical negligenciada, endêmica na América Latina, onde mata mais pessoas do que qualquer outra infecção transmitida por parasitas. A infecção é causada principalmente por um triatomíneo sugador de sangue, mas a doença também pode ser transmitida de mãe para filho durante a gravidez. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que mais de um milhão de mulheres em idade fértil estejam infectadas, resultando em até 15.000 bebês nascidos com a doença a cada ano. Com essa parceria, espera-se fomentar e acelerar investimentos e compromissos para que todas as crianças, em toda a região, nasçam livres de Chagas e as mães que vivem com a doença recebam o tratamento que necessitam.

A luta contra a doença de Chagas é complicada por vários fatores, incluindo seus múltiplos meios de transmissão, através de picadas de insetos, mas também pelo sangue de uma pessoa afetada ou mesmo pelo consumo de alimentos contaminados. Também é amplamente assintomática, fazendo com que as pessoas afetadas fiquem sem atendimento médico até desenvolver infecção crônica, que é mais difícil de tratar. A falta de ferramentas diagnósticas eficientes, o tratamento longo e difícil e as lacunas nas políticas e no financiamento representam desafios adicionais.

Com menos de 10% das pessoas infectadas com a doença de Chagas em todo o mundo diagnosticadas e ainda menos tratadas, a Unitaid procura preencher uma enorme lacuna que deixa mulheres e bebês em sério risco de infecção. O projeto entre a Unitaid e a OPAS garantirá que avanços nas ferramentas de combate a Chagas possam se tornar rapidamente uma realidade para pessoas em toda a América Latina e além.

A colaboração alavancará insights de outra iniciativa financiada pela Unitaid, a CUIDA Chagas, que visa desenvolver estratégias de teste, tratamento e cuidados que possam ser replicadas em diferentes países e contextos. O projeto determinará a eficácia de novas opções de tratamento mais curtas para a doença de Chagas crônica e validará formas de reduzir o tempo necessário para o diagnóstico. É liderado pela Fiocruz e além do Brasil, dá-se com a colaboração da Bolívia, Colômbia e Paraguai.

A parceria da OPAS e da Unitaid ampliará o impacto desse trabalho, garantindo que as evidências informem diretamente a orientação das políticas e promovam rapidamente o uso mais amplo de diagnósticos mais acessíveis, promovendo melhor aconselhamento, tratamento e atendimento abrangente para mulheres e recém-nascidos.

Como anda a governança global da saúde? Reflexões a partir da Assembleia Mundial da Saúde¹

Celia Almeida

A Assembleia Mundial da Saúde de 2022 (AMS, 2022), realizada em maio, como de praxe, chamou a atenção de analistas nacionais e estrangeiros. Esse interesse decorreria não apenas da expectativa do primeiro debate presencial depois de dois anos online, focado na Covid-19 e na melhor preparação para enfrentar possíveis novas pandemias, mas, principalmente, das acirradas discussões sobre temas técnicos sustentados por soberanas evidências científicas, presumidamente apolíticas; e sobre temas políticos estranhos a um fórum voltado para a saúde, isto é, para questões eminentemente técnicas. Alerta-se, ainda, para o inadequado precedente que esses embates, e as respectivas resoluções aprovadas, trazem para a dinâmica desse fórum e para as decisões sobre saúde no mundo.

Nessas análises há consenso sobre o papel da AMS na governança global da saúde, entretanto, pouco se discutiu sobre o que essa reunião evidencia quanto a essa mesma governança, levando em conta o difícil contexto de transição mundial e a complexa conjuntura pós-pandêmica e de guerra que atravessamos. Interpretar e tentar entender o comportamento dos atores nesse fórum é fundamental para a governança global da saúde, entendida como resultante de complexos embates e negociações, marcados por agudas divisões políticas e interesses conflitantes[1].

Não por acaso, o lema dessa Assembleia foi Saúde para a paz, paz para a saúde, embora se possa questionar a lógica da inter-relação que o lema sugere. Desnuda, entre outras coisas, que diferentes problemas permeiam todos os âmbitos das arenas internacionais, formais e informais, e que as batalhas e divisões entre os Estados-membros não se restringem a questões territoriais, incluem posicionamentos estratégicos sobre diferentes temas e integram a luta permanente pelo poder no mundo.

Lembremos que a OMS não é uma mera organização estática, composta por Estados-membros organizados em torno de um conjunto de normas, regras e procedimentos decisórios, mas sim um espaço social e político de embates, negociações e enfrentamentos, e, como tal, reflete a dinâmica mais ampla do sistema mundial[2]. Chama a atenção que as diferenças entre os Estados-membros não se restringiram à clássica oposição Norte/Sul globais, mostrando que os alinhamentos superam essa histórica divisão e que a geometria variável de alianças, apoios ou divergências voltou à pauta internacional[3].

Sendo assim, o embate sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia deveria ser esperado também nesse fórum, e a forma como foi proposto e ocorreu espelha as disputas geopolíticas em curso. A destruição, sofrimento de milhões de pessoas e a crise humanitária, inerentes a toda guerra, desta vez, foram invocados, porém, de forma identificada – o problema era a guerra atual e o ataque da Rússia. A resolução obteve 88/12 votos (a favor/contra) e 53 abstenções, a maioria, de países da África e da Ásia[4]. Outra resolução sobre as condições de saúde nos territórios ocupados da Palestina, incluindo Jerusalém oriental, Síria e Golan, foi aprovada por 77/14, com 36 abstenções, e contou com a explícita oposição de alguns Estados, alegando a desnecessária politização e a “inaceitável incriminação de um único país – Israel”. Foi preciso que se alertasse que “o assunto não deveria ser politizado, mas tampouco se deveriam adotar

¹ Publicado originalmente no blog do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz, em 22/06/2022. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=como-anda-a-governanca-global-da-saude>

dois pesos e duas medidas”[5]. Não se trata aqui de tomar partido de nenhum dos contendores envolvidos – há insanidade em todos os lados –, mas sim de ressaltar os interesses envolvidos e a parcialidade das decisões.

No que pese a possível censura de alguns países às pautas morais, identitárias e LGBT+ (que proliferaram na última década, inclusive no Brasil), e a existência de visões conservadoras sobre valores e costumes, inclusive protegidos por lei em alguns Estados-membros, esse debate questiona a maneira como os consensos estão sendo construídos na OMS

Mais impactantes foram as divergências em torno da Estratégia Global da OMS para HIV, Hepatite-B e Doenças Sexualmente Transmissíveis, centradas na disputa sobre termos utilizados no texto (por ex., homens que fazem sexo com homens), há décadas consentidos, respaldados por evidências científicas. Lamentou-se a “falta de consenso” em um documento “essencialmente técnico”, ou a “discussão política sobre evidências”, ou ainda o “respeito pela cultura versus a evidência”, isto é, a “falta de acordo sobre as evidências”: foi aprovada com 60 votos de Estados-membros, dos 120 que se abstiveram ou estavam ausentes (todos da região sudeste do mediterrâneo e muitos africanos)[6].

Se o consenso, juntamente com o compromisso, deve ser sempre perseguido para assegurar a ação coletiva e não depender de votos nominais, como foi afirmado pela representação de Botswana, falando em nome de 47 países africanos, apoiada por outros Estados-membros, onde estaria a desavença? No que pese a possível censura de alguns países às pautas morais, identitárias e LGBT+ (que proliferaram na última década, inclusive no Brasil), e a existência de visões conservadoras sobre valores e costumes, inclusive protegidos por lei em alguns Estados-membros, esse debate questiona a maneira como os consensos estão sendo construídos na OMS. Países que se abstiveram invocaram mais atenção e melhor compreensão sobre normas guiadas pela “tradição e pela cultura de diferentes povos”. E delegados ocidentais reivindicaram a “importância da ciência”, reforçando o foco na “dignidade humana e na decência”. Aparentemente, não se trataria tanto dos termos em si, mas da incorporação de preceitos e normas que talvez sejam adequadas para determinadas populações, grupos ou comunidades, mas não para todo o mundo. Além de que, há tempos se discute que as evidências científicas não são as únicas, e as vezes nem as mais importantes, para a tomada de decisões sobre políticas. Aliás, a pandemia de Covid-19 escancarou essa questão.

Em suma, parece que não é mais possível impor globalmente determinadas visões de mundo, hábitos e “maneiras de andar à vida” consideradas “universais”; nem mesmo ignorar valores, culturas e práticas que compõem a diversidade e diferenças entre os povos e os Estados nacionais. E os consensos, sempre provisórios, devem ser estabelecidos e revistos permanentemente. Por outro lado, é preciso estar atento à reivindicação de mais respeito a povos historicamente vistos como subalternos: veja-se a recente demanda de países africanos para que suas pesquisas e capacidades científicas sejam respeitadas como equivalentes àquelas dos países do Norte global.

Mas nem tudo foi dissenso nos debates da AMS

A Assembleia aprovou também propostas que estão em discussão há décadas e sem desfecho satisfatório: mudanças no financiamento da OMS, isto é, aumento das contribuições dos países-membros – cerca de 16% acima das contribuições atuais (2020-202) –, até que constituam 50% do total orçamentário em 2030-2031, com o propósito de fortalecer a organização e, conseqüentemente, seu caráter relevante na arquitetura e governança da saúde global. Isso sem eliminar as outras contribuições voluntárias de países, ou de outros doadores,

para atividades e programas específicos (hoje cerca de 80% de orçamento total da organização); porém, não houve preocupação em definir critérios para o uso desses recursos adicionais, que não sejam simplesmente a vontade do doador. Esse aumento será paulatino e deverá ser endossado anualmente nas assembleias subsequentes, e será contingente ao “progresso das reformas internas da OMS”, que deveriam torná-la “mais responsável, transparente, eficiente e bem administrada” [7]. Um grupo de trabalho deve fazer recomendações para esse controle.

Portanto, tudo vai depender do que se considere como “fortalecimento da governança global da saúde”, pautada por transparência, responsabilidade, eficiência, impacto e resultado, critérios que, como se sabe, para serem objetivos precisam de indicadores robustos, mas de difícil definição.

Da mesma forma, discutiu-se a relevância de um novo instrumento para a preparação contra possíveis pandemias (tratado) e a necessidade de uma nova revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), defendendo-se que os dois instrumentos são complementares, sendo que um tratado levará muito mais tempo para ser aprovado e emendas específicas no RSI podem ser implementadas mais rapidamente. Mesmo nessas discussões, em que houve mais consenso frente às divergências[8], foram propostas (e aceitas) emendas que ressaltaram, de novo, a necessidade e importância de levar em consideração “as informações e necessidades expressas pelos países em cujo território os eventos ocorram”, em clara alusão ao imperativo de evitar intervenções intempestivas ou acusatórias que desconsiderem as realidades locais e a soberania dos Estados-membros. A experiência com a pandemia de Covid-19 cobrou seu preço.

A insegurança alimentar foi brevemente discutida, sem, entretanto, aprofundar-se o debate sobre as causas da fome que assola grande parte da humanidade, ou, por exemplo, sobre o impacto na saúde dos alimentos ultraprocessados e o que fazer sobre isso. Ainda que se saiba o quanto a guerra atual está piorando toda essa situação, a preocupação maior parece ser com as dificuldades de distribuição de matérias-primas para a produção de alimentos (no campo e na cidade) para os indivíduos bem alimentados em todo o mundo, e não exatamente com os famintos tradicionais.

O que é, de fato, lamentável é a quase ausência de debate sobre a grave crise de sustentabilidade do planeta e seus impactos na vida e saúde da humanidade (das doenças crônicas às epidemias, novas e reemergentes, e pandemias; das mudanças climáticas às catástrofes ambientais; da exploração sem limites de tudo que há na Terra à devastação sem trégua, rural e urbana, em nome do “progresso”), problemáticas que vêm sendo intensamente discutidas em vários fóruns, oficiais e, principalmente, da sociedade civil. A perspectiva da Saúde Única (One Health), que trabalha com os riscos sanitários que emergem na interação homem-animais-ecossistemas-biodiversidade, sequer mereceu alguma discussão mais aprofundada, sendo alvo apenas de menção em passant. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estratégia relevante, mas que parece não ter sido suficiente, trabalha com indicadores restritos para o seu acompanhamento, pois não dão conta dos múltiplos desenvolvimentos, muito mais amplos e deletérios para uma vida saudável. Da mesma forma, os determinantes sociais da saúde, discutidos na primeira década dos 2000, deram um importante pontapé inicial nessa discussão, mas tampouco foram implementados de forma satisfatória e precisariam ser atualizados frente os inúmeros desastres simultâneos que estamos presenciando em várias partes do mundo.

Não é possível separar completamente o técnico do político. Por melhores que sejam os resultados das pesquisas, os procedimentos técnicos e as boas intenções, se não tivermos as condições estruturais e superestruturais para a mudança não vamos conseguir avançar

Os riscos transbordam por todos os lados: desmatamentos, derrubada e devastação por queimadas de florestas tropicais; exploração e comércio de fauna selvagem; agropecuária intensiva; uso desregulado de agrotóxicos e manipulação genética no agronegócio; falta de apoio e descrédito da pequena agricultura familiar e orgânica; produção de alimentos industrializados com pouco ou nenhum valor nutritivo; e, como resultado, infinita piora das condições de vida e saúde das populações menos favorecidas, e pior, das comunidades submetidas a regimes quase escravagistas de trabalho ou transformadas em predadores involuntários desse meio ambiente onde são obrigadas a viver, famélicas na abundância dessa produção/exploração perversa. Isso para não falar do avanço do crime organizado (com articulação global) que permeia todo esse contexto e a absurda postura das farmacêuticas na questão das patentes para a produção de medicamentos e vacinas, extensivamente discutida nos últimos anos.

Não é possível separar completamente o técnico do político. Por melhores que sejam os resultados das pesquisas, os procedimentos técnicos e as boas intenções, se não tivermos as condições estruturais e superestruturais para a mudança não vamos conseguir avançar. Um tratado para prevenção de pandemias tem que ter um escopo mais amplo e ser objeto de intensas negociações em fóruns intergovernamentais como a AMS e em outros de áreas correlatas. Falar em descolonização sem tocar em nenhum desses pontos é tergiversação.

É urgente que o diálogo com a sociedade civil na AMS seja revisto e ampliado: o status de “relação oficial” de atores não governamentais com a OMS é bastante cobiçado, mas está repleto de atores inexpressivos para o debate que se requer [9]. Mesmo assim, os procedimentos para a participação não permitem interação mais substantiva [10].

Em síntese, deve-se lamentar que a percepção de saúde que orienta os trabalhos da AMS ainda esteja pautada por ideias que remontam à primeira metade do século passado, e que sua atuação esteja estruturada com um arranjo institucional multilateral de governança em crise há décadas, pois apropriado ao pós-guerra daquele mesmo século. Não é segredo que as agências das Nações Unidas são fortemente influenciadas pela dominância de valores e perspectivas das grandes potências ocidentais. É urgente, portanto, uma reconfiguração, pois essa dinâmica não guarda mais relação com a realidade que se evidencia no tumultuado século XXI.

Concluindo, não devemos criticar ou temer a politização da AMS (ou da própria OMS), porque ela é inevitável, inerente a qualquer fórum ou organização internacional, e imprescindível. O problema está no uso político desse fórum para determinados fins. O que se deve denunciar é a visão estreita do que significa promover a saúde da população mundial e a pouca efetividade da arquitetura e condução da governança global da saúde. Perdeu-se, mais uma vez, a oportunidade de recolocar o debate em novos termos. É preciso preparar-se para esses embates, que são cada vez mais frequentes, melhorando nossa capacidade de transformar posições político-ideológicas particulares em resoluções e políticas internacionais tecnicamente bem informadas e voltadas realmente para um mundo menos destrutivo, mais solidário e holisticamente mais saudável.

Referências

- [1] Almeida, C. Global Health Diplomacy: A Theoretical and Analytical Review. Oxford Research Encyclopedia, Public Health Policy and Governance [Online Publication] Feb 2020. USA: Oxford University Press USA. DOI: 10.1093/acrefore/9780190632366.013.25; Almeida, C. e Pires de Campos, R.P. Multilateralismo, ordem mundial e Covid-19: questões atuais e desafios futuros para a OMS. Rev. Saúde em Debate, 2020b, Rio de Janeiro, 44 (No. Esp. 4): 13-39. ISSN 0103-1104; Almeida, C. Governança do setor saúde em um contexto mundial mutante e incerto. Texto para Discussão n.60 – Brasil Saúde Amanhã, 2021, Rio de Janeiro: Fiocruz (47, p.). Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/05/ALMEIDA-C-2021-Governan%C3%A7a-Setor-Saude-em-Contexto-Mundial-Mutante-Incerto-Fiocruz-Saude-Amanha-TD060.pdf> Acesso em: 04/05/2021; Almeida, C. Cap 1 – Pandemia de Covid-19: por que devemos olhar para o contexto internacional? Reflexões sobre a governança do setor Saúde. In: Portela, M. C., Reis, L. G. C., and Lima, S. M. L., eds. Covid-19: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022, 472 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-123-5. <https://doi.org/10.7476/9786557081587>
- [2] Almeida e Pires de Campos (2021), opus cit.
- [3] Geometria variável é um conceito definido por Silva, A.L.R. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). Contexto Internacional 37 (1), p. 143-184. Jan-Apr 2015 <https://doi.org/10.1590/S0102-8529201500010000>
- [4] Fletcher, ER. WHO Governing Board Creates New Emergencies Committee – in Shadow of Debates on Ukraine, Sexual Terms and DRC Scandal. Health Policy Watch, 30/05/2022, Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/who-board-greenlights-new-emergencies-committee-in-shadow-of-debates-on-ukraine-hiv-terms-and-drc-sex-abuse-scandal/> Acesso em: 31/05/2022; Fletcher, ER. Sex, War, Sustainability and the World Health Assembly – Last Week in Review Health Policy Watch, 02/06/2022. Disponível em: <https://healthpolicy-watch.news/sex-war-world-health-assembly-in-review/> Acesso em: 03/06/2022; Zarocostas, J. WHA sees changes to health regulations and WHO funding. The Lancet, Vol 399 June 4, 2022: p. 2090-2091.
- [5] Zarocostas, 2022, p. 2051, opus cit.
- [6] Fletcher 2022 (30/05/2022 e 02/06/2022), opus cit.
- [7] Essas reformas incluiriam: revisão e reforma do sistema de gerenciamento orçamentário (programado, executado e impactos e resultados alcançados); mudanças na cultura gerencial, incluindo seleção de staff por mérito – tal como acontece para as representações de países (sic); e reformas estruturais no sistema de fiscalização e supervisão internas (conforme proposto pela Associação de Funcionários, frente a denúncias contra pessoal em trabalho de campo e alegada parcialidade nos julgamentos dessas questões).
- [8] Ver a respeito Editorial do The Lancet Global Health, Vol 10 July 2022, p. e927.
- [9] A maioria é de representações de sociedades médicas (ou de alguns profissionais de saúde, ou grupos de portadores de determinadas doenças) e de grupos farmacêuticos, além de fundações do agronegócio (como a Croplife International) e outros atores cuja contribuição não é clara (ex., o World Plumbing Council); um levantamento realizado em fevereiro de 2022 pelo Health Policy Watch não encontrou qualquer organização, grupo ambientalista ou que trabalhe com a perspectiva de Eco-Health entre os 220 representantes da sociedade civil que possuem aquele status (Fletcher, 2022, 02/06/2022).

La OPS frente a las próximas elecciones de Director (a)²

Sebastián Tobar

En la próxima 30ª Conferencia Sanitaria Panamericana, en el mes de septiembre, los Estados Miembros elegirán el próximo director de la Organización Panamericana de la Salud (OPS). En virtud de los procesos de Gobernanza de la Organización, en el 170ª Sesión del Comité Ejecutivo, el 24 de junio los candidatos realizaron la presentación de sus plataformas.

La OPS ha sido la primera organización de salud internacional que plantea mancomunar esfuerzos de cooperación contra la propagación de brotes de epidemias y enfermedades en el continente, acumulando prestigio a lo largo de los 120 años transcurridos desde su creación en 1902. Algunos logros han contribuido a acumular prestigio, como ha sido la erradicación de muchas enfermedades como la viruela, el sarampión, la poliomielitis y en 1949, el Programa de Erradicación de la Viruela incorporó una innovación tecnológica para el momento (1978), la vacuna liofilizada, luego usada en todo el mundo para el tratamiento de dicha enfermedad (OPS, 2001).

Desde la creación de la Organización Mundial de la Salud- OMS en 1948, la OPS (Tobar, S. 2017) paso a funcionar como la Oficina Regional de las Américas. En la última década, las tensiones entre China y Estados Unidos se han sedimentado en la OMS. La OPS como oficina regional para las Américas no ha sido inmune a estas tensiones y cuestionamientos de EEUU al multilateralismo, a los que se han sumado problemas de carácter regional.

La OPS, en sus 120 años de existencia, ha jugado un papel clave en la respuesta a grandes epidemias a partir de la gestión del conocimiento técnico que le ha permitido influenciar en el combate a muchas enfermedades.

La actual pandemia encontró a la OPS con tensiones entre sus Estados Miembros, debilitando la gobernanza regional de la salud. Tal es el caso de la crisis en su financiamiento y el debilitamiento del multilateralismo a nivel global, por lo que se realizaron ajustes en las reglas de juego y gobernanza, debilitando en un inicio la respuesta de la Organización.

La pandemia ha tenido un impacto tanto económico y social: caída del crecimiento, aumento de desempleo, pobreza y pobreza extrema. También se observa un gran impacto tanto en la morbi mortalidad por covid-19 como en otros aspectos de la salud:

- ✓ Riesgo de caída de esperanza de vida (-10 años)
- ✓ Tener factores riesgo de NCD aumentó riesgo de muerte por Covid-19 (Mayor riesgo del Caribe)
- ✓ Potenciado el problema de la necesidad de un abordaje a las NCD (Curso de Vida, Promoción de la Salud, Intersectorialidad)
- ✓ Acentuó las inequidades y problemas de acceso
- ✓ Acentuó problemas de salud mental y adicciones

² Este artículo se exige de cualquier conotação política; trata-se de um esforço de resumir os programas apresentados pelos candidatos, apenas para facilitar o acesso do leitor. Entretanto, recomenda-se o acesso direto aos documentos oficiais apresentados pelos candidatos, indicados ao final, nas referências bibliográficas. Las propuestas de los candidatos han sido en algunos casos proporcionadas por los candidatos, sus equipos, páginas webs de los Ministerios o facilitadas por delegados oficiales que participaron en el foro de los candidatos realizado el 24 de Julio en el marco de la 170.ª sesión del Comité Ejecutivo.

La interrupción en acceso a los servicios ha generado problemas en el diagnóstico y tratamiento de cáncer y otras NCD; se han intensificado los problemas en la prevención y tratamiento de VIH SIDA y Servicios de Salud Sexual y Reproductiva; y se han intensificado los problemas de Salud Mental.

La situación compromete los logros en las enfermedades transmisibles y no transmisibles y agrava la situación de la región. En tal sentido, llaman particularmente la atención algunos indicadores críticos como aumento de tasa de suicidio y aumento de embarazo adolescente.

El futuro director de la OPS tendrá el desafío de articular con los estados miembros para dar cuenta de la doble carga de enfermedad reduciendo brechas, analizando los mandatos existentes y proponiendo nuevos para una nueva forma de producir salud Universal en la Región.

Observemos las propuestas de cada uno de los candidatos:

Jarbas Barbosa da Silva Jr

Jarbas Barbosa da Silva Jr es nominado por Brasil. El candidato ocupa actualmente el cargo de Subdirector de la OPS. El candidato ha demostrado a lo largo de su larga carrera como médico sanitarista una gran preparación siendo Magister y Doctor en Ciencias Médicas, así como expertiz ocupando diversos cargos tanto a nivel local, estadual, federal y recientemente regional en la OPS. La nominación de Jarbas no está exenta de algunos problemas, ya que es presentada por el gobierno actual de Brasil del Presidente Bolsonaro, mientras que él no pertenece políticamente al mismo y ha ocupado cargos de relevancia en el Ministerio de Salud durante el Gobierno Lula.

Recientemente en una entrevista en The Lancet, manifestó: *“Que quiere que la OPS trabaje con los estados miembros para desarrollar mecanismos equitativos para garantizar el suministro de vacunas, medicamentos y dispositivos médicos. Desarrollar la capacidad de América Latina para producir vacunas de ARNm es clave”, dijo. “Las vacunas de ARNm se pueden usar si surge un nuevo coronavirus en los próximos años, se pueden usar para un virus de influenza pandémica u otros virus en la región, entonces creo que esto es muy importante”, dijo. En septiembre de 2021, la OPS anunció que había seleccionado dos laboratorios en Argentina y Brasil para desarrollar vacunas de ARNm como parte de un programa de transferencia de tecnología impulsado junto con la OMS.*

En su presentación en el Foro de Candidatos el día 24 de junio, Jarbas inició un análisis del complejo escenario actual en la región, abordando el estado de salud de la población, resalta:

- Enfermedades transmisibles
- Enfermedades no transmisibles
- Accidentes y Violencia
- Brotes, epidemias y desastres
- Desigualdades

El análisis se ha centrado en la triple carga de enfermedad en donde a las transmisibles se le han agregado las no transmisibles y las causas externas. Las transmisibles continúan siendo un desafío en nuestra región, en particular las arbovirosis como el Dengue Zika, Chikungunia que ya se presentaban como un gran problema en el escenario epidemiológico pre pandémico a los

que se le agrega una re-emergencia del sarampión y la preocupación por un agravamiento del VIH Sida en el escenario post pandémico.

Las enfermedades no transmisibles constituyen la principal causas de mala salud, muerte y discapacidad en la Región de las Américas (cuatro de cada cinco muertes al año en la Región, está en ascenso). Estas enfermedades se ven agravadas por las desigualdades que marcó el Dr. Jarbas afectando en mayor medida a los grupos mas vulnerables (Menores ingresos, Afrodescendientes, población indígena y migrantes)

Los accidentes y causas externas se han incrementado por diversos motivos: en la región cerca del 80% de la población vive en grandes ciudades, que han crecido de manera no planificada y el modelo de desarrollo de nuestra región y la propia pandemia han afectado factores de riesgo como el sedentarismo, la mala nutrición o estilos de alimentación poco saludables, consumo de sodio y azúcares e inclusive han incrementado los índices de violencia intrafamiliar.

Analizando el sistema de salud, Jarbas Barbosa, señala que los Sistemas de Salud de la Región están fragmentados y desfinanciados, existen problemas de insuficientes recursos humanos existiendo necesidades de fuerza de trabajo adecuada para que nuestros sistemas de salud sean resilientes, es necesario fortalecer las 11 funciones esenciales de salud pública. La pandemia ha tenido un impacto negativo en el sistema de salud, que en muchos países ha quedado stressado y es necesario fortalecer a la APS como estrategia para producir salud en la región. A esto se suma el impacto económico y social de la pandemia. El incremento de la inseguridad alimentaria, la pobreza, el desempleo producto de la propia pandemia y de la actual guerra en Ucrania constituyen grandes determinantes de la salud de la población de la región.

En este escenario, el candidato de Brasil propone la siguiente visión: *“OPS es la agencia de salud líder que apoya a los países con las estrategias más innovadoras y eficientes para recuperarse mejor, superar las desigualdades y construir sistemas de salud resilientes para mejorar la respuesta a emergencias y desastres y lograr la salud universal”*. Y señalando el camino a seguir para perseguir esa visión, propone 5 acciones:

- Terminar la pandemia
- Implementación completa de la lección aprendida
- Recuperación reconstruir mejor.
- Sistemas de salud resilientes basados en la Atención Primaria de Salud.
- Fortalecer el liderazgo de la OPS y la cooperación técnica a los países.

Avanzar en *terminar con la pandemia*, plantea dos ejes estratégicos. Por un lado seguir desarrollando e incrementado la vigilancia epidemiológica y genómica en salud, por otro lado continuar con las acciones de inmunización en nuestra región superando la actual inequidad en el acceso de los países entre sí y de regiones al interior de los mismos.

En cuanto a las *lecciones aprendidas*, el candidato brasilero señala la necesidad de seguir fortaleciendo las capacidades nacionales de vigilancia y respuesta de eventos con potencial pandémico. La necesidad de una mayor coordinación regional en la vigilancia y en la respuesta. El aumento de las capacidades regionales de producción de medicamentos y vacunas es una línea de actuación que resalta. Finalmente, en resalta el debate global que viene dándose en torno al RSI.

En relación a la recuperación, se plantea la necesidad de retomar la Agenda 2030 y sus ODS, el abordaje de las desigualdades en una región considerada la más inequitativa y desigual del mundo.

La propuesta va en el sentido de aumentar la innovación, adaptación y ampliación de las acciones vinculadas a:

- ENT y salud mental
- eliminación de enfermedades
- inmunización
- mortalidad materna/violencia de género.
- mortalidad infantil
- sistema de información/telemedicina y digitalización
- promoción de la salud/enfoque multisectorial

Para avanzar en la *resiliencia de los Sistemas de Salud* se propone advogar por la mayor asignación presupuestaria sectorial, el fortalecimiento de las funciones esenciales de salud pública, el fortalecimiento de la estrategia de la Atención Primaria de la Salud como medio para alcanzar la Salud Universal, y la necesidad de trabajar sobre los Recursos Humanos en Salud.

En relación con el fortalecimiento del liderazgo de la OPS y la Cooperación Técnica, resalta la experiencia de la OPS como organismo con 120 años de existencia; propicia profundizar la estrategia de cooperación enfocada en los países que supone un modelo de planificación estratégica en función de las necesidades nacionales. La equidad de género y de representación de los países es un criterio que plantea como que tiene que estar más presente en la organización. También propone aumentar la expertiz técnica de la organización por medio de la calificación del personal, así como renovar el compromiso de estos. Finalmente propone la modernización administrativa de la OPS.

Fernando Ruiz

El candidato de Colombia es el actual Ministro de Salud y la Protección Social de ese país, Dr. Fernando Ruiz. También el candidato colombiano es médico con Magister en Economía y en Salud Pública y Doctor en Salud Pública. El Dr. Fernando Ruiz también presenta alguna tensión política al interior de su país, ya que pertenece a la gestión del presidente Iván Duque que finaliza su mandato el día 7 de agosto y asume el nuevo presidente Gustavo Petro. ¿La pregunta es si el nuevo gobierno de Petro, apoyará la candidatura de Ruiz o preferirá alguna alineación con el candidato de otro país de la región?

Al presentar su plan, el Dr. Ruiz manifestó que representa la visión de un ministro de Salud que ha tenido que lidiar con 27 meses de pandemia en uno de los países más complejos y desiguales. Afirmando: *“Mi agenda recoge las lecciones de la pandemia que explotó muchos sistemas de salud en el mundo, especialmente en nuestra región y nos ha dado lecciones que nos cambiarán”*, también hizo mención a *“los riesgos emergentes que enfrentara la región como consecuencia del cambio climático y la progresión del sobrepeso y la obesidad esos otros riesgos que amenizan nuestras poblaciones”*.

Según el candidato colombiano, presenta *“...una agenda de transformación, adaptación y cambio para una institución que tiene una inmensa responsabilidad frente a 1900 millones de habitantes de las Américas”*.

En su propuesta se presentan cinco prioridades para la OPS:

- Seguridad Sanitaria.
- Integración y fortalecimiento de los sistemas de salud.
- Salud como un derecho humano.
- Generación de conocimiento con valor agregado.
- Optimización de los recursos de la organización.

En la primera prioridad, **seguridad sanitaria**, señala que la región ha sido la más afectada por la pandemia, 30 % de los casos y 44 % de las defunciones por covid-19 con la interrupción de los servicios de salud en 55 % de los países de las Américas versus 28 % en Europa, así como 67 % de interrupción en la cadena de suministros versus 48 % a nivel global.

Adicional a ello, señala el *“desabastecimiento de reactivos de laboratorio, EPP, ventiladores, pruebas diagnósticas, medicamentos para cuidado intensivo, oxígeno y vacunas”*, y mencionando que los países que registraron sus compras de ventiladores durante la pandemia adquirieron más de 23.000 ventiladores pagando precios especulativos entre US\$7.000 y US\$67.000 por un ventilador.

El candidato concluye en la necesidad de acordar una agenda de región que permita, en primer lugar, reforzar el papel de coordinación que el sistema interamericano le entregó a la Oficina Sanitaria Panamericana para el manejo de riesgos de salud en la región. Afirmando:

“Consolidar la producción de vacunas, medicamentos e insumos, generando seguridad sanitaria, además de asegurar dentro de la región la cadena de suministros de insumos críticos e incrementar las capacidades de analítica de datos”, dijo Ruiz Gómez,

Algunas políticas mencionadas para avanzar en esta prioridad, sería el Plan Regional de Seguridad Antimicrobiana, el Plan de Acción Frente a los Efectos del Cambio Climático en la Salud y la expansión de la capacidad del Fondo Fondo Estratégico de la OPS para apoyar los requerimientos de emergencia de los países.

En relación a la prioridad de **Integración y fortalecimiento de los sistemas de salud**, el Ministro Ruiz señaló que durante los pasados 10 años, 10 países han reducido su gasto en salud como proporción del PIB, *“14 países se encuentran por debajo de los 600 dólares de gasto per cápita en salud, en 22 países mas de 30 % del gasto en salud proviene del gasto de las familias, solo 5 países están por debajo del 20 % de gasto de bolsillo en salud durante la pasada década y en cinco países críticos la disponibilidad de camas por habitante es una quinta parte de los cinco con mejor disponibilidad”*

En tal sentido afirmó que *“con alta pobreza extrema, e inseguridad alimentaria, los sistemas de salud son un factor crítico para el bienestar”*.

Propiciando superar la fragmentación de los cuidados propicia la *“integración de redes de servicios incluyendo la integración de los países con menor capacidad instalada, programas de formación e intercambio de personal entrenado de salud desde los países con mayor capacidad de formación hacia los países con fragilidad en los sistemas de salud”*.

También impulsa a la salud digital e interoperabilidad dentro de los sistemas, catastros y análisis de las limitaciones de la capacidad instalada y la capacidad resolutiva en los sistemas de la región.

Al abordar la prioridad de **“la salud como derecho”** hizo referencia a los difíciles determinantes de la salud de la región, donde el 22 % de la población no tiene acceso a fuentes

de agua seguras, 66 % sin servicios de saneamiento básico seguro, y entre el 15 y el 30 % de las mujeres más pobres no tienen acceso a métodos anticonceptivos modernos.

En tal sentido, señalo como clave la equidad con el objetivo de la salud como derecho en la región, y abordar la intervención en salud de la OPS con base en cinco determinantes priorizados como críticos en la región a involucrarse en las políticas de la región:

- Las transiciones: demográfica, epidemiológica, nutricional y económica.
- El cambio climático. [SEP]
- La salud sexual y reproductiva. [SEP]
- La multimorbilidad. [SEP]
- El creciente fenómeno migratorio. [SEP]

En relación a la **generación de conocimiento con valor agregado** señaló la necesidad de incrementar el “valor agregado de la asistencia técnica de la organización”. Según el Ministro: *“...la pandemia ha reconfigurado la oferta de estructura del sector salud en diferentes áreas como analítica de datos, biología molecular, genómica, o telemedicina”*. También reconoció que las Universidades y el sector académico en la región han generado capacidades de investigación y educación virtual en salud y la misma comunidad adquirió mayor apropiación de medidas no farmacológicas y farmacológicas.

“Es necesario potenciar a la organización para trabajar en alianzas estratégica con otras organizaciones nacionales y multilaterales; desarrollar una estrategia de redes colaborativas regionales que cubran todos los países de la región y estas redes debe incluir al menos la analítica de datos de salud, gestión de riesgos de salud, genómica, calidad de servicios y evaluación tecnológica”

“Propenderé por incrementar el valor de agregado de las representaciones en los países a partir de esta agenda de innovación”.

Finalmente, el candidato colombiano abordó su prioridad vinculada a la **Optimización de los recursos de la organización**, tomando la recomendación 3 del informe de Auditoría Financiera 2020 de la OPS, elaborado por la National Audit Office del Reino Unido: *“la OPS debería elaborar una estrategia clara de reducción de costos, con plazos determinados, que refleje cambios en la forma de trabajar, un cambio de cultura y el desarrollo y la planificación del personal. Debería considerar las oportunidades para usar mejor los servicios compartidos, recurrir más a la contratación externa e introducir otros cambios en modalidades tradicionales de prestación de servicios”*.

Para avanzar en la optimización propone mejorar la posición financiera de la OPS desde el sistema de las Naciones Unidas, impulsando a la OMS a cerrar la brecha de sub-financiamiento que mantuvo la organización durante más de una década.

“Hacer un esfuerzo poderoso para reducir los costos de funcionamiento generando una estructura más ágil y funcional para realizar sus objetivos misionales integrando parte de su acción con recursos locales de los países. Además de demostrar y dirigir el esfuerzo, el mayor valor agregado a los países como mecanismo para mejorar el pago efectivo de cuotas”

Florence Duperval Guillaume

La candidata haitiana presenta una sólida formación académica y larga trayectoria profesional de casi treinta años, tanto a nivel nacional, regional, como internacional.

En la nota realizada por Lancer, la candidata haitiana resaltó la importancia que la organización escuchara las necesidades de los estados miembros más pequeños, una opinión compartida por varios nominados. *“Creen en la OPS pero están frustrados porque no tienen el apoyo que se supone que deben tener”*. Los donantes privados que estipulan que su dinero solo se puede gastar en áreas específicas constituye un obstáculo adicional, agregó.

En dicho artículo The Lancet, la candidata haitiana criticó la tendencia de los estados miembros más ricos de ver la cooperación regional como un objetivo para la reducción de costos que, en última instancia, pone en peligro la salud pública regional. La inclusión de estados más pequeños también debería promover la investigación de medicinas tradicionales de plantas, dijo Guillaume. *“Necesitamos tratar de trabajar con curanderos tradicionales, curanderos botánicos, porque todo está en nuestras plantas... Necesitamos investigar un poco”*.

Si bien se ha procurado información sobre la propuesta de la candidata de Haití, toda la información a la que se ha accedido ha tenido información del perfil de la candidata, sin una propuesta para la organización.

Nadine Flora Gasman Zylbermann

La Doctora Nadine Flora Gasman Zylbermann es una médica, activista, diplomática y funcionaria mexicana-francesa. Desde el 20 de febrero de 2019, preside el Instituto Nacional de las Mujeres de México. La candidata mexicana cuenta con una importante experiencia internacional como representante de la ONU en diversos cargos y países.

Siendo médica Cirujana, magíster y doctora en Salud Pública ha concentrado su actuación con énfasis en la salud sexual y reproductiva, así como en iniciativas y políticas para la igualdad de género, la prevención y atención de la violencia contra las mujeres y su empoderamiento económico y político.

La candidata mexicana revisa el perfil epidemiológico de las Américas analizando el peso de las enfermedades transmisibles, no transmisibles y causas externas, el gasto en salud y en protección social y su evolución en los últimos 20 años, así como las grandes diferencias en relación a la fuerza de trabajo entre cada uno de los países de la región.

La Dra. Nadine propone un *“Nuevo Pacto por la Salud Universal y el Bienestar”*, resaltando tres ejes:

- *El fortalecimiento de los Sistemas de Salud.*
- *La Autosuficiencia Sanitaria Regional.*
- *Consolidación y proyección de la OPS*

Sobre el primero de los ejes, propone el siguiente esquema para fortalecer los Sistemas de Salud



Obsérvese que se basa en algunos mandatos de la OPS, que tienen importantes documentos orientadores como la Resiliencia de los Sistemas de Salud, la necesidad de servicios de salud universales, inclusivos y centrados en las personas, la idea de políticas y acciones multisectoriales, así como el protagonismo de las comunidades por la salud. La candidata mexicana resalta algunos aspectos vinculados a la salud mental, la salud sexual y reproductiva, la prevención y atención a las violencias, y las enfermedades no transmisibles que se han tornado críticas a partir de la pandemia y que es necesario enfrentar por medio de un sistema sostenible de cuidados y con el despliegue de la cooperación de la OPS. Tres pilares se plantea para el fortalecimiento de los sistemas de salud, como son la gestión del conocimiento, los recursos humanos, y la innovación.

En cuanto al segundo eje: Autosuficiencia Sanitaria Regional se plantea el fortalecimiento de las capacidades tecnológicas y productivas por medio de ampliar la capacidad de investigación y desarrollo, la producción local; el fortalecimiento de dos importantes instrumentos de la OPS, como son el Fondo Rotatorio de Vacunas y el Fondo Estratégico de Salud Pública. Finalmente en este eje plantea el Fortalecimiento de los mecanismos regulatorios regionales. Cinco medidas son propuestas para el fortalecimiento de la capacidad regulatoria en la región: La idea de establecer Paquetes de Herramientas Básicas que cada país debería contar, autorizaciones sanitarias de carácter regional, Mecanismos de Convergencia Regulatoria, rotaciones instituciones en materia de regulación.

En relación a la **Consolidación y Proyección de la OPS** se plantea mejorar la gerencia interna de la organización, proponiendo más recursos en los países (sin decir cómo se obtendrán los mismos), mejorar las capacidades gerenciales de la organización (tampoco se plantea como se logrará este objetivo), más consultores en los países (sin considerar que muchos países ya cuentan con una capacidad significativa en salud pública con sanitaristas formados con postgrado en salud pública), recursos financieros (nuevamente sin decir de donde se obtendrían), eficiencia (sin identificar posibles lagunas de ineficiencia en la organización).

Camilo Alleyne

El Dr. Alleyne es un médico sanitarista panameño que se desempeñó como Ministro de Salud (2004-2009) de este país y que entre su actuación internacional de destaque fue que lideró el proceso de formulación de la Agenda de Salud de las Américas 2008-2017 como un compromiso conjunto de todos los países y todas las instituciones por la salud de la región.

El candidato panameño insta al apoyo a la Agenda 2030 y en particular el ODS3 y al fortalecimiento de la agenda de salud sostenible para las Américas 2018 - 2030. En tal sentido

reconoce el valor aportado por el Plan Estratégico 2020-2025, reforzando la idea de rendición de cuentas y postula la necesidad de *“establecer procesos que actualice ante los eventos adversos y centinelas que han interrumpido los procesos en tiempo de cumplimiento y han atrasado las agendas, lo que implica su revisión de actualización y seguimiento”*.

La propuesta del candidato panameno es que no hay que dar un giro a los compromisos ya establecidos ya mencionados y alcanzar los propósitos que alcancen:

- ✓ Un continente americano saludable y equitativo.
- ✓ La reafirmación del derecho a la salud.
- ✓ El panamericanismo.
- ✓ La equidad en salud.
- ✓ La universalidad.
- ✓ La inclusión social.
- ✓ El acceso y la cobertura universal.
- ✓ La toma de decisiones a nivel regional con agente gubernamentales y no gubernamentales.
- ✓ La ejecución y seguimiento de la rendición de cuentas.

En tal sentido, postula que: *“La Dirección de la OPS mantendrá la línea establecida con los cambios necesarios que tengamos que actualizar en conjunto con los ministros y secretarios de estado de la región”*. Alleyne propone:

Un *Sistema Panamericano de Información*, para fortalecer con acceso inmediato de los países de la región a través de un sistema moderno de monitoreo y acceso que la llamaremos Información Técnica Inmediata (ITI).

En relación a la *Rectoría y Gobernanza*:

- ✓ Todos los organismos rectores (programas) de la OPS mantendrán una consulta abierta continua con los países que forman parte de la institución para todas las decisiones importantes de los organismos. El candidato parece desconocer que en los cuerpos directivos de la OPS se realiza el seguimiento de los planes y programas aprobados en la organización realizando su seguimiento y corrección de mandatos y estrategias.
- ✓ Mantendremos una consulta permanente on line y La participación con todos los sistemas comunicación con los ministros de estado. Parece una propuesta interesante, pero poco operativa, ya que los Ministros realizan cotidianamente muchas actividades en relación a la salud de sus países. Los representantes de la OPS, deberían ser los medios para realizar una comunicación en tiempo real entre la organización y el país.
- ✓ Fortalecer, actualizar y dinamizar todas las oficinas de la organización en los países para poder brindarles los servicios permanente, dinámico y actualizado a los países que requieran de esa intervención voluntaria o solicitada.
- ✓ Establecer los cascos verdes blancos , que serán grupos de alto nivel de salud pública que manejen contingencia de respuesta rápida de emergencia sanitaria. Parece profundizar la función de la OPS en la ayuda humanitaria a los países.

Bajo el título de *“Capital Humano”* propone el *“fortalecimiento del OMBUS MAN dándole autoridad para poder tener la vigilancia necesaria para detectar riesgo de acoso laboral en nuestra institución”*; la *“Cero tolerancia al acoso laboral que incluye: acoso sexual, acoso*

laboral o de cualquier tipo” y establecer un “... *reglamento de Capital Humano y que mantenga claramente que cualquier tipo de acoso será severamente castigado.*”

Como propuestas para el *financiamiento* de la organización postula:

- ✓ Bajar los costos de la organización en la sede, fortaleciendo la inversión en los países para poder brindar el servicio al cual nos debemos que es la asistencia sanitaria a nuestros miembros.
- ✓ Garantizar un presupuesto en base a factura, ingreso y gasto corriente.
- ✓ Robustecer los procesos de costo efectividad.
- ✓ Crear una cultura de eficacia y rendición de cuentas.
- ✓ Evitar gastos innecesarios
- ✓ Estructurar un nuevo sistema a raíz de la situación de la pandemia para el fondo rotativo de vacunas y medicamentos.
- ✓ La preocupación por la rendición de cuentas parece ser vertebral en la propuesta del panameño, que postula la auditoría interna y externa:
- ✓ Todas las cuentas de la organización deben ser accesibles a todos los miembros como: gastos corrientes ingresos, compras, servicios y deben públicas a la sociedad.
- ✓ La transparencia nos brinda credibilidad y nos garantiza respaldo logístico y donaciones.
- ✓ Todas las donaciones recibidas serán manejadas y puestas en vista pública.

Es interesante porque con el título de la “*Equidad*” no se refiere a una política tendiente a alcanzar la misma en una de las regiones más desiguales del mundo, sino a la procura de una representación geográfica balanceada para todos los países y de género en una relación 50-50 en relación a la fuerza de trabajo de la organización.

La propuesta propone la “*prevención*”, pero no queda claro si es una política a impulsar en la región o si está orientada a incorporar este enfoque a los trabajadores de la organización. En tal sentido, postula: *la detección temprana control y tratamiento oportuno de las enfermedades no transmisibles; la promoción de estilos de vida saludables; la eliminación (abordaje de los principales riesgos) tales como el Tabaquismo; Hábitos alimenticios; Alcohol Compromisos laborales; Ambientes sanos.*

El ex ministro de Panamá postula que “*la organización debe ser acreditada y todas sus instancias regionales por un organismo internacional para después estimular y fomentar la acreditación en todos los países buscando el principio fundamental en la salud que es CALIDAD Y SEGURIDAD*”. No quedando claro cual sería la instancia para esta acreditación.

Otra propuesta postulada, también llama la atención, que es la propuesta de la creación de un “*hospital virtual fomentando telemedicina, tele radiología y vigilancia epidemiológica oportuna*”. Sin duda la pandemia ha puesto de manifiesto la utilidad de la telemedicina y su utilidad para el diagnóstico y tratamiento y que es importante el intercambio de las lecciones aprendidas. Ahora la OPS no debería realizar como función primaria la prestación directa de estos servicios de salud a los países, sino más bien tendría que propiciar que los países articulen sus capacidades para esto.

La propuesta señala la necesidad de una mayor coordinación efectiva con el sector privado, incorporando la y validando su oferta de servicios. Muchos países de la región han incorporado la prestación de servicios de salud con el sector privado y con financiamiento

público. También es de destacar que los servicios de salud privados siempre requieren de una habilitación y regulación de los Ministerios de Salud para su funcionamiento. En tal sentido, no se entiende bien a que se refiere.

Finalmente, con el título de *Satisfacción del Usuario*, postula que la “*médula espinal mas importante de todas las organizaciones de salud son los SERES HUMANOS*”. Expresando que “*los servicios de atención en salud van dirigidos a satisfacer las personas que demandan de estos servicios y tenemos que fomentar principios internacionales ya que lo esencial en los servicios de salud es la satisfacción del ciudadano*”, planteándolo como las metas mas importantes en nuestra organización.

Daniel Salinas

El actual Ministro de Salud Pública de Uruguay, el Dr. Daniel Salinas es un médico uruguayo originario del partido Cabildo Abierto³, que desde el 1 de marzo de 2020 ejerce como ministro de Salud Pública de Uruguay en el gobierno de Luis Lacalle Pou. Siendo médico neurólogo, el candidato uruguayo cuenta con experiencia como directivo de empresas pero no en los organismos internacionales y en abril de 2021 expresó “desazón y disgusto” con los organismos internacionales por “no estar a la altura⁴”

El Ministro de Salud Pública tuvo una actuación de critica a la actuación de la OPS/OMS durante la pandemia, en particular en relación al Mecanismo COVAX para garantizar la distribución equitativa de vacunas de Covid-19⁵

La propuesta del Ministro Uruguayo puso a la Agenda para el Desarrollo Sostenible y en particular el **ODS 3 “Salud y Bienestar”**, deja claro el rumbo que deben recorrer nuestros países en lo que respecta al bienestar de nuestros pueblos, buscando tomar medidas más audaces y transformativas que se necesitan urgentemente para reconducir al mundo por el camino de la sostenibilidad y la resiliencia, **con el gran propósito que nadie quede atrás.**

Proponiendo trabajar para “*generar **puentes de solidaridad** basados en el pleno respeto de los derechos humanos, la dignidad de las personas, las razas, el origen étnico, la diversidad cultural, la igualdad y equidad de oportunidades para la plena realización del potencial humano y particularmente, en el acceso universal de una salud de calidad, eliminando de obstáculos jurídicos, sociales y económicos que impiden que se atiendan y se aborden las necesidades de los más vulnerables*”.

Su propuesta toma en cuenta al Programa General de Trabajo de la OMS, la Agenda de Desarrollo Sostenible para las Américas 2018-2030; Plan Estratégico de la Organización Panamericana de la Salud 2020-2025 “La equidad, el corazón de la salud” y el Presupuesto por Programas de la Organización Panamericana de la Salud 2022-2023. Sin embargo haciendo un diagnóstico de la situación de los sistemas de salud de los países, plantea que se ha producido un “cambio del paradigma sanitaria. Afirma que la pandemia provocada por COVID-19 nos ha “*replanteado nuevas necesidades*”, sin avanzar en que características tiene las mismas. Y afirma

³ Cabildo Abierto (CA) es un partido político uruguayo fundado en 2019, que abarca sectores conservadores a nivel social y que se autodefinen artiguistas, liderados por el Jefe del Ejercito Uruguayo Guido Manini Rios.

⁴ <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2022/3/gobierno-postulo-al-ministro-daniel-salinas-como-candidato-para-dirigir-la-ops-entre-2023-y-2028/>

⁵ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2022/03/22/uruguay-postulo-a-daniel-salinas-para-dirigir-la-organizacion-panamericana-de-salud/>

que “[SEP] la gran preocupación de nuestros Estados ha sido la llegada tardía o la falta de vacunas. Hemos tenido falta de accesibilidad a insumos biológicos y suministros médicos. [SEP] Como consecuencia nuestros servicios de salud han experimentado grandes alteraciones”. Tal vez hubiera sido interesante profundizar un poco más sobre este diagnóstico.

Posteriormente realiza críticas al desempeño de la OPS, señalando que “evidencio fallas en la rectoría y en la gobernanza”; “Quedó de manifiesto una falta de liderazgo y de un mayor diálogo para el logro de los objetivos comunes trazados”; que hubo “Falta de intermediación para la adquisición particularmente de vacunas contra COVID-19”; así como manifestando que hubo una “Acción tardía”. Como consecuencia de lo mencionado, afirma que “sufrimos un incremento de las asimetrías”.

Como propuestas de intervención, propone 16 líneas de acción:

- ✓ El acceso equitativo servicios salud. [SEP]
- ✓ Las desigualdades e inequidades de salud. [SEP]
- ✓ El fortalecimiento en la rectoría y la gobernanza para generar sistemas de salud resilientes. [SEP]
- ✓ El aumento recursos humanos para la salud. [SEP]
- ✓ El financiamiento adecuado y sostenible. [SEP]
- ✓ El acceso de medicamentos esenciales y vacunas a través del Fondo Rotatorio y el Fondo Estratégico. [SEP]
- ✓ El fortalecimiento los sistemas de información para la salud. [SEP]
- ✓ La generación y transferencia del conocimiento en salud. [SEP]
- ✓ El estímulo e intercambio de buenas prácticas. [SEP]
- ✓ Respuestas en brotes de enfermedades, emergencias y desastres. [SEP]
- ✓ La vigilancia de redes de laboratorio. [SEP]
- ✓ Un Procedimiento Permanente Operativo (PPO) para desastres. [SEP]
- ✓ Enfermedades transmisibles y no transmisibles. [SEP]
- ✓ Siniestros de tránsito. [SEP]
- ✓ Una sola salud – *One Health*. [SEP]
- ✓ Disponer mecanismos de cooperación internacional con Organismos Multilaterales. [SEP]

Es de destacar que, si bien postula un “cambio de paradigma sanitario”, la respuesta que plantea es en el sentido de los mandatos que la OPS ya tiene aprobados o que se vienen implementando.

El candidato apunta que es prioritario trabajar en:

- ✓ Revisión y fortalecimiento de la Gobernanza. [SEP]
- ✓ Una clara rectoría. [SEP]
- ✓ Mecanismo de financiamiento adecuado. [SEP]
- ✓ Realización de auditorías. [SEP]
- ✓ Potenciar el diálogo interinstitucional. [SEP]
- ✓ Intercambio de buenas prácticas y lecciones aprendidas. [SEP]
- ✓ Fortalecer un diálogo más fluido entre la OMS y la OPS. [SEP]
- ✓ Mayor participación de las Representaciones Permanentes de la OPS ante los países. [SEP]

- ✓ Acortar los tiempos de respuesta entre la OPS y sus respectivas Representaciones Permanentes. [L] [SEP]
- ✓ Desarrollo y utilización de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICS) como herramienta para el proceso, administración y distribución de la información. [L] [SEP]
- ✓ Valoración de Recursos Humanos calificados. [L] [SEP]
- ✓ Desarrollo de una comunicación sanitaria asertiva y efectiva – Comunicación 360. [L] [SEP]

Conclusiones

Como se ha observado en las propuestas de los candidatos, hay muchas preocupaciones comunes en las mismas, como son la necesidad de aumento de capacidades de producción de medicamentos y vacunas procurando una mayor soberanía sanitaria de la región.

Otro aspecto común resaltado por todos ha sido la necesidad del abordaje de las enfermedades no transmisibles, incluso la problemática de la salud mental.

Las elecciones a director de la Organización Panamericana de la Salud se rigen por una lógica de las relaciones internacionales, que muchas veces implica el voto por el intercambio de otro apoyo en otro órgano multilateral o alineación de política exterior. No obstante, los candidatos han hecho el esfuerzo de proponer programas o plataforma para la OPS bajo una óptica o racionalidad técnico-sanitaria.

El foro de candidatos que se realiza en el marco del Comité Ejecutivo de la OPS debería servir para diseminar y hacer transparentes las propuestas técnicas de los candidatos para la organización. Lejos de eso, solo acceden a las mismas, los miembros del Comité Ejecutivo o miembros observadores acreditados oficialmente para el mismo. En tal sentido, esto contribuye más a una lógica de las relaciones internacionales para la elección del candidato a director, antes que primar una lógica técnico-sanitaria.

Referencias bibliográficas

- Alleyne, Camilo (2022) "Folder de la Candidatura a Director de la OPS: Agenda Dr. Camilo Alleyne".
- Booth, Amy (2022) "Nominees to lead Paho Announced" Publicado en The Lancet el 25 de junio de 2022 DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01132-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01132-1). Disponible en: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(22\)01132-1/fulltext?dgcid=raven_jbs_etoc_email](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(22)01132-1/fulltext?dgcid=raven_jbs_etoc_email). Acceso el 25 de junio de 2022.
- Barbosa da Silva Jr, Jarbas (2022) "Visión, Prioridades y Propuesta para el Futuro de la OPS". Presentación realizada en el foro de candidatos para director de la OPS". 24 de Junio de 2022.
- Gasman Zylbermann, Nadine (2022) "Dra Nadine Gasman Zylbermann- Candidata de México a la Dirección de la Organización Panamericana de la Salud". Presentación realizada en el foro de candidatos para director de la OPS". 24 de junio de 2022.
- Misión Permanente de Haití ante la OEA. (2022) "Folder de la Candidatura de la Dra. Florence Duperval Guillaume a la Dirección de la OPS" Dr. Florence Duperval Guillaume: Candidate for the Director of Pan American Health Organization (PAHO). Governemanet of the Republic of Haiti.
- Salinas, Daniel (2022) "Candidatura del Doctor Daniel Salinas para el Cargo de Director de la Organización Panamericana de la Salud para el período 2023-2028".
- Ruiz, Fernando (2022) "Las cinco áreas propuestas por Fernando Ruiz para Dirigir la OPS. Boletín N° 368 de 2022. Ministerio de Salud y Protección Social de Colombia. 24 de Junio de 2022.

Diante da sexta extinção em massa da vida silvestre, a COP-15 da biodiversidade é novamente adiada

Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

“Se você quer ir rápido vá sozinho, se você quer ir longe vá junto” - Provérbio Africano citado pelo Ministro de Ecologia e Meio Ambiente da China, Huang Runqiu, durante a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT2020) da Convenção De Biodiversidade - que expressa bem o que está ocorrendo na Convenção de Diversidade Biológica (CDB), por falta de acordo entre as Partes a COP-15 foi adiada novamente.

Em 2010, por ocasião da [10ª Conferência das Partes da CDB](#) (COP-10), realizada na cidade de Nagoya, Província de Aichi, Japão, foi aprovado o [Plano Estratégico de Biodiversidade](#) para o período de 2011 a 2020, composto por 20 metas denominadas Metas de Aichi. Transcorrido esses 10 anos do plano, em outubro de 2020, as Nações Unidas apresentaram um balanço do Plano, o [Panorama Mundial sobre a Diversidade Biológica](#), no qual reconheceram que tais esforços foram insuficientes para alcançar a maioria das Metas de Aichi. O relatório apontou que apesar dos avanços, como a redução do desmatamento, nenhuma das 20 Metas de Aichi foram totalmente alcançadas pelos países signatários. Segundo a maioria dos delegados, a falta de meios de implementação foi a principal razão para o não cumprimento das Metas. As partes concordam que um aumento significativo dos meios de implementação, incluindo recursos financeiros, será necessário para que a história não se repita. No entanto, o consenso termina aí e as diferenças arquetípicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento surgiram mais uma vez durante as negociações.

O período pós 2020 deveria contar com um novo plano de ação, mas por conta da pandemia, a Conferência de Biodiversidade da ONU programada para ocorrer em 2020 foi adiada e continua nesta situação. Uma primeira parte da COP 15 de Biodiversidade foi realizada virtualmente de 11 a 15 de outubro de 2021, com um número limitado de delegados fisicamente presentes em Kunming, China. Na ocasião, foi adotada a Declaração de Kunming, que pedia ação urgente e integrada para refletir as considerações sobre biodiversidade em todos os setores da economia global. No entanto, a declaração era apenas um depoimento e não continha qualquer tipo de metas ou plano de ação.

Desde então, a convenção vem se reunindo em grupos de trabalho para tentarem encontrar um concordância entre as diversas partes envolvidas para a redação do [Quadro Global da Biodiversidade Pós-2020](#) (GBF – draft lançado em Janeiro de 2020 e ainda sob revisão). Por esse motivo, a COP-15 tem sido adiada diversas vezes, agora prevista para 5 a 17 de dezembro de 2022 em Montreal, Canadá.

O GBF será composto por quatro objetivos de longo prazo para 2050 relacionadas à Visão 2050 para a Biodiversidade⁶. São eles, objetivo A sobre ecossistemas, espécies e diversidade genética; objetivo B sobre conservação e uso sustentável; objetivo C sobre repartição de benefícios da utilização de recursos genéticos; e objetivo D sobre meios de implementação. Todas os objetivos, exceto o objetivo C, incorporaram metas que devem ser alcançados até 2030, para garantir o progresso em direção aos objetivos de 2050. Para isso,

⁶ Visão 2050 para a Biodiversidade: até 2050, a biodiversidade será valorizada, conservada, restaurada e utilizada com sabedoria, mantendo os serviços ecossistêmicos, sustentando um planeta saudável e proporcionando benefícios essenciais para todas as pessoas.

estão sendo estabelecidas 22 metas para 2030 - que pode se tornar 23 se uma meta adicional sugerida para a saúde for acordada.

A quarta reunião do grupo de trabalho da convenção de biodiversidade

Entre os dias 21 e 26 de junho de 2022 ocorreu a quarta reunião do grupo de trabalho. Durante seis dias de conversas na semana passada, houve pouco acordo entre os países sobre o texto final, que inclui projetos de metas para eliminar subsídios prejudiciais ao meio ambiente, reduzir o uso de pesticidas e ações sobre espécies invasoras em um esforço para reduzir as taxas de extinção. Os cientistas alertaram novamente em 2020 que a sexta extinção em massa da vida selvagem na Terra está se acelerando. A redação final do GBF está longe de sua versão final. Dessa forma, haverá uma quinta reunião de 3 dias para fechar o documento. A notícia sobre uma quinta reunião de três dias do GT2020 foram recebidas com o reconhecimento de que não há espaço para falhas no lançamento de um plano global ambicioso para um futuro positivo para a biodiversidade.

Outro motivo para a espera seria a [Reunião de Especialistas](#) que ocorreu em sequência, entre os dias 29 de junho a 1º de julho de 2022 em Bonn, Genebra. Essa reunião teve como objetivo avaliar os indicadores para as metas do GBF e foi chamada pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, sob orientação do Bureau do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico (SBSTTA) e com apoio técnico do Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (PNUMA-WCMC).

Conforme especificado na recomendação do SBSTTA, esta reunião de especialistas contribuiu para a revisão científica e técnica dos indicadores propostos da estrutura de monitoramento para o GBF pós-2020, com base no trabalho realizado no SBSTTA 24, com foco em uma análise abrangente de indicadores de alto nível e a viabilidade para as Partes usá-los. Os documentos decisórios dessa reunião podem ser encontrados [aqui](#). Para a criação dos indicadores também foi considerado o diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a lista de indicadores sob revisão podem ser visualizados [aqui](#).

Repartição dos recursos genéticos - ponto crítico na Panorama Mundial sobre a Diversidade Biológica

Um dos itens mais difíceis e controversos da agenda é a informação de sequência digital (ISD) sobre recursos genéticos. O ISD compreende qualquer sequenciamento de genomas ou proteínas e da decifração do material genético encontrado em um organismo ou vírus. Acontece que muitas dessas informações vem sendo compartilhada entre pesquisadores em banco de dados genéticos, dificultando seu rastreamento de origem e, portanto, inviabilizando a aplicação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios.⁷

Embora existam preocupações socioeconômicas e de biossegurança relacionadas a algumas aplicações de ISD que ainda precisam ser abordadas, os delegados reconhecem a importância de discutir a ISD, mas consideram um desafio o compartilhamento de benefícios

⁷ O Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios (outubro de 2010) estabelece uma estrutura internacional para a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos, inclusive pelo acesso adequado a recursos genéticos e transferência de tecnologias relevantes, levando em consideração contabilizar todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, e por meio de financiamento adequado, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes. Entrou em vigor em 12 de outubro de 2014 e conta atualmente com 136 partes.

relevante do uso da ISD. Esse acordo será necessário para regular o compartilhamento de benefícios e assegurar o acesso contínuo (*open data*) a essas informações, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico.

A ISD em acesso aberto vem contribuindo para a criação de medicamentos, desenvolvimento de vacinas ou reparo de defeitos genéticos. Também possibilita outras aplicações amplas e abrem um novo mundo de oportunidades, entre outras questões, pesquisa de ecossistemas, melhoramento de plantas e animais, manejo de pragas de plantas, regulamentação de espécies invasoras e combate ao comércio ilegal.

A posição do Brasil e o discurso dos Estados membros

O Brasil vem sendo apontado como o grande bloqueador do avanço das discussões. Durante a pandemia, o país pediu o cancelamento das negociações virtuais alegando que países pobres tem mais problemas de conexão à internet e poderiam ser prejudicados em suas participações.

Há também a proposta central do GBF que estabelece como meta a conservação de 30% dos territórios biodiversos do mundo até 2030 e prevê restauração de 20% dos territórios degradados no planeta. O Brasil, detentor de 12% das áreas de florestas conservadas no mundo, defende que essa meta seja nacional, ou seja, que cada país se comprometa com a conservação de 30% dos seus respectivos territórios – Ao mesmo tempo que repassa a responsabilidade para os países que destruíram sua biodiversidade em prol do desenvolvimento, também demonstra um total desconhecimento do conceito de biodiversidade e serviços ecossistêmicos e de alinhamento com a Ciência.

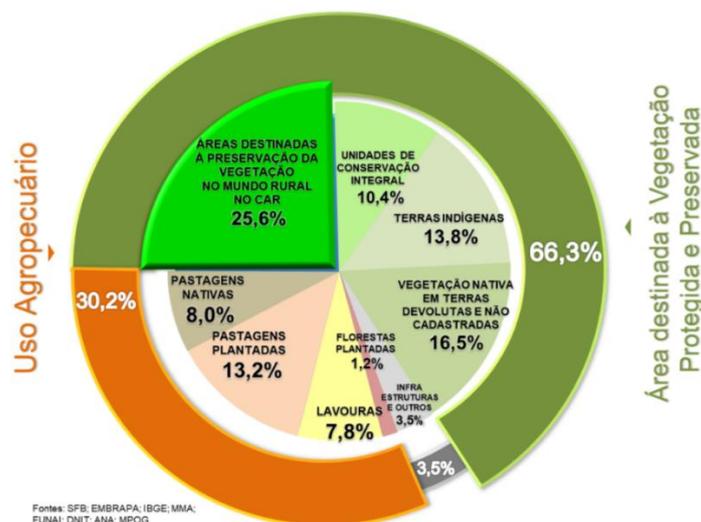
No Brasil, 66,3% do território são áreas destinadas a preservação ambiental, deste 25.6% são questionáveis porque estão dentro de áreas agrícolas (Art. 12⁸ [do Código Florestal](#)), sendo 40,7% realmente destinadas a preservação que sofrem constantemente com desmatamento ilegal. Preservar somente 30% do território daria margem para ampla devastação ambiental e perda de espécies brasileiras, além de alterar os regimes de precipitação, umidade, calor e reduzir o teor de água no solo e subterrânea.

⁸ ([Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012](#)). Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).



Com apoio de outros 20 países desenvolvidos, o Brasil propôs um objetivo para esse acordo, a criação de um fundo extra de transferência de US\$ 100 bilhões anuais, exclusivos para conservação da biodiversidade, até 2030, dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento. A proposta não foi aceita pelos negociadores do bloco europeu, entre os motivos estão a Guerra na Ucrânia, a pandemia, a inflação e a insegurança alimentar (Fonte: [Folha de São Paulo](#)) – A Guerra na Ucrânia tem gerado gastos exorbitantes e sem qualquer benefício para humanidade, enquanto que as questões ambientais não assumem o devido protagonismo na nossa existência. Outro ponto levantado pelos países europeus contra o fundo extra foi a desconfiança no sistema multilateral e a ascensão de governos de extrema-direita no mundo.

Essa resposta diz respeito às várias declarações e atitudes do atual presidente, Jair Bolsonaro, pró- expansão agrícola, pró-caça, pro-mineração, contra a demarcação de terras indígenas, favorecendo o desmonte das políticas de controle ambiental e a falta de compromisso com diversos acordos multilaterais. Mesmo detentor da maior biodiversidade do mundo, que nos colocaria em posição de respeito, as questões políticas atuais fazem do Brasil um negociador ardiloso e de baixa credibilidade, há uma impressão global de que o Brasil estaria querendo atrasar e minar as negociações

Antígua e Barbuda representando o Grupo Latino-Americano e Caribe (GRULAC), pediu o reconhecimento do papel das mulheres, meninas e jovens, reiterando o apoio a uma meta autônoma referente a mulheres e meninas. Ela ainda pediu o avanço das discussões sobre ISD, em particular sua colocação no GBF e sobre os elementos do projeto de decisão a ser encaminhado à COP15.

O Senegal, para o GRUPO AFRICANO, destacou a necessidade de um quadro global coerente e inclusivo para reverter a crise da biodiversidade para toda a humanidade. Ele lamentou a falta de atenção à degradação da terra e do ecossistema e seus impactos nos meios de subsistência das comunidades africanas, pedindo mais trabalho para construir ecossistemas mais resilientes. Ele enfatizou que “África tem uma voz”, destacando o compromisso para um GBF bem-sucedido que precisará incluir ISD e garantir financiamento acessível apropriado de acordo com o Artigo 20 da CDB (recursos financeiros).

A França, para a UNIÃO EUROPEIA, destacou a necessidade de consolidar a estrutura do GBF e reduzir o número de opções sob metas e metas. Ela destacou a importância de ter clareza

sobre as interdependências entre mudanças climáticas e perda de biodiversidade, reduzir nossa pegada ecológica e respeitar os limites ecológicos e focar em ações transformadoras. Ela enfatizou, entre outras coisas, a importância das comunidades locais como guardiãs da biodiversidade e a necessidade de continuar trabalhando na identificação de soluções aceitáveis por todos no DSI. Ela condenou ainda a guerra injustificada na Ucrânia – o Brasil reconhece essa interdependência entre clima e biodiversidade, mas advoga por medidas distintas porque afirma que as causas e os causadores das mudanças climáticas são distintos e o grande emissor histórico de gases de efeito estufa, os EUA, nem fazem parte da CDB, portanto seria inapropriado comprometer somente os demais países.

A Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos

A segunda Conferência do Oceano da ONU realizada de 27 a 1º de julho em Lisboa foi co-organizada pelos governos do Quênia e de Portugal e visou fortalecer o progresso em torno dos atuais desafios como mudanças climáticas, insegurança alimentar, pobreza, saúde humana e ambiental, perda de biodiversidade e desigualdade econômica. O tema abrangente da Conferência é “Ampliar a ação oceânica com base na ciência e inovação para a implementação do ODS 14: inventário, parcerias e soluções”. Como resposta, a conferência buscou impulsionar a inovação baseada na ciência para iniciar um novo capítulo da ação global dos oceanos. A cobertura completa da conferência pode ser encontrada [aqui](#).

A conferência se dividiu em oito diálogos interativos com o objetivo de propor recomendações para apoiar a implementação do ODS 14:

1. Combater a poluição marinha;
2. Promover e fortalecer economias sustentáveis baseadas no oceano, em particular para pequenos estados insulares em desenvolvimento e países menos desenvolvidos;
3. Gerir, proteger, conservar e restaurar os ecossistemas marinhos e costeiros;
4. Minimizar e abordar a acidificação, desoxigenação e aquecimento dos oceanos;
5. Tornar a pesca sustentável e proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos e mercados marinhos;
6. Aumentar o conhecimento científico e desenvolver a capacidade de investigação e transferência de tecnologia marinha;
7. Melhorar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos através da implementação do direito internacional, conforme refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; e
8. Alavancar as interligações entre o ODS 14 e outros objetivos para a implementação da Agenda 2030

Os países e regiões se comprometeram em alocar recursos e ações diversas para conservação dos oceanos. Os delegados presentes na conferência refletiram sobre o progresso feito desde a primeira Conferência do Oceano da ONU em 2017. Desde então, o mundo tomou medidas concretas para lidar com a poluição plástica, inclusive no ambiente marinho, estabelecendo um comitê de negociação intergovernamental para elaborar um novo tratado para acabar com a poluição plástica. Os delegados também mediram o progresso no novo acordo para conservar e usar de forma sustentável a biodiversidade em alto mar, com muitos esperançosos de que o processo seja concluído em 2022, e vários pediram uma moratória na mineração do fundo do mar

No evento, António Guterres, secretário-geral da ONU, pediu desculpas aos jovens no domingo “em nome da minha geração, à sua geração” pelo estado do planeta: “*Na minha*

geração, aqueles que eram politicamente responsáveis... éramos lentos ou às vezes relutantes em reconhecer que as coisas estavam ficando cada vez piores nessas três dimensões: oceano, clima e biodiversidade”, disse ele. “E que ainda hoje caminhamos muito devagar em relação à necessidade de reverter a ameaça, de reabilitar os oceanos, resgatar a biodiversidade e travar as alterações climáticas. Ainda estamos nos movendo na direção errada”.

O presidente da Colômbia, Iván Duque, anunciou que o país já alcançou a conservação de 30% do oceano em suas costas, tornando-se a primeira nação do Hemisfério Ocidental a atingir essa meta até 2030. Também compartilhou o compromisso de seu país de reduzir as emissões de carbono em 50% até 2030; restaurar um milhão de hectares de áreas de recifes de coral; implementar um programa de carbono azul para proteger os manguezais; e estabelecer uma área marinha protegida (AMP) conjunta com outros países. (Duque deve ser substituído pelo presidente eleito Gustavo Petro, um esquerdista que venceu uma eleição histórica em 19 de junho e prometeu proibir novos contratos para exploração de petróleo no terceiro maior país da América Latina.) O CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina anunciou US\$ 1,25 bilhão em cinco anos em financiamento direto para promover, entre outros, a economia azul, a recuperação de ecossistemas marinhos e costeiros e o carbono azul.

Como principal resultado da Conferência os delegados adotaram o [relatório da conferência \(A/CONF.230/2022/L.2\)](#), reafirmando os compromissos firmados e a Implementação do documento Década das Nações Unidas da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030)⁹. Olhando para o futuro, a França e a Costa Rica anunciaram sua oferta de co-sediar a terceira Conferência Oceânica da ONU em 2025.

Miguel de Serpa Soares, Subsecretário-Geral para Assuntos Jurídicos e Conselheiro Jurídico da ONU, em nome do Secretário-Geral da ONU, Guterres, sublinhou a importância da declaração política, pedindo aos delegados que priorizem, entre outros:

- investimento adicional na restauração do ecossistema costeiro, centrado nas mulheres;
- criação de sistemas alimentares mais sustentáveis;
- apoio à ciência oceânica e ao conhecimento tradicional;
- proteger 30% do oceano até 2030;
- parcerias multissetoriais transparentes e responsáveis;
- novos financiamentos para o oceano; e
- aumentar o apoio aos países em desenvolvimento

⁹ Em todo mundo, a Década do Oceano pretende mobilizar cientistas, gestores, políticos e sociedades a protegerem o oceano que, apesar de cobrir 71% da superfície do planeta Terra, é pouco conhecido e conservado. Segundo relatório publicado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO em 2019, apenas 1% dos orçamentos nacionais para pesquisas é direcionado para a ciência oceânica. Estima-se que somente 19% do fundo do oceano já foi mapeado e catalogado. No Brasil, o planejamento das ações para a Década é liderado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), representante científico da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), da UNESCO. Juntamente com o Escritório da UNESCO no Brasil e parceiros, a pasta iniciou a preparação para a Década no ano passado, ao organizar eventos como a Conexão Oceano e o Seminário Regional do Atlântico Sul. Ao longo do primeiro semestre de 2020, 15 organizações se articularam e se juntaram para formar o Comitê Gestor da Década Oceânica no Brasil, cujo objetivo é incentivar o debate e a troca de conhecimentos, e desenvolver de forma coordenada o Plano de Implementação da Década no Brasil.

Os Oceanos têm um potencial enorme no enfrentamento da crise climática, da biodiversidade e insegurança alimentar. No que diz respeito ao clima, os oceanos podem fornecer um quinto dos cortes de emissões necessários para cumprir a meta mais ambiciosa do acordo de Paris: limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus Celsius (2,7 graus Fahrenheit) acima dos níveis pré-industriais. Os parques eólicos offshore podem gerar eletricidade limpa para abastecer milhões de casas em comunidades costeiras. E ecossistemas de “carbono azul”, como manguezais, pântanos salgados, recifes de corais e florestas de algas, podem armazenar mais dióxido de carbono por unidade do que florestas em terra.

Publicamos no informe anterior dados mais completos sobre a governança dos oceanos e a importância na saúde humana, que pode ser visualizado [aqui](#).

Considerações para a saúde e para o planeta

A Conferência de Biodiversidade da ONU não é apenas mais uma conferência ambiental internacional. A biodiversidade está diminuindo a um ritmo sem precedentes e as atividades responsáveis por esse declínio não mostram sinais de redução. A perda da biodiversidade faz parte da tripla crise planetária juntamente com as mudanças climáticas e a poluição. São crises com efeitos sinérgicos, mas são tratadas separadamente porque a contribuição e os papéis das Partes são diferentes em cada um dos assuntos.

Apesar da necessidade em ser paciente para se obter um acordo ambicioso e tangível, há uma emergência global que não explica tamanha demora e falta de compromisso. Ecossistemas degradados são muito mais do que uma questão de estética ou de responsabilidade moral em termos de gestão da biodiversidade. Os serviços ecossistêmicos fornecidos pela natureza são cruciais para a sobrevivência a longo prazo dos humanos e de outras espécies da fauna e da flora, e evidências científicas indiscutíveis concordam que o caminho em que estamos leva à autodestruição. A perda de biodiversidade não apenas criou uma crise ecológica, mas agravou a pobreza, a insegurança alimentar, a escassez de água e os resultados de saúde em declínio para as comunidades mais pobres. Cerca de 75% das doenças emergentes são zoonoses e geralmente ocorrem quando os ambientes naturais de florestas são desmatados e 80% dos medicamentos em países em desenvolvimento têm como base plantas (Fonte: [Global Forest Goals Report](#), 2021).

Aguardamos a COP 15 de 5 a 17 de dezembro de 2022, com esperanças de que não seja adiada mais uma vez e que os países se comprometam e cumpram com o novo Quadro Global da Biodiversidade Pós-2020, que já se iniciará com pelo menos 2 anos de atraso.

Aconteceu na Cimeira das Américas

A vice-presidente Harris anunciou uma Parceria entre os EUA e os países do Caribe para enfrentar a Crise Climática 2030 (PACC 2030). O PACC 2030 abrange novos compromissos relativos aos programas de adaptação e resiliência climática e energia limpa na região do Caribe e servirá como o principal mecanismo do governo dos EUA de curto prazo que ajudarão a cumprir as metas de longo prazo do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2030. A iniciativa reconhece que todos os países da região são vulneráveis às mudanças climáticas e eventos climáticos extremos e precisam de apoio para enfrentar esses desafios e se estrutura a partir de dois objetivos estratégicos:

1. Fortalecimento da Segurança Energética, através de parcerias dos Estados Unidos as nações do Caribe e instituições regionais que promovam o acesso estável a recursos energéticos

limpos e uma infraestrutura energética resiliente ao clima, incluindo os fenômenos naturais como os furacões e os artificiais como aumento de preços do petróleo.

2. Promoção da Adaptação climática e da resiliência: os Estados Unidos irão colaborar com o Caribe facilitando o acesso a serviços, ferramentas e assistência técnica em inteligência climática para o desenvolvimento de infraestruturas resilientes ao clima.
3. Para atingir esses objetivos, o PACC 2030 organizará suas atividades e programas sob quatro pilares:
4. Melhoria do acesso ao financiamento do desenvolvimento, incluindo o aumento do financiamento da International Development Finance Corporation (DFC) dos EUA e a colaboração com os bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e fundos multilaterais de confiança climática e ambiental
5. Facilitar o desenvolvimento e investimento de projetos de energia limpa, atraindo investimentos privados em infraestrutura de energia limpa e projetos de adaptação climática na região ao tempo em que promoverá políticas regulatórias sólidas
6. Melhoria da Capacitação Local através do aumento da capacidade local de avaliar, planejar, prever, mitigar e responder a eventos climáticos extremos e riscos relacionados a mudança climática
7. Aprofundamento da colaboração com os parceiros caribenhos traduzindo o PACC 2030 em compromissos políticos de alto nível e planos de implementação com resultados concretos. Este pilar terá a colaboração do Centro Caribenho de Energia Renovável e Eficiência Energética (CCREEE) e a Corporação de Serviços de Utilidade Elétrica do Caribe

Monitoramento de políticas sensíveis ao gênero durante a pandemia Retrocessos e avanços

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

A recente publicação do relatório intitulado “Respostas governamentais ao COVID-19: Lições sobre igualdade de gênero para um mundo em turbulência”¹⁰ foi coordenada pelo PNUD, em parceria técnica com a ONU Mulheres. Este relatório se baseia no COVID-19 Global Gender Response Tracker¹¹, administrado conjuntamente por ambas as agências, e em literaturas emergentes que analisam as respostas governamentais à pandemia a partir de uma perspectiva de gênero.

Esta iniciativa monitora as respostas tomadas por governos em todo o mundo para enfrentar a pandemia e destaca aquelas que integraram uma lente de gênero. Além disso, ele analisa quais das medidas políticas abordam a seguridade econômica e social das mulheres, incluindo o trabalho de cuidado não remunerado, o mercado de trabalho e a violência contra as mulheres. O rastreador possui como um dos seus objetivos fornecer orientações para formuladores de políticas e evidências para uma resposta política ao COVID-19 que seja sensível ao gênero².

O relatório afirma que embora a pandemia tenha exacerbado as desigualdades de gênero pré-existentes e produzido novos desafios para a efetivação dos direitos de mulheres e meninas, ela também teria desencadeado uma quantidade significativa de inovações e adaptações de políticas públicas. Este relatório foi organizado de modo a analisar as respostas do governo em quatro áreas temáticas: violência contra mulheres e meninas, segurança econômica das mulheres, trabalho de cuidado não remunerado, e participação e liderança nos esforços de resposta à pandemia. Tais análises consideram o escopo e a qualidade das respostas, assim como as variações entre países e regiões. São discutidos os fatores que permitiram ou limitaram uma resposta mais eficaz a partir de uma perspectiva de gênero.

Panorama das respostas dos governos ao COVID-19

A principal discussão do relatório ocorre em torno de um trio de crises interligadas que foram aprofundadas pela pandemia, e que os autores afirmam minar sistematicamente a igualdade de gênero: (i) uma pandemia velada¹² de violência contra mulheres e meninas; (ii) uma crise de empregos e meios de subsistência; (iii) e uma crise de cuidados. Afirma-se que estas três crises juntas reverteram o frágil progresso no mercado de trabalho das mulheres internacionalmente.

Entre os principais dados apresentados, o relatório destacou que, desde o começo da pandemia, as desigualdades de gênero aprofundaram-se com a resposta dos governos, e as necessidades das mulheres raramente estavam no centro. Em 2021, ainda havia 19,7 milhões de empregos a menos para as mulheres, em comparação com 10,2 milhões a menos para os homens. Em 2020, as mulheres prestaram 29% a mais de atividades de cuidados com os filhos do que os homens por semana. Em relação às violências de gênero, destacou-se que 7 a cada 10

¹⁰ [Government responses to COVID-19: Lessons on gender equality for a world in turmoil | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

¹¹ [Rastreador Global de Resposta de Gênero COVID-19 - Plataforma de Futuros de Dados do PNUD](#)

¹² *Shadow pandemic* em inglês.

mulheres dizem que o abuso verbal ou físico por parte de um parceiro se tornou mais comum durante a pandemia.

Ao mesmo tempo, o relatório observou que durante o período da pandemia os movimentos feministas e outros coletivos defensores da igualdade de gênero fizeram uma mobilização ágil de monitoramento e de advocacia para reivindicar ações governamentais contra o impacto desproporcional da pandemia sobre mulheres e meninas.

Em resposta à tais pressões, o relatório declara que os governos adotaram 1.605 medidas sensíveis ao gênero entre março de 2020 e agosto de 2021. Foram encontrados dados que demonstram que 196 países, dentre 226, adotaram pelo menos uma medida sensível ao gênero.

Entre as políticas públicas implementadas, apenas 12% visaram a segurança econômica das mulheres, e 7% apoiaram o trabalho de cuidado não remunerado. Um fator diferenciador durante o período foi o investimento em iniciativas digitais, com mais de 100 países que usaram ferramentas digitais para adaptar o apoio às sobreviventes de violências contra mulheres e garotas. E apesar da maioria dessas medidas ter sido adotada durante os primeiros três meses da pandemia, observou-se que a sua implementação ocorreu em meio a lacunas importantes e tensões políticas.

Além disso, na medida em que os governos buscavam agilizar respostas a estas demandas e pressões da sociedade civil, percebeu-se que a tomada de decisões ficou concentrada no poder executivo. Isto implicou que a maioria dos desenhos destas políticas públicas e suas definições de prioridades não passaram por um processo deliberativo de consulta aos parlamentos, sociedade civil e outras partes interessadas.

O modo como a resposta dos governos ocorreu variou amplamente entre as regiões. Enquanto Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia lideraram a resposta à violência contra mulheres e meninas e aos cuidados não remunerados, a América Latina e o Caribe apresentaram o maior número de medidas voltadas para a segurança econômica das mulheres. Já os países de baixa renda da África e da Ásia introduziram um número significativamente menor de medidas em comparação com os países de alta e média renda. No entanto, houve importantes inovações em políticas públicas mesmo em países que sofreram com restrições significativas durante a pandemia.

Porém, o relatório também destacou que as forças-tarefa especiais criadas para a enfrentar a crise em rápida evolução nos países se basearam principalmente em redes pré-existentes que eram dominadas por homens. Como resultado, na maior parte dos casos, as mulheres foram excluídas desses órgãos de enfrentamento da pandemia. Ainda assim, os autores perceberam que defensores da igualdade de gênero encontraram outros pontos de entrada institucionais para moldar a resposta à COVID-19 em alguns contextos, muitas vezes explorando coalizões e redes de *advocacy* com influência histórica nos países.

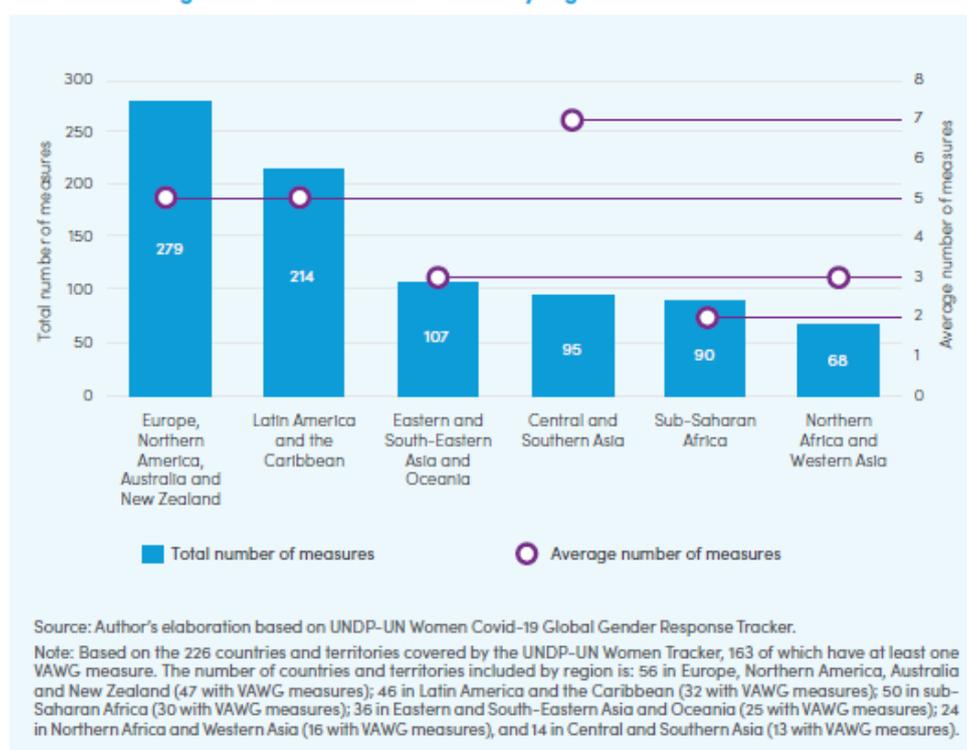
De modo análogo à dinâmica existente anteriormente a pandemia, aponta-se que uma combinação de instituições democráticas fortes, uma maior representação de mulheres no parlamento, assim como a existência de movimentos feministas fortalecidos foram associados a um maior número de medidas sensíveis ao gênero durante a pandemia.

Respostas à pandemia velada de violência de gênero

O relatório afirma que cerca de 64% das medidas implementadas para enfrentar as violências contra mulheres e garotas concentrou-se no reforço dos serviços para sobreviventes, seguido por campanhas de conscientização (17%), esforços para "integrar" as medidas de enfrentamento à violência em um planejamento mais amplo de resposta à COVID (7%), e coleta de dados (6%).

Houve uma variação significativa entre regiões e países em termos tanto do número de medidas, quanto da extensão em que abrangem toda a gama de serviços essenciais de prevenção e resposta. Em termos de abrangência, Europa, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia é o cluster regional com o maior número absoluto de medidas (279) e uma das maiores densidades de medida (média de 5 medidas por país/território), seguido pela América Latina. América e Caribe com 214 medidas e densidade de 4,7 medidas por país/território (ver Figura 2.1).

FIGURE 2.1
Total and average number of VAWG measures by region



Fonte: UNDP; UN Women (2022). Government responses to COVID-19: Lessons on gender equality for a world in turmoil. eISBN: 9789210019194.

Serviços de saúde sensíveis ao gênero

Entre as respostas encontradas, um fator importante foi a porta de entrada dos serviços de saúde para as sobreviventes destas violências. O relatório defende que o sistema de saúde é muitas vezes o primeiro ponto de contato formal para as mulheres que sofrem violência. Os serviços de saúde podem fornecer uma série de serviços essenciais, bem como prover encaminhamentos a outros serviços e conectar os usuários a outros pontos da rede de cuidados.

No entanto, um estudo da OMS apresentado no relatório demonstra que este ponto de contato ainda possui muitas limitações: apesar de 75% dos países incluírem apoio emocional,

físico e de segurança para sobreviventes em suas políticas de saúde, apenas 45% cobriam o pacote completo de serviços de atendimento imediato pós-estupro, e somente 35% incluíam intervenções de saúde mental.

À medida que os serviços de saúde foram sobrecarregados pelo ataque do COVID-19, os sobreviventes da violência de gênero enfrentaram um aumento de barreiras, inclusive no acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e serviços de emergência em caso de agressão sexual. Os governos responderam declarando esses serviços essenciais, mas a implementação se mostrou difícil diante de outras necessidades concorrentes. Devido à redistribuição para atender à emergência do COVID-19, em vários países os serviços de saúde para sobreviventes continuaram a ser interrompidos mesmo após serem declarados como essenciais.

Em adição a estas questões, o relatório afirma que os países que já enfrentavam escassez de infraestrutura e equipes devido à redução dos serviços de saúde, foram também aqueles em que as mulheres trabalhadoras mais sofreram. Isto ocorreu pois a força de trabalho do setor de saúde e assistência social costumam possuir pelo menos 70% de mulheres entre o total dos trabalhadores. E embora tenha existido um aumento no reconhecimento social dos trabalhadores do setor de saúde durante a pandemia, os dados apontam que esse reconhecimento ainda não foi traduzido em melhores salários e condições de trabalho para os trabalhadores, dos quais sua maioria são mulheres.

Lições da pandemia para um mundo em turbulência

O relatório aponta cinco prioridades para resposta e resiliência futuras a crises: investir em proteção social sensível ao gênero para aumentar a resiliência a choques; fortalecer dados e evidências sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres; apoiar movimentos feministas e organizações de direitos das mulheres; aproveitar as tecnologias digitais para a igualdade de gênero; e construir capacidades institucionais para integração efetiva de gênero.

Em conclusão, os autores afirmam que os espaços limitados para a integração de gênero diminuíram ainda mais à medida que governos sacrificam as consultas pela velocidade de implementação das políticas. Nesse contexto, a chance dos riscos e vulnerabilidades específicos de gênero serem abordados dependeram da sua integração prévia em políticas e instituições pré-existentes. Desta forma, a resposta ao COVID-19 aparentou ser fortemente dependente da trajetória anterior dos países nas políticas sensíveis ao gênero.

Porém, eles destacam que a agência dos movimentos feministas também fez diferença, pois os defensores da igualdade de gênero se mobilizaram rapidamente entre países e espaços institucionais. Vários movimentos feministas e organizações de direitos das mulheres forneceram um sistema de alerta precoce sobre os impactos de gênero da pandemia, particularmente na violência contra mulheres e meninas.

Como resultado desta pesquisa, há a defesa que houve importantes instâncias de inovação, difusão de políticas e aprendizado, inclusive em contextos com restrições significativas. Em outros contextos, algumas propostas antigas, como a necessidade de estender a proteção social às mulheres em empregos informais, ganharam força à medida que a pandemia expôs os déficits e desigualdades pré-existentes. A representação e liderança das mulheres em cargos executivos, parlamentos e administração pública foi fundamental para traduzir a advocacia feminista em ação política. E as ferramentas digitais sustentaram o ativismo feminista online e permitiram inovações políticas e implementação rápida de apoio, alcançando grupos de mulheres muitas vezes deixados para trás em “tempos normais”.

Migrações, refúgio e saúde global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura.

OMS Europa: Novo relatório sobre avisos antecipados, alerta e resposta a países receptores de refugiados

O Escritório da Organização Mundial da Saúde na Europa e o Centro Europeu para Prevenção e Controle de Doenças publicou um novo relatório intitulado “Aviso antecipado, alerta e resposta a eventos de saúde pública em países receptores de refugiados”¹³. O objetivo deste relatório, em linhas gerais, é apoiar os processos de prevenção, alerta e resposta (early warning, alert and response, EWAR, em inglês) e funcionar como uma ferramenta rápida de avaliação para ser usada em países que recebem refugiados e migrantes.

Para a Organização Mundial da Saúde, a crise de refugiados na Ucrânia destacou a situação de refugiados nos países de destino e as respostas de países vizinhos para apoiá-los. Contudo, muitos sistemas de saúde nacionais não estão preparados e bem equipados a fim de conseguir enfrentar emergências de saúde pública durante crises migratórias.

O relatório reconhece que refugiados têm maior risco de desenvolverem doenças e condições de saúde do que as populações locais, visto que estão expostos a piores condições de vida durante seu deslocamento. A superlotação de centros de recepção de refugiados e a falta de higiene básica nesses locais estão associadas à disseminação de doenças contagiosas, por exemplo. Esse cenário requer que os países receptores reforcem suas políticas de saúde e estejam preparados para receber esses grupos.

Assim, o relatório busca encontrar oportunidades para fortalecer as capacidades de aviso antecipado, alerta e resposta e assegurar que riscos de epidemias sejam monitorados de maneira apropriada para garantir que a detecção e resposta ocorram no tempo correto.

Declaração conjunta de especialistas em direitos humanos na ONU sobre a decisão da Suprema Corte dos EUA de revogar o caso “Roe v. Wade”

Na última semana, a Suprema Corte dos Estados Unidos revogou o caso *Roe v. Wade*, um precedente de quase 50 anos que assegurava o direito de mulheres escolherem o aborto no país. Tendo em vista esse contexto, o Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU (OHCHR, em inglês) publicou uma declaração conjunta¹⁴ que denuncia o caso como um retrocesso nos direitos das mulheres no país.

A nota destaca a falta de compromisso dos Estados Unidos com o direito internacional, o qual protege os direitos de mulheres à vida contra os impactos negativos de restrições ao aborto. Para as Nações Unidas, a decisão sobre o aborto deve ser sempre das mulheres, e leis restritivas colocam em risco a saúde das gestantes. A declaração também aponta que em países onde há sustentação legal para o aborto, a taxa de morte materna é significativamente mais baixa do que em países onde existem restrições para o procedimento, colocando em risco os direitos à vida e à saúde das mulheres.

¹³ <https://www.who.int/europe/news/item/29-06-2022-new-report-provides-vital-early-warning--alert-and-response-considerations-for-refugee-hosting-countries>

¹⁴ <https://www.ohchr.org/en/statements/2022/06/joint-web-statement-un-human-rights-experts-supreme-court-decision-strike-down>

É essencial ressaltar que essas restrições legais ao aborto seguro geram impactos que recaem especialmente sobre mulheres vulnerabilizadas. No caso dos Estados Unidos, trata-se principalmente de mulheres negras e mulheres imigrantes. Assim, a decisão da Corte permite uma discriminação estrutural contra essas mulheres, visto que torna o aborto seguro exclusivo para mulheres de classes econômicas mais elevadas, levando as demais a se sujeitarem a procedimentos arriscados.

Afeganistão: crise humanitária

24 milhões de pessoas no Afeganistão e 5,7 milhões de afegãos em cinco países vizinhos é o número aproximado de pessoas que estão passando por miséria e fome em meio a décadas de conflito, crise econômica, seca e temperaturas congelantes no inverno. Atualmente, os afegãos constituem uma das maiores populações de refugiados do mundo: aproximadamente três quartos dos refugiados afegãos estão hospedados no Irã e no Paquistão, totalizando mais de 2,2 milhões de refugiados registrados nos dois países.¹⁵

Cerca de 3,4 milhões de pessoas estão deslocadas devido ao conflito, sendo que mais de 700.000 afegãos foram deslocados dentro do país (em 2021). Destes, 80% são mulheres e crianças.¹⁶ Não obstante, com a chegada do Talibã ao poder desde agosto passado, as mulheres e meninas do Afeganistão estão sofrendo cada vez mais limites em seu acesso à educação, redução na locomoção livre sem um parente do sexo masculino e imposições para usar coberturas faciais. Ademais, as meninas foram impedidas de frequentar a escola acima do sexto ano na maior parte do país.¹⁷

Isso se soma a desastres naturais recorrentes, incluindo danos causados por secas e terremotos, que afetam principalmente agricultores e pastores, e à pandemia de COVID-19, gerando altos impactos na saúde e na economia, e resultando em fome aguda para metade da população do país.¹⁸

No último dia 22 de junho, o Afeganistão foi atingido pelo pior terremoto dos últimos vinte anos. Quase 800 pessoas foram confirmadas mortas e muitas outras ficaram feridas, sendo que o número de vítimas e as estimativas de danos são subestimados, com operações de busca e resgate e avaliações adicionais dos locais afetados ainda a serem concluídas.¹⁹

A situação foi agravada pelo fato de que os mais atingidos viviam em casas de barro em uma das regiões mais remotas do Afeganistão, também atingida por fortes chuvas. O ACNUR enviou profissionais para providenciar abrigo, porém a necessidade de maior apoio é urgente para evitar um desastre humanitário subsequente nas áreas afetadas. Há também um sério risco do aumento de doenças transmitidas por via hídrica.²⁰

¹⁵ <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

¹⁶ <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

¹⁷ <https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62aca7074/unhcr-deputy-chief-concludes-visit-afghanistan-pakistan-urges-support-address.html#>

¹⁸ <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

¹⁹ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/6/62b5719a4/unhcr-rushes-relief-supplies-humanitarian-staff-afghanistans-earthquake.html>

²⁰ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/6/62b5719a4/unhcr-rushes-relief-supplies-humanitarian-staff-afghanistans-earthquake.html>

O ACNUR acionou sua resposta de emergência também com vistas à assistência para isolar e aquecer casas, instalações de água e saúde, itens básicos de socorro e apoio psicossocial, tanto no Afeganistão quanto nos países vizinhos. Em meio ao inverno, a agência intensificou significativamente seu alcance adicionando itens domésticos como cobertores, fogões, lanternas solares, kits de isolamento, roupas e suprimentos domésticos vitais para ajudar as famílias a sobreviver.²¹

Prevenir a propagação da COVID-19 também é prioridade através de kits de higiene, contendo sabão, máscaras faciais e estações de lavagem das mãos. “É urgentemente necessário que haja mais ajuda humanitária. Estamos aumentando nossa resposta e precisamos de apoio para proteger e ajudar as pessoas forçadas a fugir.”, destaca ACNUR em seu site oficial²².

O aumento de refugiados reconhecidos no Brasil

O ACNUR relatou que o ano de 2021 foi o 15º ano consecutivo com elevação da quantidade de pessoas deslocadas por conta de conflitos, alcançando o patamar de 53,2 milhões. Até dezembro, em torno de 69% tinham saído de apenas cinco países: Síria (6,8 milhões), Venezuela (4,6 milhões), Afeganistão (2,7 milhões), Sudão do Sul (2,4 milhões) e Mianmar (1,2 milhão). Além disso, a dificuldade em se obter alimento, a alta inflação e a crise climática, reforçam a tendência de mais deslocamentos forçados.²³

O Acnur afirma que essa tendência só poderá ser revertida, por meio de incentivos que tenham como objetivo alcançar a paz. O alto comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi, afirmou que é de extrema importância que a comunidade internacional consiga realizar ações que tentem amenizar ou resolver os conflitos de forma duradoura.²⁴

O Brasil, desde 1985, reconheceu aproximadamente 60 mil refugiados, a maioria deles (48.789) venezuelanos, seguidos de sírios (3.667), congolese (1.448) e angolanos (1.363). Dentre os refugiados presentes no território brasileiro, cerca de 90% têm entre 18 e 45 anos de idade. Os dados foram atualizados recentemente pelo Ministério da Justiça, no final de junho de 2022. Os novos dados foram apresentados na sétima edição do relatório “Refúgio em Números”, editado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), e sua versão mais recente foi tema do Painel Interativo de Decisões sobre Refúgio no Brasil, produzido pelo ACNUR (Agência da ONU para Refugiados) juntamente com o Conare (Comitê Nacional para Refugiados). De acordo com o coordenador-geral do Conare, Bernardo Laferté, o relatório faz parte de um esforço para manter a transparência com relação aos números de refugiados, o que auxilia na melhoria das políticas públicas no Brasil. Além disso, o evento virtual comemorou os 25 anos da Lei Brasileira de Refúgio (Lei 9.474, de 22 de julho de 1997).²⁵

O Brasil acolheu em torno de 3.800 sírios como refugiados. O porta-voz do Acnur no Brasil, Luiz Fernando Godinho, disse que a maior barreira para ocorrer a integração do povo sírio no Brasil é a inserção no mercado de trabalho. A situação se agravou por conta da pandemia de COVID-19, já que muitos refugiados trabalham informalmente, modelo de trabalho gravemente afetado pela redução da atividade econômica. Ainda assim, Godinho afirma que em geral os

²¹ <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

²² <https://www.unhcr.org/afghanistan-emergency.html>

²³ <https://news.un.org/pt/story/2022/06/1792642>

²⁴ <https://news.un.org/pt/story/2022/06/1792642>

²⁵ <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/21/no-dia-mundial-do-refugiado-brasil-atualiza-dados-sobre-populacao-refugiada-no-pais/>

sírios têm boas oportunidades de melhorar sua situação econômica. Em 2019, o ACNUR fez um levantamento socioeconômico dos refugiados presentes no Brasil. Dos 419 ouvidos pela pesquisa, dentre os quais 153 eram sírios, aproximadamente 48% possuíam ensino médio completo, e 30% tinham ensino superior. Apesar do bom nível de escolaridade, a revalidação do diploma permanece sendo um desafio. Nessa mesma pesquisa, somente 14 entrevistados tinham conseguido revalidar seus diplomas. A dificuldade em aprender ou aperfeiçoar a língua portuguesa é outra barreira mencionada pelos refugiados sírios, já que muitas vezes precisam se revezar entre estudar a língua portuguesa e trabalhar por mais horas.²⁶

Refugiados do Sri Lanka

Uma crise de abastecimento no Sri Lanka vem causando um forte aumento da inflação - que chegou a 54,6% no mês de junho. A inflação de alimentos está por volta de 80% e a de transportes por volta de 130%. O número de pessoas em situação de insegurança alimentar tem acompanhado a alta dos custos de vida: 70% das famílias alegaram que estão reduzindo seu consumo, conforme a UNICEF. Atualmente, 22 milhões de pessoas vivem na ilha que está sofrendo com a crise de abastecimento decorrente de problemas para o pagamento de importações de comida, remédios, fertilizantes e combustíveis. As análises atuais são extremamente pessimistas afirmando que a crise está apenas começando, e a inflação pode se manter neste patamar pelo resto do ano.²⁷

A situação levou muitos à rua para protestar. Porém tem levado também muitos a buscar rotas de migração - ainda que perigosas e improvisadas. Uma grande quantidade de migrantes está tentando partir em direção à Austrália, numa rota comumente utilizada durante a guerra civil que assolou o país até 2009²⁸. A viagem, alegadamente custa o equivalente a 4 mil dólares, para uma viagem em barcos que costumam não possuir banheiros e tampouco água. Mais de 300 pessoas embarcaram em direção à Austrália, com esperanças de possuírem sua entrada permitida pelo novo governo trabalhista do país.²⁹ Contudo, a maioria dos barcos são interceptados pela marinha de Sri Lanka e apenas alguns conseguem sair em direção ao destino pretendido. Mesmo quando alcançam a costa australiana, sofrem problemas: no mês de maio e de junho diversos barcos, arrastões e navios foram interceptados e usualmente os migrantes foram deportados.

Dessa forma, o governo australiano vem sendo repreendido pela ACNUR, que afirma tratar-se de um descumprimento ao direito internacional devolver aqueles que buscam refúgio. Ademais, afirma que essa política discriminatória no país tende a ser utilizada contra minorias, incluindo pessoas muçulmanas e da etnia tamil.³⁰

²⁶<https://www.dw.com/pt-br/como-est%C3%A3o-os-refugiados-s%C3%AAdrios-no-brasil/a-56875004#:~:text=O%20Brasil%20abriga%20hoje%20cerca,19%2C%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20se%20agravou>

²⁷ <https://www.reuters.com/markets/rates-bonds/galloping-inflation-forces-sri-lankan-households-cut-back-meals-2022-07-04/#:~:text=Sri%20Lanka's%20inflation%20rate%20stood,prices%20in%20the%20near%20future>

²⁸ <https://www.smh.com.au/world/asia/scared-of-hunger-sri-lankans-are-willing-to-risk-their-lives-on-boats-20220610-p5asth.html>

²⁹ <https://www.abc.net.au/news/2022-06-14/sri-lanka-people-smugglers-use-australian-election/101147394>

³⁰ <https://www.theguardian.com/australia-news/2022/jun/26/screened-out-before-arrival-questions-over-legality-of-australias-at-sea-asylum-seeker-rulings>

Embora os atravessadores estejam se aproveitando da troca do governo e testando o novo governo, este mantém a política de que ninguém que chegue de forma irregular à Austrália terá a permissão de se estabelecer no país.³¹ Há também o crescimento do tráfico humano no país, onde migrantes são convencidos a adentrarem barcos, colocando suas vidas em risco para melhorar sua situação financeira. Essa situação levou a um diálogo mais próximo entre o governo de Sri Lanka e o governo australiano, que tentam uma cooperação bilateral contra crimes transnacionais.³²

Outras rotas vêm sendo tentadas, como por exemplo em direção à Índia. Grande parte dos migrantes consegue atravessar e chegar nos destinos, apesar dos riscos envolvidos no trajeto. A maioria destes são resgatados por pescadores ou policiais e alguns são levados a um dos 113 campos de refugiados em Tamil Nadu, onde ficam dependentes dos cuidados provenientes do governo - usualmente itens básicos e 1500 rupias (valor aumentado em 50% no último ano). Contudo, a Índia não concede o status de refugiados aos que chegam do Sri Lanka desde 2012.³³

³¹ <https://www.abc.net.au/news/2022-06-14/sri-lanka-people-smugglers-use-australian-election/101147394>

³² <https://www.newswire.lk/2022/06/25/sri-lanka-austn-transnational-crime-including-human-smuggling/>

³³ <https://www.thehindu.com/news/national/in-frames-troubled-waters/article65566887.ece/photo/1/>

Ainda na busca por direitos essenciais para a saúde de mulheres e crianças

***Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho***

ONU Mulheres - Declaração: Direitos reprodutivos são direitos das mulheres e direitos humanos

A ONU Mulheres se posicionou no dia 24 de junho de 2022, após a Suprema Corte dos Estados Unidos ter revogado o direito constitucional ao aborto, garantido desde 1973 no país. A decisão representa não só um retrocesso no direito das mulheres, mas também aponta para riscos de perda de outros direitos já garantidos para outras populações vulneráveis, como o casamento de pessoas do mesmo sexo e o acesso ao controle de natalidade.

Na contramão dos Estados Unidos, o Chile conseguiu incluir na nova Constituição o direito ao aborto. Se aprovado, representará um grande passo para a garantia dos direitos das mulheres na América Latina.

“Os direitos reprodutivos são parte integrante dos direitos das mulheres, fato que é defendido por acordos internacionais e refletido na lei em diferentes partes do mundo.

Para poder exercer seus direitos humanos e tomar decisões essenciais, as mulheres precisam poder decidir livre e responsavelmente sobre o número e o espaçamento de seus filhos e ter acesso à informação, educação e serviços.

Quando o acesso seguro e legal ao aborto é restrito, as mulheres são forçadas a recorrer a métodos menos seguros, muitas vezes com resultados prejudiciais ou desastrosos – especialmente para mulheres afetadas pela pobreza ou marginalização, incluindo mulheres pertencentes a minorias.

A capacidade das mulheres de controlar o que acontece com seus próprios corpos também está associada aos papéis que as mulheres são capazes de desempenhar na sociedade, seja como membro da família, força de trabalho ou governo.

A ONU Mulheres permanece firme em sua determinação de garantir que os direitos de mulheres e meninas sejam plenamente observados e desfrutados em todo o mundo, e pretende continuar utilizando as evidências científicas como parceira, para um efetivo progresso em direção à garantia universal dos direitos humanos”.

Para acessar a declaração, [clique aqui](#).

UNFPA - Declaração sobre as implicações globais de novas restrições ao acesso ao aborto

“Se o aborto é legal ou não, acontece com muita frequência. Os dados mostram que restringir o acesso ao aborto não impede as pessoas de procurar o aborto, simplesmente o torna mais mortal.

Como revela o relatório do [Estado da População Mundial de 2022 da UNFPA](#), quase metade de todas as gestações em todo o mundo são indesejadas, e mais de 60% dessas gestações indesejadas podem terminar em aborto. Cerca de 45% de todos os abortos em todo o mundo são inseguros, tornando-se uma das principais causas de morte materna. Quase todos os abortos inseguros ocorrem atualmente em países em desenvolvimento, espera-se que mais

abortos inseguros ocorram em todo o mundo se o acesso ao aborto se tornar mais restrito. Decisões que revertem o progresso conquistado têm um impacto mais amplo nos direitos e escolhas de mulheres e adolescentes em todos os lugares.

O [Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento \(CIPD\) de 1994](#), assinado por 179 países, incluindo os Estados Unidos, reconheceu como os abortos inseguros são mortais e incentivou todos os países a fornecerem cuidados pós-aborto para salvar vidas, independentemente do status do aborto. Também destacou que todas as pessoas devem ter acesso a informações de qualidade sobre sua saúde reprodutiva e contraceptivos.

Como agência de saúde sexual e reprodutiva das Nações Unidas e guardiã da CIPD, a UNFPA defende o direito de todos os casais e indivíduos de decidir livre e responsabilmente o número, espaçamento e tempo de seus filhos e de ter as informações e os meios para fazê-lo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, particularmente o ODS 3 relacionado à saúde materna, com os quais todos os Estados Membros da ONU se comprometeram, correm o risco de não serem cumpridos se os abortos inseguros continuarem”.

Para acessar a declaração, [clique aqui](#), e o vídeo relacionado, [clique aqui](#).

Relatório da ONU Mulheres e PNUD: Cinco lições da COVID-19 para centrar o gênero na crise

A pandemia do COVID-19 aprofundou um trio de crises interligadas que ameaçam mulheres e meninas em todo o mundo: níveis crescentes de violência baseada em gênero, perdas acentuadas no emprego e um aumento incontrolável no trabalho de assistência não remunerado.

Desde o início da pandemia, 7 em cada 10 mulheres dizem que o abuso por parte de um parceiro se tornou mais comum. Há também 19,7 milhões de empregos remunerados a menos para mulheres em todo o mundo, em comparação com 10,2 milhões de empregos a menos para homens. E com base nos resultados da pesquisa de 16 países, as mulheres cuidaram de crianças 29% a mais por semana do que os homens em 2020.

Um novo relatório da ONU Mulheres e do PNUD identifica as principais prioridades para colocar o gênero no centro dos esforços de recuperação e preparação para crises futuras. Aqui estão cinco lições que não podem ser ignoradas:

1. Apoiar movimentos feministas e organizações de direitos das mulheres: Movimentos feministas e organizações de direitos das mulheres desempenham papéis importantes como defensoras, vigilantes e prestadoras de serviços durante crises de todos os tipos. No primeiro ano da pandemia, e apesar das restrições governamentais, as mulheres realizaram mais de 7.000 manifestações em 139 países e territórios. Pelo menos um terço dessas manifestações exigiram ações contra a violência de gênero.

Os alarmes precoces e persistentes tocados por feministas sobre a 'pandemia sombria' da violência contra mulheres e meninas se traduziram em resultados políticos concretos: o relatório descobriu que os países com os movimentos feministas mais fortes antes da pandemia adotaram em média mais três medidas para lidar com essa violência durante a crise do que aqueles com movimentos fracos, independentemente da renda nacional, mostrando a importância dessas ações.

2. Expandir a representação e liderança das mulheres: Os processos democráticos forneceram aos defensores da igualdade de gênero e outros atores progressistas, pontos de entrada cruciais para moldar as respostas nacionais à pandemia. O relatório mostra que, independentemente da renda nacional, países com democracias mais fortes ou maior representação de mulheres nos parlamentos adotaram um número maior de medidas sensíveis ao gênero do que países sem essas características.

No entanto, as mulheres foram amplamente excluídas das forças-tarefa de emergência durante a pandemia: em 130 países e territórios, apenas 24% dos membros da força-tarefa COVID-19 eram mulheres. O progresso significativo na igualdade de gênero dependerá do aumento da representação das mulheres na tomada de decisões – tanto em tempos de crise quanto em outros.

3. Investir agora para aumentar a resiliência a choques futuros: Uma resposta bem-sucedida começa antes da crise, não depois, e para enfrentar efetivamente a emergência do COVID-19, a infraestrutura pré-existente foi fundamental: países com serviços públicos robustos e sistemas de proteção social sensíveis ao gênero puderam contar com essas estruturas para oferecer suporte de forma mais rápida e eficaz.

Isso foi em grande parte uma questão de recursos. Desde a mitigação dos impactos econômicos até o apoio aos sobreviventes da violência, muitos países do Norte Global conseguiram aproveitar e adaptar os sistemas de prestação de serviços existentes ao contexto da pandemia. Outros países improvisaram com graus variados de sucesso. Os países de baixa renda na África e na Ásia, por exemplo, muitas vezes lutaram em sua resposta devido a restrições fiscais.

4. Aproveitar as tecnologias digitais para a igualdade de gênero: Em um mundo cada vez mais online, as ferramentas digitais têm um grande potencial para ativistas e governos. Durante o COVID-19, essas tecnologias sustentaram o ativismo feminista online, ao mesmo tempo em que permitiram inovações políticas e implementação rápida de apoio, alcançando grupos de mulheres muitas vezes deixados para trás em “tempos normais”.

Mais de 100 países – incluindo Japão, Sri Lanka e Uganda – usaram ferramentas digitais para adaptar linhas diretas e apoio psicossocial a sobreviventes de violência. Os países também conseguiram expandir a cobertura e acelerar a entrega de medidas de proteção social sensíveis ao gênero por causa das tecnologias digitais.

Ao mesmo tempo, as persistentes lacunas de gênero no acesso à infraestrutura digital e financeira continuam a excluir as mulheres, particularmente aquelas de grupos marginalizados. Preencher essas lacunas no acesso digital será crucial para garantir que as mulheres não sejam deixadas para trás durante crises futuras.

5. Fortalecer dados e evidências sobre gênero durante e além das crises: Dados em tempo real sobre o impacto de gênero da pandemia foram fundamentais para defender medidas de recuperação sensíveis ao gênero, bem como para rastrear o que funcionou nas respostas dos governos.

A pandemia estimulou inovações na coleta de dados, como o uso de fontes de dados não tradicionais pela ONU Mulheres – facilitado por parcerias com governos, operadoras de telefonia móvel e empresas de pesquisa de mercado – para realizar avaliações rápidas de gênero.

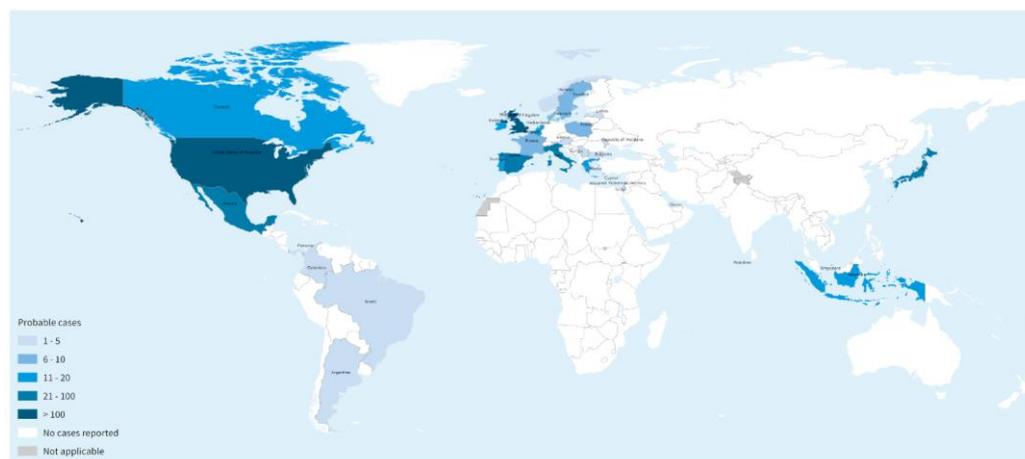
Os planos de recuperação de crises que respondem efetivamente às necessidades de mulheres e meninas dependem da capacidade dos governos de identificar quais são essas necessidades. Expandir a coleta e o uso de dados abrangentes de gênero deve ser uma prioridade na promoção de políticas e estruturas de igualdade de gênero.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde e Organização Panamericana de Saúde - Hepatite aguda grave de etiologia desconhecida em crianças chega à vários países

Em 22 de junho de 2022, 33 países em cinco regiões da OMS relataram 920 casos prováveis de hepatite aguda grave de etiologia desconhecida em crianças que atendem à definição de caso da OMS. Desde o relatório anterior, 27 de maio de 2022, 270 novos casos prováveis foram relatados, incluindo quatro novos países.

Distribuição de casos prováveis de hepatite aguda grave de etiologia desconhecida em crianças por país, em 22 de junho de 2022 (n=920)



Distribuição de casos prováveis notificados de hepatite aguda grave de etiologia desconhecida por Região da OMS desde 1 de outubro de 2021 a 22 de junho de 2022

Região	Casos prováveis	Casos que precisaram de transplante de fígado	Mortes
Américas	383	23	12
Eastern Mediterranean	2	0	1
Europa	460	22	1
Southeast Asia	14	0	4
Western Pacific	61	0	0
Cumulativo	920	45	18

Testes laboratoriais - O adenovírus continua sendo o patógeno mais frequentemente detectado entre os casos com dados disponíveis. Na região europeia, o adenovírus foi detectado

por PCR em 55% dos casos (203 de 371 casos). Relatórios preliminares dos Estados Unidos indicam que o adenovírus foi detectado em 45% dos casos (113 de 252 casos).

O SARS-CoV-2 foi detectado em vários casos, no entanto, os dados sobre os resultados da sorologia são limitados. Na região europeia, o SARS-CoV-2 foi detectado por PCR em 15% dos casos (47 de 307 casos), enquanto dados dos Estados Unidos indicam que o SARS-CoV-2 foi detectado em 10% dos casos (8 de 83 casos).

Dos 100 casos prováveis com dados clínicos disponíveis, os sintomas mais comumente relatados foram náuseas ou vômitos (54%), icterícia (49%), fraqueza geral (45%) e dor abdominal (45%). A média de dias entre a data de início dos sintomas e a data de internação foi de quatro dias.

Existem várias hipóteses sobre a causa desses casos, incluindo fatores toxicológicos/medicamentosos, alimentícios, imunológicos, ambientais ou infecciosos, mas nenhuma foi comprovada até o momento e várias delas estão sendo ativamente investigadas. Conhecer as causas permitirá informar as políticas e medidas de saúde pública para prevenir novos casos e tratar a doença.

Avaliação de risco da OMS

O risco em nível global é atualmente avaliado como moderado considerando os seguintes fatores:

- A etiologia desta hepatite aguda grave permanece desconhecida e está sendo investigada;
- Informações epidemiológicas, laboratoriais, histopatológicas e clínicas limitadas estão atualmente disponíveis para a OMS;
- O número real de casos e a distribuição geográfica podem estar subestimados, em parte devido a sistemas de vigilância limitados;
- O possível modo de transmissão do(s) agente(s) etiológico(s) não foi determinado;
- Embora não haja relatos disponíveis de infecções associadas aos cuidados de saúde, a transmissão de humano para humano não pode ser descartada, pois houve alguns relatos de casos epidemiologicamente relacionados.

Prevenção e Controle de Infecções - Até que se saiba mais sobre a etiologia destes casos, a organização aconselha a implementação de práticas gerais de prevenção e controle de infecções, incluindo:

- ✓ Realizar higiene frequente das mãos, usando água e sabão ou um gel para as mãos à base de álcool
- ✓ Evitar espaços lotados e manter distância
- ✓ Garantir uma boa ventilação quando dentro de casa
- ✓ Usar uma máscara bem ajustada cobrindo a boca e o nariz, quando apropriado
- ✓ Cobrir a boca para tossir e espirrar
- ✓ Usar água potável para beber
- ✓ Seguir cinco pontos-chave para uma alimentação mais segura: (1) mantenha-se limpo; (2) separar cru e cozido; (3) cozinhar bem; (4) manter os alimentos em temperaturas seguras; e (5) usar água e matérias-primas seguras.
- ✓ Limpeza regular de superfícies tocadas com frequência
- ✓ Ficar em casa quando estiver doente e procurar atendimento médico quando necessário

- ✓ As unidades de saúde devem aderir às precauções padrão e implementar precauções de contato e gotículas para casos suspeitos ou prováveis.

A OMS também disponibilizou uma **plataforma e formulário para notificação** dos casos, a fim de que os estados possam comunicar possíveis casos da Hepatite Aguda Grave de Etiologia Desconhecida. Para acessar o formulário, [clique aqui](#). Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#) e [clique aqui](#).

UNICEF - Situação Mundial da Pobreza de Aprendizagem: atualização de 2022

Um dos indicadores mais intuitivos da crise é a taxa de pobreza de aprendizagem, que mede a proporção de crianças que não conseguem ler um texto simples com compreensão aos 10 anos. O relatório intitulado *The State of Global Learning Poverty: 2022 Update* aponta que a pobreza de aprendizagem generalizada antecedeu a pandemia: já em 2019, antes do mundo ser atingido pela pandemia, a taxa de pobreza de aprendizagem já estava estimada em 57% nos países de baixa e média renda, e na África Subsaariana era de 86%. Além disso, o progresso global contra a pobreza de aprendizagem já havia estagnado: entre 2015 e 2019, não houve redução na pobreza de aprendizagem global. A leitura, juntamente com a escrita, numeramento e habilidades socioemocionais, é um alicerce para todos os outros resultados educacionais com os quais as sociedades se preocupam.

O nível muito alto de pobreza de aprendizagem global é um sinal de que muitos sistemas educacionais, apesar do seu progresso nas últimas décadas na melhoria do acesso às escolas, não proporcionaram aprendizagem. A magnitude do desafio de aprendizagem no mundo em desenvolvimento é imensa e agora é ainda maior do que antes como consequência da pandemia. A profunda crise de aprendizado pré-COVID se tornou ainda mais grave pela pandemia. Desde o início do COVID-19, o fechamento de escolas e as interrupções causadas pela pandemia provavelmente aumentaram ainda mais a taxa de pobreza de aprendizado. As simulações de 2022 apresentadas neste relatório, que se baseiam nos dados e evidências mais atualizadas sobre aprendizagem e os impactos da pandemia, sugerem que a pobreza global de aprendizagem em países de baixa e média renda aumentou para cerca de 70%. Os aumentos foram especialmente grandes no sul da Ásia e na América Latina e no Caribe, as regiões onde as escolas estão fechadas há mais tempo.

Como as habilidades básicas universais são essenciais para o florescimento de indivíduos e sociedades, essa pobreza de aprendizagem generalizada ameaça minar o futuro das crianças de hoje e as perspectivas econômicas de seus países. Ação concertada contra a pobreza da aprendizagem é urgentemente necessária agora, com todas as sociedades priorizando o bem-estar das crianças e jovens de hoje. Para salvaguardar o futuro, é essencial fazer deste um ponto de viragem. É preciso garantir uma aceleração acentuada do aprendizado, começando no curto prazo com uma recuperação robusta do choque do COVID. Não haverá nada automático sobre essa recuperação e aceleração.

Apenas reabrir as escolas não cura as cicatrizes da pandemia, muito menos resolve os problemas que causaram níveis tão altos de pobreza de aprendizado mesmo antes do COVID. Os formuladores de políticas, escolas, professores e famílias precisarão de melhores estratégias, reforçadas por financiamento e apoio adicionais, para recuperar e acelerar o aprendizado, especialmente para aqueles mais prejudicados pelo fechamento das escolas.

Para oferecer oportunidades para todas as crianças, isso precisa mudar e a mudança exigirá avanços políticos e técnicos que assegurem que abordagens eficazes para promover o

aprendizado fundamental alcancem todas as crianças e jovens. É essencial que os governos estabeleçam prioridades claras para combater a pobreza de aprendizagem e descobrir quais abordagens funcionam melhor em seus países. Combater esta crise de aprendizagem é o desafio do nosso tempo. Se não quisermos perder esta geração de crianças e jovens, investir em sua educação é uma pré-condição para evitar um futuro choque negativo na produtividade, nos rendimentos e no bem-estar; é essencial para a estabilidade social, paz e segurança; é fundamental para construir sociedades mais justas e garantir igualdade de oportunidades para todos; e é essencial mudar a Situação da Pobreza da Aprendizagem Global.

Para acessar o relatório completo [clique aqui](#).

Água potável, saneamento e higiene nas escolas: Atualização 2000-2021

Desde sua criação em 1990, o Programa Conjunto de Monitoramento do Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene (JMP) da OMS/UNICEF têm desenvolvido normas e padrões para monitoramento de água potável, saneamento e higiene (WASH) nas residências. Com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, o escopo do monitoramento global foi expandido para incluir WASH nas escolas e estabelecimentos de saúde.

Estimativas sobre esse monitoramento são publicadas a cada dois anos. O primeiro passo é compilar dados de fontes nacionais contendo informações sobre água potável, serviços de saneamento e higiene nas escolas. Os dados da pesquisa envolvem visitar sistematicamente os sites dos institutos nacionais de estatística, instituições como os ministérios da educação, saúde, água e saneamento básico e outros bancos de dados regionais e globais. O objetivo principal do monitoramento global é gerar estimativas comparáveis internacionalmente que podem ser usadas para fazer benchmark e comparar progresso entre os países.

Principais conclusões:

- ✓ Água potável: 3 em cada 10 escolas (29%) não têm um serviço básico de água potável, impactando 546 milhões de crianças em idade escolar;
- ✓ Saneamento: 3 em cada 10 escolas (28%) não têm serviços de saneamento básico, impactando 539 milhões de crianças;
- ✓ Higiene: 4 em cada 10 (42%) das escolas não têm serviços básicos de higiene, impactando 802 milhões de crianças.
- ✓ Alcançar a cobertura universal nas escolas em todo o mundo até 2030 requer um aumento de 14 vezes nas taxas atuais de progresso em água potável básica, um aumento de três vezes nas taxas de progresso em saneamento básico e um aumento de cinco vezes nos serviços básicos de higiene.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

25 anos de crianças e conflitos armados: Agindo para proteger as crianças na guerra

O relatório publicado pela UNICEF apresenta os principais passos que a comunidade internacional tem tomado para proteger as crianças em situações de conflito armado, para documentar graves violações contra crianças e promover a responsabilização.

Os Estados, incluindo os membros do Conselho de Segurança da ONU e todos com influência, devem agir para responsabilizar os perpetradores de crimes contra crianças. As crianças têm direitos em conflito, e existem leis e normas que as protegem. Deixar de cumprir esses deveres é uma falha de moralidade, humanidade e liderança.

Para melhor monitorar, prevenir e acabar com esses ataques, o Conselho de Segurança das Nações Unidas identificou e condenou seis graves violações contra crianças em tempos de guerra:

1. Matar e mutilar crianças: Matar e mutilar crianças pode ser resultado de ações diretas ou indiretas, incluindo tortura. Matar e mutilar podem ocorrer por meio de fogo cruzado, minas terrestres, munições de fragmentação, artefatos explosivos improvisados ou outros indiscriminados ou mesmo no contexto de operações militares, demolições de casas, campanhas de busca e prisão ou ataques suicidas.

Por exemplo, o uso de armas explosivas – particularmente em áreas povoadas – continua a ter um impacto devastador nas crianças. Somente em 2020, armas explosivas e restos explosivos de guerra foram responsáveis por pelo menos 47% de todas as mortes de crianças. Entre 2005 e 2020, mais de 104.100 crianças foram confirmadas como mortas ou mutiladas em situações de conflito armado, com mais de dois terços destas verificadas desde 2014.

2. Recrutamento ou uso de crianças nas forças armadas e grupos armados: Recrutamento ou uso de crianças nas forças armadas e grupos armados refere-se ao recrutamento compulsório, forçado ou voluntário ou alistamento de crianças em qualquer tipo de força armada ou grupo armado. As crianças continuam a ser recrutadas e usadas pelas partes em conflito a taxas alarmantes. O uso de meninos e meninas por forças armadas ou grupos armados pode ser em qualquer capacidade, inclusive como combatentes, cozinheiros, carregadores, mensageiros e espiões, ou quando são submetidos à exploração sexual.

Entre 2005 e 2020, mais de 93.000 crianças foram verificadas como recrutadas e usadas pelas partes em conflito, embora se acredite que o número real de casos seja muito maior. As Forças Tarefas Nacionais da ONU para Monitoramento e Relatórios, ou seu equivalente, verificaram o recrutamento e uso de pelo menos 1.000 crianças em pelo menos 15 países diferentes durante este período.

3. Ataques a escolas ou hospitais: Os ataques a escolas ou hospitais incluem o ataque a escolas ou instalações médicas que causam a destruição total ou parcial dessas instalações. Escolas e hospitais devem ser espaços protegidos, onde as crianças estejam seguras mesmo em tempos de conflito, mas os ataques contínuos a essas instalações destacaram o impacto catastrófico do conflito armado nos direitos das crianças, incluindo os direitos à educação e à saúde.

Entre 2005 e 2020, as Nações Unidas verificaram mais de 13.900 incidentes de ataques, incluindo ataques diretos ou ataques onde não houve distinção adequada entre objetivos civis e militares, em instalações educacionais e médicas e pessoas protegidas, incluindo alunos e crianças hospitalizadas, e pessoal da saúde e da escola. Esses ataques não apenas colocam a vida das crianças em risco, mas também interrompem seu aprendizado e limitam seu acesso à assistência médica, o que pode ter um impacto vitalício em sua educação, oportunidades econômicas e saúde geral.

4. Estupro ou outra violência sexual grave: Estupro ou outra violência sexual grave inclui atos de estupro, outras violências sexuais, escravidão sexual e/ou tráfico, prostituição forçada, casamento ou gravidez forçados, esterilização forçada ou exploração e/ou abuso sexual de crianças. Em alguns casos, a violência sexual é usada para humilhar intencionalmente uma população ou para forçar as pessoas a saírem de suas casas. Entre 2005 e 2020, as partes em conflito estupraram, casaram-se à força, exploraram sexualmente e cometeram outras formas

graves de violência sexual contra pelo menos 14.200 crianças. No entanto, o estigma generalizado em torno do estupro e da violência sexual significa que é uma questão particularmente subnotificada que afeta crianças em conflito. A violência sexual afeta desproporcionalmente as meninas, que foram vítimas em 97% dos casos de 2016 a 2020.

5. Rapto de crianças: O rapto de crianças refere-se à remoção ilegal, apreensão, captura, apreensão ou desaparecimento forçado de uma criança, temporária ou permanentemente. Seja um ato intencional de violência ou retaliação, para incutir medo nas populações ou para recrutar e/ou abusar sexualmente de crianças à força, o sequestro é uma das violações mais difundidas cometidas contra crianças em situações de conflito armado.

6. Negação de acesso humanitário para crianças: A negação do acesso humanitário para crianças inclui a privação intencional ou impedimento da assistência humanitária essencial para a sobrevivência das crianças pelas partes em conflito, incluindo impedir deliberadamente a capacidade de atores humanitários ou outros relevantes de acessar e ajudar crianças afetadas em situações de conflito armado. Forças armadas e grupos armados são obrigados pelo Direito Internacional Humanitário a tomar medidas para proteger civis, incluindo crianças, que são particularmente vulneráveis em tempos de guerra.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

The Lancet - Integrando os cuidados de saúde mental aos serviços, comunidade e família para adolescentes que vivem com HIV

A pandemia global de HIV continua e agora está incorporada à pandemia de COVID-19 – aumentando os desafios de saúde mental em todo o mundo. Adolescentes (de 10 a 19 anos) que vivem com HIV são apanhados nesta síndrome. Dos 1,7 milhão de adolescentes que vivem com HIV em todo o mundo, 90,5% vivem na África Subsaariana, onde enfrentam desafios adicionais e substanciais em termos de adesão à terapia antirretroviral (ART).

Comportamento de risco, vulnerabilidade à violência, gravidez precoce, discriminação, uso de substâncias e estigma. Altas taxas de problemas de saúde mental nesta população têm sido relatadas, com má prestação de serviços e alocação de recursos. Consequentemente, as necessidades de saúde mental não atendidas estão prejudicando os ganhos de saúde pública no tratamento e cuidados do HIV.

O artigo relata a pesquisa atual sobre a saúde mental de adolescentes vivendo com HIV e explora evidências para a ação. A integração de intervenções que melhoram a saúde mental no tratamento do HIV é uma necessidade urgente e inegociável.

Este é o primeiro de uma série de três artigos sobre alinhamento de serviços de saúde mental e HIV a serem publicados em conjunto com The Lancet Psychiatry e The Lancet HIV. Para acessá-lo, [clique aqui](#).

Relatório da Comissão dos Direitos da Criança

Entre muitas recomendações, o Relatório da Comissão dos Direitos da Criança, referente à 88ª sessão (17 de janeiro a 11 de fevereiro de 2022), aborda:

- O lockdown e fechamento das escolas devido à pandemia de Covid-19, levou a consequências muito sérias na saúde mental de crianças e adolescentes;
- A pouca disponibilidade de vacinas provocou a exclusão de alguns grupos específicos de crianças, o que ocasionou menor acesso à educação e direitos civis;

- Em termos de direitos civis, a pandemia prejudicou muito o registro de nascimento de muitas crianças;
- Combater o abuso sexual infantil e a exploração sexual deve continuar sendo uma prioridade dos Estados em todas as regiões;
- Deve-se focar ações para a implementação de programas multidisciplinares e intersetoriais - assegurar que crianças que foram vítimas de violência tenham acesso à cuidado baseado em evidências;
- Aumentar a proteção das crianças dos perigos online, incluindo práticas comerciais prejudiciais, ao mesmo tempo que se promove oportunidades valiosas que o ambiente digital oferece para o exercício dos direitos, inclusive à educação, acesso à informação apropriada e liberdade de expressão. Acesso equitativo aos serviços digitais, bem como à alfabetização digital, para todas as crianças, seus pais e profissionais que trabalham com elas sejam uma prioridade;
- Preocupação contínua com a violação grave dos direitos de crianças em conflitos armados, recentemente desenvolvidos ou de longa duração, em várias partes do mundo, bem como com o impacto negativo das mudanças climáticas e danos ambientais;
- A situação dos filhos migrantes acompanhados ou não acompanhados continua a suscitar muitas preocupações;
- Redução de investimentos em proteção de crianças, nutrição e educação.

Em fevereiro de 2022, o número de relatórios a serem revisados atingiu 82. Quando um relatório é recebido pelo Comitê, leva quase três anos antes de ser revisto. O Comitê está procurando soluções para enfrentar esse desafio.

O documento também faz recomendações aos Estados:

- A. Garantir que todas as crianças cresçam em famílias seguras e acolhedoras;
- B. Considerar as necessidades de cuidados e os direitos das crianças que estão separadas, desacompanhado ou sem cuidados;
- C. Garantir o acesso à justiça e responsabilização para crianças e jovens em cuidados alternativos e suas famílias/cuidadores;
- D. Fornecer serviços de cuidados alternativos de qualidade adequados, alinhados com as necessidades humanas e garantia de direitos;
- E. Transformar o sistema de cuidados alternativos para cuidados baseados na família e na comunidade;
- F. Apoiar as crianças e prevenir a separação familiar no contexto de emergências de saúde.

Apoiar as novas gerações para construção de parcerias mais forte e inovadoras de sistemas alimentares globais sustentáveis, resilientes e inclusivos

Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson, Erica Ell

Na última semana, o Diretor da FAO, QU Dongyu, destacou, num discurso, dois pontos estratégicos relacionados à agenda atual de sistemas alimentares: a construção e fortalecimento de parcerias inovadoras e a participação da juventude e foi divulgado o “*The State of Agricultural Commodity Markets (SOCO)*” que recomenda a implementação de políticas comerciais em alimentos e agricultura para salvaguardar a segurança alimentar global ³⁴.

O chamamento global sobre a problemática dos sistemas alimentares e sua contribuição para o aumento das desigualdades econômicas e sociais no mundo tem sido pauta de várias instituições internacionais. São apontados como determinantes a crise climática, de conflitos étnicos e as consequências da pandemia COVID-19 como os desafios a serem superados.

Neste informe, destacaremos a importância da juventude na construção de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos por meio da salvaguarda, proteção, e defesa, de memórias e patrimônios alimentares de populações tradicionais ameaçadas pelos sistemas alimentares corporativos no mundo.

A produção de alimentos nascida na agricultura gerou cultura e sistemas alimentares ancestrais em meio a guerras locais e globais. Mas é a partir do final do século XIX, devido a explosão demográfica que a ciência terá papel fundamental na implementação de inovações tecnológicas. Neste processo o aprendizado humano baseado na atividade coletora dos alimentos advindos como expressão de gratidão da mãe-natureza, marca de equilíbrio e a harmonia com a natureza, pela promoção de ajuda mútua, e pensamento coletivo e participativo, vai sendo substituído da interpessoalidade, para a cultura patriarcal e o enaltecimento da dominação dos ciclos da natureza. Esta perspectiva se tornou valor civilizatório no século XXI, assumidos pela competição e ganância pela apropriação de recursos e a justificação racional do controle e da dominação de outros seres humanos e do planeta e inaugura a transição da Era Antropocêntrica para a Era Holocênica. Este momento, marca indelével do ser humano como ser dominador e superior aos ciclos da natureza de intervenção do ser humano sobre o meio ambiente. A mais de um século orienta a ideologia dominante da produção de alimentos baseada no aumento da produção por meio do controle dos ciclos da natureza pelos seres humanos. Tendo como estratégia de contribuir para o desaparecimento de saberes e experiência de produção de alimentos pela relação harmoniosa com os ciclos da natureza das populações tradicionais.

Embora várias lideranças de movimentos ambientais da sociedade civil, e de organizações não governamentais internacionais, façam alertas constantes sobre o modelo hegemônico vigente. Neste momento, é possível observar em vários discursos de agências não governamentais e da sociedade civil, sinais visíveis de exaustão do planeta pelo intenso desflorestamento, redução da biodiversidade usos de insumos químicos como os fertilizantes de solos e de aumento da erosão e a conseqüentemente influência nos indicadores de morbimortalidade. Os indicadores dos ODS mostram que esta situação evolui como ameaça a vida no planeta.

³⁴ <https://www.fao.org/publications/soco/2022/en/>

Dentre os aspectos que são referidos para superação deste problema está a valorização de culturas e patrimônios alimentares tradicionais, à medida em que o caminho adotado de ofertar alimentos para toda a humanidade baseada gerou a diminuição e/ou desaparecimento de muitas espécies vegetais de alimentos, oriundos da sabedoria de civilizações ancestrais em todo o planeta.

O desaparecimento de espécies alimentares, sustentado pela maior eficiência de produção de alimentos que ofertam retorno financeiro rápido, denominado de commodities ocupa lugar de contradição nos discursos de governança global dos sistemas alimentares contemporâneos.

Neste sentido, o discurso da FAO neste mês nos estimula a refletir como a agência trata desta questão, à medida que incentiva ações de promoção de patrimônios alimentares e de fortalecimento de sistemas alimentares corporativos.

Segundo informe da FIAN-Internacional sobre a” *La captura corporativa de la FAO: La creciente influencia de la indústria em la gobernanza alimentaria mundial*” é necessário deter a captura corporativa da FAO que atua de forma silenciosa por grupos corporativos da indústria de fertilizantes³⁵ para criar sistema de governança global que permita à articulação de agências governamentais e não governamentais com a academia, em que a prioridade de agir sobre a disseminação de estratégias resilientes, sustentáveis e inclusivas de sistemas alimentares sejam implementadas com prioridade para a população jovem.

As novas gerações herdarão os desafios contemporâneos da produção de alimentos relacionados ao modelo adotado de desenvolvimento dos sistemas alimentares contemporâneos que determinaram a crise climática atual e as desigualdades sociais e econômicas.

A importância dos jovens em processos de discussões e processos locais, regionais e globais que tratem com coragem as ameaças decorrentes da ganância financeira dos sistemas alimentares corporativos na problemática alimentar e nutricional atual deve ser prioridade de todos e para todos.

No Fórum Global de Alimentação, a ser realizado em outubro deste ano, na sede da FAO, terá foco no empoderamento dos jovens no contexto dos sistemas agroalimentares e do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).³⁶, e pode contribuir para inserir o papel da juventude tanto na perspectiva de criação de sistemas alimentares e da segurança alimentar e nutricional sustentáveis, inclusivos e resilientes. Como também sobre os caminhos que precisam ser trilhados de transformação do aprendizado e o ensino na relação com a alimentação, usando a educação como instrumento para fortalecer a inclusão dos jovens e de sua participação ativa na garantia da sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares.

Todavia, a contradição de discurso observada sobre a importância da juventude neste processo, ainda revela que as parcerias com as instituições de ensino superior e de pesquisa, não abordam o papel fundamental do ensino para a promoção de sistemas alimentares e sua influência em todas as fases do ciclo da vida na formação dos indivíduos e na geração de conhecimento e de fomento a seu protagonismo.

³⁵ <https://www.fian.org/en/press-release/article/stop-corporate-capture-of-fao-2969>

³⁶ <https://www.fao.org/newsroom/detail/innovative-partnerships-key-to-global-food-security-fao-director-general-says/en>

Nessa construção, os estudantes de todos os níveis devem ser envolvidos, assim como suas instituições, garantindo desde a formação básica, integrada às disciplinas obrigatórias, até a formação e aplicação técnica e profissionalizante, como instrumentos para o fortalecimento do necessário protagonismo da juventude em todas as agendas, inclusive da segurança alimentar e nutricional e de sistemas alimentares inclusivos, resilientes e sustentáveis. Para tanto, é também necessário fortalecer a articulação das agências e instituições que trabalham com a juventude, a educação e a cultura para apoiar esse papel ativo da juventude.

A OMS junto com o Unicef, neste mês relatam que as escolas nas regiões mais vulneráveis do mundo têm pouca estrutura para serem ambientes de aprendizado saudáveis e inclusivos, considerando aspectos mais básicos de acesso à água potável, saneamento e higiene³⁷.

Apesar dos grandes avanços globais nas últimas décadas no acesso a água e saneamento nas escolas, esses avanços foram desiguais e reforçaram as iniquidades entre países. Esse quadro, mais grave em populações mais vulneráveis, particularmente dos países menos desenvolvidos, a fragilidade do ambiente e da infraestrutura escolar coloca em risco a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar das crianças. Ao mesmo tempo, esses problemas fragilizam as escolas como formadoras de hábitos e comportamentos saudáveis e construtoras de mecanismos de resiliência e recuperação diante de crises como a da pandemia de covid-19, das mudanças climáticas e de outros desafios às comunidades e suas atividades, colocando em risco o alcance dos ODS relacionados à segurança alimentar e nutricional, à saúde e à sustentabilidade.

Vale a pena destacar que no ambiente escolar articulam-se outras ações relacionadas aos sistemas alimentares locais, tanto na educação alimentar e nutricional quanto na própria produção e oferta de alimentos. Por exemplo, outro ponto não abordado é a alimentação escolar, que tem papel importante na garantia da segurança alimentar e nutricional, no ensino sobre a alimentação, saúde e cultura e que deve estar articulada aos sistemas alimentares locais, por meio das compras de agricultores locais, do incentivo ao consumo de alimentos locais e da preservação da cultura alimentar local.

A educação, da formação básica à especializada, deve articular-se com os sistemas alimentares por meio da abordagem dos padrões alimentares e dos alimentos, em vez do nutricionismo (foco em nutrientes, representado por ícones como a pirâmide alimentar). Essa abordagem é preconizada nos guias alimentares baseados em alimentos ao invés de nutrientes, visando avançar além dos comportamentos individuais e da visão biológica dos alimentos, contribuindo também para os ambientes e sistemas alimentares, por meio de mudanças na produção, oferta e demanda por alimentos saudáveis, culturalmente adequados e sustentáveis a partir da indução de políticas setoriais e intersetoriais.³⁸

É preciso, portanto, superar essas possíveis contradições e lacunas e reconhecer que o papel da juventude na garantia da inclusão, resiliência e sustentabilidade no âmbito dos sistemas alimentares está intimamente relacionado à redução das iniquidades, à integração de todos os níveis de ensino nas agendas e à garantia de que as escolas sejam plenamente ambientes promotores da saúde, adequados às realidades e à cultura local.

³⁷<https://www.who.int/news/item/23-06-2022-schools-ill-equipped-to-provide-healthy-and-inclusive-learning-environments-for-all-children---unicef--who>

³⁸<https://www.fao.org/nutrition/education/food-based-dietary-guidelines>

Em outro ponto da fala do diretor geral da FAO, foi o lançamento da campanha “Juntos pelos ODS (“*Together for the SDGs*”), na qual será lançado o aplicativo chamado “*Urban Actions*” com vistas a inspirar em especial as pessoas jovens a aprender sobre a Agenda 2030 e como podem ajudar alcançar as metas globais a partir das ações no âmbito de suas cidades. Com isso, objetiva-se que áreas urbanas sejam mais inclusivas, seguras, verdes e resilientes para garantir que os meios urbanos trabalhem junto com a natureza e melhorem a vida nas cidades, mas também reconhecendo a importância de integrar o desenvolvimento urbano e rural no contexto dos sistemas alimentares.

Esse desenvolvimento integrado é particularmente necessário, mas desafiador, quando se trata do êxodo rural, principalmente dos jovens, e afeta diretamente a produção local de alimentos pela agricultura familiar e coloca em risco os sistemas alimentares tradicionais, que são fundamentais para a segurança alimentar e nutricional.

Expandindo ainda mais essa discussão, à luz dos desafios que a FAO aponta em relação ao enfrentamento da crise alimentar global e da transformação dos chamados sistemas agroalimentares, os estabelecimentos de ensino também são essenciais para cada um dos passos prioritários listados recentemente, como a redução dos preços dos alimentos, o aprimoramento da análise de segurança alimentar e nutricional, a melhoria da produtividade, eficiência, resiliência e inclusão dos sistemas alimentares, a redução das perdas e desperdícios de alimentos e melhor uso de fertilizantes.³⁹

Entretanto, nessas prioridades, deve ser evitada a visão utilitarista e tecnicista do ensino, principalmente superior, que permeia os sistemas alimentares hegemônicos, para justamente permitir que o fortalecimento dos aspectos de inclusão, resiliência e sustentabilidade que estão relacionados aos saberes tradicionais, às cultura alimentar local e à participação efetiva da população, incluindo seus jovens, nos sistemas alimentares tradicionais e, assim, contribuindo para a redução de iniquidades e o aumento da autonomia e do protagonismo local. Nesse sentido, ainda, o protagonismo também está diretamente associado às questões de direitos, incluindo o direito à terra, à saúde, à alimentação adequada e saudável e à educação, garantindo, a partir de sua indivisibilidade, sua realização e exigibilidade.

Um exemplo claro dessa distorção é considerar como equivalentes, dentro dos chamados “*agrifood systems*”, sistemas alimentares tão distintos como os de commodities e os sistemas tradicionais e locais. Isso é demonstrado pela atual dependência de certos insumos agrícolas, como fertilizantes, que se agravou recentemente com a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Essa dependência, todavia, é característica da agricultura de commodities e relaciona-se diretamente com a reduzida inclusão, resiliência e sustentabilidade desses sistemas alimentares. Por outro lado, não representa os sistemas tradicionais e suas tecnologias.

Em outras palavras, a garantia de sistemas alimentares inclusivos, resilientes e sustentáveis depende de uma educação que garanta esses pressupostos e que seja capaz de apoiar a produção local dos alimentos diversificados e culturalmente adequados e garantam a soberania alimentar local.

Por fim, apresenta-se novamente na análise do discurso das agências, particularmente da FAO, o desafio e as possíveis contradições do multissetorialismo que é apresentado como a solução de governança local e global dos sistemas alimentares. É necessário, para tanto,

³⁹<https://www.fao.org/newsroom/detail/g7-ministerial-conference-fao-outlines-five-urgent-steps-to-address-the-global-food-crisis/en>

reconhecer questões essenciais como as diferenças de objetivos dos sistemas alimentares e as desigualdades de força e de representação dos diferentes atores, assim como os riscos da captura corporativa das agências e instituições e a dificuldade em identificar e gerenciar conflitos de interesses de alguns atores e suas agendas com a saúde e a sustentabilidade e que impactam diretamente a inclusão e a resiliência dos sistemas.

Sim, precisamos de parcerias mais fortes e inovadoras na agenda dos sistemas alimentares e na garantia de um mundo com segurança alimentar e nutricional em que sejam alcançados os ODS, como pede a FAO. A grande inovação necessária, porém, não é necessariamente de novas tecnologias, insumos e equipamentos, é de inclusão, em todos os níveis, dos atores das mudanças nos sistemas alimentares, em que os objetivos comuns representem a saúde humana, animal e planetária, em que o alimento represente um direito humano e não uma mercadoria e em que os sistemas visem o bem comum. A juventude, formada a partir desses conceitos e princípios e com participação ativa nos processos, será elemento chave para essa transformação.

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

O BID aprovou um empréstimo de US\$ 300 milhões para ajudar a Colômbia a gerenciar e financiar ações climáticas, desenvolver oportunidades econômicas baseadas no capital natural e na economia circular e acelerar sua transição energética. O objetivo final é apoiar o país em seu caminho para um crescimento econômico sustentável e resiliente.

O programa tem como foco atualizar e instituir medidas regulatórias e políticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em diversos setores da economia e criar cerca de 4.000 novos empregos verdes⁴⁰.

Banco Mundial

O Banco Mundial aprovou no final de junho a criação de um Fundo Intermediário Financeiro (FIF) que financiará investimentos críticos para fortalecer as capacidades de Prevenção, Preparação e Resposta Pandêmica (PPR) em níveis nacional, regional e global, com foco em países de baixa e média renda. O fundo trará recursos adicionais dedicados à PPR com o objetivo de incentivar os países a aumentarem investimentos e a coordenação entre os parceiros. O FIF complementarará o financiamento e o suporte técnico fornecidos pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Outras organizações-chave serão envolvidas no processo.

Desenvolvidos com a liderança dos Estados Unidos, da Itália e da Indonésia e com amplo apoio do Grupo dos 20, além, mais de US\$ 1 bilhão em compromissos financeiros, já foram anunciados para o FIF, incluindo contribuições dos Estados Unidos, União Europeia, Indonésia, Alemanha, Reino Unido, Cingapura, a Fundação Gates e o Wellcome Trust.

O FIF tem por objetivo principal fornecer financiamento para enfrentar lacunas críticas da PPR, para fortalecer a capacidade dos países em áreas como vigilância de doenças, sistemas laboratoriais, mão-de-obra de saúde, comunicação e gestão de emergências e engajamento da comunidade. Outro objetivo é ajudar a resolver lacunas no fortalecimento da capacidade regional e global, por exemplo, apoiando o compartilhamento de dados, harmonização regulatória e capacidade de desenvolvimento coordenado, aquisição, distribuição e implantação de contramedidas e suprimentos médicos essenciais⁴¹.

Devido à crescente insegurança alimentar, o Banco Mundial intensificou a aprovação de financiamentos para projetos voltados para o tema:

O Banco aprovou um programa de US\$ 2,3 bilhões para ajudar os países do Leste e do Sul da África a aumentar a resiliência dos sistemas alimentares da região e a capacidade de combater este problema.

⁴⁰ Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-300-million-loan-sustainable-growth-colombia>

⁴¹ Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/30/-world-bank-board-approves-new-fund-for-pandemic-prevention-preparedness-and-response-ppr>

Para enfrentar a insegurança alimentar, o Programa de Resiliência de Sistemas Alimentares para a África Oriental e Austral (FSRP) melhorará as estratégias de resposta à crise alimentar — incluindo o fortalecimento de sistemas de alerta precoce e o planejamento rápido de resposta, apoio emergencial aos produtores, medidas comerciais de emergência, reservas de alimentos de emergência — e incluirá um Componente de Resposta a Emergências Contingente (CERC) para fornecer financiamento ágil e rápido.

No Egito, o Banco aprovou um empréstimo de US\$ 500 milhões para reforçar os esforços do país para garantir que as famílias pobres e vulneráveis tenham acesso à alimentação adequada, para fortalecer a resiliência às crises alimentares e apoiar reformas nas políticas de segurança alimentar, inclusive para melhorar os resultados nutricionais⁴².

Para apoiar o setor da saúde, alguns países tiveram financiamentos aprovados pelo Banco com o intuito de aprimorar serviços:

Para apoiar e melhorar o setor de saúde da Índia, o Banco Mundial aprovou dois empréstimos complementares de US\$ 500 milhões cada. Por meio desse financiamento, combinado de US\$ 1 bilhão, o Banco apoiará a missão de infraestrutura de saúde Mantri-Ayushman Bharat (PM-ABHIM), lançada em outubro de 2021, para melhorar a infraestrutura de saúde pública em todo o país. Além das intervenções de nível nacional, um dos empréstimos priorizará sete estados.

A Nicarágua obteve a aprovação de um empréstimo que poderá ajudá-la na resposta à crise da COVID-19. O empréstimo de US\$ 116 milhões do "Projeto de Financiamento Adicional para a Resposta ao COVID-19 na Nicarágua", que faz parte da ação global do Banco contra a COVID-19, tem um período de execução até junho de 2025. O empréstimo tem um prazo de 30 anos e um período de carência de 5 anos

Este projeto permitirá que a população, particularmente os mais vulneráveis, se beneficiem de medicamentos essenciais, vacinas e suprimentos e equipamentos médicos e laboratoriais durante a atual resposta nacional à pandemia, e preparará o país para eventos dessa natureza no futuro⁴³.

Fundo Monetário Internacional – FMI

Nos últimos quinze dias, o FMI não lançou nenhum projeto global, regional ou por país focado no setor da saúde. Foram lançados apenas relatórios técnicos sobre a saúde fiscal dos países pesquisados pelo Conselho da própria instituição.

A respeito do Rastreador de vacinas COVID-19 do FMI-OMS citado durante a reunião passada, baseia-se no trabalho da Nota de Discussão do Pessoal do FMI – [Uma Proposta para Acabar com a Pandemia COVID-19](#) (Agarwal e Gopinath, 2021).

⁴² Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/21/world-bank-approves-2-3-billion-program-to-address-escalating-food-insecurity-in-eastern-and-southern-africa>
<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/28/us-500-million-project-will-help-to-strengthen-egypt-food-and-nutrition-security>

⁴³ Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/28/world-bank-approves-1-billion-to-support-india-s-health-sector-for-pandemic-preparedness-and-enhanced-health-service-del>
<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/06/23/banco-mundial-ayudar-a-fortalecer-la-respuesta-de-nicaragua-frente-a-la-covid-19>

Os dados do rastreador são preliminares e estão sujeitos a revisões em colaboração com países e áreas, fornecedores, imunização, saúde e parceiros de financiamento. Este rastreador é atualizado todas as semanas para refletir sobre os últimos desenvolvimentos.

O FMI-OMS COVID-19 *Vaccine Supply Tracker* é um banco de dados abrangente criado em conjunto pelo FMI e pela OMS para rastrear o número de doses de vacinas garantidas por países e áreas por meio de diferentes canais, incluindo acordos bilaterais com fabricantes, doações de outros países, acordos multilaterais através do COVAX Facility, Banco Mundial, Asian Development Bank (ADB) ou outras instituições/fontes⁴⁴.

⁴⁴ Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/IMF-WHO-COVID-19-Vaccine-Tracker>

Repercussões da 12ª Conferência Ministerial, Diálogo sobre Propriedade Intelectual e Saúde e Crise Global: Informe sobre OMC, OMPI e UNCTAD

Claudia Chamas

OMC: 12ª Conferência Ministerial (MC12) - repercussões

A respeito da decisão de propriedade intelectual no âmbito da 12ª Conferência Ministerial (MC12) da Organização Mundial do Comércio que ocorreu em Genebra de 12 a 17 de junho de 2022, Okonjo-Iweala explicou ao jornal Financial Times: “Você nunca conseguiria a isenção de 100% (...) Não ia acontecer porque este é um problema em que você tinha membros em lados opostos e pela natureza da organização, quando isso acontece, os membros têm que negociar.” Se a decisão será decisiva para alguma iniciativa de acesso a vacinas, os próximos meses serão cruciais. O resultado limitado, no entanto, permitiu à Organização realizar entrega e tomar fôlego para a próxima Conferência Ministerial, que deverá acontecer em 2023. Em breve, os países deverão optar se incluirão medicamentos e testes na decisão ministerial (Beattie, 2022).

O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, e o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, celebraram o resultado (foto 1).



Fonte: Twitter

De acordo com comunicado à imprensa do Ministério das Relações Exteriores da Índia, publicado na ocasião do encontro entre o primeiro-ministro Shri Narendra Modi e o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, em 27 de junho de 2022 à margem da Cúpula do G-7 em Schloss Elmau, Alemanha:

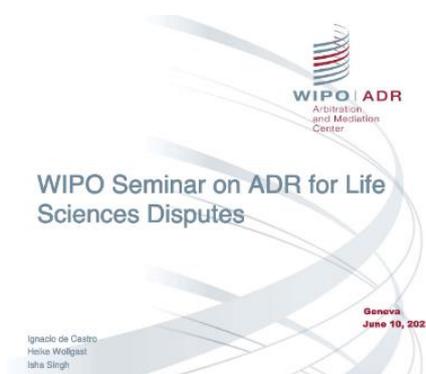
“Ambos os líderes também saudaram o acordo da OMC alcançado em junho de 2022 que apoia a produção de vacinas COVID-19 nos países em desenvolvimento. A Índia e a África do Sul apresentaram a primeira proposta sugerindo isenção para todos os membros da OMC na implementação de certas disposições do Acordo TRIPS em relação à prevenção, contenção ou tratamento da COVID-19.”⁴⁵ (Índia, 2022)

⁴⁵ No original, em inglês: “Both leaders also welcomed the WTO agreement reached in June 2022 that supports the production of COVID-19 vaccines in developing countries. India and South Africa had

OMPI: Diálogo sobre Propriedade Intelectual e Saúde

Em 10 de junho de 2022, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) lançou o [Diálogo sobre Propriedade Intelectual e Saúde](#) (“Dialogue on Intellectual Property and Health”), uma série de debates com organizações e parcerias internacionais no setor de saúde, objetivando proporcionar um fórum de discussão de temas na interseção entre propriedade intelectual e saúde. O primeiro evento foi o Seminário sobre [Resolução Alternativa de Disputas \(ADR\) para Disputas em Ciências da Vida](#) (“Alternative Dispute Resolution (ADR) for Life Sciences Disputes,”), no qual participantes de sete organizações internacionais com sede em Genebra e parcerias globais de saúde discutiram o uso de métodos de Resolução Alternativa de Disputas para gerenciar disputas em ciências da vida (Figura 2). A Resolução Alternativa de Disputas refere-se a métodos para resolver disputas fora dos tribunais. Arbitragem e mediação estão entre os métodos mais comuns. Cerca de 15% dos casos de mediação e arbitragem arquivados no [Centro de Arbitragem e Mediação](#) da OMPI (“WIPO Arbitration and Mediation Center”) estão relacionados às ciências da vida. As disputas nesta área abrangem acordos de licenciamento, compra de produtos de saúde, acordos de transferência de materiais, acordos de P&D, propriedade e violação de patentes e acordos de fabricação e distribuição. Tem havido uso crescente de cláusulas de mediação e arbitragem em contratos e acordos de ciências da vida. Durante o Seminário, palestrantes do apresentaram [novas opções de ADR](#) da OMPI para facilitar a negociação de contratos de ciências da vida e a gestão de disputas, explicando as vantagens de mecanismos alternativos e as regras processuais que regem os [procedimentos de ADR](#) da OMPI. Essas regras pré-estruturam o processo, mas as partes podem modificá-las mediante acordo (OMPI, 2022).

Figura 2



OMPI: I Jornadas Lusófonas de Propriedade Industrial

Daren Tang, Diretor Geral da OMPI, participou da [I Jornadas Lusófonas de Propriedade Industrial](#), promovidas pelo instituto português de propriedade industrial (INPI) nos dias 23 e 24 de junho, em Lisboa e no Porto (figura 3). O INPI promoveu o evento em colaboração com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A transmissão das Jornadas Lusófonas de Propriedade Industrial foi feita pelo [YouTube](#). A sessão de abertura, no dia 23, foi feita pelo Secretário Executivo da CPLP, Zacarias da Costa. Entre os temas abordados: o papel da propriedade intelectual como motor de recuperação e alicerce de cooperação na CPLP, a utilização dos direitos de propriedade intelectual no processo de internacionalização, a proteção

submitted the first proposal suggesting a waiver for all WTO members on the implementation of certain provisions of the TRIPS Agreement in relation to the prevention, containment or treatment of COVID-19.”

das Denominações de Origem e Indicações Geográficas, a importância da propriedade intelectual para as Pequenas e Médias Empresas e o empreendedorismo nas camadas mais jovens (INPI, 2022).

Segundo o informe do INPI: “As Jornadas de PI tiveram como objetivo promover a transferência de conhecimento, o contínuo aperfeiçoamento e a valorização dos quadros das entidades nacionais que detêm a responsabilidade da atribuição de Direitos de Propriedade Industrial, através de uma partilha regular de experiências, da discussão e da reflexão de temas de interesse comum. Este evento reuniu as diferentes instituições internacionais com competência na área da Propriedade Industrial e os representantes dos *Offices* de PI dos Estados-Membros da CPLP em torno da temática da Propriedade Industrial na Lusofonia.” (INPI, 2022)

Figura 3



UNCTAD: Relatório sobre Impacto da Covid-19 e Reunião da Junta de Comércio e Desenvolvimento

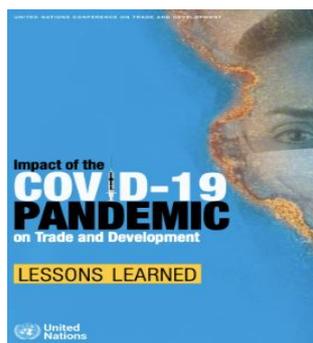
A [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) lançou o relatório [Impact of the COVID-19 Pandemic on Trade and Development: Lessons Learned](#), que busca apresentar visão abrangente sobre a pandemia, a partir das análises realizadas pela instituição desde o início desta crise, que é complexa nas dimensões sistêmica, disruptiva e transformacional (Figura 4). A COVID-19 criou interrupções sem precedentes na história recente da humanidade, mostrando as interconexões entre os mercados e as desigualdades entre os países, que se refletem em assimetrias no tocante a recursos para manejar e se recuperar das crises, a proteção social para abrigar os mais afetados e o acesso a vacinas e outros produtos e soluções de saúde. Se, por um lado, a crise da Covid-19 começa a ser progressivamente substituída na mídia por outras crises – guerra na Ucrânia e dificuldades socioeconômicas pós-pandemia, a pandemia é o grande evento das últimas gerações, gerando retrocessos e contratempos (UNCTADa, 2022).

Como reflete Rebeca Grynspan, diretora geral da UNCTAD:

“Dois anos podem não ser suficientes para ter uma compreensão completa de tudo o que ocorreu devido à pandemia da doença por coronavírus (COVID-19) desde 2020, especialmente porque a pandemia ainda não acabou. Mas não deixa de ser imperativo que instituições como a nossa tentem encontrar instâncias como esta para fazer uma pausa e refletir sobre tudo o que aconteceu recentemente – tanto a profunda recessão de 2020 quanto a frágil e desigual recuperação que o mundo testemunhou no ano passado – para extrair lições valiosas para o futuro.”⁴⁶ (UNCTADa, 2022)

⁴⁶ No original, em inglês: “Two years might not be enough to have a full understanding of all that took place due to the coronavirus disease (COVID-19) pandemic since 2020, especially as the pandemic is still not over. But it is nonetheless imperative that institutions such as ours try to find instances, such as this, to pause and reflect

Figura 4



As discussões atuais tentam fazer balanços não apenas das perdas de vidas, mas dos prejuízos em relação às conquistas sobre desigualdade de gênero e acesso à educação. Em face das assimetrias, para evitar nova década perdida e salvar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, multiplicam-se os apelos por sistemas mais resilientes para todos. Nesse contexto, Rebeca Grynspan enfatiza que a UNCTAD tem mobilizado esforços para apoiar os países com dados e análises, adaptando ferramentas de cooperação e contribuindo com a resposta do sistema das Nações Unidas à crise da COVID-19 (UNCTADa, 2022).

O relatório apresenta discussões sobre o que aprender com a crise da COVID-19 e se preparar melhor para novas pandemias. Com vista a um futuro mais resiliente, inclusivo e sustentável, abordam-se temas em comércio, finanças, digitalização, cadeias globais de valor, papel do Estado e cooperação internacional que têm se destacado nas discussões políticas durante a pandemia (UNCTADa, 2022).

O relatório está organizado da seguinte maneira (UNCTADa, 2022):

Capítulo 1. Apresentação de tendências e análises de comércio e investimento para informar sobre a situação da economia global em relação à recuperação, níveis pré-COVID-19, se novas trajetórias são observadas e se o COVID-19 é considerado mais do que uma queda.

Capítulo 2. Discussão sobre cadeias de valor globais e até que ponto há evidências de diversificação e reshoring, conforme anunciado por muitos formuladores de políticas durante a pandemia, e sobre como a resiliência das cadeias de suprimentos pode ser fortalecida, com atenção especial às cadeias de suprimentos de vacinas, que têm sido uma preocupação fundamental.

Capítulo 3. Documentação das tendências na digitalização e foco nas implicações da digitalização acelerada no desenvolvimento inclusivo, bem como exploração do que precisa ser feito para alavancar as oportunidades digitais na recuperação pós-pandemia e além.

Capítulo 4. Discussão sobre o cenário de financiamento do desenvolvimento durante a pandemia, documentando os desafios para mobilizar finanças e investimentos, lidar com dívidas crescentes e examinar os compromissos da comunidade internacional.

on all that has happened recently – both the deep recession of 2020, and the fragile and uneven rebound the world witnessed last year – to derive valuable lessons for the future.”

Capítulo 5. Foco nas implicações da crise sobre o papel do Estado e a necessidade de cooperação internacional para a recuperação da crise do COVID-19, argumentando que a crise aumentou a importância da governança, tanto em nível nacional quanto internacional.

A sexagésima nona sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento⁴⁷ da UNCTAD, que atua como órgão diretivo da organização e conta com [157 países-membros](#) em sua composição, ocorreu de 20 de junho a 1 de julho de 2022, em Genebra. Foram debatidos os seguintes temas: Segmento de alto nível: Colocar a economia global de volta nos trilhos e enfrentar os desafios mais prementes. Relatório anual do Secretário-Geral. Desenvolvimento económico em África: Colhendo os potenciais benefícios da Zona de Comércio Livre Continental Africana para um crescimento inclusivo. Relatório de economia digital 2021: fluxos de dados transfronteiriços e desenvolvimento – para quem os dados fluem. Atividades realizadas pela UNCTAD em apoio à África. Implementação dos resultados da décima quinta sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Relatório do Grupo Intergovernamental de Peritos em Comércio Eletrônico e Economia Digital. Relatório do Grupo Intergovernamental de Peritos em Financiamento para o Desenvolvimento. Estratégia de cooperação técnica. Contribuições da UNCTAD para a implementação e acompanhamento dos resultados das principais conferências e cimeiras das Nações Unidas nos domínios económico e social. Assuntos institucionais, organizacionais, administrativos e afins (UNCTADb, 2022).

Entre os documentos disponíveis, vale destacar trechos do [discurso](#) de abertura de Rebeca Grynspan:

“A maioria dos países do mundo está preocupada em como evitar mais uma crise, no contexto da pandemia que ainda não acabou, e mudança climática e crise ambiental que nos atinge com mais força a cada ano. A guerra na Ucrânia se baseou nas tendências que já observávamos, e a combinação desses choques globais ameaça ter um efeito cascata maciço em todo o mundo em desenvolvimento na forma de uma grande crise de custo de vida.”

Análise da UNCTAD mostrou a possibilidade de crise de insegurança alimentar e efeitos multiplicadores do aumento dos preços da energia e do aperto das condições financeiras.

O mundo está à beira da mais grave crise de custo de vida em uma geração. O petróleo bruto está a 120 dólares por barril, e alguns até sugerem que pode chegar a 150-175 dólares por barril antes do inverno.

O índice de preços de alimentos da FAO está em níveis históricos e centenas de milhares de pessoas já enfrentam fome como resultado.

As cadeias de suprimentos, já apertadas devido à COVID, estão em processo violento de dissociação e reconfiguração, onde as principais rotas comerciais antigas estão mudando de um dia para o outro.

Hoje, 60% dos trabalhadores têm rendimentos reais mais baixos do que antes da pandemia; 60 por cento dos países mais pobres estão em situação de alto risco; os países em desenvolvimento perdem US\$ 1,2 trilhão por ano para preencher a lacuna de proteção social, e

⁴⁷ “Órgão intergovernamental permanente, ao qual se subordinam duas comissões temáticas: Comissão de Comércio e Desenvolvimento; e Comissão de Investimento, Empreendedorismo e Desenvolvimento. As Comissões podem convocar reuniões de peritos, com a finalidade de aprofundar as discussões técnicas” (Itamaraty, sem data).

US\$ 4,3 trilhões são necessários por ano para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A atual crise do custo de vida tem três dimensões definidoras – aumento dos preços dos alimentos, aumento dos preços da energia e condições financeiras mais apertadas. Entre os três, emergem ciclos viciosos alarmantes – preços mais altos de alimentos e energia aumentam a inflação, que aumentam a pressão das taxas de juros, que desvalorizam as moedas dos países em desenvolvimento, que encarecem as importações de alimentos e combustíveis, que aumentam o custo dos fertilizantes e reduzem a produção agrícola, que por sua vez aumentam novamente os preços dos alimentos e da energia e assim sucessivamente.

Como resultado, as famílias são forçadas a decidir entre pular uma refeição, manter as crianças na escola, comprar alimentos menos nutritivos, manter uma empresa familiar aberta ou pagar contas médicas.

Com isso, inicia-se mais um ciclo; o ciclo de pobreza e desigualdade crescentes e agitação social levando à instabilidade política.

O que a UNCTAD deve fazer para ajudar.

A UNCTAD reagiu rapidamente e é uma parte importante de esforço conjunto da ONU, como parte de uma missão especial do UNSG Guterres.

A UNCTAD deve se tornar uma organização mais ágil que pode se adaptar ao espírito dos tempos e responder melhor às necessidades e orientações dos Estados membros

Os estados membros estão preocupados com o que está acontecendo com suas dívidas, como suas moedas estão se depreciando e como a importação de alimentos e energia está ficando mais cara. Os Estados membros sabem o quanto as interrupções no comércio os estão afetando, o quanto eles estão tendo que pagar em taxas de fretes, como os atrasos estão prejudicando seus vulneráveis.

Os Estados membros estão pedindo o apoio das instituições multilaterais, é exatamente isso que estamos tentando fazer por meio do Grupo Global de Resposta a Crises, advogar por políticas concretas que possam ajudar os países em desenvolvimento.

Em primeiro lugar, o que disse o UNSG Guterres, e cito: *“não se pode encontrar uma solução eficaz para a crise alimentar sem reintegrar a produção de alimentos na Ucrânia, bem como alimentos e fertilizantes produzidos na Federação Russa, nos mercados globais, apesar da guerra”*.

Não há resposta para a crise do custo de vida sem uma resposta para a crise financeira nos países em desenvolvimento.

Todos sabemos que este é um momento difícil para o multilateralismo, mas é claro que devemos encontrar uma maneira de interagir de forma eficaz e abrangente e nos engajar nas soluções para essas crises, por mais difíceis que possam ser, mesmo em um momento em que a geopolítica contamina tudo, o multilateralismo deve encontrar e defender espaços de cooperação e colaboração. A mais evidente delas é, obviamente, a ação humanitária.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, convocou um Grupo Global de Resposta a Crises sobre a Guerra na Ucrânia, apoiado por um Grupo de Campeões presidido pelo UNSG, um grupo de comitê diretivo presidido pelo DSG e um grupo de Equipe de Tarefa com três fluxos

de trabalho em Energia, Finanças e Alimentos., cuja coordenação foi especialmente atribuída a nós aqui na UNCTAD. É por isso que, em certo sentido, a missão que SG Guterres nos deu é especial e não especial. Especial, porque é de fato um empreendimento de alto risco para a UNCTAD. Mas não é especial no sentido de que isso não é novo – é disso que trata a ONU. E é por isso que devemos defender a capacidade desta Conferência de engajar e produzir resultados.”

Referências

Beattie, A. Battling to define success after the WTO summit. Disponível em: <https://www.ft.com/content/54668569-99ef-4997-b84f-c9a7e313c09b> Acesso em: 4 de julho de 2022.

India, Ministry of External Affairs. Meeting of Prime Minister with President of South Africa on the sidelines of G-7 Summit. Disponível em: https://www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/35448/Meeting_of_Prime_Minister_with_President_of_South_Africa_on_the_sidelines_of_G7_Summit Acesso em: 4 de julho de 2022.

INPI. I Jornadas Lusófonas de Propriedade Industrial. Disponível em: <https://inpi.justica.gov.pt/Noticias-do-INPI/I-Jornadas-Lusofonas-de-Propriedade-Industrial> Acesso em: 4 de julho de 2022.

OMPI. Dialogue on Intellectual Property and Health. Disponível em: https://www.wipo.int/research/en/news/2022/news_0017.html Acesso em: 4 de julho de 2022.

UNCTADa. Impact of the Covid-19 pandemic on trade and development: Lessons learned. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/impact-covid-19-pandemic-trade-and-development-lessons-learned> Acesso em: 4 de julho de 2022.

UNCTADb. Trade and Development Board, sixty-ninth session. Disponível em: <https://unctad.org/meeting/trade-and-development-board-sixty-ninth-session> Acesso em: 4 de julho de 2022.

UNESCO: Inteligência Artificial na Educação

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Considerando a importância temática da Inteligência Artificial (IA), a UNESCO tem desenvolvido estudos, guias e recomendações sobre o uso da IA em diversos setores⁴⁸. Nesse informe, abordaremos o aspecto da presença da IA na educação básica.

A UNESCO lançou, em 2022, um mapeamento de currículos de IA aprovados por governos, disponível nos idiomas [inglês](#) e [português](#). Produzido pela Unidade de Tecnologia e Inteligência Artificial em Educação da UNESCO, que faz parte da Equipe de Futuros de Aprendizagem e Inovação, o mapeamento surge da falta de conhecimento em definir competências em IA e elaborar currículos de IA. O escopo do mapeamento dos currículos de IA refere-se a programas estruturados de aprendizagem aprovados por governos nacionais ou regionais, da educação básica (pré-escola até o ensino médio⁴⁹), não abrangendo instituições especializadas de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP), instituições de ensino superior ou oportunidades de aprendizagem informal.

Importante mencionar alguns documentos de referência para um melhor entendimento do mapeamento realizado: o “[Consenso de Beijing sobre a inteligência artificial e a educação](#)”⁵⁰, de 2019, que inclui várias recomendações e considerações para a IA na educação; “[UNESCO Strategy on Technological Innovation in Education \(2022-2025\)](#)”, “[AI and education: guidance for policy-makers](#)”⁵¹[IA e educação: orientação para formuladores de políticas, em tradução livre], em abril de 2021, com o objetivo de promover a prontidão de resposta para a IA entre os formuladores de políticas e a “[Recomendação sobre Ética da Inteligência Artificial](#)”⁵².

Dos 193 Estados-membros consultados para discutir a aplicação da IA na educação, apenas 51 responderam expressando interesse no tema. De acordo com o escopo do mapeamento, somente 11 países têm um currículo de educação básica aprovado e implementado por seus governos. Sem um modelo internacional oficialmente indicado, cada Estado-membro implementa diferentes currículos e modelos, com alguns países iniciando a educação em IA desde o ensino primário até o final do ensino médio, enquanto outros preferem começar apenas a partir do ensino médio. A carga horária das disciplinas relacionadas a IA varia muito, com alguns currículos exigindo apenas cinco horas de ensino de IA por ano, enquanto outros exigem 200 horas por ano. A obrigatoriedade das disciplinas também varia, sendo algumas totalmente obrigatórias, enquanto outras são mistas ou simplesmente oferecidas como optativas para os alunos interessados.

⁴⁸ UNESCO mantém um sítio eletrônico específico para o tema da Inteligência Artificial em seu site: <https://en.unesco.org/artificial-intelligence> e uma área específica sobre a IA e educação: <https://en.unesco.org/artificial-intelligence/education> Acesso em: 03/07/2022

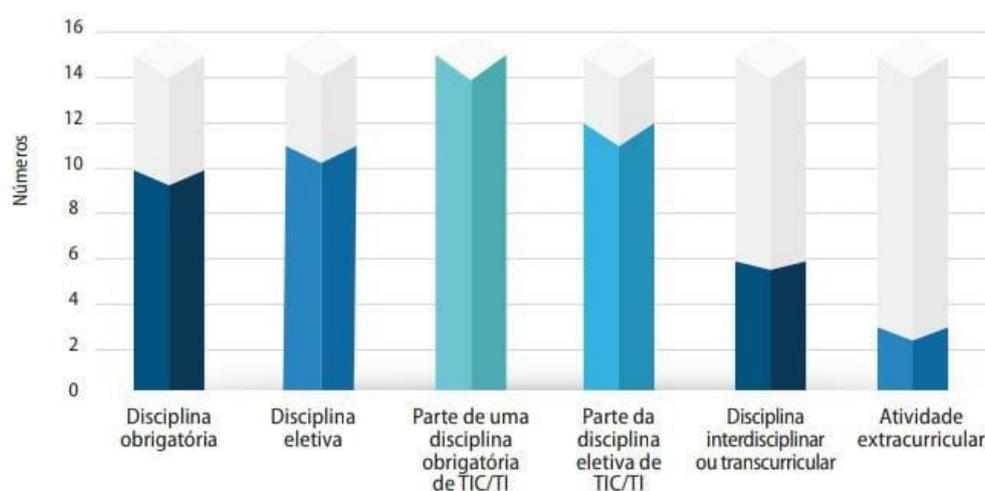
⁴⁹ O documento indica os sistemas educacionais conhecidos como K-12, que engloba desde a educação pré-escolar até o 12º, ano da educação secundária, definidos pela Classificação Internacional Padronizada da Educação (*International Standard Classification of Education – ISCED*). O Brasil e os Países da Língua Portuguesa (PALOPS) não utilizam a classificação ISCED.

⁵⁰ Versão plurilinguística em inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368303>

⁵¹ Versão em espanhol disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379376>

⁵² Versão em espanhol disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_spa

Figura 1 Número de currículos de IA por tipo de



Fonte: UNESCO, 2021b.

Como não existe um currículo universal designado para IA na educação, os currículos são criados por profissionais de diferentes países e culturas, por isso são naturalmente integrados aos sistemas educacionais de diferentes maneiras. Existem pontos divergentes em relação a como a IA seria ramificada nas disciplinas. Alguns currículos possuem matérias que podem ser criadas do zero, incorporadas a disciplinas, usadas em atividades multidisciplinares, como em competições escolares etc.

Na Áustria, o currículo inclui noções básicas digitais, reflexão sobre diversas questões sociais em mídia digital, aprendizado de alfabetização de dados e linguagens de programação, algoritmos e simulação. No Catar, a educação básica em tecnologia da informação do 1º ao 12º ano é considerada importante, e o currículo abrange os princípios e práticas da informática e a interdependência de linguagens de computação, hardware e plataformas, para que os alunos não dependam de um único fornecedor e consigam completá-lo no mercado de trabalho. Na Coreia do Sul, duas disciplinas eletivas de IA foram incorporadas a outras disciplinas, como matemática e economia doméstica. Na China, o currículo nacional para o segundo nível da educação secundária é implementado em 225.000 escolas com mais de 180 milhões de alunos. Está dividido em 10 módulos, dos quais apenas 2 são obrigatórios.

Tabela 1 Currículos de IA para educação básica, aprovados e implementados pelos governos

País/região	Título do currículo	Desenvolvedor do currículo ²⁰	Níveis educacionais		
			Ed. 1 ^ª	Ed. 2 ^ª (1º nível)	Ed. 2 ^ª (2º nível)
Armênia	Currículo de TIC	Governo		X	X
Áustria	Ciência de dados e inteligência artificial	Ministério Federal da Educação, Ciência e Pesquisa			X
Bélgica	Repositório de TI	<i>Fédération Wallonie-Bruxelles</i> [Comunidade francófona da Bélgica]			X
China	Currículo de IA incorporado ao currículo de ciência e tecnologias da informação	Ministério da Educação da China	X	X	X
Índia	Módulos de IA do Atal Tinker Labs	Atal Tinker Labs, Atal Innovation Mission, NITI Aayog		X	X
Coreia do Sul	"Matemática de IA", no âmbito do Grupo Disciplinar de Matemática para escolas secundárias	Fundação Coreana para o Avanço da Ciência e da Criatividade			X
	"Noções básicas de IA", no âmbito do Grupo Disciplinar de Tecnologia e Economia Doméstica para escolas de educação secundária	Fundação Coreana para o Avanço da Ciência e da Criatividade			X
Kuwait	Currículo padrão	Especialistas e professores de currículos de orientação técnica	X	X	
Portugal	Tecnologias da informação e comunicação	Professores de TIC e matemática de escolas estatais	X	X	X
Catar	Computação e tecnologias da informação	Binary Logic, Ministério da Educação e Ensino Superior	X	X	X
	Computação e tecnologias da informação (Trilha de Alta Tecnologia)	Binary Logic, Ministério da Educação e Ensino Superior			X
Sérvia	Informática e programação – 8º ano	Grupo de trabalho do Ministério da Educação		X	
	Tecnologias modernas em ginásios – 3º e 4º anos da educação secundária (segundo nível)	Grupo de trabalho do Ministério da Educação			X
Emirados Árabes Unidos	Currículo de IA incorporado no Marco de Ação Disciplinar de Tecnologia	Ministério da Educação	X	X	X

Fonte: UNESCO, 2021b.

Os currículos de IA são importantes para assegurar que os estudantes tenham as habilidades necessárias para o trabalho e para a vida na era da IA. Todavia, o desenvolvimento desses currículos foi realizado com vários objetivos e áreas de foco, que vão desde a exposição à IA até a experiência na construção da IA.

Os currículos produzidos até o momento demonstram vários entendimentos sobre a progressão da complexidade das tarefas e os tipos de resultados de aprendizagem que podem ou devem ser considerados para estudantes de diferentes anos escolares. A UNESCO analisou 9 áreas temáticas do currículo de IA presente nesses currículos: algoritmos e programação; alfabetização em dados; resolução de problemas contextuais; ética da IA; implicações sociais da IA; aplicações de IA para outros domínios; compreensão e utilização de técnicas de IA; compreensão e utilização de tecnologias de IA; e desenvolvimento de IA. São divididas em 3 categorias: "Fundamentos de IA"; "Ética e impacto social"; e "Compreensão, utilização e desenvolvimento de IA".

Na tabela a seguir, as principais categorias estão divididas em áreas temáticas com suas respectivas competências e considerações curriculares. Destacamos dentro dos fundamentos de IA, a temática da resolução de problemas contextuais, em que a IA é considerada para utilização em grandes desafios sociais e de negócios. Quanto à ética e impacto social, destacamos a compreensão sobre os desafios éticos da IA como o uso transparente, aditável e justo da IA e as vias de reparação em caso de uso antiético ou ilegal da IA. Na categoria Compreensão, utilização e desenvolvimento da IA, temos como exemplo a aplicação da IA voltadas para "fornecer serviços" como acontece com o Processamento Natural de Linguagem (PNL) e a Visão Computacional (VC).

Tabela 2 Áreas do currículo de IA

Categoria	Área temática	Competências e considerações curriculares
Fundamentos de IA	Algoritmos e programação	Juntamente com a alfabetização em dados, os algoritmos e a programação podem ser vistos como a base do envolvimento técnico com a IA.
	Alfabetização em dados	A maioria das aplicações de IA é executada em <i>big data</i> . A gestão do ciclo de dados, desde a coleta até a limpeza, a rotulagem, a análise e a geração de relatórios é um dos fundamentos para o envolvimento técnico com a utilização e/ou o desenvolvimento de IA. Uma compreensão dos dados e de suas funções também podem ajudar os estudantes a entender as causas de alguns dos desafios éticos e logísticos da IA e seu papel na sociedade.
	Resolução de problemas contextuais	Com frequência, a IA é considerada como uma solução potencial para desafios sociais ou relacionados a negócios. O engajamento neste nível requer uma estrutura para a resolução de problemas no contexto, abrangendo metodologias como <i>design thinking</i> e aprendizagem baseada em projetos.
Ética e impacto social	Ética da IA	Independentemente do conhecimento técnico, os estudantes das sociedades futuras se envolverão com a IA em suas vidas pessoais e profissionais – muitos já o fazem desde a tenra idade. Será importante que todos os cidadãos compreendam os desafios éticos da IA; o que se entende por ética da IA; por conceitos, como o uso transparente, aditável e justo de IA; e as vias de reparação em caso de uso antiético ou ilegal da IA, por exemplo, que contenha vieses prejudicial ou que viole os direitos de privacidade.
	As implicações sociais ou societárias da IA	Os impactos sociais da IA vão desde a exigência de ajustes nas leis de responsabilidade até transformações inspiradoras da força de trabalho. Os entrevistados da pesquisa foram questionados sobre até que ponto seus currículos tinham essas questões como objetivo. Foram fornecidas como exemplos as tendências como o deslocamento da força de trabalho, as mudanças na legislação e a criação de novos mecanismos de governança.
	Aplicações de IA para domínios diferentes das TIC	A IA possui uma ampla gama de aplicações fora da ciência da computação. A pesquisa perguntou aos participantes se, e em que medida, as aplicações de IA em outros domínios foram consideradas Arte, música, estudos sociais, ciências e saúde foram as áreas fornecidas como exemplos.
Compreensão, utilização e desenvolvimento da IA	Compreensão e utilização de técnicas de IA	Essa área incluiu (i) até que ponto os entendimentos teóricos dos processos de IA foram desenvolvidos (por exemplo, definição ou demonstração de padrões ou rotulagem de partes de um modelo de Aprendizagem de Máquina); e (ii) até que ponto os estudantes utilizaram algoritmos de IA existentes para produzir resultados (por exemplo, treinamento de um classificador). A Aprendizagem de Máquina geral, a aprendizagem supervisionada e a não supervisionada, a aprendizagem por reforço, a aprendizagem profunda e as redes neurais foram fornecidas como exemplos de técnicas de IA.
	Compreensão e utilização de tecnologias de IA	As tecnologias de IA, em geral, são aplicações voltadas para seres humanos, que podem ser oferecidas “como um serviço”. O processamento de linguagem natural (PLN) e a visão computacional (VC) foram fornecidos como exemplos. Os entrevistados foram questionados sobre até que ponto os estudantes utilizaram as tecnologias de IA existentes para concluir tarefas ou projetos e/ou estudaram os processos de criação dessas tecnologias.
	Desenvolvimento de tecnologias de IA	O desenvolvimento de tecnologias de IA trabalha com a criação de novas aplicações de IA, que podem abordar um desafio social ou fornecer um novo tipo de serviço. Esse é um campo especializado que requer conhecimento de uma variedade de técnicas e habilidades complexas em codificação, matemática (especialmente estatística) e ciência de dados.

Fonte: UNESCO, 2021b.

As principais motivações para implementar os currículos de IA são: (i) melhorar a capacidade técnica dos estudantes para se adequar às demandas do mercado de trabalho; (ii) desejo dos países em desenvolver uma força de trabalho competitiva internacionalmente; (iii) utilizar a compreensão da IA como impulsionadora da transformação social e econômica; (iv) neste mundo cada vez mais moldado pela IA é necessário propagar conhecimento e noções básicas para a população.

A qualificação do corpo docente é extremamente necessária para a implementação adequada da IA na educação. Alguns países, como China e Portugal, mostraram que a estratégia de preparação impulsionou iniciativas ou projetos nacionais de formação para os professores de disciplinas em que a IA está inserida. Em outros lugares, como na Bélgica, os programas de formação de professores são descentralizados e realizados por redes de ensino e, portanto, podem variar dependendo da região, da língua e do tipo de escola (por exemplo, pública ou privada). Atores não governamentais adotam outros métodos de formação de professores. No “MIT DAILY Curriculum”, professores de três distritos dos Estados Unidos participaram de um curso de formação que incluiu aulas gerais e 30 horas de prática de implementação em acampamentos de verão organizados por Organizações Não Governamentais parceiras. A empresa IBM e a Escola de Educação da Universidade Macquarie deram origem ao curso

Artificial Intelligence (AI) Education for Teachers [Educação em Inteligência Artificial (IA) para Professores], com duração de 16 horas, hospedado no Coursera.

Uma variedade de tecnologia de IA, com a Alexa, Google Assistant, Pix2Pix, PoseNet, kits de robótica e software de simulação que foi incluída no currículo permitindo que os alunos explorassem maneiras de utilizá-las em diferentes áreas.

No Brasil, embora a experiência com IA ainda é pouco explorada, embora não contenha necessariamente inteligência artificial, os jogos educativos estão sendo cada vez mais utilizados para diversas áreas de ensino, chamado *Gamification*. Um exemplo é o game InsuOnline, que ganhou etapa nacional da Imagine Cup, competição realizada pela Microsoft para premiar projetos de tecnologia desenvolvidos por estudantes. O jogo, desenvolvido pela equipe Oniria Games for Health Brazil, da Faculdade Pequeno Príncipe, em Londrina, no Paraná, capacita médicos das unidades básicas de saúde e estudantes para o tratamento de diabetes. Os jogos podem ser uma porta de entrada no Brasil para a utilização de tecnologias, seja ela com IA ou não.

O Brasil não possui nenhuma metodologia oficial do governo para currículos de IA na educação, as discussões atuais giram em torno do Projeto de Lei 21/2020, que foi aprovado na Câmara dos Deputados em março deste ano, estabelecendo um marco regulatório para IA, e o conteúdo contido do projeto ainda está em desenvolvimento, considerando os seguintes tópicos: conceitos, compreensão e classificação da IA; impactos da IA; direitos e obrigações; responsabilidade, governança e supervisão; impactos da inteligência artificial; direitos e deveres; e accountability, governança e fiscalização.

A inteligência artificial tem sido utilizada para informar a população seja no setor público, seja no setor privado. Um exemplo que iniciado pelo Banco Bradesco ao criar a BIA, um chatbot utilizado inicialmente apenas para atendimento, contudo em 2020, foram computadas mais 90 mil mensagens com assédio sexual e ofensas ao chatbot com personificação feminina. Desta forma, em 2021, o banco anunciou apoio à iniciativa [“Hey Update My Voice”](#), da UNESCO. Em conjunto com a Organização foi lançada uma campanha de conscientização das pessoas para uma sociedade mais igualitária, de respeito às mulheres. O filme, veiculado em rede nacional, registrou mais de 194 milhões de visualizações no meio digital, tornando-se o vídeo do YouTube mais assistido no país em 2021. De acordo com a UNESCO, as assistentes virtuais são programadas basicamente por homens (que representam 90% da força de trabalho na criação de IA) e têm a premissa de serem subservientes, mesmo quando verbalmente assediadas.

Para finalizar, o mapeamento trouxe nove principais conclusões e 13 recomendações relacionadas ao desenvolvimento e aprovação do currículo de IA; integração e gestão; conteúdo e resultados da aprendizagem; e implementação. Podemos destacar a conclusão sobre “um compromisso governamental e um mecanismo de aprovação robustos são necessários para gerenciar interesses conflitantes no desenvolvimento do currículo” que há necessidade de uma abordagem equilibrada, multidisciplinar e colaborativa para a elaboração de currículos de IA, realizada com a gestão direta do governo.

Outra conclusão é quanto aos “objetivos e os resultados da aprendizagem dos currículos de IA devem se concentrar em valores e habilidades essenciais necessários para o trabalho e para a vida na era da IA”, dentro de uma perspectiva da importância dos currículos de IA para assegurar que os estudantes tenham as habilidades necessárias para o trabalho e para a vida na era da IA, dessa forma, “desenvolver, adotar ou adaptar uma sequência coerente de atividades e de resultados de aprendizagem adequados à idade, em consulta com especialistas em

currículo, cientistas da computação e profissionais da educação, levando em consideração os objetivos finais do currículo, as motivações para seu desenvolvimento e as exigências das políticas nacionais. Ademais, as interdependências entre as diferentes áreas temáticas devem ser consideradas”.

O documento finaliza suas considerações finais com a surpresa de tão poucos governos terem implantado currículo de IA na educação básica. Esses mesmos governos que investiram nos currículos de IA reconheceram que “as habilidades de IA são essenciais para a economia atual e futura”. Outro ponto importante é a adoção por parte dos governos em adotar uma abordagem humanista no desenvolvimento e na implementação de currículos de IA, com a finalidade de garantir os direitos fundamentais, promoção da inclusão, da equidade e da igualdade de gênero.

Organizações da Sociedade Civil

Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza

Introdução

As manifestações públicas delineiam a complexidade do cenário atual, na confluência de crises que convergem, potencializando os contextos de emergência humanitária. Os efeitos da crise climática são apontados como responsáveis pelo aumento da fome em diferentes partes do mundo, que resulta no aumento dos deslocamentos humanos em busca de melhores condições de vida.

O fenômeno migratório continua a revelar os contornos étnico-raciais da violência e violação de direitos. As mortes de migrantes marroquinos mobilizam a contestação das formas perversas como são tratadas as populações que migram e destaca a inércia perante esse grave problema de saúde global.

Os direitos das pessoas LGBTQIAP+ aparecem pela primeira vez neste informe, com a divulgação de manifestações das instituições sobre a proteção e promoção dos direitos LGBTQIAP+ em todo o mundo. O tema da diversidade decorre da celebração do mês junho que pauta a diversidade e o “Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+”, que é mundialmente conhecido como o momento de celebrar a luta contra a discriminação e pressionar o poder público a garantir direitos de cidadania desta população.

As questões de gênero, saúde sexual e reprodutiva das mulheres ganham ênfase com o retrocesso em curso para criminalização do aborto. A mudança na legislação dos EUA é condenada por algumas OSC, que se preocupam com as repercussões desta decisão para além das fronteiras do país. A Cúpula Global dos Povos, pandemia, endemias, doenças infecciosas e negligenciadas, vacinas, também seguem como questões de interesse das OSC.

As organizações de interesse privado mantiveram sintonia com as pautas ao abordar os efeitos da crise climática, crise alimentar, equidade de gênero, diversidade, pandemia e endemias e as vacinas. Destacam, de forma isolada, os problemas de financiamento imprescindíveis às respostas globais de saúde.

A) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática e Saúde ambiental

A Federação Internacional de Saúde Ambiental (IFEH) realizará o [16º Congresso Mundial de Saúde Ambiental](#) em Kuala Lumpur, Malásia, de 23 a 25 de agosto de 2022. O tema deste congresso será “Questões de Saúde Ambiental, Desafios e Sustentabilidade: Pandemia de Covid 19”.

Dia 26 de setembro foi declarado pela Federação Internacional de Saúde Ambiental como o Dia Mundial da Saúde Ambiental, que deve ser comemorado nesta data todos os anos. Tema para 2022 é: Dia Mundial da Saúde Ambiental - Fortalecimento dos sistemas de saúde ambiental para a implementação das Metas de desenvolvimento sustentável. Mais informações em

<https://www.ifeh.org/wehd/2022/World%20Environmental%20Health%20Day%202022.pdf>

InterAcademy Partnership apresentou e discutiu seu Relatório global sobre Alterações Climáticas e Saúde em webinar no início de junho. A gravação da sessão já está disponível [aqui](#).

A organização Public Citizen recomenda a leitura do [relatório](#): Ponto de ebulição. Com a crise climática quebrando recordes de calor a cada verão, o estresse térmico é uma ameaça que se agrava rapidamente para os trabalhadores em todo o país, exigindo ação imediata.

A [CARE International](#) aponta para a urgência de assistência contínua aos sobreviventes do tufão Odette nas Filipinas. Os casos de dengue aumentam em áreas afetadas e alarmam grupos da sociedade civil. O supertufão atingiu cerca de 12 milhões de pessoas em 10 regiões, com impacto significativo na subsistência e nas condições de vida dos sobreviventes.

Crise alimentar e humanitária

A Action Aid segue fortemente mobilizada pela crise humanitária ao redor do mundo. A organização continua a denunciar e apelar por ajuda à crise alimentar enfrentada pelos países do leste da África e a pessoas afetadas por um forte [terremoto no Afeganistão](#) que matou mais de mil pessoas no fim de junho.

A [CARE Afeganistão](#) enviou três equipes móveis de saúde para as províncias de Khost e Paktika, após um terremoto atingir o leste do Afeganistão. Estima-se que entre 770 e 1.000 pessoas morreram e milhares ficaram feridas, além dos impactos da destruição de casas e meios de subsistência.

O acesso à saúde no noroeste da Síria está em risco devido ao possível fechamento da passagem de fronteira. Nesse contexto, os Médicos Sem Fronteiras (MSF) faz um [pedido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que renove a resolução transfronteiriça](#) que expira em 10 de julho, para o fornecimento de ajuda humanitária através da fronteira de Bab Al-Hawa no noroeste da Síria.

Os MSF exigem também uma resposta urgente para evitar mais [mortes por desnutrição em Borno, na Nigéria](#). Desde maio a organização vem testemunhando um fluxo sem precedentes de crianças desnutridas no centro de nutrição em Maiduguri, sugerindo uma alarmante crise nutricional no estado de Borno.

A CARE International alerta sobre a [fome crescente no Sudão do Sul](#), em meio aos cortes orçamentários e à crise global concorrente. O comunicado aponta que cerca de 63% da população do Sudão do Sul está em luta para sobreviver ao pico da 'estação de escassez' deste ano.

Migração e refúgio

A [International Federation of Social Workers](#) fez uma [nota de apoio aos refugiados, deslocados e migrantes](#), criticando a brutalidade das mortes de migrantes marroquinos que tentavam entrar na Espanha.

Pelo dia mundial do refugiado, a WADEM fez público seu [posicionamento sobre as pessoas forçadamente deslocadas](#). A situação dos refugiados é um problema perverso: intratável em sua complexidade, intensamente dinâmico e impermeável a soluções simples. Na ausência de uma maior colaboração internacional, intervenções inovadoras e uma abordagem verdadeiramente global ao reassentamento, o deslocamento forçado continuará a desafiar um mundo justo e equitativo, a um custo significativo e danos aos afetados.

Os MSF pedem aos países seguros, como os estados europeus e norte-americanos, entre outros, que ofereçam [proteção aos migrantes atualmente presos na Líbia](#) e acelerem a evacuação dos mais vulneráveis. Muitos sofrem de graves condições médicas, físicas e mentais, e sobreviveram à tortura.

Gênero, Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres

A WONCA Women convidou a todos para uma discussão sobre os [efeitos pandêmicos sobre as mulheres](#), destacando: aumento das responsabilidades no trabalho e em casa, isolamento social, doença, mudança na experiência do paciente, incluindo atrasos, descompensação de doenças crônicas, diagnósticos perdidos, mudança nos sistemas educacionais, aumento da mortalidade.

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN, sigla em inglês) se uniu a outras organizações de saúde ao expressar sua profunda preocupação com a decisão da Suprema Corte dos EUA de derrubar o Roe v Wade. O Roe v Wade refere-se a um litígio judicial ocorrido em 1973, no qual a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a Constituição dos Estados Unidos deveria proteger a liberdade individual das mulheres grávidas e de garantir-lhes a opção de fazer um aborto sem alguma restrição governamental.

O People's Health Movement (PHM) publicou [declaração](#) em que condena veementemente a recente revogação pelo Supremo Tribunal dos EUA do acórdão Roe/Wade de 1973, que garante o direito constitucional ao aborto. O movimento também destaca que as repercussões desta decisão chegarão muito além das fronteiras dos EUA.

O Global Citizen também [repercutiu](#) a decisão da Suprema Corte dos EUA e reuniu fotos e reivindicações de protestos após a decisão.

A IFMSA se manifestou em relação à decisão da Suprema Corte dos EUA que reverteu posição sobre o aborto, declarando que acredita que os direitos humanos de cada pessoa devem ser protegidos, incluindo seu direito à autonomia corporal e que garantir o acesso ao aborto seguro é uma parte essencial dessa proteção.

A Women in Global Health criticou a [decisão da Suprema](#) Corte dos EUA que acabou com o direito constitucional ao aborto.

Cúpula Global dos Povos

A [International Federation of Social Workers](#), em convite para a [Cúpula Global dos Povos](#) que acontecerá entre os dias 29 de junho e 2 de julho, ressalta a importância da construção colaborativa da [Carta dos Povos para um Mundo Eco-Social](#). Considerando que as “altas promessas feitas pelos governos após a Segunda Guerra Mundial – sobre paz, desenvolvimento e direitos humanos – não foram cumpridas”, a carta final aprovada pela cúpula “será submetida aos líderes mundiais no Fórum Político de Alto Nível e na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2022.”

O Sustainable Health Equity Movement e a [Framework Convention on Global Health Alliance \(FCGH\)](#) publicaram uma [declaração](#) ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, à Organização Mundial da Saúde, estados, organizações da sociedade civil e fundações em que ressalta a má implementação dos direitos humanos, incluindo os direitos à saúde e ao desenvolvimento, as injustiças observadas durante a pandemia da COVID-19, pedindo a construção de uma Convenção-Quadro sobre Saúde Global.

Ameaça nuclear e desenvolvimento sustentável e equitativo

Na última quinzena, a WFPHA esteve bastante ativa, participando de debates com outras organizações da sociedade civil. Em evento paralelo à primeira Reunião dos Estados Partes do Tratado das Nações Unidas sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW), ocorrida em Viena, Áustria, Bettina Borisch, representando a WFPHA, participou do painel, “[Saúde Pública e o Dever de Abolir as Armas Nucleares](#)”, organizado pela Missão Permanente da República da Costa Rica e pelos Médicos Internacionais para a Prevenção da Guerra Nuclear (IPPNW), no dia 23 de junho.

Pouco depois, no dia 27 de junho, a WFPHA organizou duas sessões no âmbito do People’s Summit: na primeira, Remco van de Pas falou sobre os limites do crescimento e suas implicações para a saúde; na segunda, Luis Eugenio, Bettina Borisch e Carlos Ocké-Reis discutiram os [determinantes econômicos de um mundo desigual](#).

Regulação de ultraprocessados, tabaco e álcool e as táticas das grandes empresas

“Indústrias de produtos ultraprocessados e álcool têm ótimo acesso aos espaços em que as políticas são elaboradas e são mais propensos a se envolverem em relações com o setor público que levantam questões em torno do conflito de interesses” essa afirmativa da diretora da Coalizão Caribenha do Saudável, reiterando [um artigo sobre o tema](#), foi compartilhada com a [NCD Alliance](#) em entrevista disponibilizada no site institucional, sobre táticas da indústria para evitar a regulação no Caribe.

Aprofundando o tema, a organização também fez uma notícia indicando [seis táticas comuns de grandes empresas](#) nessas áreas. São eles: 1) Lobbying; 2) campanhas de mídia; 3) soluções alternativas; 4) Desfavorável desafio à ciência 5) Criando uma imagem positiva; 6) Desafios legais.

Direitos das pessoas LGBTQIA+

O **CSIS** faz um chamamento à sociedade para juntar-se à [Iniciativa de Direitos Humanos](#) do CSIS e ao Projeto de Diversidade e Liderança em Assuntos Internacionais para uma discussão com altos funcionários do governo dos EUA e representantes da sociedade civil sobre a proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em todo o mundo.

Avaliando a Cúpula do G7 de 2022: A Perspectiva Sherpa

A 48ª cúpula do G7 foi realizada de 26 a 28 de junho em Schloss Elmau, na Alemanha. Líderes de cada país se reuniram para discutir as questões mais urgentes enfrentadas pela comunidade global e assumiram novos compromissos sobre sanções contra a Rússia, infraestrutura global e segurança alimentar. Neste evento, o **CSIS** Economics Program acolheu uma conversa virtual sobre os compromissos assumidos durante as reuniões de junho de 2022. Terça-feira, 5 de julho de 2022 9h30 - 10h15, online.

<https://www.csis.org/events/assessing-2022-g7-summit-sherpa-perspective>

A **Global Citizen** publicou [artigo](#) relatando como trabalhou antes e durante a reunião do G7 para que suas reivindicações fossem ouvidas pelos líderes das maiores economias mundiais.

Vacinas e COVID-19

Respondendo às notícias da Organização Mundial do Comércio (OMC) chegaram a um acordo sobre patentes para vacinas COVID-19 em países em desenvolvimento, Max Lawson, co-

Presidente da **People's Vaccine Alliance** e Chefe da Política de Desigualdade da Oxfam [diz que o acordo](#) é “tecnocrático, destinado a salvar reputações, não vidas”.

Segundo o **People's Vaccine Movement**, as falhas do G7 contribuíram para 600.000 mortes evitáveis. Os dados mais recentes sugerem que os países ricos provavelmente já garantiram a maioria das vacinas COVID-19 da próxima geração. [Leia o artigo.](#)

A **Health System Global** lançou o [blog](#) “Covid-19 in Fragile and Conflict-Affected Settings”, que traz relatos sobre como as comunidades demonstraram resiliência no tempo da COVID-19, e inclui depoimentos de membros e partes interessadas (no Mali e na Maurítânia) que compartilham de experiências positivas na gestão/resposta à COVID-19.

O Conselho da **GAVI Alliance** se reuniu em Genebra em 24 de junho, e [tomou decisões](#) com o foco redirecionado à equidade, suporte a países em situação de fragilidade e conflitos, e na prevenção de futuras pandemias. A Organização decidiu, reconhecendo a persistência da pandemia da COVID-19, continuar a administração do mecanismo COVAX em 2023. A organização também [lançou](#) o programa de imunização “Zero-Dose”, direcionado a crianças que não tomaram nenhuma dose do esquema de vacinação de rotina em comunidades em situação de fragilidade e conflitos em 11 países.

Pandemias

O Global Health Council [manifestou-se](#) positivamente sobre a iniciativa do Banco Mundial para aprovar um fundo intermediário para prevenção, preparo e resposta à pandemia, considerando que incentivará a coordenação entre países e o aumento de investimentos para prevenir futuras pandemias. Aproveitou a oportunidade para pedir que o BM se comprometa a manter o engajamento com OSC de forma a garantir que o fundo atenda às comunidades mais necessitadas.

Violência e conflitos políticos

Entre 28 e 30 de junho, os Estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se reuniram na Espanha no contexto da guerra em curso na Ucrânia. Mas, em vez de procurar garantir a sobrevivência coletiva, a NATO apresentou uma visão perigosa de um mundo polarizado que reafirma o seu papel como polícia global. A organização Progressive International se manifestou em [declaração](#) após encerramento da Cúpula da OTAN em Madrid.

A Coordenação Latino-Americana do PHM e a Coordenação da Sub-região Andina do PHM expressam preocupação e rejeição à ação repressiva do governo neoliberal do Equador. [Leia a declaração aqui.](#)

Doenças infecciosas e negligenciadas

A DNDi divulgou o [discurso](#) do seu Diretor Executivo, Dr. Bernard Pécoul, na Cúpula de Kigali sobre Malária e DTNs. A Cúpula ocorreu em 23 de junho de 2022, juntamente com a 26ª Reunião de Chefes de Governo da Commonwealth (**CHOGM**). O encontro reuniu líderes mundiais para reafirmar compromissos para acabar com a malária e as doenças tropicais negligenciadas. A DNDi publicou um documento em que ressalta o [compromisso com a Declaração Kigali](#). A Declaração de Kigali sobre DTNs é uma declaração política de alto nível que visa mobilizar a vontade política e garantir compromissos para alcançar o ODS 3 sobre as DTNs.

A DNDi divulgou a publicação de [novas recomendações para o tratamento da leishmaniose](#) nas Américas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A leishmaniose é

um grave problema de saúde pública, endêmica em 20 países da América Latina, atingindo a cada ano uma média de cerca de 53.000 novos casos, das formas cutânea e mucosa da doença, e 3.400 casos de leishmaniose visceral.

Em [publicação](#) intitulada “A oportunidade de eliminar a hepatite C por meio de mecanismos alternativos de financiamento” (tradução literal), a DNDi destacou a lacuna de financiamento para implantação de tecnologias de saúde direcionadas ao seu enfrentamento da hepatite C (HCV).

Violação dos Direitos Humanos

A World Medical Association manifestou seu repúdio à punição de oito prisioneiros no Irã que correm o risco de terem membros amputados sob acusação de roubo. [Ver mais.](#)

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou documento da ONU em que descreve as prioridades para prevenir e responder ao [abuso de pessoas idosas](#).

Formação profissional

A [World Heart Federation](#) anunciou a Coorte e Líderes Emergentes 2022 que receberá candidatos de 17 países e 5 continentes. O [programa](#), que está em sua oitava edição, visa formar e desenvolver especialistas que integrarão uma rede de 175 profissionais que pesquisam, colaboram e atuam conjuntamente na redução da mortalidade prematura por doenças cardiovasculares

B) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PRIVADO

Crise climática

A [Fundação Wellcome Trust](#) chamou a atenção para a importância de lidar com os impactos das inundações na saúde, juntamente com os esforços de mitigação, como a [redução das emissões](#), medidas essenciais para proteger a saúde, pois estima-se que um bilhão de pessoas em todo o mundo enfrentaria o risco de [estresse térmico](#) se a Terra aquecer apenas 2°C.

Sobre o aquecimento global e a [escassez de água](#), a [Fundação Wellcome Trust](#) chama a atenção sobre a associação entre o calor extremo e os resultados adversos da gravidez, casos de natimortos e ganho de peso rápido em bebês. Nesse sentido, a [Fundação Wellcome Trust](#) está [financiando](#) pesquisas sobre os impactos do calor extremo na saúde materna e infantil.

Para a [Fundação Bill e Melinda Gates](#) as pessoas nas áreas rurais estão entre as mais vulneráveis às mudanças climáticas. A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destaca também que a importância da [justiça climática](#) global ajudaria a criar um entorno mais resiliente e equitativo para todos.

Crise alimentar

Sobre a crise alimentar, a [Fundação Rockefeller](#) destaca que pedirá que a comunidade global tome medidas para transformar nossos sistemas alimentares para serem mais acessíveis, resilientes e regenerativos. Nesse sentido, a [Fundação Rockefeller](#) destaca sua participação na Conferência Ministerial “Unidos pela Segurança Alimentar Global” convocada pela Nações Unidas, e num [painel](#) no Fórum de Bruxelas sobre como a segurança alimentar global é impactada pela guerra na Ucrânia e pela crise climática. O Fórum é organizado pelo Fundo Marshall Alemão.

Pandemia e endemias

Sobre a COVID-19 e a luta contra endemias, a [Global Fund](#) destacou o efeito da COVID-19 nos serviços de teste e tratamento de malária e tuberculose em todo o mundo, e a importância de alcançar as populações mais vulneráveis. Nesse sentido, a [Global Fund](#) está financiando o apoio ao HIV e TB para refugiados do Sudão do Sul em Uganda e apoiando a Etiópia para lidar com surtos de malária entre refugiados.

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) também destacou que está intensificando os esforços para [terminar](#) com a malária e derrotar as doenças tropicais negligenciadas (DTNs) por meio de investimentos e parcerias, considerando que ameaçam a saúde de metade da população mundial.

A [Fundação Wellcome Trust](#) lançou um informativo, alertando que mais de 330 doenças surgiram entre 1940 e 2004, quase 2 em cada 3 vieram de animais, mais de 7 em cada 10 deles se originaram na vida selvagem.

Vacinas

A [Fundação Wellcome Trust](#) destacou que as vacinas devem ir para [onde são mais necessárias](#), dando ênfase a que as nações ricas correm o risco de repetir os erros cometidos com o COVID-19 enquanto correm para comprar suprimentos de vacina contra Monkeypox. Nesse sentido, a [Fundação Wellcome Trust](#) comentou a decisão do Comitê de Emergência de [não declarar o surto](#) de Monkeypox em andamento em uma emergência de saúde global.

A [Fundação Wellcome Trust](#) destacou o apoio às campanhas de saúde pública para aumentar a aceitação da [vacina contra a poliomielite](#).

Financiamento de pesquisa e ações de saúde

A [Fundação Wellcome Trust](#) destacou a adesão do Reino Unido ao maior programa internacional de financiamento de pesquisa, [HorizonEurope que está apoiando pesquisas](#) com mais de 95,5 bilhões de euros em mudanças climáticas, câncer, entre outros.

A [Fundação Rockefeller](#) destacou que é essencial financiar processos de adaptação climática para garantir o futuro das pessoas e do planeta, principalmente para que os pequenos produtores estejam equipados para estar na vanguarda das respostas locais para melhorar o suprimento de alimentos. A [Fundação Rockefeller](#) destaca que o programa Global Economic Resilience da Global Economic Resilience visa canalizar mais capital público e privado para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as metas climáticas de Paris por meio de financiamento inovador e reforma de bancos multilaterais de desenvolvimento.

Segundo a [Fundação Bill e Melinda Gates](#), a pandemia do COVID-19 destacou a importância da colaboração global público-privada para fechar a lacuna global de vacinas, melhorando o acesso para países de baixa renda.

A [Fundação Rockefeller](#) também destaca a importância de [investir](#) US\$ 2 trilhões em economias emergentes até 2030 para impulsionar o desenvolvimento econômico a partir de reformas no atual sistema de financiamento do desenvolvimento.

Também a [Global Fund](#) reconhece a grande liderança e compromisso do setor privado, filantropos e fundações para apoiar a eliminação da malária na África Austral, e convida a investir na [Global Fund](#) para acelerar o progresso em direção à erradicação da malária.

O [Global Fund](#) destacou que está apoiando a Moldávia com financiamento de emergência para manter serviços essenciais de HIV e TB, pois a guerra levou milhões de pessoas a fugir para este país que tem a maior concentração per capita de refugiados.

O [Global Fund](#) reconheceu o ministro Budi Gunadi Sadikin da Indonésia pelo compromisso e liderança no fortalecimento da resiliência global da saúde, assim como o trabalho dos agentes comunitários de saúde, que trazem serviços essenciais de saúde para seus vizinhos e comunidades.

Já a [Fundação Wellcome Trust](#) se pronunciou sobre a necessidade de mais pesquisas para encontrar [tratamentos](#) de saúde mental mais eficazes, destacando que ignorar os desafios da pesquisa em países de baixa renda apenas [perpetua a desigualdade](#).

Direitos das pessoas LGBTQIAP+

A [Fundação Rockefeller](#) declarou o apoio à comunidade LGBTQ+, especialmente durante um período em que seus direitos estão sendo desafiados, também foi destacado pelo [Global Fund](#), que trabalha com parceiros para [quebrar barreiras](#) relacionadas ao gênero e acesso a cuidados da saúde.

A [Fundação Wellcome Trust](#) também chamou a atenção sobre casos de mulheres trans em Jacarta que não tenham carteiras de identidade válidas, que são necessárias para acessar serviços governamentais como educação, apoio financeiro e saúde – inclusive para Covid-19.

A [Fundação Rockefeller](#) destacou ainda a importância de apoiar organizações que lutam pelos direitos LGBTQ+ como a Equality Florida, a maior organização de direitos civis dedicada a garantir a igualdade para a comunidade LGBTQ+ da Flórida.

Equidade de Gênero

A [Fundação Bill e Melinda Gates](#) destacou o efeito da pandemia, para milhões de mulheres que deixaram o mercado de trabalho devido à falta de cuidados infantis, e a importância de investir em programas que promovam a equidade de gênero, no sentido de enfrentar todas as condições – da pobreza às mudanças climáticas – que criam desproporcionalmente a precariedade para as mulheres em primeiro lugar.

A [Fundação Rockefeller](#) está trabalhando com Georgetown Institute of Women Peace and Security para reunir um grupo de Mulheres Líderes Globais para incentivar a ação e alcançar a igualdade de gênero e enfrentar a crise climática.

C) EVENTOS

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) realizou, em 24 de junho, um webinar sobre "Habilidades digitais para pessoas idosas e o papel que as bibliotecas podem desempenhar". Também divulgou a realização do [webinar](#) "Fatores-chave para a adoção bem-sucedida de biossimilares: Europa e EUA" no dia 29 de junho. Lembrando que estamos na década do Envelhecimento Saudável, definida pela ONU, a IFA convidou as demais organizações da sociedade civil a participarem do [colóquio](#) "Mobilizando Ação e Impulsionando o Engajamento das OSC", a ser realizado em 14 de julho.

Em 15 de julho, ocorrerá o [Webinar](#) Health Systems Research: Avanço da justiça através da descolonização das políticas e sistemas de saúde.

O CSIS realizou o evento “um tempo para a reforma antitruste nos Estados Unidos e na União Europeia”, em 30 de junho. Após uma tendência de décadas de consolidação nos mercados digitais, os Estados Unidos e a União Europeia alcançaram um momento crucial na reforma legal antitruste. <https://www.csis.org/events/time-antitrust-reform-united-states-and-european-union>

Em seu novo livro, *America's Great-Power Opportunity*, Ali Wyne baseia-se em três anos de intensa pesquisa e dezenas de entrevistas que realizou em 2020 - inclusive com muitos indivíduos que agora servem no governo Biden - para examinar a "competição de grandes potências". como uma estrutura para orientar a política externa dos EUA. Terça-feira, 5 de julho de 2022 15:00 - 15:30. <https://www.csis.org/events/book-event-americas-great-power-opportunity-0>

A Iniciativa de Direitos Humanos do CSIS e ao Projeto de Diversidade e Liderança em Assunto Internacionais promoveu uma discussão com altos funcionários do governo dos EUA e representantes da sociedade civil sobre a proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em todo o mundo. O [evento intitulado](#) “Promovendo os direitos LGBTQIA+ por meio da política externa dos EUA” ocorreu 30 de junho de 2022

Conclusão

As OSC seguem a apontar as questões emergenciais que necessitam de uma resposta global. As crises climáticas e alimentar e as migrações despontam como problemas que têm amplificado o sofrimento humano em diversos países, principalmente os mais vulneráveis. A equidade de gênero, os direitos da população LGBT, a pandemia de covid-19 e as doenças negligenciadas também foram temas destacados. A realização da Cúpula dos Povos foi mencionada por várias organizações da sociedade civil.

As OSC de caráter privado destacaram ainda iniciativas de financiamento de projetos de pesquisa e de intervenções em saúde.

Por fim, vale ressaltar que a guerra na Ucrânia não foi mencionada nesta quinzena.

Organizações Não Governamentais de Interesse Público que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

O informe sobre a Sociedade Civil que atua no âmbito global em favor do direito humano e dos interesses públicos em saúde, tem como mensagem de advertência e estímulo a necessidade de radicalizar as análises e ações sobre a determinação social da saúde, com a formulação da economia política que temos que desenvolver para de fato transformar os elementos estruturais que perpetuam as desigualdades sociais em saúde e bem estar no Mundo. Para exercer esta radicalidade se faz necessário um olhar crítico capaz de entender e transformar as estruturas das realidades nacionais, regionais e global.

Primeiro desafio da quinzena: entender a ameaça que representa o “novo constitucionalismo”, este fenômeno político que vem capturando as democracias mediante a judicialização da política pura <https://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol75/iss2/14>, onde temas que deveriam ser objeto da manifestação política direta das populações nos processos de decisão estratégicas para as sociedades, são decididos pela vontade e interpretação das cortes de justiça. Os dois episódios que ocorreram na Suprema Corte dos EUA, um afetando o direito ao aborto legal e outro limitando a Agencia Ambiental em sua capacidade de fiscalizar e regular as emissões de gases de efeito estufa, refletem o efeito da instalação política de juízes comprometidos com pautas conservadoras em costumes e neoliberais em economia.

Yannis Varoufakis, economista grego pertencente à Internacional Progressista, nesta conferencia intitulada “Está a Economia devorando a Democracia?” <https://youtu.be/gGeevtdp1WQ>, conta que o Presidente do Deutsch Bank afirmou que eleições não deveriam ser autorizadas a mudar a política econômica... um claro exemplo do poder absoluto que o capital financeiro busca continuamente exercer sobre nações e povos. Vale a pena assistir esta Conferência.

Os componentes de determinação política / econômica / social exercidos sobre povos e nações são as verdadeiras barreiras / obstáculos/ adversários para o pleno direito à saúde, como um novo contrato social global e um Global New Deal. Formidáveis adversários que temos que enfrentar para uma saúde global baseada na materialidade igualitária dos direitos humanos universais e integrais. Para construir sistemas de saúde e de proteções sociais / seguridade social robustos, e não apenas resilientes, temos que enfrentar essas determinações.

Observamos avanços em algumas disputas sobre temas importantes, aprendendo a enfrentar o tema das condições do trabalho humano como uma das determinações mais violentas sobre a existência, mediante a recente aprovação na 110ª Conferencia da OIT, da segurança e saúde como Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_848148/lang-pt/index.htm. Outro exemplo desta luta permanente são as conquistas dos etiquetados frontais dos alimentos, representando a disputa com as transnacionais de alimentos em torno à saúde das populações <https://stories.publiceye.ch/es/nestle-mexico/#group-section-Una-emergencia-nacional-DP4Hy51m3x> e a visibilização do capital financeiro em todas suas ramificações econômicas e na captura das finanças públicas como no caso ilustrativo do México <https://elpoderdelconsumidor.org/> e no caso brasileiro onde a denuncia sobre o parasitismo do setor privado lucrativo transnacionalizado em saúde aponta a necessidade de estabelecer de

forma clara os limites conflitivos das relações público-privadas com a constante privatização da esfera pública.

Todos esses elementos são fundamentais para projetar um processo transformador global, o qual começa nos países e se projetam em regiões e continentes para poder ganhar alcance global.

Extratos de documentos sobre os pontos de debate propostos:

- 1. Aborto e Democracia na América.** 28 de junho de 2022. Peter Singer, Professor de Bioética na Universidade de Princeton. https://www.project-syndicate.org/commentary/dobbs-decision-radical-implications-for-supreme-court-by-peter-singer-2022-06?utm_source=Project+Syndicate+Newsletter&utm_campaign=4bb3857adc-sunday_newsletter_07_03_2022&utm_medium=email&utm_term=0_73bad5b7d8-4bb3857adc-107414358&mc_cid=4bb3857adc&mc_eid=a1aa96faca

Na esteira da decisão da Suprema Corte dos EUA derrubando Roe v. Wade, que estabeleceu um direito constitucional ao aborto, muitos estão especulando sobre quais direitos a Corte vai tirar em seguida. Na verdade, a justificativa da decisão para jogar fora meio século de jurisprudência implica que a Corte tem muito poder. MELBOURNE – Toda mulher deve ter o direito legal de interromper uma gravidez que não deseja continuar, pelo menos até o estágio final da gravidez, quando o feto pode estar suficientemente desenvolvido para sentir dor. Essa tem sido a minha visão firme desde que comecei a pensar sobre o tema como uma graduação na década de 1960. Nenhuma das extensas leituras, escritas e debates que fiz sobre o tema me deu razões suficientes para mudar de ideia. No entanto, acho difícil discordar da linha central de raciocínio da maioria da Suprema Corte dos EUA em Dobbs v. Jackson Women's Health Organization, a decisão que derrubou Roe v. Wade, o marco do caso de 1973 que estabeleceu um direito constitucional ao aborto. Esse raciocínio começa com o fato indiscutível de que a Constituição dos EUA não faz referência ao aborto, e a possivelmente discutível, mas ainda muito razoável, afirma que o direito ao aborto também não está implícito em qualquer disposição constitucional, incluindo a cláusula do devido processo legal da Décima Quarta Emenda. O raciocínio por trás da decisão em Roe de remover das legislaturas estaduais o poder de proibir o aborto estava claramente em terreno instável. O juiz Byron White estava certo: a decisão da maioria de Roe, ele escreveu em sua opinião dissidente no caso, foi o "exercício do poder judiciário bruto".

A Suprema Corte exerceu esse poder de uma forma que deu às mulheres dos EUA um direito legal que deveriam ter. Roe poupou milhões de mulheres da angústia de levar a termo e dar à luz uma criança a quem não queriam levar a termo ou dar à luz. Reduziu drasticamente o número de mortes e lesões ocorridas naquela época, quando não havia drogas que induziam o aborto de forma confiável e segura. Mulheres desesperadas que não conseguiam um aborto seguro e legal de profissionais médicos devidamente treinados tentariam fazê-lo sozinhas, ou iam para abortistas de beco, muitas vezes com sérias, e às vezes fatais, consequências.

Nada disso, no entanto, resolve a questão maior: queremos que tribunais ou legislativos tomem tais decisões? Concordo aqui com o juiz Samuel Alito, que, escrevendo para a maioria em Dobbs, cita com aprovação a opinião do juiz Antonin Scalia de que: "A permissibilidade do aborto, e as limitações sobre ele, devem ser resolvidas como as questões mais importantes em nossa democracia: por cidadãos que tentam persuadir uns aos outros e depois votam."

Há, é claro, alguma ironia na maioria da Suprema Corte dizendo isso um dia depois que derrubou a lei democraticamente promulgada de Nova York que restringia o uso de armas de fogo. A Corte, sem dúvida, diria que, em contraste com o aborto, a Constituição dos EUA diz explicitamente que "o direito do povo de portar armas não deve ser violado". Mas essa frase tão citada é precedida pela lógica de que "uma milícia bem regulamentada" é "necessária para a segurança de um Estado livre". O suposto direito dos indivíduos de portar armas de fogo não tem absolutamente nada a ver com a segurança dos Estados Unidos, por isso uma aplicação sensata do comentário de Scalia sobre como a questão do aborto deve ser resolvida teria sido deixar a regulamentação das armas para processos democráticos.

Há uma implicação ainda mais radical da visão de que os tribunais não devem assumir poderes que não estão especificados na Constituição: o poder da Suprema Corte de derrubar a legislação não está na Constituição. Só em 1803, quinze anos após a ratificação da Constituição, o Chefe de Justiça John Marshall, em *Marbury v. Madison*, afirma unilateralmente que a Corte pode determinar a constitucionalidade da legislação e das ações tomadas pelo Poder Executivo. Se o exercício do poder judiciário bruto é um pecado, então a arrogância de Marshall ao tribunal da autoridade para derrubar a legislação é o pecado original da Suprema Corte. *Marbury* transformou totalmente a Declaração de Direitos. Uma afirmação aspiracional de princípios tornou-se um documento legal, um papel para o qual a imprecisão de sua língua o torna claramente inadequado.

Sem dúvida, a Suprema Corte dos EUA emitiu algumas decisões positivas e progressivas. *Brown V. O Conselho de Educação*, no qual a Corte decidiu por unanimidade que a segregação racial nas escolas públicas violou a cláusula de proteção igualitária da Décima Quarta Emenda, é talvez a principal delas. Mas também proferiu decisões desastrosas, como sua decisão no notório caso *Dred Scott*, que sustentava que ninguém de ascendência africana poderia se tornar um cidadão americano, e que os escravos que viviam em um estado livre ainda eram escravos se retornassem a um estado escravo.

Mais recentemente, na Comissão Federal de Eleições, o Tribunal invalidou leis federais que restringiam as doações políticas, abrindo assim as comportas para que corporações e outras organizações colocassem dinheiro nas campanhas de seus candidatos ou partidos políticos favorecidos. E a decisão sobre armas de fogo parece custar mais pessoas inocentes suas vidas.

As decisões da Suprema Corte não podem ser facilmente revertidas, mesmo que fique claro que suas consequências são esmagadoramente negativas. Derrubar as decisões das legislaturas sobre questões controversas como aborto e controle de armas politiza os tribunais, e leva os presidentes a se concentrarem em nomear juízes que podem não ser as melhores mentes legais, mas que apoiarão uma posição particular sobre aborto, armas ou outras questões importantes. A lição a tirar das decisões da Corte sobre aborto, finanças de campanha e controle de armas é a seguinte: Não permita que juízes não eleitos façam mais do que impor os requisitos essenciais do processo democrático. Em todo o mundo, legislaturas democráticas promulgaram leis sobre o aborto que são tão liberais, ou mais, do que os EUA tinham antes da reversão de *Roe v. Wade*. Não deve ser surpresa que essas democracias também tenham leis muito melhores sobre financiamento de campanhas e controle de armas do que os EUA têm agora.

2. Decisão 'devastadora' da Suprema Corte dos EUA limita a capacidade da Agência Ambiental de regular o clima de emissões de gases de efeito estufa. 01/07/2022. Kerry Cullinan. <https://healthpolicy-watch.news/devastating-decision-by-us-supreme-court-curbs-environmental-agency-greenhouse-gas-emissions/>

Uma semana depois de derrubar o direito constitucional ao aborto, a Suprema Corte dos Estados Unidos deu um duro golpe na capacidade do país de regular e reduzir rigorosamente as emissões de dióxido de carbono das usinas que contribuem para o aquecimento global. O presidente dos EUA, Joe Biden, descreveu a decisão de quinta-feira como "devastadora", enquanto a China questionou a sinceridade dos Estados Unidos no enfrentamento das metas internacionais de emissão de carbono. Votando em linhas ideológicas, o tribunal decidiu 6-3 a favor de um recurso interposto por 19 estados e empresas de carvão contra a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) que alegava que esta tinha autoridade limitada para regular a produção de carbono. De acordo com a decisão, o Congresso dos EUA não concedeu explicitamente à EPA a autoridade para limitar as emissões de gases de efeito estufa em todo o setor na Lei do Ar Limpo, mas apenas para regular ações em usinas de energia individuais. O chefe de justiça Roberts, apoiado por outros cinco juizes conservadores, afirmou no acórdão que "não é plausível que o Congresso tenha dado à EPA a autoridade para adotar por conta própria tal esquema regulatório". "Uma decisão de tamanha magnitude e consequência cabe ao próprio Congresso, ou a uma agência que atua de acordo com uma delegação clara desse órgão representativo", acrescentou.

No entanto, em sua declaração dissidente, a juíza Elena Kagan escreveu que "a Seção 111 da Lei do Ar Limpo orienta a EPA a regular fontes estacionárias de qualquer substância que 'cause, ou contribua significativamente para a poluição do ar' e que "pode razoavelmente ser antecipada para colocar em risco a saúde ou o bem-estar público". "Economia verde ameaçada. Um dos pilares do governo do presidente dos EUA Joe Biden está impulsionando a chamada economia verde, e essa decisão poderia minar os esforços multibilionários em curso para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e substituí-los por fontes de energia mais limpas. "Eu orientei minha equipe jurídica para trabalhar com o Departamento de Justiça e as agências afetadas a rever essa decisão cuidadosamente e encontrar maneiras de, sob a lei federal, continuar protegendo os americanos da poluição prejudicial, incluindo a poluição que causa as mudanças climáticas", disse Biden em um comunicado.

"Desde que a Lei do Ar Limpo foi aprovada por uma maioria bipartidária no Congresso em 1970, a lei de referência permitiu que as administrações democratas e republicanas protegessem e melhorassem o ar que respiramos, reduzindo a poluição do ar em 78% mesmo quando nossa economia quadruplicou de tamanho", disse ele. "No entanto, a decisão de hoje está do lado de interesses especiais que travaram uma campanha de longo prazo para retirar nosso direito de respirar ar limpo." O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, disse em uma entrevista coletiva regular na sexta-feira que sua nação tomou nota da decisão e das "críticas justas" da comunidade internacional sobre ela.

"Como sempre dizemos, para abordar as mudanças climáticas, não basta apenas entoar slogans. Trata-se de cada um fazendo sua própria parte", disse Zhao. "Exortamos os países desenvolvidos, incluindo os EUA, a respeitar seriamente o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, assumir suas responsabilidades históricas e mostrar maior ambição e ações", disse ele. "Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos devem efetivamente ajudar os países em desenvolvimento a melhorar sua capacidade de lidar com as mudanças climáticas em termos de financiamento, tecnologia e capacitação." A principal fonte de emissões de gases de

efeito estufa nos EUA é a partir da eletricidade, que representou um quarto das emissões em 2020.

O administrador da EPA "decepcionante e desanimador" Michael Regan disse estar "profundamente decepcionado" com a decisão, mas enfatizou que a EPA continua comprometida em proteger as comunidades e reduzir as emissões que impulsionam as mudanças climáticas. "A prioridade número um da EPA é proteger a saúde das pessoas, especialmente aquelas que estão na linha de frente da poluição ambiental. Não se engane: nunca renunciaremos a essa responsabilidade", disse Regan em um comunicado. Avançaremos para dar segurança e transparência ao setor de energia, que apoiará os esforços contínuos do setor para crescer nossa economia de energia limpa", acrescentou. Regan disse que abordar as mudanças climáticas significa colocar a economia dos EUA em uma posição mais competitiva, criando empregos no setor de energia limpa, reduzindo custos para as famílias e protegendo a saúde e o bem estar. "A EPA avançará", acrescentou, "com a definição legal e implementação de normas ambientais que atendam à nossa obrigação de proteger todas as pessoas e todas as comunidades contra danos ambientais".

Mais desafios judiciais protagonizados por poluidores? A organização global de saúde pública Vital Strategies condenou a decisão, que descreveu como "um ataque à natureza do governo tanto quanto à própria natureza, retirando agências de sua capacidade de agir com autoridade científica". O vice-presidente sênior da organização, Daniel Kass, alertou que a decisão "aceleraria nossa crise climática muito real, levando a doenças e mortes mais evitáveis", e provavelmente resultaria em novos desafios por parte dos "poluidores" nos tribunais estaduais. "Apenas em março deste ano, a EPA, sob sua autoridade da Lei do Ar Limpo, re-permitiu que a Califórnia e outros estados regulassem as emissões de gases de efeito estufa dos escapamentos. Agora podemos esperar desafios financiados por poluidores para todos os esforços estaduais para regular as emissões de CO₂", disse Kass.

"Apenas em março deste ano, a EPA, sob sua autoridade da Lei do Ar Limpo, re-permitiu que a Califórnia e outros estados regulassem as emissões de gases de efeito estufa dos escapamentos. Agora podemos esperar desafios financiados por poluidores para todos os esforços estaduais para regular as emissões de CO₂", disse Kass. "As autoridades de saúde pública devem pressionar os formuladores de políticas a se juntarem aos relatórios da Amica para defender as regulamentações estaduais e alinhar-se com a esmagadora maioria do público que quer ver o CO₂ regulamentado", disse ele. "A urgência das mudanças climáticas exige isso. Não há tempo para esperar por um balanço geracional de volta ao centro."

John Noel, um ativista climático sênior do Greenpeace EUA, observou em um comunicado que a poluição do ar causada pela queima de combustíveis fósseis causou cerca de uma em cada cinco mortes em todo o mundo em 2018. "Os radicais de vestes estão restringindo severamente a capacidade do governo federal de proteger as pessoas e os ecossistemas que apoiam a vida", disse ele. "É inconcebível que seis juizes da Suprema Corte tenham decidido a favor de sacrificar mais vidas para enriquecer barões milionários do carvão e do petróleo."

3. O novo constitucionalismo e a judicialização da política pura em todo o mundo. Ran Hirschl, *The New Constitution and the Judicialization of Pure Politics Worldwide*, 75 *Fordham L. Rev.* 721 (2006). Available at: <https://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol75/iss2/14>

Ran Hirschl, Professor de Ciência Política & Direito da Universidade de Toronto, e Fellow, Centro de Estudos Avançados em Ciências Comportamentais, Stanford.

Introdução: Nas últimas décadas, o mundo testemunhou uma profunda transferência de poder de instituições representativas para judiciárias, sejam elas domésticas ou supranacionais. O conceito de supremacia constitucional - um que há muito tem sido um dos principais pilares da ordem política americana - é agora compartilhado, de uma forma ou de outra, por mais de cem países em todo o mundo. Numerosos regimes pós-autoritários no antigo Bloco Oriental, Sul da Europa, América Latina e Ásia foram rápidos em endossar princípios do constitucionalismo do modernismo na sua transição para a democracia. Mesmo países como Canadá, Israel, Grã-Bretanha e Nova Zelândia - não muito tempo atrás descritos como os últimos bastiões da soberania parlamentar ao estilo de Westminster - gradualmente embarcaram na tendência global de constitucionalização. Quase todos os dias as manchetes dos jornais relatam questões como processos de constitucionalização na União Europeia (UE) e no Iraque, julgamentos de déspotas depostos perante tribunais internacionais e jurisprudência constitucional marcante nos Estados Unidos, Alemanha ou África do Sul.

Uma das principais manifestações dessa tendência tem sido a judicialização da política — a confiança cada vez mais acelerada nos tribunais e nos meios judiciais para enfrentar as principais situações morais, questões de políticas públicas e controvérsias políticas. Armados com procedimentos de revisão judicial recém-adquiridos, os tribunais superiores nacionais em todo o mundo têm sido frequentemente solicitados a resolver uma série de questões, desde o escopo da expressão e das liberdades religiosas, direitos de igualdade, privacidade e liberdades reprodutivas, até políticas públicas relativas à justiça criminal, propriedade, comércio e comércio, educação, imigração, trabalho e proteção ambiental. Manchetes de jornais ousados relatando decisões judiciais importantes sobre questões muito contestadas - casamento entre pessoas do mesmo sexo, limites no financiamento de campanha e ações afirmativas, para dar alguns exemplos - tornaram-se um fenômeno comum.

Isso é evidente nos Estados Unidos, onde o legado da revisão judicial ativa recentemente marcou seu aniversário bicentenário; aqui, os tribunais há muito têm desempenhado um papel significativo na formulação de políticas. É igualmente evidente nas democracias constitucionais mais jovens que estabeleceram mecanismos ativos de revisão judicial apenas nas últimas décadas. Enquanto isso, os tribunais transnacionais tornaram-se o principal loci para coordenar políticas em nível global ou regional, desde questões comerciais e monetárias até normas trabalhistas e regulamentações ambientais. No entanto, a crescente importância política dos tribunais tornou-se não apenas mais difundida, mas também expandiu-se em escopo para se tornar um fenômeno múltiplo e multifacetado que vai muito além do conceito agora "padrão" de formulação de políticas formuladas por juízes, por meio da jurisprudência de direitos comuns e do redesenho judicial das fronteiras legislativas entre órgãos estatais.

A judicialização da política inclui agora a transferência por atacado para os tribunais de algumas das mais pertinentes e polêmicas controvérsias políticas que uma política democrática pode contemplar. Relembre assuntos como o resultado da eleição presidencial americana de 2000, a nova ordem constitucional na África do Sul, o lugar da Alemanha na UE, a guerra na Chechênia, a política econômica da Argentina, o regime de bem-estar da Hungria, o golpe militar liderado por Pervez Musharraf no Paquistão, dilemas da justiça transitória na América Latina pós-autoritária e na Europa pós-comunista, a natureza secular do sistema político da Turquia, A definição fundamental de Israel como um "Estado judeu e democrático", ou o futuro político do Quebec e da federação canadense: Todas essas e muitas outras questões políticas muito contestadas foram enquadradas como questões constitucionais.

E isso foi acompanhado pela suposição concomitante de que os políticos não-tribunais ou as próprias demos são os fóruns apropriados para tomar essas decisões-chave. Em suma, parafraseando a observação de Alexis de Tocqueville em relação aos Estados Unidos, não há agora quase nenhum dilema de políticas públicas ou discordância política no mundo do novo constitucionalismo que não se torne judicial ou mais tarde. Apesar da crescente prevalência desse fenômeno, o discurso acadêmico que aborda a judicialização da política em todo o mundo permanece surpreendentemente esboçado. Com algumas exceções notáveis², a judicialização da política é muitas vezes tratada de forma bastante não refinada como um sub-produto orgânico da prevalência do discurso de direitos. Às vezes é confundido com uma versão genérica do ativismo judicial, com pouca ou nenhuma atenção à distinção entre a dependência dos tribunais para determinar, digamos, o alcance do direito a um julgamento justo, e a dependência dos tribunais para lidar com questões divisoras de políticas de construção de nação e identidade coletiva que estão no centro da auto-definição de uma nação. Neste artigo, eu mapeio os contornos deste último aspecto, ou o que pode ser chamado de judicialização da política mega ou pura. Começo por distinguir entre três grandes categorias de judicialização: (1) a disseminação do discurso jurídico, jargão, regras e procedimentos na esfera política e nos fóruns e processos políticos; (2) judicialização da formulação de políticas públicas por meio de revisão administrativa e judicial "ordinária"; e (3) a judicialização da "política pura"-a transferência para os tribunais de assuntos de natureza política e significância, incluindo legitimidade do regime central e questões de identidade coletiva que definem (e muitas vezes dividem) políticas inteiras. Ilustre, então, as características distintas deste último tipo de judicialização através da recente jurisprudência política dos tribunais e tribunais em todo o mundo. Na parte final do artigo, ilustro a importância do apoio da esfera política como condição necessária para a judicialização da política pura. Esses exemplos sugerem que o direito constitucional é de fato uma forma de política por outros meios.

Referências: 1. Alexis de Tocqueville, *I Democracy in America* 102-09 (Phillips Bradley ed. & trans., Vintage Books 10th ed. 1961) (1835). 2. See, e.g., *The Global Expansion of Judicial Power* (C. Neal Tate & Torbj Vallinder eds., 1995); Ran Hirschl, *Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of the New Constitutionalism* (2004) [hereinafter Hirschl, *Towards Juristocracy*]; *The Judicialization of Politics in Latin America* (Rachel Sieder et al. eds., 2005); Martin Shapiro & Alec Stone Sweet, *On Law, Politics, and Judicialization* (2002); John Ferejohn, *Judicializing Politics, Politicizing Law*, 65 *Law & Contemp. Probs.* 41 (2002); Ran Hirschl, *Resituating the Judicialization of Politics: Bush v. Gore as a Global Trend*, 15 *Can. J.L. & Juris.* 191 (2002) [hereinafter Hirschl, *Bush v. Gore*]; Richard H. Pildes, *The Supreme Court*, 2003 *Term: Foreword: The Constitutionalization of Democratic Politics*, 118 *Harv. L. Rev.* 29 (2004).

4. 110ª Conferência Internacional do Trabalho acrescenta segurança e saúde aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_848148/lang--pt/index.htm

<http://www.globalsocialjustice.info/> Comunicado de imprensa | 10 de Junho de 2022.

GENEBRA (Notícias da OIT) – Os delegados e as delegadas presentes na Conferência Internacional do Trabalho (CIT) adotaram uma resolução para adicionar o princípio de um ambiente de trabalho seguro e saudável aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A decisão histórica significa que todos os Estados membros da OIT se comprometem a respeitar e promover o direito fundamental a um ambiente de trabalho seguro e saudável, tenham ou não ratificado as Convenções relevantes. Os delegados e as delegadas adotaram a medida durante a sessão plenária da Conferência na sexta-feira, 10 de junho.

Até agora existiam quatro categorias de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho:

- liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- a abolição efetiva do trabalho infantil;
- a eliminação da discriminação em relação ao emprego e à ocupação.

A decisão da Conferência significa que Segurança e Saúde no Trabalho passará ser a quinta categoria. Os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho foram adotados em 1998 como parte da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. De acordo com a Declaração, os Estados membros da OIT, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico, comprometem-se a respeitar e promover esses princípios e direitos, tenham ou não ratificado as Convenções relevantes. Cada um dos princípios fundamentais está associado às Convenções da OIT mais relevantes. As novas Convenções fundamentais serão a Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores, 1981 (Nº 155) e a Convenção do Quadro Promocional para a Segurança e Saúde Ocupacional, 2006 (Nº 187).

A Conferência também aprovou oito emendas à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006 (MLC, 2006), que se concentra nos direitos e condições de trabalho dos(as) marítimos(as). Essas emendas foram negociadas e adotadas em maio de 2022 pelos representantes dos marítimos, armadores e governos durante a quarta reunião (Parte II) do Comitê Tripartite Especial da MLC, 2006.

As novas disposições, que devem entrar em vigor em dezembro de 2024, contribuirão para melhorar as condições de vida e de trabalho dos(as) marítimos(as) de todo o mundo, com base em algumas das lições aprendidas durante a pandemia.

O Comitê de Discussão Geral da CIT sobre trabalho decente e economia social e solidária (ESS) adotou conclusões complementadas por uma resolução. Os 16 pontos das Conclusões incluem uma definição importante sobre ESS e fornecem orientações sobre a promoção da ESS no contexto do trabalho decente. O Comitê também solicitou à OIT que desenvolva uma estratégia e um plano de ação sobre trabalho decente e economia social e solidária, a ser apresentado ao Conselho de Administração da OIT em sua sessão de novembro de 2022.

No início do dia, a CIT realizou a Cúpula de alto nível sobre o Mundo do Trabalho: Abordar as múltiplas crises mundiais, promover a recuperação e a resiliência centradas nas pessoas. As discussões se concentraram na ação urgente necessária para lidar com as consequências trabalhistas e sociais das crises atuais e no uso de abordagens centradas nas pessoas para apoiar a paz, a resiliência e o desenvolvimento inclusivo, em particular para as populações em situação de maior vulnerabilidade.

"Embora panorama seja sombrio e as perspectivas incertas, não devemos perder de vista nossa visão de um futuro melhor do trabalho. As esperanças e sonhos de milhões de pessoas dependem de nós. Não podemos decepcioná-las. Juntos, devemos cumprir nossa promessa de um futuro melhor, mais justo e mais inclusivo para todos", disse o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, na abertura da Cúpula. "Devemos renovar nossos esforços para criar oportunidades de trabalho decente, especialmente para os grupos mais vulneráveis", acrescentou.

Em um segmento separado, a cúpula também contou com discursos dos presidentes da República de Seychelles, Wavel Ramkalawan, e de Honduras, Iris Xiomara Castro Sarmientos. Ambos abordaram as questões mais prementes que afetam o mundo do trabalho.

Falando da exclusão gerada pelo sistema capitalista, Castro Sarmientos enfatizou os problemas enfrentados pelos pequenos produtores, acrescentando que “neste sistema de exclusão, mulheres, meninas e meninos são os mais afetados”.

“Nossa mensagem deve ser de esperança. Nossas ações e políticas devem apresentar esperança para nosso povo, enquanto lutamos contra os flagelos da corrupção, exploração e injustiça”, disse Ramkalawan.

5. Do que se trata? De uma "emergência epidemiológica nacional". Timo Kollbrunner . Public Eye, Julho de 2022. <https://stories.publiceye.ch/es/nestle-mexico/#group-section-Una-emergencia-nacional-DP4Hy51m3x>

“Isso foi afirmado pelo governo mexicano em novembro de 2016, no contexto de "extensão e escopo dos casos de sobrepeso e obesidade”. Os últimos números nesse sentido são apresentados na Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição 2020 e são alarmantes. 38% das crianças entre cinco e onze anos estão acima do peso ou mesmo obesas. E 74% da população mexicana com 20 anos ou mais é muito gorda. Mais de um terço dos adultos são obesos. Esses números fazem do México o "segundo país mais obeso" entre os países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), atrás apenas dos Estados Unidos. A Aliança para a Saúde Alimentar, composta por acadêmicos, ativistas mexicanos e organizações da sociedade civil consideram que a principal causa da epidemia de obesidade é a "deterioração acelerada dos hábitos alimentares da população" dada por um ambiente obesogênico, que se manifesta, por um lado, na diminuição do consumo de frutas, vegetais, grãos e leguminosas, e, por outro lado, no "aumento exponencial" no consumo de farinhas refinadas, refrigerantes e "alimentos e bebidas ultraprocessados em geral". "Alimentos ultraprocessados" são produtos desenvolvidos industrialmente que geralmente contêm pouco ou nada de um alimento natural. Eles são compostos principalmente de substâncias extraídas de alimentos - gorduras, óleos, amidos, açúcares - e são frequentemente adicionados cores artificiais, aromatizantes ou estabilizadores. A relação entre o consumo desses produtos com obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e câncer está bem documentada. Em 2013, 214 kg de alimentos ultraprocessados per capita foram vendidos no México. Globalmente, apenas os Estados Unidos, o Canadá e a Alemanha estavam à frente do México. O Dr. Hugo López-Gatell, epidemiologista e subsecretário de Prevenção e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde do México, disse há dois anos em uma coletiva de imprensa que metade das mortes no México em 2018 foram devido a doenças relacionadas à má alimentação. A Public Eye levantou a questão e reiterou que "a principal causa da epidemia de obesidade no México é o excesso de oferta de produtos ultraprocessados que hoje constituem o componente principal da dieta mexicana.”

A desregulamentação das gorduras. A assinatura do Acordo norte-americano de Livre Comércio (NAFTA), com os EUA e do Canadá em 1994 é frequentemente citada como o início da evolução desastrosa para uma dieta cada vez mais insalubre para a população mexicana. Mas, segundo López-Gatell, nos anos 80 uma "transformação em direção ao neoliberalismo, à desregulamentação e, portanto, ao enfraquecimento da proteção à saúde" já havia começado no México. Sob a premissa de "desenvolvimento, prosperidade e crescimento", essa "desregulamentação deliberada" continuou sistematicamente até alguns anos atrás.

Em 2014, o país fez suas primeiras tentativas de combater essa ameaça à saúde pública. Por um lado, o México introduziu um imposto [impuesto](#) sobre bebidas açucaradas e, por outro, um sistema obrigatório de rotulagem GDA (Daily Food Guidelines) para produtos processados: a partir daquele momento, o teor de açúcar, sal, calorias e gorduras saturadas teve que aparecer na embalagem, complementado pela proporção da ingestão diária recomendada que o consumo desses alimentos implicaria. No entanto, o Conselho Mexicano da Indústria de Produtos de Consumo, ConMéxico, no qual a Nestlé desempenha um papel ativo, garantiu que os valores de referência fossem determinados de forma a favorecer a indústria. Da mesma forma, em estudo [estudio](#) realizado em 2016 pelo Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), concluiu que apenas um quinto da população afirmou que os rótulos eram mal compreendidos. Por causa desses resultados, o INSP se manifestou a favor do desenvolvimento de rótulos frontais alternativos que poderiam ser mais eficazes do que o atual, e que foram "compreendidos e utilizados por um amplo setor da população".

O modelo estava localizado a cerca de 6.000 quilômetros a sudeste do México. No verão de 2012, o Chile aprovou uma lei baseada em três pilares. Primeiro, etiquetas de aviso preto na forma de selos com a mensagem "Alto em...": rico em açúcar, sal, gordura saturada e calorias. Em segundo lugar, a proibição de vender produtos com selos de advertência nas escolas primárias. Em terceiro lugar, uma regra que impede a publicidade desses produtos para crianças. A lei foi popularmente apelidada de "Super Oito Law", em referência a uma popular barra de chocolate Nestlé. Segundo a Nestlé, três barras de chocolate "Super 8" são consumidas a cada segundo no Chile. Então, agora todos esses bares icônicos, e de fato grande parte da gama de produtos da Nestlé, seriam marcados com etiquetas de aviso pretos. Especificamente, o SECO que, entre outras questões, é responsável por representar os "interesses da Suíça como um lugar de negócios no exterior".

Em 22 de março de 2013, a SECO enviou uma carta de Berna às autoridades chilenas. Como os e-mails citados acima, a carta está contida em documentos obtidos no ano passado pelo programa "Temps Présent", da rede de televisão francesa de língua francesa RTS, que invocou a transparência e o acesso à lei da informação e trouxe à tona o lobby da Nestlé com autoridades suíças pela primeira vez.

A carta foi endereçada ao "TBT (Technical Barriers to Trade) Contact Point". O Acordo TBT, que nasceu em 1995 com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), estabelece um quadro para evitar que "as regulamentações técnicas afetem o comércio de forma negativa e desproporcional". Nesse contexto, a Suíça pediu às autoridades chilenas que mostrassem como chegaram à conclusão "de que a emenda proposta era necessária para proteger a saúde humana". Além disso, a Suíça queria saber "se o Chile considerou medidas menos restritivas ao comércio".

Em segundo lugar, a Suíça sugeriu que quaisquer novos regulamentos nacionais deveriam estar em conformidade com as normas internacionais existentes. O padrão para este caso é o "Codex Alimentarius": um conjunto de normas sobre segurança e qualidade alimentar publicadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O codex não estabelece valores máximos para certos nutrientes. A Suíça, portanto, quis saber o que 'motivou o Chile a escolher um rótulo com uma mensagem negativa ('Pare em...')' e como as disposições previstas eram compatíveis com as diretrizes do Codex.

Mas a questão de saber se o Codex realmente impede que os países desenvolvam seus próprios sistemas de alerta precoce tem sido amplamente abordada a nível internacional. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), representante da OMS na região, concluiu em relatório publicado em 2020: que isso não era válido. A discussão e desenvolvimento de cada texto do Codex baseia-se nas experiências de cada país. "Ou seja, a Codex espera que os países membros tomem suas próprias ações." Os países têm o direito de tomar medidas para "proteger a saúde pública e garantir a segurança alimentar e nutricional de suas populações", e também podem "ir além das diretrizes estabelecidas no Codex". Mesmo a Suíça, representada no Comitê de Codex pelo Escritório Federal de Segurança Alimentar e Veterinária (FSVO), adotou no outono de 2021 a posição de que os países devem ser livres para escolher seu próprio sistema de rotulagem "com base em seu contexto nacional e do conhecimento do que funciona melhor para os seus consumidores".

Três meses após o envio da carta, no verão de 2013, o SECO interveio pela primeira vez em uma reunião do Comitê do TBT. Este Comitê se reúne três vezes por ano em Genebra para discutir "questões comerciais específicas". Nesse Comitê, foram expressas "algumas preocupações" sobre o projeto e o Chile também foi convidado a "testar uma abordagem voluntária para a rotulagem de alimentos", assim como a Suíça fez. Na mesma reunião, a Suíça expressou preocupação com outro projeto de lei: a "Lei da Alimentação Saudável" do Peru, que, assim como sua contraparte chilena, previa rótulos de advertência preta sobre produtos. Um ano depois, em junho de 2014, a Suíça apontou a abordagem do Equador em uma reunião do Comitê TBT. O Equador planejava introduzir um código de cores para indicar se um alimento embalado tinha um alto, médio ou baixo teor de um determinado ingrediente. Este sistema "discrimina injustamente" certos produtos e "não fornece informações sólidas" aos consumidores, criticou a Suíça.

Em vão. Em 2014, os Estados membros da OPAS lançaram por unanimidade um plano de cinco anos para prevenir a obesidade em crianças e adolescentes. Um de seus objetivos é desenvolver e implementar padrões para a rotulagem frontal de alimentos que permitam "a identificação rápida e fácil de produtos com alto teor calórico e baixo teor de nutrientes". No final de 2014, o Equador decidiu implementar seu sistema de rotulagem. E no Chile, após a reeleição de Michelle Bachelet, o recém-formado governo socialista se prepara para introduzir uma nova regulamentação vinculativa, apesar da forte oposição da indústria e, em particular, da AB Chile, grupo de interesse criado pela Nestlé e outras cinco empresas. Apesar das repetidas intervenções da Suíça, da UE, dos EUA e de outros países através da OMC, bem como de todos os esforços da indústria para obstruir a legislação: em junho de 2016, a "Super Lei dos Oito" entrou em vigor no Chile.

Pablo Devoto, diretor da Nestlé Chile, em entrevista em abril de 2017, lamentou que os avisos não eduquem os consumidores, mas apenas os assustem. "Como país", acrescenta, como se fosse o presidente do Chile, "temos que passar de assustadores para educados". Segundo a Nestlé, as regulamentações não mudaram os hábitos de consumo das pessoas de forma "definitiva e radical". Mas estudos científicos chegam a conclusões diferentes. Em junho de 2019, um estudo de acompanhamento de três universidades mostrou que as vendas de produtos com rótulos de advertência caíram consideravelmente: 25% para bebidas açucaradas e até 36% para cereais de café da manhã.

No Peru, os esforços do lobby — liderado pela Sociedade Nacional das Indústrias, da qual a Nestlé é membro — também não tiveram efeito desejado. No verão de 2019, entrou em vigor a "Lei da Alimentação Saudável", que inclui rótulos de advertência em forma de octógono

baseados no modelo chileno. E quase paralelamente, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados do México também inclinou-se em favor dos avisos rotulados de "facilmente compreendidos", "verdadeiros" e "visíveis" localizados em frente à embalagem de alimentos, através da modificação da Lei Geral de Saúde e posteriormente da modificação do "Padrão Oficial Mexicano 051 (NOM-051), pelo Ministério da Economia. Esta norma estabelece cinco selos pretos com as palavras "Excesso" para indicar quando um alimento ou bebida tem um alto teor de gorduras saturadas, calorias, sódio, gorduras trans e açúcares.

Além disso, seguindo o exemplo do Chile, proíbe embalagens com selos de conter personagens infantis, desenhos animados ou celebridades. Para a Nestlé, muito estava em jogo: no Chile e no Peru suas vendas anuais somam cerca de 500 milhões de francos suíços por ano; em 2019, as vendas da Nestlé no México somaram quase três bilhões de francos. Então é disso que se trata quando, em 15 de novembro de 2019, um funcionário (ou funcionário, não podemos saber devido à anonimização de e-mails) da Nestlé escreve um e-mail para uma pessoa do SECO. Foi "grande prazer" se encontrar novamente na semana passada em Vevey, diz o e-mail. Como já discutimos, o anexo de e-mail contém "um resumo e mensagens-chave sobre as duas questões urgentes que estamos abordando no México". O primeiro problema: a proibição de sacos plásticos descartáveis e garrafas, contra os quais a Nestlé lutou em vão. O segundo problema: é claro, NOM-051. "Agradecemos seu apoio e recomendações para realizar nosso trabalho de advocacia", diz a carta. ...

Vamos primeiro olhar para o conteúdo deste memorando que a Nestlé enviou ao SECO. A regra vislumbrada pelo México é "muito mais restritiva" do que a lei chilena porque combina selos de advertência em forma de octógono com um perfil nutricional mais restritivo. A proposta também impõe maiores restrições à promoção e venda de produtos 'rotulados'. A Nestlé apoia sistemas de rotulagem que visam ajudar os consumidores a fazer "escolhas alimentares mais saudáveis" com "informações nutricionais práticas, relevantes e de fácil computação". No entanto, a norma mexicana não cumpre esse objetivo.

Além do perfil nutricional "muito radical e restritivo" usado para determinar valores-limite, os avisos propostos pelo México devem ser "evitados". Eles não estão previstos no Codex, nem são compatíveis com as normas internacionais e poderiam facilmente despertar "medos desnecessários" entre os consumidores. Além disso, a proibição do uso de personagens de desenhos animados ou brinquedos em embalagens carimbadas viola a lei de propriedade intelectual mexicana e internacional. ...

Nos dias que antecederam o envio de cartas de Vevey ao Seco, a Nestlé também foi à ofensiva no México. Em 5 de novembro, a empresa apresentou sua posição sobre o Regulamento, no qual prevê que os avisos fornecidos "não terão o efeito desejado". A população "continuará a consumir produtos não saudáveis, apesar de estar ciente de seus efeitos na saúde". O verdadeiro problema não é "as informações que o consumidor recebe sobre os produtos", mas "o próprio consumidor, que não é suficientemente educado". Portanto, o que é necessário não são rótulos de aviso, mas campanhas de informação. ...

Em 25 de novembro de 2019, a pessoa de contato da SECO envia o "memorando que a Nestlé (...) compartilhou conosco" nove colegas, juntamente com o pedido de uma "avaliação inicial". No mesmo dia, houve a referida troca de e-mails com o departamento da DFAE no México, que aparentemente não havia sido incluído até então e que ficou indignado com a abordagem solo da Nestlé. Este último ponto foi retomado no dia seguinte. Uma pessoa escreveu na rodada de mensagens: "Para um tratamento adicional desta questão, é importante

notar que grandes fabricantes e importadores de alimentos, incluindo a Nestlé (Suíça), anunciaram que introduzirão o sistema simplificado de rotulagem nutricional 'Nutriscore' na Suíça." Essa abordagem difere da mexicana, em particular, na medida de "é uma medida voluntária".

De fato, a Nestlé havia afirmado em junho de 2019 que apoiava "a Nutriscore como o sistema de rotulagem nutricional preferido para alimentos e bebidas na Europa continental". Trata-se de um "compromisso com uma boa nutrição e escolhas alimentares informadas". Foi uma virada de 180 graus: durante anos, a Nestlé — às vezes em parceria com outras empresas — tentou primeiro evitar o semáforo nutricional e, em seguida, diluí-lo e atrasá-lo. Então, o que levou a empresa, cuja gestão admitiu internamente em 2021 que mais de 60% de seus produtos são prejudiciais à saúde, a se comprometer com o sistema de semáforo nutricional? Para a nutricionista francesa Melissa Mialon, a resposta é clara: "A introdução de rótulos de alerta na América Latina é provavelmente uma das principais razões para a mudança de atitude da Nestlé em relação à Nutriscore". ...

Uma olhada na lista de ingredientes mostra que o "pó de chocolate" de Nesquik é composto de ⅓ de açúcar. No México, a fórmula Nesquik vendida na Suíça teria três selos de advertência: "Excesso de calorias", "Excesso de açúcares" e "Excesso de sal". Além disso, o produto não poderia ser anunciado com um personagem de desenho animado como o coelhinho Nesquik. No México, por sua vez, a Nestlé lançou formulações Nesquik com menos açúcar. Na Suíça, Nesquik recebe o verde claro Nutriscore B. Isso se deve à forma como a Nutriscore é calculada, que (1) leva em conta as propriedades nutricionais negativas e positivas; (2) não avalia o produto em si, mas a preparação (neste caso: pó + leite); e (3) baseia-se em uma receita específica definida pela própria Nestlé, neste caso uma mistura contendo muito pouco pó e muito leite com baixo teor de gordura, cujos valores nutricionais positivos elevam a pontuação para a faixa verde. O coelhinho também pode ficar... ..

A OPAS acima mencionada comparou rótulos de aviso preto com outros cinco rótulos no final de 2020, incluindo sistemas como nutriscore que fornecem uma classificação geral dos produtos. Ele concluiu inequivocamente que "avisos claros na parte frontal da embalagem sobre alimentos que contêm muita gordura, açúcar e sódio são a melhor maneira de ajudar as pessoas a evitar as compras mais prejudiciais à saúde". Se, como no caso da Nutriscore, as características positivas e negativas de um produto forem levadas em conta, "a finalidade (da rotulagem) é prejudicada, o efeito é enfraquecido e a confusão entre os consumidores é aumentada".

No entanto, na carta que a SECO finalmente enviou às autoridades mexicanas em 9 de dezembro de 2019, a Suíça menciona que "os principais produtores e importadores de alimentos" na Suíça concordaram em introduzir a Nutriscore de forma "puramente voluntária". Por isso, ele queria "gentilmente perguntar" ao México se eles também tinham sido considerados "medidas menos restritivas sobre o comércio". Além disso, a carta repete essencialmente os pontos que a Nestlé fez em seu memorando. Ele estava particularmente interessado em saber em que os limiares dos rótulos de advertência tinham sido baseados. E por que o México quer introduzir avisos negativos, mesmo que não estejam previstos no Codex e isso possa fazer com que os consumidores acreditem que certos alimentos devem ser "evitados completamente, mesmo que possam fazer parte de uma dieta equilibrada". ...

Em 27 de março de 2020, o NOM-051 é publicado no Diário Oficial da Federação sem alterações em suas disposições. A SECO entra em contato novamente com a Nestlé em 3 de abril. Ele havia aprendido com "fontes dos EUA" que, segundo o setor industrial do país, a

entrada em vigor da regra teve que ser adiada devido ao "Covid-19 e à atual alta demanda por alimentos". "A Nestlé compartilha dessa avaliação/preocupação?" Parece que sim. De qualquer forma, na próxima reunião do TBT, em maio, a Suíça pede às autoridades mexicanas "com alguma urgência" que adiem a entrada em vigor das alterações "para uma data posterior". Os Estados Unidos e a UE foram cada vez mais específicos: pedem um adiamento de dois anos.

Mas como já sabemos: o NOM-051 entrou em vigor em 1º de outubro de 2020. A OPAS chama-o de "padrão mais avançado e abrangente do mundo". O fato de a Suíça ter pedido ao país em uma das reuniões do TBT, no final de outubro, para revisar a regra "para garantir um fornecimento adequado de alimentos e bebidas ao mercado mexicano, especialmente durante a pandemia COVID-19" não mudou nada. Aparentemente, as empresas de alimentos começaram a adaptar rapidamente as receitas de seus produtos devido à nova legislação. E as autoridades mexicanas provaram ser sérias na implementação da nova Norma: em abril, eles lembraram mais de 10.000 produtos de 80 marcas que não foram devidamente rotulados, incluindo duas variedades de cereais Nestlé'. ...

Em 2021, o Uruguai também implementou uma lei com rótulos de advertência. Brasil e Colômbia aprovaram leis semelhantes, no Canadá o Ministério da Saúde está propondo uma, e mais recentemente, em março de 2022, a "Lei de Promoção da Alimentação Saudável" foi publicada na Argentina, que inclui rótulos de advertência preto e octogonal. Enquanto isso, na Suíça, a ex-secretária de Estado Marie-Gabrielle Ineichen-Fleisch disse sem rodeios em uma mesa redonda em maio: "Uma das principais tarefas dos meus últimos onze anos como diretora do Seco foi evitar uma regulamentação adicional". Dr. Hugo López-Gatell, especialista do Ministério da Saúde do México, afirma:

"Nosso governo decidiu separar o poder político do poder econômico. Se países como a Suíça querem defender os interesses de suas empresas, devem fazê-lo no âmbito de suas leis nacionais ou em organizações internacionais. Mas nunca permitiremos que outro país ou uma empresa estrangeira ditem nossa política de saúde."

6. Decisão do STJ sobre rol taxativo para planos de saúde aumenta o 'parasitismo' sobre o SUS. <https://cebes.org.br/stj-rol-taxativo-planos-de-saude-aumenta-parasitismo-sobre-o-sus/28983/> 8 de junho de 2022.

"A decisão dessa quarta-feira (8) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que aprovou por 6x3 o rol taxativo para planos de saúde, coloca ainda mais pressão sobre o SUS para tratamentos mais complexos de saúde, limitando para empresas apenas procedimentos aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). É como explica [Matheus Falcão](#), advogado, integrante do Cebes e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). "Essas empresas recebem valores altíssimos de famílias e empresas mas quando precisam fornecer um tratamento mais caro, recuam e quem acaba fazendo esse papel é o SUS", diz. Para ele, a decisão do STJ aprofunda o "parasitismo" dessas companhias sobre o o Sistema Único de Saúde. A medida afeta 49 milhões de usuários de planos de saúde.

Matheus lembra que havia um entendimento no judiciário que rol não era taxativo, mas exemplificativo. Rol, de acordo com o IDEC, lista procedimentos mínimos obrigatórios cobertos pelas operadoras de planos de saúde. Desde a aprovação da Lei de Planos de Saúde, em 1988, o rol de procedimentos foi interpretado pela Justiça como exemplificativo. Ou seja, caso o médico prescreva um tratamento fora da lista, e justifique sua necessidade e eficácia comprovada, a cobertura pelo plano de saúde também seria obrigatória. "A obrigação das

operadoras deveria ir pra muito além dessa lista (da ANS) quando o usuário comprovar uma necessidade específica de saúde”, conta o advogado.

Já o rol taxativo é a lista máxima de procedimentos cobertos pelos planos de saúde, impossibilitando qualquer ampliação de sua interpretação. Ele é o oposto da lei que criou a ANS, tampouco da lei de Planos de Saúde. *“Isso obviamente é muito ruim pros usuários de plano de saúde porque essas pessoas vão ter menos acesso a procedimentos. Quando as pessoas precisarem de um procedimento que está fora do rol (da ANS) elas terão mais dificuldade de acessar tratamentos”,* explica Matheus. Assim, por exemplo, uma vítima de acidente de carro poderá não ter direito a todas as sessões de fisioterapia necessárias para se recuperar totalmente.

Essa quarta-feira, no entanto, o STJ mudou seu entendimento sobre o assunto principalmente por conta da [lei nº 14.307/22](#) – que era a MP nº 1.067, de 2021. Só um adendo: o Congresso que aprovou essa lei é o mesmo que foi [beneficiado pelo presidente da Câmara Arthur Lira com o reajuste de 171% – de R\\$ 85 mil para R\\$ 135 mil – para reembolsos dos deputados em gastos de saúde](#) sob a alegação que os valores anteriores estavam defasados pelo aumento no valor dos custos de procedimentos de saúde.

Sobre o aumento da pressão sobre o SUS, Matheus Falcão aponta que *“na medida em que uma pessoa não consegue o seu procedimento junto às operadoras de planos de saúde ela recorre ao sistema público’*. E como o SUS é universal, ele tem que garantir acesso para todo mundo que necessita. E, tendo isso em vista, muitas vezes as operadoras de saúde recuam para deixar a cargo do SUS procedimentos de saúde mais complexos e caros.”

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

O evento mais importante das últimas duas semanas em relação ao UNOSSC foi a tão aguardada Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos.



A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos foi realizada em Lisboa entre os dias 27 de junho e 1º de julho de 2022. Foi organizada pelos Governos do Quênia e de Portugal, depois de ter sido postergada por um ano, devido à pandemia do Covid-19. Aconteceu em um momento crítico pós-pandêmico, em que o mundo tenta se reerguer dos problemas causados ou amplificados pela pandemia do Covid-19 e que exigem grandes transformações estruturais e soluções compartilhadas que devem estar ancoradas nos ODS.

A Conferência trouxe soluções inovadoras baseadas na ciência, destinadas a iniciar um novo capítulo da ação global dos oceanos.

Em um evento paralelo, organizado pelo UNOSSC e a Missão de Portugal junto às Nações Unidas, foi discutido formas de impulsionar a Cooperação Sul-Sul e Triangular para avançar a Agenda da Economia Azul nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

O objetivo geral deste evento foi aumentar a visibilidade da cooperação Sul-Sul em apoio aos ODS relevantes para a agenda oceânica e promover mais parcerias e iniciativas por meio da cooperação Sul-Sul e triangular, particularmente para SIDS e países menos desenvolvidos. Deve-se considerar que a área oceânica combinada dos SIDS é 20,7 vezes maior do que o seu território terrestre. Sendo grandes estados oceânicos, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento têm um tremendo potencial para explorar a economia oceânica.

Dados recentes sugerem que, até 2030, as indústrias baseadas no oceano têm potencial para superar o crescimento da economia global, tanto em termos de valor agregado quanto de emprego. A contribuição anual da economia oceânica é de aproximadamente US\$ 3,6 trilhões, além de contribuir com 150 milhões de empregos e expandir os setores marinho e costeiro, que terão um impacto transformador em suas economias e sociedades. Isso é fundamental para o desenvolvimento econômico e ambiental dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Tentou-se também discutir e buscar recomendações sobre a importância de investir em indústrias baseadas no oceano e o papel da cooperação Sul-Sul e triangular para apoiar os SIDS e acelerar seu desenvolvimento econômico e ação climática.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁵³, Nairóbi (UNEP)⁵⁴, Paris (UNESCO)⁵⁵, Roma (FAO/IFAD)⁵⁶, Viena (UNIDO)⁵⁷ e Washington ((G-24)⁵⁸.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 18 de junho e 1º de julho de 2022, o G-77 e a China participaram de duas reuniões.

New York, 23 de junho de 2022

⁵³ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁵⁴ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁵⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁵⁶ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁵⁷ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁵⁸ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Declaração feita pelo Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a questão das Ilhas Malvinas durante a reunião plenária do Comitê especial de descolonização (C24)⁵⁹

O G-77 e a China agradeceram a presença de Sua Excelência o Senhor Santiago Cafiero, Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, que fez uma exposição detalhada sobre o tema para a consideração de todos os membros, nesta reunião.

Os membros do Grupo dos 77 e da China já se posicionaram sobre a questão das Ilhas Malvinas em diversas oportunidades sendo a mais recente, uma declaração adotada pelos Ministros de Relações Exteriores do G-77 em 30 de novembro de 2021, onde reiteraram a sua posição sobre esta questão nos seguintes termos:

Os Ministros de Relações Exteriores do G-77 lembraram que o dia 16 de dezembro de 2020 marcou o 55º aniversário da adoção da [resolução 2065](#) da AGNU de 16 de dezembro de 1965, que reconheceu a existência de uma disputa de soberania entre Reino Unido e Argentina sobre as Ilhas Malvinas. Esta foi a primeira resolução sobre o assunto e a resolução convidava os dois países a encontrarem uma solução pacífica para a disputa.

Em novembro de 2021, os Ministros reafirmaram a necessidade de que os governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomem as negociações de acordo com os princípios e os objetivos da Carta das Nações Unidas e das resoluções pertinentes, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a fim de encontrar, o mais rapidamente possível, uma solução pacífica para a disputa soberana das Ilhas Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e áreas marítimas circunvizinhas, e apreciaram a predisposição e vontade da Argentina em realizar negociações relacionadas a este assunto.

Os Ministros reafirmaram o princípio da integridade territorial consagrado na [Resolução da AGNU 1514 \(XV\)](#) e destacaram o direito dos Estados Membros do G-77 à soberania permanente sobre seus recursos naturais, incluindo o direito da República Argentina de tomar medidas judiciais com pleno respeito pelo direito internacional e pelas resoluções pertinentes contra a exploração e exploração de hidrocarbonetos não autorizadas na referida área e recordou a necessidade de ambas as partes se absterem de tomar decisões que impliquem introduzir alterações unilaterais na situação enquanto as ilhas estiverem passando pelo processo recomendado pela Assembleia, de acordo com a [resolução da UNGA 31/49](#).

Lisboa 29 de junho de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na reunião plenária da Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos de 2022.

⁵⁹ De acordo com a [resolução 1654 \(XVI\) da AGNU](#), o C-24 foi criado para examinar a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais ([resolução AGNU 1514 \(XV\)](#)) de 14 de dezembro de 1960, e fazer sugestões e recomendações sobre o progresso e extensão da implementação da resolução AGNU 1514 (XV), O C-24 começou seu trabalho em 1962. O C-24 revisa anualmente a lista de Territórios Não Autônomos aos quais a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais é aplicável. Também ouve declarações de representantes dos Territórios Não Autônomos em suas sessões anuais, envia missões de visita aos Territórios Não Autônomos e organiza anualmente seminários regionais.

Esta conferência foi organizada pelos Governos de Portugal e do Quênia e foi muito aguardada, depois de ter sido adiada por causa da pandemia do Covid-19. A Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos cujo tema foi “Salvar os Oceanos, proteger o futuro” foi realizada entre os dias 27 de junho e 1 de julho reuniu cerca de 6700 pessoas com delegações de 159 países, 15 Chefes de Estado, um Vice-Presidente e 124 ministros.

O Embaixador Munir Akram iniciou seu pronunciamento reafirmando que os Oceanos são parte essencial do nosso Planeta, responsável pelo surgimento, evolução e sobrevivência da humanidade, abrangendo 71% da superfície da Terra e contendo 97% da água de todo o Planeta.

O sustento e a sustentabilidade do Oceano estão indissociavelmente ligados ao cumprimento de todos os 17 ODS e da Agenda 2030. Múltiplos componentes dos ODS são diretamente dependentes da saúde dos oceanos. No entanto, infelizmente, enfrenta-se uma emergência global, em que o nível do mar está subindo, a erosão costeira piorando, a poluição marinha aumentando, a biodiversidade marinha diminuindo rapidamente e os oceanos estão mais quentes e mais ácidos.

Os Oceanos vêm absorvendo mais de 90% do excesso de calor no sistema climático e a poluição plástica aumentando e as projeções são de que aumentará 40% nos próximos 10 anos. Em 2050, nossos oceanos terão mais plástico do que peixes (em peso).

O Embaixador disse ainda que “Falhamos, coletivamente, em atingir as metas [14.2](#), [14.4](#), [14.5](#) e [14.6](#) que deveriam ser implementadas até 2020”. Esperamos que a Conferência renove e reforce nosso compromisso de tomar ações urgentes para atingir todas as metas do ODS 14 o mais rápido possível.

O G-77 e a China acreditam que, para a implementação bem-sucedida do ODS 14, é imperativo aderir aos seguintes princípios:

Em primeiro lugar, as decisões e ações para a conservação e uso sustentável dos Oceanos devem ter em conta a natureza integrada e indivisível de todos os ODS; e em segundo lugar, tais ações devem ser consistentes com os princípios da [Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento](#), particularmente o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades.

Destacam ainda que, devido à sua contribuição histórica para a degradação dos ecossistemas oceânicos, os países desenvolvidos devem assumir a liderança para enfrentar os desafios que os oceanos enfrentam.

Neste sentido, é necessário urgentemente mobilizar os meios de implementação, como financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, bem como melhorar o conhecimento científico e a pesquisa especialmente para auxiliar os países em desenvolvimento na proteção e restauração dos oceanos. Não se pode esquecer de gerenciar plenamente os múltiplos aspectos da sustentabilidade oceânica, desde a pesca sustentável, saúde do ecossistema e prevenção da poluição marinha. E para isso, o G-77 e a China exigem uma estrutura institucional - como a [UNFCCC](#) - para acelerar a implementação do ODS 14.

A longo prazo, os efeitos adversos das mudanças climáticas nos Oceanos terão consequências profundas e imprevisíveis com enormes custos para a humanidade. Portanto, o G-77 e a China pedem aos países desenvolvidos que cumpram seus compromissos sob a UNFCCC e seu Acordo de Paris, inclusive adotando ações aceleradas de mitigação e adaptação de

maneira equilibrada e cumpram urgentemente seu compromisso há muito atrasado de disponibilizar US\$ 100 bilhões por ano para financiamento de ações climáticas.

O Grupo também espera que todos os compromissos adotados nesta Conferência dos Oceanos, sejam imediatamente implementados por todas as partes - Estados, corporações, sociedade civil e outras partes interessadas - para salvar e sustentar os Oceanos em benefício das pessoas e do planeta.

[Declaração de Lisboa](#)

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do MNA

Conferência de Baku da Rede Parlamentar do Movimento Não Alinhado



Entre os dias 30 de junho e 01 de julho, foi realizada em Baku, capital do Azerbaijão, a primeira Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos não alinhados com o objetivo de desenvolver uma dimensão interparlamentar entre os Estados Membros do MNA, O tema da conferência foi: "Fortalecendo o Papel dos Parlamentos Nacionais na Promoção da Paz e no Desenvolvimento Sustentável no Mundo".

O estabelecimento desta rede foi um evento estrategicamente importante e uma manifestação do multiculturalismo e seu impacto na facilitação do diálogo intercultural em um momento em que os desafios globais continuam crescendo. A Rede Parlamentar do MNA seguirá os princípios fundamentais do MNA.

Em seu pronunciamento, na abertura do evento, o Presidente da UNGA76, Abdulla Shahid, que estava presente em Lisboa para a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, disse, por vídeo, que o fortalecimento contínuo do MNA e da Rede Parlamentar do MNA é motivo de esperança para a comunidade internacional.

Estiveram presentes parlamentares de mais de 40 Estados Membros do MNA e representantes de 9 organizações parlamentares internacionais, que adotaram sua modalidade de trabalho, o logotipo oficial e bandeira da Rede Parlamentar que será utilizada, de agora em diante, pela Rede do MNA.

Espera-se que através de compromissos firmados, a Rede Parlamentar do MNA seja capaz de encontrar bases comuns para seus objetivos de prosperidade e progresso compartilhados.

No segundo dia da Conferência, os chefes de delegações se manifestaram sobre as questões globais mais urgentes.

O presidente do Azerbaijão e Presidente do MNA, Ilham Aliyev disse que gostaria que as vozes de todos os membros do MNA fossem ouvidas em escala global e o movimento deveria consolidar seus esforços para fortalecer a solidariedade entre os países do movimento, mas também o desenvolvimento das relações interparlamentares.

De acordo com o Presidente Aliyev, o NAM poderia se transformar em uma plataforma para encontrar soluções para problemas existentes e defender os interesses dos países que compartilham histórias semelhantes e enfrentaram problemas semelhantes. “O NAM pode ser uma plataforma para os países desempenharem um papel mais ativo na arena internacional”.

As iniciativas do Azerbaijão como presidente do MNA visam fortalecer a solidariedade, o apoio mútuo e o desenvolvimento institucional do MNA, porque hoje, vivemos uma polarização global, com conflitos, guerras, situações imprevisíveis, falta de comida, energia e grande crise humanitária.



Ao final da Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos não alinhados, foi adotada a Declaração de Baku (ainda não disponível para o público) e decidida a próxima reunião da Rede parlamentar do MNA que será em Manama, capital do Bahrein em março de 2023.

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do South Centre

1) Isenção dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS): [Uma resposta multilateral insuficiente, são chamadas ações nacionais consistentes para TRIPS](#)

Após quase 20 meses da apresentação de um pedido de “isenção TRIPS” pela Índia e África do Sul, copatrocinado por 65 Estados membros da OMC (e apoiado por mais de 100 membros da OMC), uma decisão ministerial sobre o Acordo TRIPS ([WT /MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#))

foi adotada tardiamente pela 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em 17 de junho de 2022.

Esta decisão reconhece que, conforme argumentado por países em desenvolvimento e um grande número de organizações e acadêmicos, a propriedade intelectual (PI) apresenta obstáculos para a expansão da capacidade de fabricação e acesso oportuno a produtos e tecnologias de saúde para responder ao Covid-19. A resposta à pandemia exigiu um rápido aumento na oferta de contramedidas, enquanto os detentores de tecnologia se recusavam a compartilhar suas tecnologias.

Não só os países desenvolvidos desviaram com sucesso as negociações para um resultado diferente do apresentado pelos diplomatas dos países em desenvolvimento; o processo para sua adoção não permitiu a participação plena e informada deste último. O processo que levou à esta decisão confirma a necessidade de usar plenamente as flexibilidades do acordo TRIPS para lidar com situações de emergência e outras situações em que a saúde pública e outros interesses públicos estão em jogo, e rever o atual regime internacional de PI (incluindo o artigo 31bis do Acordo TRIPS) para acelerar o compartilhamento de tecnologia, incluindo know-how.

24 de junho de 2022

2) Comentários sobre o rascunho anotado da convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre a prevenção, preparação e resposta à pandemia

Introdução da autora deste informe

Em dezembro de 2021, a Assembleia Mundial da Saúde, em sua segunda sessão extraordinária, estabeleceu um órgão de negociação intergovernamental (INB) para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, com vistas à adoção de acordo com disposições da Constituição da OMS, conforme considerado apropriado pela INB.

Nessa decisão, a Assembleia Mundial da Saúde solicitou ao Diretor-Geral que apoiasse o trabalho da INB, realizando audiências públicas, de acordo com a prática padrão da OMS, antes da segunda reunião da INB para informar suas deliberações.

Para estimular a participação nas audiências públicas, o secretariado da OMS utilizou diversos canais de comunicação para conscientizar as partes interessadas e o público em geral sobre o todo o processo. A Constituição da OMS prevê que a opinião informada e a cooperação ativa por parte do público são da maior importância para a melhoria da saúde das pessoas. O objetivo das audiências públicas é avançar com esse princípio crítico.

Considerando esse fato, o secretariado da OMS decidiu abrir um componente escrito das audiências públicas para o público em geral. Desconhece-se qualquer outra entidade da ONU que conduza este estilo de divulgação pública.

A primeira rodada de audiências públicas foi realizada em quatro sessões de 12 a 13 de abril de 2022. As audiências foram compostas por dois componentes: (i) um componente verbal realizado por meio de uma plataforma virtual e apoiado por interpretação em todos os idiomas oficiais da OMS; e (ii) um componente escrito, através de um portal web dedicado ao tema.

As audiências públicas foram abertas pelo Diretor-Geral e um copresidente da INB e foram moderadas por um painel de servidores seniores da OMS, incluindo o Diretor Executivo

de Relações Externas e Governança, o Diretor-Geral Adjunto para Preparação para Emergências e Regulamento Sanitário Internacional e o Diretor jurídico principal para Direito Internacional, Constitucional e de Saúde Global.

A pergunta orientadora para essas sessões centrou-se em: “Que elementos substantivos você acha que deveriam ser incluídos em um novo instrumento internacional sobre preparação e resposta a pandemias?”.

Esta rodada de discussão culminará em um relatório de progresso a ser apresentado na 76ª Assembleia Mundial da Saúde em 2023; e seu resultado final deverá ser considerado na 77ª Assembleia Mundial da Saúde em 2024.

Estes [comentários do Centro Sul](#) (*South Centre*) de 24 de junho de 2002 são sobre o [rascunho anotado](#) da convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre a prevenção, preparação e resposta à pandemia disponibilizado em 14 de junho de 2022.

Os comentários do Centro Sul estão em um documento de 4 páginas e referem-se tanto ao processo quanto ao conteúdo do documento.

A agenda de saúde no G20, a OCDE e a insegurança alimentar, e perspectivas de um longo conflito no G7

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

A quinzena foi marcada pela cúpula do G7 em Elmau, na Alemanha. O encontro se deu entre os dias 26 e 28 de junho e contou com a participação das sete maiores economias do mundo e convidados, como Argentina, Índia, Indonésia, Senegal e África do Sul, além do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, por web-conferência. Na terça-feira, 28 de junho, foi emitido um *communiqué* dos líderes reafirmando seus princípios em favor de um mundo equitativo e democrático, que respeita os direitos humanos e se funda no multilateralismo. Os pontos-chave do encontro, relatados no documento, se iniciam com as discussões sobre a Guerra da Ucrânia, garantindo a manutenção da imposição de custos econômicos ao presidente russo e seu regime, e avançam sobre os compromissos firmados nos seguintes temas: desenvolvimento sustentável e recuperação econômica inclusiva, arquitetura da saúde global, política externa e de segurança, igualdade de gênero, digitalização⁶⁰.



Fonte: G7 Germany.

Os resultados principais do encontro incluem o lançamento do fundo de infraestrutura global para lidar com, dentre outras questões, emergências sanitárias e mudanças climáticas em países de baixa e média renda. A Parceria para Infraestrutura Global (sigla em inglês: PGII) deverá disponibilizar U\$600 bilhões de dólares, até 2027, sendo U\$200 bilhões advindos do governo de Biden. É interessante perceber que, no *statement* publicado pela Casa Branca, usa-se o discurso: “fortalecer a economia global, cadeia de abastecimento e fazer avançar a segurança nacional dos EUA” (em inglês: “*advance U.S. national security*”)⁶¹. E, como o próprio assessor de segurança nacional dos EUA afirmou, a intenção é que essa seja uma das marcas registradas da política externa de Biden⁶².

⁶⁰ G7 Leaders’ Communiqué. Elmau, June 28, 2022. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/resource/blob/974430/2057828/77d5804dd1ab3047bf0f5f74c1139066/2022-06-28-abschlusserklaerung-eng-web-data.pdf?download=1>>. Acesso em: 28/06/2022.

⁶¹ FACT SHEET: President Biden and G7 Leaders Formally Launch the Partnership for Global Infrastructure and Investment. June 26, 2022. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/06/26/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-formally-launch-the-partnership-for-global-infrastructure-and-investment/>>. Acesso em: 28/06/2022.

⁶² G7 relaunches funding programme for developing countries under new name. The Guardian. 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2022/jun/26/g7-relaunches-funding-programme-developing-countries-global-investment-infrastructure->

Na área da saúde, o PGII pretende investir em infraestrutura dos sistemas de saúde, por meio de programas centrados no paciente e trabalhadores da saúde, fabricação de vacinas e medicamentos essenciais, sistemas de alerta e vigilância de novas doenças, preparação e resposta para futuras pandemias. Outros temas contidos na parceria, além do enfrentamento da mudança climática e saúde são: infraestrutura de tecnologia de segurança da informação; igualdade e equidade de gênero.

Os destaques concretos da PGII vão para: um contrato com o governo de Angola para desenvolver um projeto de energia solar calculado em U\$2 bilhões, prestando apoio ao país no cumprimento dos compromissos climáticos; U\$3,3 milhões voltados para a instalação de uma fábrica de grande porte para a produção de múltiplas vacinas no Senegal, em parcerias com organizações multilaterais e U.E.; U\$600 milhões na construção de um cabo submarino de telecomunicações que vai ligar Singapura à França, passando pelo Egito e Chifre da África; U\$14 milhões em apoio para a instalação de um reator nuclear na Romênia⁶³.

Essa iniciativa foi vista como forma de confrontar a política global chinesa de investimento em infraestrutura em países em desenvolvimento. De acordo com o presidente Biden: "Quero ser claro – isto não é ajuda ou caridade. É um investimento que trará retorno para todos, incluindo o povo americano e de todas as nações". Impulsionará nossas economias"⁶⁴. De fato, nada tem de caridade, mas sim a marcação de posição na disputa de poder global. Isso, junto da intenção – passível de questionamentos – de um afastamento da Ajuda ao Desenvolvimento, nos moldes hierárquicos de imposição Norte-Sul, conforme fala da Ursula von der Leyen, líder da Comissão Europeia: "ouvindo atentamente os países beneficiários".

A PGII não foi o primeiro plano de infraestrutura para fazer frente ao avanço chinês. Na cúpula do G7 no de 2021, em Cornwall, Inglaterra, os países já haviam lançado uma iniciativa semelhante direcionada aos países em desenvolvimento, denominada "*Build Back Better World*". No entanto, não obteve tanto sucesso. Isso, pois, outras iniciativas foram lançadas, de forma a rivalizar e marcar posicionamento na geopolítica atual. União Europeia, Reino Unido e Japão foram alguns dos que lançaram seus próprios planos de infraestrutura. Inclusive, tal fato gerou um encontro, pós-Cop26, entre Boris Johnson e Von der Leyen, para discutir se estariam enfraquecendo os esforços⁶⁵. Cabe a reflexão, diante disso, se as grandes economias estão buscando, ou não, coordenar suas iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável. A resposta da China partiu do porta-voz do ministério das relações exteriores, Wang Wenbin, que a iniciativa é um "jogo de soma zero" e que ignora a "cooperação ganha-ganha", em que todos os países em desenvolvimento saem ganhando⁶⁶.

[partnership?utm_term=Autofeed&CMP=tw_t_gu&utm_medium&utm_source=Twitter#Echobox=1656276605](https://www.theguardian.com/world/2022/jun/26/g7-relaunches-funding-programme-developing-countries-global-investment-infrastructure-partnership?utm_term=Autofeed&CMP=tw_t_gu&utm_medium&utm_source=Twitter#Echobox=1656276605)>. Acesso em: 29/06/2022.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ G7 leaders launch infrastructure fund to counter Chinese influence. DW. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-leaders-launch-infrastructure-fund-to-counter-chinese-influence/a-62264346>>. Acesso em: 28/06/2022. Tradução livre da pesquisadora.

⁶⁵ G7 relaunches funding programme for developing countries under new name. The Guardian. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/26/g7-relaunches-funding-programme-developing-countries-global-investment-infrastructure-partnership?utm_term=Autofeed&CMP=tw_t_gu&utm_medium&utm_source=Twitter#Echobox=1656276605>. Acesso em: 29/06/2022.

⁶⁶ Ibid.

Durante o encontro, a Guerra da Ucrânia continuou no centro dos debates, como nos últimos encontros ministeriais. O comunicado final reiterou à disposição do grupo em manter as sanções adotadas contra a Rússia⁶⁷. Ainda, na esteira da guerra e da consequente insegurança alimentar, o G7 anunciou a mobilização de U\$4,5 bilhões para reduzir os danos e melhorar a segurança alimentar.

No campo da saúde, o progresso foi limitado e de pouco impacto. Os países membros prestaram apoio a um possível novo instrumento de preparação e resposta para pandemias, da mesma forma que defenderam a necessidade de reforma do Regulamento Sanitário Internacional. Defenderam o conceito de *One Health*, o aumento do investimento direcionado à OMS, apoio no avanço do desenvolvimento de capacidades locais e regionais de produção de vacinas, medicamentos essenciais e transferência de tecnologia⁶⁸. A Prof. Dr. Anna-Katharina Hornidge, diretora do *German Institute of Development and Sustainability (IDOS)*, afirma que faltou um posicionamento claro e fortalecimento do cenário institucional sobre saúde global⁶⁹. Também afirmou que o papel de meninas e mulheres na redução da desigualdade não foi citado e que o G7 teria perdido a oportunidade de abordar a crise da dívida global envolvendo credores privados.

Sobre os convidados do encontro vale uma nota sobre o que parece ser uma tentativa de aproximação do G7 com países em desenvolvimento, evitando a China. Brasil e México foram deixados de lado e Argentina representou a América Latina, a África teve dois convidados e na Ásia, Índia e Indonésia, fazendo com que a atual tripla do G20 (Itália Indonésia e Índia) estivessem presentes, fazendo-se uma ponte com a coordenação do Grupo dos 20.

G20

Debates sobre a prevenção, preparação e resposta a emergências em saúde são destaque no G20

Os Estados membros do G20 continuam dando passos para fortalecer o sistema global de saúde. Em linha com a orientação do presidente Joko Widodo, a Indonésia, como presidência do bloco, tem priorizado essa agenda buscando alcançar resultados concretos sobre o assunto. Com isso em mente, ocorreu no dia 21 de junho na cidade de Yogyakarta a 1ª Reunião Conjunta dos Ministros de Finanças e Saúde (JFHMM), para discutir melhores formas de prevenir, preparar e responder a futuras pandemias⁷⁰.

O encontro em formato híbrido contou com a participação dos membros do bloco, convidados e Organizações Internacionais (OIs). O evento foi presidido pelo atual Ministro da Saúde da Indonésia, o ex-banqueiro Budi Gunadi Sadikin, que enfatizou a importante relação e interdependência da área da saúde com a economia.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ G7 Leaders' Communiqué. Elmau, June 28, 2022. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/resource/blob/974430/2057828/77d5804dd1ab3047bf0f5f74c1139066/2022-06-28-abschlusserklaerung-eng-web-data.pdf?download=1>>. Acesso em: 28/06/2022.

⁶⁹ The Co-Chairs of the Think7 Engagement Group on the decisions of the G7 Summit. Think 7. 2022. Disponível em: <<https://www.think7.org/the-co-chairs-of-the-think7-engagement-group-on-the-decisions-of-the-g7-summit/>>. Acesso em: 29/06/2022.

⁷⁰ G20 Finance Ministers and Health Ministers Agree to Support Financial Intermediary Fund for Pandemic PPR. G20. 21 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-finance-ministers-and-health-ministers-agree-to-support-financial-intermediary-fund-for-pandemic-ppr/>> Acesso em: 30 junho 2022.

Figura 1 – Participantes da 1ª Reunião Conjunta dos Ministros de Finanças e Saúde



Fonte: G20, 2022.

Dando continuidade às discussões propostas no 2º encontro do Grupo de Trabalho de Saúde (HWG) realizado na última quinzena e discutidas no último informe, o evento tratou de cinco áreas prioritárias, divididas em três agendas principais: (i) fortalecer a resiliência do sistema global de saúde; (ii) harmonizar os padrões dos protocolos globais de saúde; e (iii) expandir os centros de fabricação e pesquisa para prevenção, preparação e resposta a pandemias⁷¹.

A primeira sessão discutiu a disponibilidade de recursos financeiros para a prevenção, preparação e resposta (PPR) a futuras emergências globais de saúde com o intuito de mitigar a lacuna de financiamento na área - estimada em US \$10.5 bilhões. Como resultado, os membros do G20 concordaram em mobilizar recursos para esse fim a partir do Fundo Financeiro Intermediário (FFI) abrigado pelo Banco Mundial (BM). Até o momento, o FFI já atingiu US\$1.1 bilhão e são esperadas mais contribuições por parte de países desenvolvidos.

Em segundo lugar, a reunião tratou do acesso ao tratamento médico em situações de emergência. Ao longo da pandemia de Covid-19, foram constantes os atrasos no fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), testes e vacinas. Tal situação enfatizou a necessidade de um mecanismo de coordenação permanente para fornecer uma resposta mais oportuna e eficaz quando outras crises de saúde ocorrerem. Por essa razão, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o G20 estabeleceu uma plataforma permanente de coordenação para fornecer atendimento emergencial⁷².

O terceiro tópico cobriu questões referentes ao compartilhamento global de dados genômicos, especialmente para monitorar patógenos com potencial pandêmico, de modo que os governos estejam mais preparados para responder a tais eventualidades. Neste ponto foi enfatizada a necessidade de impulsionar o estabelecimento de uma rede internacional de laboratórios de vigilância genômica facilitada por plataformas de compartilhamento de dados.

A quarta sessão tratou de questões relativas ao desenvolvimento de um mecanismo internacional para a verificação de certificados digitais de vacinação por meio de um QR-code que pode ser processado em qualquer destino. Tal iniciativa, ao mesmo tempo que promove uma maior mobilidade internacional, também é importante para a recuperação econômica

⁷¹ Yogyakarta Taman Sari Water Castle: Manifestation of Global Health System. **G20**. 20 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/yogyakarta-taman-sari-water-castle-manifestation-of-global-health-system/>> Acesso em: 30 jun 2022.

⁷² SADIKIN, Budi Gunadi. How do we best prevent, prepare for, and respond to pandemics? **ALJAZEERA**. 22 jun 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/opinions/2022/6/22/g20-after-the-pandemic-recover-together-recover-stronger>> Acesso em: 30 jun 2022.

global - principalmente para o setor de turismo, que teve grandes perdas em razão da pandemia de Covid-19. O projeto piloto desse sistema já está em andamento.

Por fim, o quinto ponto da reunião tratou da necessidade de expandir geograficamente os centros de pesquisa e de fabricação de vacinas que costumam estar concentrados nos países desenvolvidos. Essa distorção faz com que países de renda baixa e média sofram com a incapacidade de desenvolver e fornecer adequadamente tratamentos médicos para a população. O G20, discutiu, então, como desenvolver uma distribuição mais proporcional de forma a garantir que nenhum país seja deixado para trás em futuras emergências de saúde.

Encerrando a 1ª Reunião Conjunta dos Ministros de Finanças e Saúde (JFHMM), Budi Gunadi Sadikin, frisou que em meio a toda crise, existem oportunidades. Neste caso, a oportunidade seria para os estados membros do G20 construir uma arquitetura global de saúde mais resiliente para as gerações futuras. É esperado que essas discussões estejam presentes na Cúpula do G20 no final do ano.

Ainda no mesmo dia, ocorreu a conclusão oficial da segunda reunião do Encontro de Deputados de Meio Ambiente e Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática (EDM-CSWG) em Jacarta⁷³. Segundo Laksmi Dwanthi, Diretora-Geral de Controle de Mudanças Climáticas para o Ministério do Meio Ambiente e Florestas indonésio, a reunião foi crucial para mediar o que foi tratado na primeira reunião do grupo e o que será discutido na próxima, que ocorrerá em agosto e produzirá o Comunicado Ministerial sobre o assunto e que reflete seus comprometerimentos, um chamado geral e um plano para o futuro dos membros do G20. Para tal, a reunião feita em junho elaborou um documento de rascunho inicial que será discutido e negociado continuamente até a reunião de agosto.

Ademais, a seção do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática (CSWG) se debruçou a discutir três questões principais: (i) qual é o papel dos co-benefícios entre as ações de mitigação e as ações de adaptação na preparação de uma condição ou comunidade que seja resiliente ao clima; (ii) como fortalecer ações específicas de parceria e cooperação para iniciativas de gestão marinha sustentável; e (iii) como incentivar e acelerar a implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) com abordagens sustentáveis ou transições das condições atuais para condições de baixo carbono e resilientes ao clima.

No que tange aos atritos internos ao G20 ocasionados pela guerra na Ucrânia, alguns desdobramentos ocorreram nesta quinzena. Diante das incertezas que pairam a participação dos beligerantes na Cúpula do G20 em novembro, o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, enfatizou que ficaria surpreso caso Putin comparecesse ao evento, chamando o presidente russo de pária⁷⁴. Johnson ainda alertou que um boicote por parte dos países contrários à participação da Rússia não seria interessante, uma vez que a ausência nesses espaços só ajudaria a promover e amplificar as narrativas tanto da Rússia quanto da China. A posição da presidente da comissão europeia, Ursula von der Leyen aponta para a necessidade de manutenção dos trabalhos do G-20 a despeito do conflito: "Na minha opinião, o G20 é muito

⁷³ G20 EDM-CSWG Second Meeting Produces Pre-Zero Draft Ministerial Communique. **G20**. 21 jun 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-edm-cswg-second-meeting-produces-pre-zero-draft-ministerial-communicue/>> Acesso em: 30 jun 2022.

⁷⁴ ASHTON, Emily. Boris Johnson Says He'd Be 'Amazed' If Putin Attends G-20 Summit. **Bloomberg**. 29 jun 2022. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-06-29/boris-johnson-says-he-d-be-amazed-if-putin-attends-g-20-summit#xj4y7vzkg>> Acesso em: 30 jun 2022.

importante, também para os países em desenvolvimento, os países emergentes, que deixemos este corpo ser quebrado por Putin"⁷⁵.

No entanto, de acordo com a agência russa TASS⁷⁶ e, como já havia sido divulgado anteriormente pelo presidente da Indonésia Widodo⁷⁷, Putin estará presente nos encontros em novembro e os detalhes de sua participação estão sendo finalizados. Zelensky, contudo, afirmou que sua participação está condicionada à situação de segurança na Ucrânia e à composição dos participantes da cúpula, fazendo referência à presença de Putin⁷⁸. A fim de influenciar o apaziguamento da hostilidade e assegurar a presença dos dois líderes no encontro, o presidente indonésio tem em sua agenda visitas diplomáticas com ambos⁷⁹.

Figura 2 – O Encontro do Presidente Indonésio Joko Widodo e do Presidente Ucrâniano Volodymyr Zelensky em 29 de junho na Ucrânia



Fonte: REUTERS, 2022.

Enfim, é válido também ressaltar que a Rússia tem denunciado alguns membros do G20 – como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e Canadá – de utilizar o espaço do bloco para politizar os encontros sobre saúde global ao criticar como a invasão na Ucrânia deteriorou o sistema de saúde do país⁸⁰.

OCDE

Nesta quinzena, a OCDE publicou dois relatórios dignos de nota. O primeiro, com a FAO, trata do acesso das camadas mais pobres da população a alimentos e a importância da paz para a segurança alimentar global. A Organização publicou ainda um relatório sobre políticas de

⁷⁵ Despite specter of Putin, EU chief says G20 should go ahead. **Político**. 27 jun 2022.

<https://www.politico.eu/article/von-der-leyen-say-g20-go-despite-putin-presence/> Acesso em 4 de julho de 2022.

⁷⁶ Moscow confirms Putin's participation in G20 summit, details are being finalized. **TASS Russian News Agency**. 27 jun 2022. Disponível em: <<https://tass.com/politics/1472071>> Acesso em: 30 de jun 2022.

⁷⁷ Para mais informações consultar o Informe nº8 de 2022.

⁷⁸ Zelenskyy says will join G20 in Bali depending on other 'participants'. **Aljazeera**. 29 jun 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2022/6/29/russia-ukraine-live-news-zelenskyy-calls-putin-a-terrorist-liveblog>> Acesso em: 30 jun 2022.

⁷⁹ Indonesian president offers to take message from Ukraine's leader to Putin. **REUTERS**. 30 jun 2022. Disponível: <<https://www.reuters.com/world/asia-pacific/indonesian-president-visits-ukraine-peace-mission-2022-06-29/>> Acesso em: 30 jun 2022.

⁸⁰ WIDIANTO, Stanley. Russia accuses G20 members of politicizing health talks after criticism over Ukraine. **REUTERS**. 20 jun 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/russia-accuses-g20-members-politicizing-health-talks-after-criticism-over-2022-06-20/>> Acesso em: 30 jun 2022.

inclusão para pessoas migrantes ⁸¹forçadas e a regulamentação do problema na União Europeia. Enquanto isso, analistas avaliam que o Brasil será cobrado a apresentar respostas em relação ao atraso da pauta ambiental e falta de governança interna. ⁸² Em parceria com o G7, a OCDE passará a publicar anualmente indicadores importantes para a promoção de igualdade de gênero⁸³.

A alta do preço de produtos agrícolas em 2022 e 2023, dada a continuidade da guerra na Ucrânia e o cenário global incerto, foi de destaque na mídia nacional e internacional. ⁸⁴ Outro destaque de importância nacional foi a declaração do chanceler Carlos França sobre a possibilidade de destravamento do acordo entre Mercosul e União Europeia com o procedimento de adesão do Brasil na OCDE, dada a adesão a práticas de melhoria em itens importantes para Europa, como transparência governança pública, melhoria do ambiente de negócios e desburocratização. ⁸⁵ A OCDE já sublinhou que para que o país realize sua adesão⁸⁶ no grupo haverá uma avaliação rigorosa de boas práticas e comprometimento com o combate da crise climática e defesa da democracia, que são os maiores desafios internos no momento⁸⁷. Em uma direção oposta àquela apontada pelo chanceler, as dificuldades para a adesão do Brasil, parecem apontar para a crescente desconfiança em relação ao regime político brasileiro e às políticas socioambientais adotadas pelo governo Bolsonaro.

Em 20 de junho o Brasil sediou reuniões entre países latino-americanos e a OCDE,⁸⁸ onde foram discutidos temas de educação, produtividade, além de uma discussão sobre um projeto de financiamento da União Europeia para a recuperação do Brasil da crise econômica com foco no desenvolvimento verde, o que assinala, mas uma vez, o foco cada vez mais forte da Europa na transição para fontes renováveis de energia e a preocupação com as mudanças climáticas, que vem trazendo impactos severos em todo o mundo.

Também ocorreu um evento online sobre políticas de promoção de bem-estar na América Latina de 28 a 30 de junho de 2022⁸⁹, onde foram discutidos temas relacionados à recuperação da região após as crises provocadas pela Covid-19 e a guerra na Ucrânia. Foi debatida a desigualdade crescente na região e a vulnerabilidade ambiental, consideradas barreiras para o bem-estar da população na região.

⁸¹<https://oecd-development-matters.org/2022/06/28/the-potential-of-social-protection-for-forcibly-displaced-people/>, acesso em 02 de julho de 2022.

⁸² <https://umsoplaneta.globo.com/podcast/noticia/2022/07/01/falta-de-transparencia-e-um-problema-e-vai-ser-cobrada-do-brasil-para-adesao-a-ocde-diz-economista-karina-bugarin.ghtml>, acesso em 02 de julho de 2022.

⁸³<https://www.g7germany.de/g7-en/news/g7-articles/dashboard-on-gender-gaps-2058296>; <http://portuguese.xinhuanet.com/20220701/b48b12e31b7f432d9310cc502d0697ef/c.html>, ambos com acesso em 02 de julho de 2022.

⁸⁴<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2022/06/29/precos-agricolas-seguirao-em-alta-em-20223-dizem-fao-e-ocde.ghtml>, acesso em 02 de julho de 2022.

⁸⁵<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/entrada-na-ocde-ajudara-destravar-acordo-mercosul-ue-diz-chanceler>, acesso em 02 de julho de 2022.

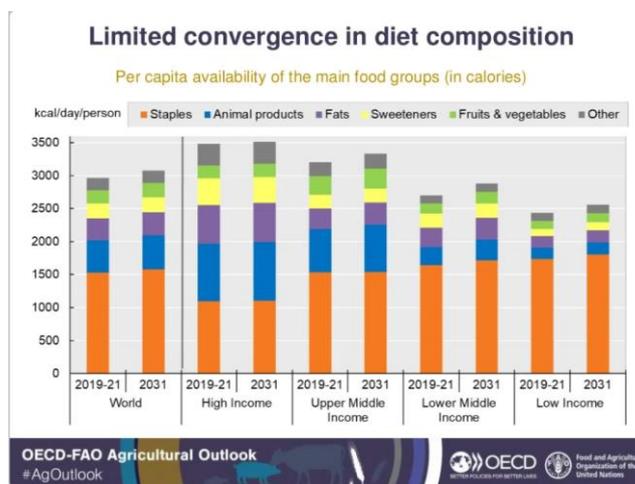
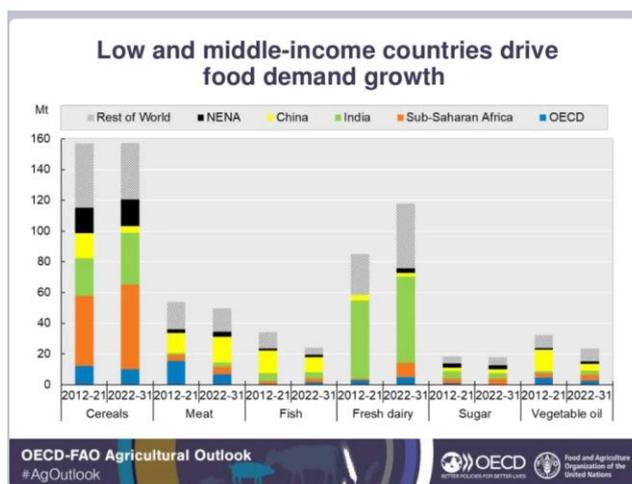
⁸⁶ <https://twitter.com/CarlosCozendey/status/1539304388312825859>, acesso em 02 de julho de 2022.

⁸⁷ <https://umsoplaneta.globo.com/podcast/noticia/2022/07/01/falta-de-transparencia-e-um-problema-e-vai-ser-cobrada-do-brasil-para-adesao-a-ocde-diz-economista-karina-bugarin.ghtml>, acesso em 02 de julho de 2022.

⁸⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/brasil-sedia-reunioes-entre-paises-latino-americanos-e-ocde>, acesso em 02 de julho de 2022.

⁸⁹ <https://www.oecd.org/wise/events/Implementing-a-well-being-approach-to-policy-and-international-partnerships-in-Latin-America-28-30-June-2022-Agenda.pdf>, acesso em 02 de julho de 2022.

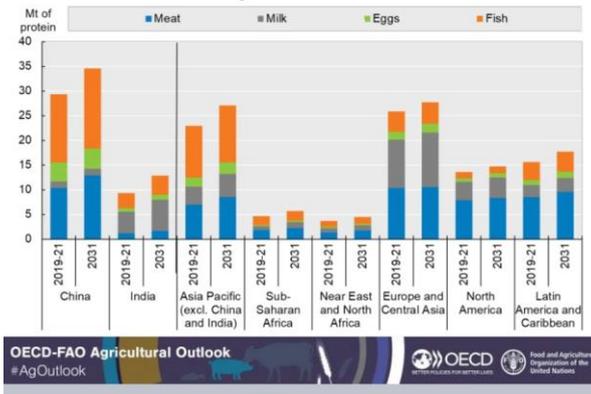
Quanto ao panorama de Agricultura elaborado em conjunto pela FAO e OCDE,⁹⁰ observa-se que países de rendas média e baixa aumentam a demanda global por alimentos, com um crescimento de 1,4% projetado para a próxima década. Nesse contexto, as crises globais consecutivas, apontam para o aumento do risco de desabastecimento e fome no planeta, potencializado pela concentração da produção de certos alimentos em poucos países, ressaltando, então, a importância de paz para a segurança alimentar e acesso de camadas mais pobres da população à alimentos⁹¹. O relatório sublinhou, ainda, a importância do comércio internacional para a segurança alimentar de países que importam alimentos e que sofrem impactos das incertezas trazidas pela guerra na Ucrânia.



⁹⁰ <https://oecd.tv/webtv-solution.com/75f07974ce1b830e2b943630d631280e/or/Launch-of-the-OECD-FAO-Agricultural-Outlook.html>, <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/f1b0b29c-en/index.html?itemId=/content/publication/f1b0b29c-en>, acesso em 02 de julho de 2022.

⁹¹ <https://www.oecd.org/newsroom/heads-of-oecd-and-fao-emphasise-the-importance-of-peace-and-transforming-agrifood-systems-for-guaranteeing-access-to-food-for-the-world-s-poorest.htm>, acesso em 02 de julho de 2022.

A few countries/regions dominate livestock production



Fonte: OCDE-FAO. Agricultural Outlook⁹²

⁹² <https://www.slideshare.net/CaitlinBoros1/oecd-fao-agricultural-outlook-2022-2031-slides-en>, acesso em 02 de julho de 2022.

BRICS, EU, G7 e OTAN-UE: o que representam essas Cúpulas em sequência?

Claudia Hoirish

A XIV Cúpula dos BRICS teve início no dia 23/06, sob a presidência pro-tempore da China, com o tema *Promover uma Parceria de Alta Qualidade BRICS e Inaugurar uma Nova Era para o Desenvolvimento Global* e teve continuidade no dia seguinte.

A data importa porque poucos dias depois, em 26/06, dois dos três líderes do bloco – Narendra Modi, da Índia, e Cyril Ramaphosa, da África do Sul – viajariam como convidados para participar da Cúpula do G7 na Alemanha. Xi anunciou a data da Cúpula do BRICS no final de maio, logo após o chanceler alemão Scholz visitar Pretória, capital de um dos países-membros do BRICS. A ambição anterior era ter uma cúpula BRICS presencial pós-Covid, que possivelmente teria sido realizada em setembro, como aconteceu em 2017 em Xiamen, a última vez que os BRICS se encontraram na China. Mas, nas últimas semanas, uma sensação de pânico deve ter surgido em Pequim – e talvez em Moscou – à medida que a percepção de que aqueles dois países BRICS poderiam ser sondados para participar do G7, o que poderia ocasionar um esboroamento do grupo dos 5.

Como a Rússia e China expressavam a intenção de ‘desafiar a ordem mundial existente’, os principais países industrializados ocidentais vêm tentando se equilibrar como potências militares e econômicas e, para tanto, precisam buscar aliados. Coincidentemente, e quase que simultaneamente à Cúpula dos BRICS, foram convocadas três cúpulas importantes em sequência: a Cúpula da UE^{93,94}, a Cúpula do G7⁹⁵ e a Cúpula da OTAN⁹⁶. Na Cúpula da UE foram discutidos a situação econômica, o fato da Guerra da Rússia contra a Ucrânia estar fomentando um aumento dos preços da energia, *commodities* e alimentos e intensificando as incertezas, fatores que estão travando o crescimento e exacerbando as pressões inflacionárias globalmente. As duas últimas Cúpulas, a do G7 e a da OTAN, foram lideradas pelos EUA e contrastam com a Cúpula dos BRICS.

Há tempos que os EUA parecem buscar a geração de fissuras entre os países BRICS, em particular o trabalho que tem sido feito para atrair a Índia^{97,98}. Se Washington conseguisse romper ao menos essa ligação dentro do BRICS, isso já seria suficiente para dificultar imensamente toda a união e permitiria aos EUA manter a inércia (ou a ilusão) do mundo unipolar durante mais algum tempo. O início do conflito Rússia-Ucrânia e a pandemia os fizeram pensar novamente que poderiam semear a discórdia entre os países do BRICS; no entanto, eles não morderam a isca.

Nos dias 23 e 24 de junho, a integridade de BRICS restou garantida: a *Declaração de Pequim* soma mais de 70 parágrafos, o documento mencionou a palavra "desenvolvimento" 89 vezes e "cooperação", 105. Quando o desenvolvimento global entra em novo período de mudanças turbulentas, a Declaração de Pequim é de especial importância.

93 20220624-euro-summit-statement-en.pdf (europa.eu)

94 Foi discutido a situação econômica, o fato da Guerra da Rússia contra a Ucrânia estar fomentando um aumento dos preços da energia, commodities e alimentos e intensificando as incertezas, fatores que estão travando o crescimento e exacerbando as pressões inflacionárias globalmente.

95 Ver: <http://www.g7.utoronto.ca/summit/2022elmau/road.html>

96 Ver: <https://www.dsn.gob.es/es/actualidad/eventos-seguridad-nacional/cumbre-otan-madrid-2022>

97 O que há por trás do interesse dos EUA na Índia - Russia Beyond BR (rbth.com)

98 Inclui-se aí o QUAD, diálogo de segurança estratégica entre Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos

Mas o que essa sequência de Cúpulas pode representar?

A Cúpula do G7 e o despertar para o avanço China

Desde o ataque russo à Ucrânia, tornou-se cada vez mais claro que o mundo está novamente se dividindo em zonas de poder e influência, e o G7 está procurando mais aliados. Por este motivo, seus líderes convidaram os chefes de Estado/Governo da Argentina, Índia, Indonésia, Senegal e África do Sul⁹⁹ para a Cúpula em Schloss Elmau na Alemanha, em um aceno estudado ao Sul Global. O chanceler alemão Olaf Scholz referiu-se aos países como "democracias do futuro e com futuro". Esses países foram escolhidos por encabeçarem as presidências de grupos relevantes como o G20, Celac e UA e funcionariam como multiplicadores.

Um dos propósitos da reunião ocorrida nos Alpes Bávaros é combater a avançada Iniciativa chinesa Cinturão e Rota – que vincula os países a Pequim por meio de projetos de empréstimos e infraestrutura, como expansões portuárias. O G7 e a UE há muito haviam reconhecido isso, mas pouco fizeram para combater o avanço da China; somente agora decidiram colocar em prática uma iniciativa para financiar “projetos de infraestrutura”.

A Cúpula do G7 e sua inabilidade para resolver problemas globais

O que o G7 conseguiu ao longo de uma longa série de deliberações que ocorreram em 2022, desde que a Alemanha assumiu a presidência do grupo? À primeira vista, bastante, de acordo com seu comunicado de 28 páginas e 12 mil palavras. Os sete também emitiram outras quatro declarações — sobre democracia (juntamente com os países convidados), apoio à Ucrânia, segurança alimentar global e criação de um clube climático¹⁰⁰. Juntos, o resultado da cúpula parece impressionante.

Os dignitários prometeram continuar a imposição de sanções severas e duradouras à Rússia para ajudar a acabar com a guerra e trabalhar para uma coordenação sem precedentes entre si. Quanto à ajuda do ocidente às armas para a Ucrânia, eles optaram por deixar a última posição ser apresentada na Cúpula da OTAN¹⁰¹ que se seguiu imediatamente depois em Madri¹⁰².

Formulações anti-Rússia eram esperadas, mas foi a extensa referência à China que chamou a atenção. Um total de seis parágrafos foram dedicados a apresentar as exigências do G7 sobre Pequim.

⁹⁹ Alguns países foram convidados para participar da Cúpula do G7 em Schloss Elmau, nos Alpes da Baviera: Indonésia e Índia porque são o atual e futuro presidente do G20; Senegal preside a UA; a Argentina, a CELAC e funcionariam como multiplicadores. O principal ponto de discórdia entre os países do G7 e seus convidados foi como lidar com a Rússia. Quando houve uma deliberação na ONU para votarem condenando o ataque do Kremlin à Ucrânia em março e pediram a Moscou para acabar com a agressão na Ucrânia, Índia, Senegal e África do Sul se abstiveram. Argentina e Indonésia também não estão alinhadas com o Ocidente sobre as sanções contra a Rússia.

¹⁰⁰ <https://www.consilium.europa.eu/media/57555/2022-06-28-leaders-communicue-data.pdf>

¹⁰¹ <https://indianexpress.com/article/explained/everyday-explainers/what-is-nato-why-is-russia-so-insecure-about-ukraine-joining-us-led-alliance-7805037/>

¹⁰² https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_196951.htm

Os desafios relacionados ao clima, energia, meio ambiente, saúde e segurança alimentar foram abordados, mas a inabilidade do G7 de resolver problemas globais está levantando questões se os líderes do grupo precisam despende mais tempo fora da sua zona de conforto. A verdade é que a comunidade global está fatigada do paternalismo do Ocidente, em especial do G7. Os sinais dessa fadiga estão em toda parte: das abstenções africanas e asiáticas na AGNU sobre a invasão Russa na Ucrânia até o comportamento da Índia que, apesar da pressão ocidental para retaliar a Rússia, anda aumentando o consumo de petróleo russo.

Nas áreas de energia e alimentos a cúpula do G7 não rendeu grandes decisões. Em relação ao clima, os países se comprometem com a luta contra as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que querem garantir a segurança do fornecimento de energia. Isso inclui eliminar gradualmente o consumo de carvão, expandir as energias renováveis de forma "socialmente justa", ao mesmo tempo que precisam acabar com sua dependência energética da Rússia rapidamente. Na área de alimentos, a guerra está cortando suprimentos de grãos provenientes da Rússia e da Ucrânia. Circulam informações de que mais de 345 milhões de pessoas em 82 países enfrentam grave risco de fome ou estão em situação de insegurança alimentar. As sete principais nações industrializadas querem arrecadar US\$ 4,5 bilhões para garantir a segurança alimentar, mas isso é insuficiente. O Programa Mundial de Alimentos (WFP) está cronicamente subfinanciado e necessita de adicionais US\$ 11.1 bilhões¹⁰³. A ajuda financeira prometida pelo G7 é pequena para acabar com a crise alimentar global.

Nem mesmo o novo propósito do G7 de investir USD 600 bilhões com a Parceria para Infraestrutura e Investimento Global (PGII) na infraestrutura de mercados emergentes e países em desenvolvimento pareceu fazer diferença para reduzir a lacuna de investimento global em infraestrutura e competir com a Iniciativa Cinturão e Rota da China, especialmente no cordão da África Ocidental ao Indo-Pacífico via Sul da Ásia. O programa vai até 2027, o foco será na África, mas outros países também poderão participar. O fato é que a China está bem à frente com sua diplomacia em infraestruturas estrangeiras com gastos ao longo de uma década de USD 50-100 bilhões^{104,105} ao ano e porque o plano do G7 não é algo novo. A Cimeira do G7 em 2021 já havia mencionado a Iniciativa Build Back Better World (B3W) mas não entregou. A UE por sua vez anunciou o Plano Global Gateway de USD 340 bilhões em dezembro, recurso que ainda não foi gasto e que foi reciclado para compor o recurso público e privado americano de USD 200 bilhões anunciado nesta Cúpula do G7; recurso prometido, mas ainda não sabem se o Congresso americano irá aprovar o pedido. A iniciativa PGII não se compara em montante com a ICR chinesa e chega com atraso.

Apesar do escopo total da Iniciativa PGII não estar claro, tudo indica que não incluirá projetos de infraestrutura mais comuns como estradas, pontes, ferrovias, usinas de energia, apesar de serem as instalações mais necessárias no mundo em desenvolvimento. Pelo que se sabe até agora, o PGII é limitado à saúde, segurança da saúde, infraestrutura (conectividade) digital, equidade de gênero e proteção climática e energética em mercados emergentes e países em desenvolvimento. Mas se os projetos de infraestrutura são diferentes, como os EUA e o

103 WFP, 2022. Global Operational Response Plan 2022 2022 Update #5, June 2022.

¹⁰⁴ Desde que o ICR foi anunciado, de acordo com o AidData, laboratório de Pesquisa do College William and Mary na Virgínia, os bancos chineses emprestaram USD 843 bilhões para mais de 13 mil projetos em 165 países em desenvolvimento. <https://www.wm.edu/news/stories/2021/aiddatas-new-dataset-of-chinese-development-projects-worth-843b-reveals-major-increase-in-hidden-debt.php>

¹⁰⁵ <https://www.wm.edu/news/stories/2021/aiddatas-new-dataset-of-chinese-development-projects-worth-843b-reveals-major-increase-in-hidden-debt.php>

outros estados membros do G7 podem oferecer uma alternativa ao que a China está oferecendo, se não há intenção de construir infraestrutura viária como estradas e pontes?

E a Declaração dos BRICS, o que traz para os países em desenvolvimento?

A Declaração dos BRICS e compromissos cumpridos

A XIV Cúpula dos BRICS, já se disse, teve início no dia 23/06, sob a presidência pro-tempore da China. A reunião teve continuidade por meio do segmento intitulado Diálogo de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Global (BRICS Outreach/BRICS Plus) para impulsionar a implementação da Agenda 2030 e contou com a participação de líderes dos BRICS e de líderes de mercados emergentes e de PEDs.

A Declaração de Pequim soma mais de 70 parágrafos nos quais os países do grupo reiteram seu compromisso com o multilateralismo, enfatizam que a governança global deve ser mais inclusiva, representativa e participativa, e prometem defender o direito internacional e o papel central das Nações Unidas no sistema internacional. A declaração instou os países desenvolvidos a adotar políticas econômicas responsáveis, ao mesmo tempo em que gerenciam as repercussões políticas para evitar graves impactos nos países em desenvolvimento. A Declaração apoia o trabalho em solidariedade para combater a Covid-19, e a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento institucional.

No fortalecimento e reforma da governança global, os países reiteraram o compromisso com o multilateralismo, por meio da manutenção do direito internacional, incluindo os princípios da Carta da ONU e o papel central da organização em um sistema internacional no qual os países cooperam no espírito de respeito mútuo, justiça e igualdade para promover o desenvolvimento sustentável.

Na área de *saúde e C&T*, defenderam o trabalho em solidariedade para combater a Covid-19, com a garantia da disponibilidade de diagnósticos, medicamentos e vacinas acessíveis para os PEDs, mediante distribuição equitativa dos insumos e vacinação rápida para preencher a lacuna global de imunização. Apoiam o multilateralismo e o papel da OMS no papel de liderança na governança global da saúde, bem como o seu protagonismo no combate à pandemia, e reconhecem a importância de iniciativas como a COVAX e o ACT-A.

Os países BRICS têm um papel preponderante na pandemia, uma vez que forneceram mais de 2 bilhões de doses de vacinas contra a Covid-19, incluindo vendas, subsídios e doações, bilateralmente, para organizações internacionais e para o mecanismo Covax/OMS.

Na declaração de Pequim, os BRICS ressaltaram a necessidade de continuar a colaboração em métodos de testagem, terapêutica, pesquisa, produção e o reconhecimento de vacinas e pesquisa sobre sua eficácia e segurança à luz de novas variantes do Sars-Cov2.

Para fortalecer a colaboração e enfrentar a lacuna vacinal, os países BRICS lançaram em março de 2022 o **Centro BRICS de P&D de Vacinas (CPDV/BRICS)**, esforço conjunto para aumentar a equidade em vacinas. A primeira menção à iniciativa remonta à declaração final da cúpula do BRICS de Joanesburgo, África do Sul, em 2018. Para impulsionar o Centro, os países do BRICS realizaram um simpósio sobre vacinas neste ano, reunindo as principais instituições e empresas de pesquisa dos Estados membros – a Fundação Oswaldo Cruz (Brasil), o Instituto de Pesquisas da Gripe Anatoly Smorodintsev (Rússia), o Conselho Indiano de Pesquisa Médica (Índia), a empresa Sinovac Life Sciences (China) e Conselho de Pesquisa Médica da África do Sul.

Os países do BRICS reconhecem a importância das discussões em andamento na OMC sobre propostas sobre isenção de propriedade intelectual (PI). Em outubro de 2020, dois países do BRICS, a Índia e a África do Sul, apresentaram a primeira proposta sugerindo uma renúncia por parte dos membros da OMC sobre a implementação de certas disposições do Acordo TRIPS em relação à prevenção, contenção ou tratamento da Covid-19.

Em maio de 2021, uma proposta revisada foi apresentada por 62 copatrocinadores, incluindo Índia e África do Sul. Uma renúncia às disposições relacionadas a esses direitos ajudaria a promover a fabricação de vacinas e medicamentos como parte dos esforços para conter a Covid-19.

O que sucedeu foi um acordo menor, com países desenvolvidos impedindo, na reunião de ministros da OMC em Genebra, em junho, a aprovação completa da proposta de Índia, África do Sul e outros países em desenvolvimento, de que renúncias aos direitos de PI (DPI) para vacinas, tratamentos e diagnósticos Covid-19 seriam aceitas para combater a enfermidade. Os defensores da renúncia dos DPI enfrentaram a oposição de vários países desenvolvidos, sede de grandes produtores farmacêuticos e um acordo provisório entre as principais partes - Índia, África do Sul, EUA e UE – limitado às vacinas emergiu em maio, sendo apenas isso o que foi adotado. Os PEDs poderão autorizar o uso de uma patente para produção e fornecimento sem o consentimento do titular da patente por cinco anos, sujeito a uma possível prorrogação. A produção não precisa ser predominantemente para o mercado interno, o que significa que mais exportações serão permitidas para garantir um acesso mais equitativo. Dentro de seis meses, os membros da OMC devem considerar a extensão da renúncia dos DPI aos medicamentos e diagnósticos. Grupos de ativistas haviam instado os membros a rejeitar o texto, alegando que era muito restrito e não era uma renúncia real aos DPI. Na declaração do G7, o termo OMC figura no item “Comércio e cadeias de fornecimento” e os países se mantêm como fortes protetores dos DPI.

Os países do BRICS se dispõem a fortalecer a cooperação destinada a aumentar as capacidades de seus membros nas áreas de resposta às principais emergências de saúde pública, cobertura universal de saúde, P&D de vacinas, prevenção e cuidados de saúde e terapêuticas. Para isso, estão determinados a aprofundar a cooperação existente, por meio do estabelecimento de laços colaborativos entre as instituições de saúde de BRICS. Cabe lembrar que os países BRICS já vêm realizando chamadas conjuntas em projetos de STI para facilitar a cooperação entre pesquisadores e instituições nos consórcios que envolvam parceiros de pelo menos três países do grupo.

Saudaram a convocação do Fórum de Alto Nível do BRICS sobre Medicina Tradicional aproveitando as ricas experiências de seus membros, em especial China, Índia e Brasil. Apoiam a Rede BRICS de Pesquisa em TB que contribuirá para atingir a meta da OMS de extinguir a doença até 2030.

Ressaltaram que os países do BRICS devem estar mais bem preparados para a Covid-19 e futuras emergências de saúde pública, e fomentar a vigilância e a resposta a pandemias, e as melhores práticas no tratamento médico.

Para a *Salvaguardar a Paz e a Segurança*, - os países do BRICS, discutiram a situação da guerra na Ucrânia e apoiam as negociações entre os dois países.

Para ajudar a *Promover a Recuperação Econômica*, saudaram as decisões sobre a admissão de quatro novos membros ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que tem por

objetivo ser uma importante instituição plurilateral de desenvolvimento. Esperam uma maior expansão de membros para o Banco que contemple uma representação geográfica mais ampla, abrangendo PDs e PEDs, com vistas a aumentar sua influência internacional. Reconheceram o papel vital do Banco no enfrentamento do impacto da pandemia e na assistência à recuperação econômica dos países membros. Da mesma forma, reconhecem a importância de fortalecer o mecanismo do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), que contribui para revigorar a rede de segurança financeira global e complementar os arranjos monetários e financeiros internacionais existentes.

Quanto à *implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento* destacaram que a pandemia de Covid-19 interrompeu os esforços para o seu cumprimento, revertendo progressos em questões de pobreza, fome, saúde, educação, mudança climática, acesso à água potável e proteção ambiental. Hoje cerca de 1,2 bilhão de pessoas em quase 70 países são confrontadas com crise de alimentos, energia e dívida da Covid-19. Para que seja agilizado o cumprimento da Agenda 2030, os BRICS reafirmaram o compromisso em sua implementação nas dimensões econômica, social e ambiental. Adicionalmente, apoiam as parcerias globais de desenvolvimento e instaram os países doadores a honrar seus compromissos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e a facilitar a capacitação e a transferência de tecnologia para os PEDs. Ressaltaram a importância do diálogo entre as agências de desenvolvimento relevantes dos países BRICS.

Ano passado, a China já havia apresentado uma Iniciativa de Desenvolvimento Global, na 76ª sessão da AGNU, em setembro de 2021, englobando quatro ações: moldar um ambiente favorável ao desenvolvimento, estimular a parceria de desenvolvimento, promover o processo de globalização econômica e persistir na busca da inovação. A iniciativa obteve apoio da ONU e de mais 100 países, e foi reconhecida como um acelerador para a realização da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

No quesito *desenvolvimento institucional*, estimulam a promoção de discussões entre os membros do BRICS sobre o processo de ampliação grupo incluindo princípios norteadores, normas, critérios e procedimentos para este processo de expansão, com base em ampla consulta e consenso. Aqui funcionou a ‘puxada de freio’ do Brasil quanto ao ingresso da Argentina.

Cúpula da OTAN

Na *Cúpula da OTAN* em Madri, os Estados Unidos e aliados reforçaram suas defesas na Europa, numa escalada bélica assustadora, ampliando de 40 mil para 300 mil o número de militares em prontidão, a maior ampliação de forças desde a Guerra Fria.

A Cúpula também foi marcada pelo início do processo de admissão da Suécia e Finlândia na OTAN, numa mensagem belicosa à Rússia, pois a Suécia compartilha o mar Báltico – até então desmilitarizado – com a Rússia, e a Finlândia cerca de 1500 km de fronteiras. Isto depois da retirada do veto da Turquia que, em troca, conseguiu repatriar líderes curdos ‘inimigos’ do regime de Erdogan. O presidente ucraniano falou por vídeo na reunião, pediu que a OTAN assegurasse o final da guerra antes do inverno europeu, e recebeu a promessa de apoio da organização ‘pelo tempo que for preciso’.

Considerações finais

Os EUA e o Ocidente vêm se fechando em círculos e à medida que se desviam cada vez mais dos interesses comuns globais, fazem com que a capacidade do pequeno círculo de dominar questões internacionais continue a diminuir. Enquanto isso, os BRICS estão defendendo a prática do multilateralismo e do plurilateralismo, como a cooperação BRICS Plus, de abertura, inclusão e cooperação.

Na área de saúde, a China sozinha forneceu 2,2 bilhões de doses de vacina Covid-19^{106,107} para mais de 120 países (a maioria dos quais são PEDs) e organizações internacionais¹⁰⁸. Em fevereiro de 2022, a Índia havia fornecido cerca de 163 milhões de doses de vacinas para 96 países, destas, 14,3 milhões de doses foram doações do governo indiano a 48 países¹⁰⁹. Por outro lado, o G7 anunciou no Comunicado conjunto, que ultrapassou o compromisso feito no ano passado de compartilhar 870 milhões de doses de vacinas, de fato forneceu cerca de 1,2 bilhão de doses de vacinas¹¹⁰. O que esqueceram de mencionar é que menos da metade (49%) das 2,1 bilhões de doações de vacinas contra a Covid-19 prometidas aos países mais pobres pelos países do G7 foram entregues, de acordo com números publicados pela Oxfam e pela People's Vaccine Alliance¹¹¹. Primeiro, os países ricos estocaram todo o suprimento para si mesmos, depois prometeram doar seus excedentes, mas centenas de milhões dessas doses nunca se materializaram.

Para os EUA e aliados, o PGII é um movimento estratégico para preencher a lacuna de infraestrutura global no contexto de uma desaceleração econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e pela guerra Rússia-Ucrânia. Os mercados emergentes, países em desenvolvimento, em especial o sudeste asiático sempre foi muito receptivo a qualquer iniciativa ou programa econômico, independente de quem os proponha.

Difícilmente o volume de financiamento prometido pelo governo dos EUA se tornará realidade, considerando os problemas econômicos internos dos EUA (economia doméstica enfraquecida devido à inflação) e a situação política instável. Também é pouco provável que parte do investimento venha do capital privado, já que os projetos de infraestrutura têm longos ciclos de investimento e taxas de rendimento relativamente baixas, tornando-os pouco atraentes para investidores privados. Nesse sentido, é muito provável que o fundo de US\$ 200 bilhões não seja alcançado.

¹⁰⁶ [China has provided over 2.2 billion COVID vaccine doses to world- China.org.cn](https://china.org.cn)

¹⁰⁷ vendeu 1,9 bilhão de doses, entregou 1,6 bilhão e doou 266 milhões de doses)

¹⁰⁸ <https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/>

¹⁰⁹ Poderiam ter entregado mais se a Índia não tivesse sido assolada por uma nova onda em março de 2021, que a fez congelar as exportações para atender a demanda interna. As exportações foram reiniciadas em outubro de 2021.

¹¹⁰ [2022-06-28-leaders-communicate-data.pdf \(europa.eu\)](https://europa.eu)

¹¹¹ <https://www.oxfam.org/en/press-releases/g7-vaccines-failures-contribute-600000-preventable-deaths>

Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe

Sebastian Tobar e Miryam Minayo

Reunião Extraordinária dos Presidentes da Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e no Caribe: representantes destacaram a contribuição histórica da Agenda Regional de Gênero e propuseram avançar para uma sociedade de cuidado na América Latina e no Caribe¹¹²

A Reunião Extraordinária dos Presidentes da Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e no Caribe, realizada na sede da CEPAL, em Santiago, foi organizado de forma híbrida pela CEPAL em coordenação com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher (ONU Mulheres). O objetivo do encontro de dois dias foi revisar os preparativos para a XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, que se reunirá na Argentina de 7 a 11 de novembro, sob o tema “A sociedade do cuidado: horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero”.

A reunião encerrou, em 23 de junho, dando destaque às contribuições da Agenda Regional de Gênero – que vem sendo forjada nos últimos 45 anos – para as políticas da igualdade de gênero e autonomia das mulheres na América Latina e no Caribe. Vice-Presidentes, Chanceleres, Ministras da Mulher e outras autoridades, juntamente com representantes de organizações internacionais e da sociedade civil, em particular organizações de mulheres e feministas, concordaram com a necessidade de avançar para uma sociedade do cuidado.

O dia de encerramento incluiu uma sessão para comemorar o 45º aniversário da Primeira Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, realizada em Havana, Cuba, e o início da construção da Agenda Regional de Gênero.

As autoridades destacaram que, após a primeira conferência realizada em Cuba em 1977, a América Latina e o Caribe se tornaram a única região do mundo com um espaço onde os governos, o sistema das Nações Unidas e a sociedade civil se reúnem para promover uma Agenda de Gênero.

Os oradores assinalaram inúmeros desafios para continuar a consolidar a Agenda Regional de Gênero e avançar para uma sociedade solidária, sobretudo num momento de múltiplas crises, onde é urgente enfrentar os impactos imediatos da pandemia e da guerra na Ucrânia, bem como as consequências das mudanças climáticas e desastres que recaem desproporcionalmente sobre as mulheres em toda a sua diversidade.

A Agenda Regional de Gênero inclui os compromissos com a autonomia e os direitos das mulheres que os governos da região aprovaram nas Conferências Regionais sobre a Mulher na América Latina e no Caribe – que se realizam a cada três anos.

Ana Gúezmes, Diretora da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL, explicou que um componente central da Agenda Regional de Gênero é a autonomia das mulheres e que o foco da próxima Conferência é a sociedade do cuidado. “Sabemos que não é possível alcançar a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres sem redistribuição de tempo, poder e recursos (...)”

¹¹² <https://www.cepal.org/es/comunicados/representantes-destacaron-contribucion-historica-la-agenda-regional-genero-plantearon>

Finalmente, María-Noel Vaeza, Diretora Regional para as Américas e o Caribe da ONU Mulheres, expressou: “Esperamos que a Conferência Regional sobre a Mulher consolide a agenda da sociedade do cuidado e que a Declaração permita um firme compromisso de avançar com políticas e sistemas de atenção integral, adequadamente financiados e com orçamento” e reafirmou sua confiança neste espaço intergovernamental.

CEPAL: Quarta Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento¹¹³

No encontro de três dias, representantes de alto escalão do governo, instituições internacionais, Nações Unidas, setor privado, academia e sociedade civil analisaram os impactos sociodemográficos da pandemia de COVID-19 na região e os desafios da crise saúde e social para a implementação do Consenso de Montevidéu.

Durante a inauguração da IV Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento, os participantes destacaram a urgência de avançar em direção a uma agenda equalizadora que vise a realização e o pleno gozo dos direitos de toda a população, que ponha fim às múltiplas desigualdades que se cruzam que caracterizam a região.

No encontro, os países também renovaram seu pleno compromisso com a implementação do Consenso de Montevidéu – o acordo intergovernamental mais importante da América Latina e do Caribe em termos de população e desenvolvimento – e instaram a garantir a proteção social universal como pilar do Estado do bem-estar e da sociedade solidária.

A reunião foi aberta por Raúl García-Buchaca, Subsecretário Executivo de Administração e Análise de Programas da CEPAL; Harold Robinson, Diretor Regional para a América Latina e o Caribe do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), e Diana Mirian Miloslavich Tupac, Ministra da Mulher e Populações Vulneráveis do Peru, na qualidade de Presidente cessante do Conselho de Administração da Regional Conferência sobre População e Desenvolvimento. Falou também Sergio Armando Cusicanqui Loayza, Ministro do Planejamento da Bolívia, país que hoje foi eleito por unanimidade para ocupar a Presidência da Conferência pelos próximos dois anos.

Durante seu discurso de abertura, Raúl García-Buchaca destacou que as desigualdades estruturais na América Latina e no Caribe levaram a região a sofrer uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes e com os impactos mais profundos em todo o mundo em termos comparativos.

Ressaltou que avançar na implementação do Consenso de Montevidéu significa hoje, mais do que nunca, concentrar energias no resgate da Agenda 2030 e promover rapidamente a transição justa e verde que coloca as pessoas no centro sem deixar ninguém para trás.

Harold Robinson, Diretor Regional do UNFPA, por sua vez, lembrou que a América Latina e o Caribe foi a região mais atingida no mundo pela pandemia, principalmente em termos de mortalidade. Acrescentou que a situação causada pela pandemia de COVID-19 nos coloca diante de uma região estressada por desafios sanitários, econômicos e sociais, que se entrelaçam e se reforçam.

Enquanto isso, Diana Mirian Miloslavich Tupac, Ministra de Mulheres e Populações Vulneráveis do Peru, alertou que, apesar do progresso alcançado na implementação do

¹¹³ [https://www.cepal.org/es/comunicados/autoridades-reafirmam-consenso-montevidео-como-base-
hoja-ruta-integral-la-accion-materia](https://www.cepal.org/es/comunicados/autoridades-reafirmam-consenso-montevidео-como-base-hoja-ruta-integral-la-accion-materia)

Consenso de Montevidéu, os desafios pendentes hoje são muito maiores e urgentes, e estão amplamente vinculados às grandes lacunas que já existiam entre e dentro dos países.

Após a posse, Simone Cecchini, Diretora do Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, apresentou aos países o documento: Os impactos sociodemográficos da pandemia de COVID-19 na América Latina, do qual trata o próximo enunciado.

Relatório CEPAL: Os impactos sociodemográficos da pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe.¹¹⁴

Novo relatório da CEPAL analisa os efeitos profundos e múltiplos da Covid-19 nos diferentes grupos populacionais da região. O documento: [Os impactos sociodemográficos da pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe](#) inclui recomendações de políticas com vistas à recuperação e transformação social e econômica, à luz das medidas prioritárias do Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento e os Objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O relatório foi apresentado aos países durante a Quarta Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento, realizada de 28 a 30 de junho de 2022 na sede da CEPAL em Santiago, Chile. Na ocasião, representantes governamentais de alto escalão, organismos internacionais, setor privado, academia e a sociedade civil discutirão os desafios da crise sanitária para a implementação do Consenso de Montevidéu.

Dois anos após a declaração da pandemia, a América Latina e o Caribe registram um total de 1,7 milhão de mortes por COVID-19 (em maio de 2022). Estes representam 27,2% de todas as mortes por COVID-19 no mundo, apesar da população da região representar apenas 8,4% da população mundial.

O documento aborda as adversidades que a pandemia trouxe para as mulheres e diferentes grupos populacionais, em particular: meninos, meninas, adolescentes e jovens, idosos, migrantes internacionais, povos indígenas, populações afrodescendentes e pessoas com deficiência.

Afirma que a crise afetou mais o emprego das mulheres do que o dos homens. A taxa de participação laboral das mulheres sofreu um retrocesso de 18 anos devido à crise, caindo de 51,8% em 2019 para 47,7% em 2020, enquanto no caso dos homens passou de 75,5% para 70,8% no mesmo período. Em 2022, estima-se que a taxa de participação das mulheres teria aumentado para 51,3%, valor semelhante ao registrado em 2018. Isso representa um retrocesso de quatro anos, que ainda deixa uma em cada duas mulheres em idade ativa fora do mercado de trabalho.

No caso de crianças e adolescentes, a pandemia ocasionou o fechamento de centros educativos, o adiamento e suspensão dos exames regulares de saúde, além de interrupções nos programas de alimentação, o que gerou o risco de retrocessos no combate à desnutrição infantil em alguns países. No que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, o redirecionamento de recursos monetários e humanos para a contenção e atendimento da emergência sanitária deixou esta dimensão da saúde desatendida, entre outras.

¹¹⁴ <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-analiza-profundos-multiples-efectos-la-pandemia-la-poblacion-la-region-entrega>

A saúde mental de crianças e adolescentes também foi afetada por diferentes aspectos da pandemia, que vão desde o impacto das medidas sanitárias de quarentena e confinamento até a vivência de eventos traumáticos, como a perda de pais ou cuidadores. Quanto a este último aspecto, o relatório indica que em cinco países latino-americanos estima-se que entre março de 2020 e abril de 2021 houve 380.000 casos de orfandade, o que equivale a mais de 600.000 se somados os menores que perderam cuidadores. De fato, a América Latina tem as maiores taxas de órfãos causados pelo COVID-19 no mundo.

O documento ressalta que, apesar dos múltiplos dados que confirmam maior vulnerabilidade, as respostas estatais destinadas a mitigar os impactos sociais e de saúde da pandemia entre os povos indígenas têm sido fracas e fragmentadas. Em matéria de saúde, 16 dos 17 países da América Latina-Abya Yala em que vivem os povos indígenas definiram alguma norma ou diretriz técnica específica para enfrentar a pandemia de Covid-19 entre esses povos.

No caso de pessoas e comunidades afrodescendentes, o relatório enfatiza que a pandemia os afetou de maneira diferente, violando muitos de seus direitos e aumentando a desigualdade e a incidência de racismo e discriminação.

O documento alerta ainda que, num contexto de crise econômica e sanitária, a migração, tanto fora da região como dentro da região, não parou. Nesse sentido, destaca que, considerando que existem mais de 40 milhões de migrantes na região, é imperativo contar efetivamente com mecanismos de migração segura, ordenada e regular.

O relatório dedica um capítulo especial à revisão dos impactos sociodemográficos da Covid-19 no Caribe, que merecem uma análise focada dadas as especificidades e particularidades da sub-região, seja em relação à alta carga de morbidade atribuível às doenças não transmissíveis ou à relutância em ser vacinado.

Por último, apresenta uma série de conclusões e recomendações para alcançar uma recuperação transformadora e igualitária no âmbito das medidas prioritárias do Consenso de Montevidéu. Neste quadro, é fundamental colocar a proteção dos direitos e a promoção do bem-estar dos indivíduos, famílias e comunidades no centro dos esforços de resposta das políticas públicas.

SEGIB: Congresso do Quarto Setor: Impulsionando a Economia de Triplo Impacto na Ibero-América¹¹⁵

O Congresso do Quarto Setor foi organizado pela SEGIB e o SANNAS (associação de empresas de Triplo Impacto comprometida em gerar uma mudança desde a economia regenerativa por uma transição ecológica e transformação social). Durante dois dias, 24 profissionais de 7 países ibero-americanos debateram sobre o crescimento das empresas de triplo impacto e sobre a necessidade de criar marcos regulatórios específicos para as, também conhecidas como, Empresas com Propósito.

O ato inaugural, foi presidido pelo Secretário-Geral Ibero-americano, Andrés Allamand, em companhia da Presidenta da SANNAS, Marta García Larriu, a Deputada pela Assembleia de Madri, Mónica García e, o Diretor Geral de Políticas Alavanca para o Cumprimento da Agenda 2030, Gabriel Castañares.

¹¹⁵ <https://www.segib.org/pt-br/la-segib-impulsa-los-ods-entre-el-sector-empresarial-de-la-region/>

O Secretário-Geral Ibero-americano assinalou, sobre o auge destas Empresas com Propósito, que “não se trata de uma excentricidade senão de uma tendência. Uma tendência em alta mantida, em boa medida, graças à valoração positiva que a cidadania ibero-americana tem destes modelos de negócio de Triplo Impacto como fonte de riqueza, geração de emprego e desenvolvimento sustentável”.

Por outra parte, Patrick Klein, Diretor de Empreendimento e Economia Social da Comissão Europeia, quem compartilhou o painel com Crescimbeni, reflexionou sobre a importância de avançar nos marcos regulatórios não só a nível nacional, senão também a nível comunitário: “Queremos desenvolver marcos normativos para empresas de triplo impacto a nível europeu. Sabemos que avançamos a nível nacional, mas é necessário avançar a nível regional. Neste sentido, a América Latina está à frente, a nível global, já que, caso sejam aprovadas as normas que atualmente são discutidas na Argentina, Chile, Brasil e Espanha, mais da metade da população ibero-americana contará com uma legislação especial para as empresas do Quarto Setor.

Atualmente a SEGIB, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento do Canadá (IDRC), desenvolvem mesas de trabalho em 12 países da região (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Espanha, México, República Dominicana, Paraguai, Peru e Uruguai) onde especialistas locais estabelecerão roteiros nacionais para o avanço desta agenda. Nesse sentido, Carolina Robino, do IDRC assinalou, durante a segunda jornada do Congresso, a necessidade de que mais países da região avancem em uma regulação apropriada para as empresas com propósito, sublinhando que só desta maneira as denominadas empresas do Quarto Setor deixarão de ser um nicho e passarão a ser tendência.

Durante o segundo dia de atividades do Congresso, Alfonso Abdo, Subsecretário de Produção do Equador, advertiu que “As Leis BIC desenvolvidas na região só são um piso para promover as empresas de triplo impacto. No entanto, são necessárias políticas públicas que caminhem de mãos dadas a ela”.

Graças ao trabalho realizado por todos os envolvidos no Congresso do Quarto Setor pode se dizer que a região ibero-americana é uma referência mundial nesta matéria. Ao dia de hoje, na região existem ao menos 5.000 empresas que adquiriram o modelo de Lei de Benefícios e Interesse Coletivo na América Latina. Uma experiência sul-sul extrapolável a qualquer latitude.

ORAS-CONHU: Países andinos em alerta contra o surto de varíola de macacos na região¹¹⁶

O ORAS-CONHU realizou uma reunião urgente para articular as ações de saúde e fortalecer a cooperação na área andina na presença de casos de varíola de macacos. Participaram da reunião virtual os Comitês Andinos de Epidemiologia e Imunização dos Ministérios da Saúde da Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru, além da equipe técnica ORAS-CONHU.

Diante da notificação de casos de varíola nos países andinos, a Organização Andina de Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), realizou uma reunião técnica urgente com o objetivo de articular ações para abordar a vigilância epidemiológica e a resposta sanitária para proteger a população contra a risco de transmissão desta doença no mundo.

¹¹⁶ <https://www.orasconhu.org/es/paises-andinos-en-alerta-frente-brote-de-viruela-simica-en-la-region>

A esse respeito, a Secretária Executiva do ORAS-CONHU, Dra. María del Carmen Calle Dávila, afirmou que a reunião permitiu conhecer a implementação de medidas sanitárias e fortalecer a cooperação entre os países andinos, cumprindo assim os acordos estabelecidos pelas Autoridades Sanitárias dos países andinos nas reuniões mensais e na XXXV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da Área Andina (REMSAA).

A Dra. Calle Dávila disse que, no momento, a enfermidade não é considerada uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e que o comitê de emergência do Regulamento Sanitário Internacional deve se reunir novamente para avaliar três indicadores importantes, como mudança de comportamento na transmissão da doença, aumento da gravidade dos casos e aparecimento de casos em crianças, gestantes e imunocomprometidos.

Situação de vigilância e resposta

Da parte da Bolívia, a responsável pela Epidemiologia, Mayra Espinoza, informou que nenhum caso confirmado foi registrado até o momento. No entanto, eles estavam alertas para os sintomas de quatro casos suspeitos que foram submetidos a diagnóstico diferencial, cujas amostras foram enviadas a um laboratório na Argentina, onde foi determinado que os casos são negativos.

Acrescentou que existem hospitais sentinela em cada região e dois laboratórios de referência que estão preparados para a resposta sanitária.

Da mesma forma, a diretora de Epidemiologia do Equador, Valeria Torres, também afirmou que os casos confirmados ainda não foram notificados, depois de descartados dois casos diagnosticados em laboratórios de referência.

O diretor de Epidemiologia do Chile, Christian García, confirmou o aparecimento de seis casos, todos importados com histórico de viagens à Europa. Diante dessa situação, a rede de atenção diagnóstica foi acionada nas regiões. Salientou que está a ser feito o acompanhamento e rastreabilidade dos contatos dos doentes para um melhor acompanhamento epidemiológico.

Por sua vez, o diretor de Epidemiologia da Colômbia, Víctor Martínez, informou que foram notificados três casos confirmados, todos importados. As pessoas estão isoladas e sem maiores complicações de saúde, sob protocolos de manejo da doença.

Por sua vez, o diretor do Centro Nacional de Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (CDC) do Peru, Julio Ruiz, informou que há três casos confirmados, o primeiro já notificado à Organização Mundial da Saúde (OMS) e o resto a ser notificado.

Acrescentou que têm um Plano de Preparação e Resposta como medida de contingência, que é acompanhado de documentos técnicos e regulamentares que incluem alertas epidemiológicos, salas situacionais, protocolos de investigação de casos e guias técnicos de tratamento.

Com relação às imunizações, os representantes informaram que se espera que o fundo rotativo seja utilizado em coordenação com a OMS para adquirir as vacinas que protegerão a população.

Durante a reunião, foi acordado realizar reuniões regulares para atualizar a situação sanitária em cada país e compartilhar um diretório para manter a comunicação entre as áreas de epidemiologia e imunização dos países andinos. Além disso, foi acordado que a seguinte reunião será realizada dia 15 de julho.

ORAS-CONHU analisa a situação atual da desnutrição infantil crônica e da segurança alimentar nos países andinos¹¹⁷

O Organismo Andino de Saúde-Convênio Hipólito Unanue realizou uma reunião do Comitê Andino de Desnutrição Infantil com o objetivo de compartilhar informações, experiências e identificar ações futuras que permitam enfrentar os desafios da atual situação de desnutrição infantil e alimentação segurança.

A reunião permitiu ainda identificar a necessidade de propor mecanismos e políticas públicas inovadoras que permitam transformar o sistema alimentar para uma produção alimentar saudável e sustentável, uma vez que a pandemia de Covid-19 provocou a perturbação dos sistemas alimentares e de saúde que ameaçam aumentar a desnutrição.

Observou-se que a região ainda está distante de atingir a meta 2.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar.

Nesse sentido, a publicação Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional 2021: Estatísticas e Tendências, afirma que os níveis de fome e insegurança alimentar na América Latina e no Caribe aumentaram desde 2015.

Em números, a prevalência da fome na região entre 2019 e 2020 aumentou 2 pontos percentuais, o que pode ser explicado, em parte, pelos efeitos da pandemia. Isso significa que, em 2020, 59,7 milhões de pessoas na região estavam desnutridas, ou seja, 13,8 milhões a mais do que em 2019.

Além disso, 267 milhões de pessoas sofriam de insegurança alimentar moderada ou grave na América Latina e no Caribe em 2020. Ou seja, 60 milhões de pessoas a mais do que em 2019 não tiveram acesso físico ou econômico a alimentos em quantidade ou qualidade suficiente para sua saúde e desenvolvimento.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANO (OEA)

Comunicado conjunto da Secretaria Geral da OEA e da Coalizão LGBTTI & TS para o mês de orgulho 2022¹¹⁸

“A designação de junho como mês internacional do orgulho, além das outras datas que os movimentos LGBT deram em cada país para celebrar esse orgulho, não são eventos protocolares, mas um lembrete das lutas dos movimentos LGBT contra o preconceito, o estigma e a violência, para homenagear aqueles que já não estão aqui e fazer um balanço do que foi alcançado e do que está pendente.

Nesse contexto, queremos fazer algumas reflexões conjuntas sobre a situação das pessoas LGBT nas Américas.

Reconhecemos e celebramos o progresso jurídico e social que tem sido feito nas Américas com respeito à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Vários países da região promulgaram leis de identidade de gênero, leis que reconhecem famílias LGBT por meio da adoção, acesso à fertilização assistida e reconhecimento de filiações co-maternas e

¹¹⁷ <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-analiza-la-situacion-actual-de-la-desnutricion-cronica-infantil-y-seguridad-alimentaria>

¹¹⁸ https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-038/22

co-paternais, leis de casamento igualitário e políticas públicas relacionadas ao trabalho, saúde e educação para começar a reverter a exclusão estrutural histórica das pessoas LGBT.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para evitar situações que impactem negativamente a vida das pessoas LGBT.

Casos de violência extrema contra pessoas LGBT continuam a ser frequentes em toda a região e os Estados devem fazer mais para responder a esses ataques. É necessária maior ênfase no desenvolvimento de políticas públicas de prevenção dessa violência: verificar o número de vítimas é um indicador, mas não uma solução. Instamos a implementação de sistemas de proteção eficazes para pessoas em risco, campanhas públicas para enfrentar preconceitos e estigmas e a reforma dos sistemas judiciais para que garantam uma abordagem equitativa e possam cumprir a reparação e assistência às vítimas.

Também queremos chamar a atenção para a delicada situação dos migrantes que são violados ou estigmatizados por causa de sua orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. A falta de documentos de identidade consistentes com sua identidade de gênero expõe as pessoas trans a maiores dificuldades e violência ao migrar.

Casais e famílias formadas por pessoas LGTB veem seu direito ao reagrupamento familiar violado como migrantes em muitos países de nossa região. Muitas dessas pessoas fogem da pobreza e da violência devido ao preconceito em seus países de origem para receber mais dessa violência dos Estados aos quais chegam e até de outros migrantes.

A pobreza, que aumentou nas Américas e no mundo como resultado da pandemia de covid-19, atinge as pessoas LGBT como consequência da exclusão estrutural na educação e no emprego formal.

Pedimos os Estados a se comprometerem com a implementação de políticas sociais para enfrentar a pobreza que não estejam apenas focadas no modelo de família nuclear heterossexual, mas também reconheçam a diversidade das famílias e dos arranjos de convivência e cuidado para todas as pessoas.

O trabalho sexual, além de ser uma fonte de renda em situações regulares, constitui um meio de subsistência para setores da população LGTB e mulheres, especialmente quando a situação econômica piora, como é o caso da América Latina e Caribe após a pandemia de Covid-19.

Instamos os Estados a respeitar e garantir os direitos humanos das trabalhadoras do sexo, que continuam expostas à violência policial, falta de direitos trabalhistas e sociais e altos níveis de pobreza.

Avanços parciais podem ser observados, mas também há retrocessos preocupantes na região no que diz respeito ao pleno cumprimento, garantia e possibilidades de exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive para crianças e adolescentes.

Solicitamos que, onde ainda existam leis que criminalizem a atividade sexual consensual entre adultos com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero, as regulamentações necessárias sejam harmonizadas com os instrumentos do Sistema Interamericano. Da mesma forma, convidamos os Estados a continuar ratificando a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância como instrumento fundamental para garantir o cumprimento dos direitos humanos em nossa região.

Saudamos a decisão do Peru, país sede da próxima 52ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, de ter tomado como lema da Assembleia: Juntos contra a desigualdade e a discriminação, que nos convida e compromete a OEA, os Estados que integram ele e a sociedade civil, para continuar avançando para fazer das Américas uma região de pleno respeito aos direitos humanos de todos os povos.”

Relatório: Enfrentando a insegurança alimentar nas Américas: Boas práticas e lições aprendidas durante a pandemia da Covid-19¹¹⁹

A OEA apresentou o relatório [Enfrentando a insegurança alimentar nas Américas: boas práticas e lições aprendidas durante a pandemia de Covid-19](#), que sistematiza informações de 16 países sobre políticas e programas para garantir a segurança alimentar na região e identifica linhas de ação prioritárias nesta questão.

Segundo o relatório, a insegurança alimentar está aumentando em vários países ao redor do mundo, revertendo anos de progresso e comprometendo a capacidade de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, especificamente o objetivo de “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. A combinação do início da pandemia de Covid-19 com o declínio da renda e interrupções nas redes de fornecimento de alimentos e nas cadeias de distribuição levou a um aumento significativo da fome crônica e aguda.

Segundo o documento, na América Latina e no Caribe, em 2020, 41% das pessoas estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave e 14% vivenciavam insegurança alimentar extrema, definida como não ter comida e passar um dia ou mais sem comer, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O número de pessoas sem acesso físico ou econômico a uma quantidade e qualidade de alimentos necessários para a saúde e o desenvolvimento aumentou para 267 milhões de pessoas em 2020, um aumento de 60 milhões de pessoas em relação ao ano anterior.

Betilde Muñoz-Pogossian, Diretora do Departamento de Inclusão Social da Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade da OEA, disse esperar que o relatório seja de grande utilidade para os Estados membros no combate ao flagelo da fome. Ressaltou a importância de compartilhar essas informações em nível regional é para orientar os países em suas ações para ampliar e melhorar seus esforços para a segurança alimentar nas Américas.

O relatório foi um insumo essencial na sessão conjunta do Conselho Permanente da OEA com o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) de 21 de junho, cujo objetivo era abordar e promover ações viáveis e de cooperação regional para a fim de fortalecer a segurança alimentar de maneira abrangente e sustentável como estratégia fundamental para atender às persistentes necessidades sociais e econômicas nas Américas, incluindo aquelas emergentes da pandemia da Covid-19.

Este relatório é uma das ações adotadas pela OEA no seguimento da declaração adotada na Assembleia Geral da Organização em 2021, “Compromisso renovado com o desenvolvimento sustentável pós-COVID-19 nas Américas”.

¹¹⁹ https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-036/22

A utopia, a história e o desafio de governar

José Luís Fiori

Although anything can happen within the train, much of it unpredictable, there is one thing the historian must not forget: trains can go faster or slower, they can come to a stop, they can explode, but there are constrained by the tracks. History is about what people do within the limits of their landscape, their needs and their past.

Sassoon, D. *One Hundred Years of Socialism*.
London: Fontana Press, 1997, p. 755

Todos os partidos socialistas que governaram democraticamente os estados europeus da primeira metade do século XX, tiveram que enfrentar o mesmo desafio ou “duplo paradoxo” de gerir o quotidiano de uma economia capitalista, propondo-se ao mesmo tempo reformá-la ou transformá-la numa economia socialista, através de políticas públicas que necessitam do sucesso capitalista para poder se autofinanciar e sobreviver. O mesmo desafio que enfrentarão nesta terceira década do século XXI, os partidos e governos de esquerda latino-americana que estão sendo chamados a governar e administrar uma economia capitalista que se encontra em frangalhos depois da pandemia do coronavírus, e do fracasso generalizado dos governos ultraliberais do continente. Estes governos terão que enfrentar alguns problemas que são novos e que não estavam postos da mesma maneira no caso dos governos socialistas europeus, mas a contradição fundamental segue sendo a mesma: depender do sucesso capitalista para realizar “objetivos socializantes”. Aliás, a origem deste paradoxo é muito antiga, muito anterior ao aparecimento do socialismo e ao surgimento do próprio capitalismo industrial. Ela remonta à primeira hora da modernidade europeia, quando Gerrard Winstanley (1609-1676), um soldado do exército de Oliver Cromwell (1599-1688) que derrotou a monarquia inglesa e decapitou o Rei Carlos I (1600-1649), se transformou num líder revolucionário na hora em estas mesmas tropas de Cromwell começaram a discutir o futuro da Inglaterra depois da instalação da república inglesa de 1649. Ao propor às tropas o seu projeto revolucionário, Winstanley formulou pela primeira vez – em clave moderna – o que viria a ser o fundamento último da utopia socialista, em todos os tempos e lugares: a ideia de que os homens só poderiam se tornar livres e iguais quando todos se apropriassem coletivamente da propriedade da terra e dos seus frutos. Donde, concluía Winstanley, através de uma rigorosa dedução economicista, qualquer reforma política de cunho liberal ou democrática só teria sentido e eficácia depois que desaparecesse a propriedade privada e as desigualdades econômicas entre os seres humanos. Ou seja, resumindo: para que os homens fossem livres, a propriedade da terra teria que ser desapropriada e coletivizada.

No século seguinte, vários pensadores franceses, entre eles Marechal (1750-1803) e Babeuf (1760-1797), defenderam a mesma tese central de Winstanley, mas tocou a Jean Jacques Rousseau (1712-1778) abrir um caminho novo na direção do coletivismo e da democracia, ao propor que fosse o Estado quem assumisse em última instância a propriedade coletiva da terra. Uma ideia que foi retomada por Karl Marx (1818-1883) no programa mínimo de governo que aparece no final do Manifesto Comunista escrito com Friedrich Engels (1820-1895), a pedido da Liga dos Comunistas, de origem alemã, mas que havia se reunido na cidade de Londres em 1847. Nesse programa, a estatização progressiva da propriedade privada substitui a ideia originária da comunidade utópica de Winstanley e aprimora a proposta estatal de Rousseau. A estatização passava a ser o caminho ou estratégia de governo, mas o objetivo final do programa comunista

seguia sendo o “fim da propriedade”, e mais à frente, o fim do próprio Estado, que deveria ser demitido de sua função de administrador das pessoas.

Seria instalado aí, nesse momento e de forma definitiva, o paradoxo da proposta socialista de administração e reforma simultânea do modo de produção capitalista. Um problema que não se colocava para os “socialistas utópicos” ou para os “anarquistas” que não se propunham a tomar o governo dos Estados capitalistas; pelo contrário, o que propunham era construir, a partir da própria sociedade, experiências econômicas comunitárias, cooperativas ou solidárias, através da prática de políticas locais e do exercício da democracia direta. O mesmo se pode dizer, numa direção oposta, das revoluções comunistas que tomaram o Estado e coletivizaram a propriedade privada, desmontando o sistema capitalista e propondo-se a construir de imediato as bases de um novo “modo de produção”.

Mesmo sem querer esgotar um assunto de tamanha complexidade, é possível contar a história da experiência governamental da esquerda e de seus partidos socialistas ou social-democratas do século XX, como um debate ou tensão permanente entre sua proposta de eliminar a propriedade privada e sua obrigação de gerir um sistema econômico e uma sociedade com base na propriedade privada; e entre seu objetivo final de eliminação do Estado e a intenção de utilizar o Estado estrategicamente como seu principal instrumento para modificar ou revolucionar o desenvolvimento capitalista. Essa tensão permanente atravessa a história dos debates socialistas do século passado, como foco central das sucessivas “revisões” táticas a que foi submetida a utopia original através do tempo.

A mais famosa dessas “revisões” foi proposta pelo social-democrata alemão Eduard Bernstein, em 1894. Segundo Bernstein, o progresso técnico e a internacionalização do capital haviam mudado a natureza da classe operária e do sistema capitalista, e por isso ele propunha que o socialismo já não fosse mais considerado o objetivo último do movimento, e que este movimento de transformação e transição fosse assumido como um “processo sem fim”. Uma tese que foi conquistando cada vez maior número de adeptos dentro da social-democracia europeia da primeira metade do século XX, período em que os socialistas participaram de várias coalizões governamentais com menor ou maior grau de sucesso – neste caso, com destaque para o caso sueco. Até o momento em que a maioria dos social-democratas europeus já tinha abandonado a ideia/projeto do fim da propriedade privada e do próprio Estado, à altura dos anos 1950/60, quando os partidos socialistas, social-democratas e comunistas europeus formularam – já depois da Segunda Guerra Mundial (1938-1945) – seus dois grandes projetos ou programas de reforma e “gestão igualitária do capitalismo” que dominaram o pensamento socialista europeu até a crise econômica capitalista dos anos 70 e a grande virada conservadora do pensamento econômico ocidental.

O primeiro foi o projeto do “Estado de bem-estar social” adotado pela maioria dos governos social-democratas ou trabalhistas europeus entre 1946 e 1980. Seu objetivo fundamental foi o crescimento econômico, o pleno emprego e a construção de redes públicas universais de educação, saúde e proteção social. O segundo, e menos experimentado, foi o projeto do “capitalismo organizado”, que se propunha a construir um capitalismo mais justo e igualitário, regulado e planejado pelo Estado, associado a um “núcleo econômico estratégico” composto por grandes empresas estatais e privadas. Este projeto esteve presente na concepção do programa de governo de Salvador Allende, no início dos anos 70, e também na primeira fase do governo de François Mitterrand, no início da década de 1980.

Esses dois projetos ou estratégias tinham em comum uma nova versão da proposta original do soldado inglês Gerard Winstanley e dos próprios socialistas do século XIX. Nos dois casos, a equação socialista era a mesma: “liberdade = igualdade econômica = fim da propriedade privada”. A partir da década de 1950, entretanto, esta equação socialista adotou uma nova fórmula: “liberdade = igualdade social = crescimento econômico acelerado”. A partir de então, os socialistas e social-democratas deixaram de esperar pela “crise final” do capitalismo e passaram a apostar no maior sucesso possível do próprio capitalismo, como forma de criar empregos e estratégia para financiar suas políticas sociais e distributivas de caráter cada vez mais universal. O novo projeto exerceu grande influência em toda a periferia europeia, e em todos os partidos de esquerda latino-americanos que adotaram a bandeira do “desenvolvimentismo”, defendendo políticas econômicas favoráveis ao crescimento do capital e ao pleno emprego. E foi então que nasceu a convergência dos socialistas e social-democratas com as ideias, teses e políticas keynesianas.

Essa aliança ou convergência, entretanto, se complicou depois da crise econômica capitalista e ocidental dos anos 70, quando ficou claro que a nova heterodoxia político-econômica só havia funcionado simultaneamente a favor do capital e do trabalho durante o período limitado e excepcional da reconstrução e expansão “regulada” do capitalismo após a Segunda Guerra, entre 1945 e 1975, aproximadamente. Foi depois desse período de bonança, e em particular depois do fim do “mundo comunista”, que os socialistas promoveram sua terceira “grande revisão”, nas décadas de 80 e 90, liderados pelos trabalhistas ingleses e social-democratas alemães. Só que neste caso o novo programa da chamada “terceira via” abriu mão de boa parte do que havia sido construído pelos trabalhistas e social-democratas sob a bandeira do “Estado de bem-estar social”, uma vez que a “promoção do capital” pelas novas políticas econômicas neoliberais envolvia a perda de muitos dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Assim mesmo, esta terceira grande “revisão socialista” exerceu grande influência sobre muitos grupos da esquerda norte-americana, e sobre amplos setores da esquerda latino-americana, depois do fim das ditaduras militares do continente, e depois da queda do Muro de Berlim, em 1989.

Por esse caminho, o que no início foi considerado como uma sucessão de “ajustes estratégicos” bem-sucedidos, no seu devido tempo acabou levando os socialistas europeus a uma espécie de beco sem saída. De “revisão em revisão”, eles primeiro abriram mão do seu objetivo final socialista, e depois de sua estratégia que passava pela estatização da propriedade privada, para finalmente questionar as próprias políticas econômicas e sociais que haviam se transformado na sua marca distintiva no século XX: favoráveis ao crescimento contínuo, ao pleno emprego e a construção e aperfeiçoamento progressivo do “Estado de bem-estar social”. Não foi sem motivo, portanto, que os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas foram abandonados pelo seu eleitorado e quase varridos do mapa político europeu nas duas primeiras décadas do século XXI. Mesmo assim, enfraquecidos e sem uma identidade clara, conseguiram retornar ao governo de alguns países importantes da EU nestes dois últimos anos, e hoje estão na linha de frente da luta contra a Rússia na Ucrânia, apoiando o rearmamento e militarização da Europa, e deverão pagar a conta da crise econômica e social induzida ou piorada pelas “sanções econômicas” que impuseram à Rússia.

Os novos governos de esquerda da América Latina deverão enfrentar problemas que não se colocavam para os socialistas do século passado, como é o caso da “sustentabilidade”, das “identidades”, e da “reinvenção democrática”, e terão que encarar a nova realidade capitalista imposta pelo poder do capital financeiro internacionalizado, e pelos

constrangimentos da “globalização produtiva” que está em plena reversão neste momento, como efeito da pandemia e da Guerra da Ucrânia. Mas ao mesmo tempo, o continente latino-americano ainda tem que resolver problemas do “século passado europeu”, como o do próprio desenvolvimento econômico e da melhor distribuição da renda, mas também, da educação, saúde e proteção social universal de suas populações. Por isso, seja qual for o futuro da social-democracia europeia depois da guerra, sua história passada segue sendo um importante roteiro para a discussão das estratégias e das políticas que deverão ser adotadas na América Latina para reconstruir um continente devastado nestes últimos anos, pela pandemia, e pelo fanatismo ideológico e econômico da extrema-direita ultraliberal.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche, Felix Rosenberg

UNIÃO AFRICANA

Questões migratórias

Num comunicado à imprensa, o Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, expressou o seu profundo choque e preocupação com a violência e tratamento degradante dos migrantes africanos que tentam atravessar a fronteira de Marrocos para Espanha, que levou à morte de pelo menos 23 pessoas e muitos feridos. Ele apelou a uma investigação imediata sobre o assunto, lembrando a todos países das suas obrigações ao abrigo do direito internacional de tratar todos os migrantes com dignidade e para dar prioridade à sua segurança e direitos humanos, abstendo-se do uso de força excessiva.¹²⁰

Por outro lado, o Governo de Marrocos decidiu processar 65 dos 2.000 migrantes que tentaram atravessar para o enclave espanhol de Melilla, no norte de África, em vez das suas forças policiais que coordenaram com a polícia espanhola para exercer uma força brutal que contribuiu para a perda de 23 vidas.

De recordar que o incidente na fronteira entre Marrocos e Espanha teve lugar no passado 24 de junho, quando migrantes africanos foram alegadamente espancados com bastões, pontapeados, empurrados e atacados com pedras por funcionários marroquinos, segundo o porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, *Ravina Shamdasani*, na sua tentativa de escalar a cerca de arame farpado que separa Marrocos de Melilla. Ele exortou as autoridades marroquinas e espanholas a tomarem todas as medidas necessárias juntamente com a União Europeia, a União Africana, e outros atores internacionais e regionais relevantes - para garantir a implementação de medidas de governação fronteiriça baseadas nos direitos humanos.

Enquanto o número oficial de mortos se eleva a 23, a organização da Associação Marroquina dos Direitos Humanos (AMDH) declarou que 29 migrantes morreram devido ao incidente. Uma ONG informou que o número de mortos seria 37. A AMDH disse ainda que os corpos foram deixados no chão durante horas e que as forças marroquinas enterraram pessoas sem as identificar.

A 28 de junho, o Comité dos Trabalhadores Migrantes das Nações Unidas (CMW - *The United Nations Committee for Migrant Workers*) também instou tanto o Governo marroquino como o Governo espanhol "a conduzir investigações rápidas, exaustivas, independentes, imparciais e transparentes sobre as mortes e a determinar as responsabilidades correspondentes".

Parece que as autoridades marroquinas, apesar da pressão crescente da comunidade internacional, optaram por atribuir mais culpas aos migrantes em fuga do que às forças que utilizaram a força excessiva e a brutalidade. Isto é numa tentativa de desencorajar outros de tentar emigrar para a Europa.

¹²⁰ https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41962-pr-Statement_Migrants_Morocco_Spain.pdf

Uma fonte judicial disse à Reuters que a maioria das pessoas processadas são do Sudão e enfrentam acusações que vão desde atacar as forças de segurança, facilitar a travessia ilegal da fronteira e causar incêndios.

Embora a 28 de junho o Procurador principal espanhol tenha prometido investigar o assunto, o Governo do Primeiro-ministro, Pedro Sanchez, também não parece estar interessado em tomar medidas contra os perpetradores policiais da violência e apenas aplaudiu a colaboração espanhola e marroquina na fronteira, dizendo que a tentativa de migração em massa foi "*bem resolvida*". Numa declaração à agência AP, Pedro Sanchez afirmou que se deve recordar que muitos desses migrantes atacaram as fronteiras de Espanha com machados e ganchos, e, por conseguinte, o que as forças de segurança do Estado espanhol e os guardas marroquinos fizeram foi defender as fronteiras de Espanha. Pedro Sanchez atribuiu a tragédia às redes internacionais de tráfico de seres humanos que, segundo ele, têm beneficiado "*do sofrimento de seres humanos que apenas querem procurar uma vida melhor*".

Recorde-se que em junho de 2021, 6.000 migrantes atravessaram a fronteira de Marrocos em direção ao enclave espanhol de Ceuta, sem qualquer resistência por parte dos guardas fronteiriços marroquinos, amplamente considerado como uma medida punitiva para Espanha depois de ter permitido que o líder do Sahara Ocidental, *Brahim Ghali*, fosse tratado por Covid-19 num hospital espanhol dois meses antes.

Ainda em março de 2022, outros 2.500 migrantes e refugiados de África tentaram atravessar a cerca de 9 metros de altura da fronteira de ferro que separa o enclave espanhol de Melilla de Marrocos, tendo cerca de 500 conseguido fazê-lo.

Mas, depois de os dois países terem alterado as relações no mesmo mês, os migrantes que tentaram atravessar a fronteira no passado mês de junho foram recebidos com força brutal tanto pelas forças de segurança marroquinas como espanholas. Apenas cerca de 100 migrantes conseguiram atravessar a fronteira.

É preciso levar em conta que em março de 2022, a Espanha pôs fim a uma crise diplomática ocorrida em 2021, apoiando o plano de autonomia de Marrocos para o Sahara Ocidental, recuando na sua posição de neutralidade de décadas. O Primeiro-ministro espanhol visitou então Rabat, e os dois governos saudaram uma "*nova etapa*" nas suas relações.¹²¹

BioNTech inicia a construção da primeira instalação de fabrico de vacinas mRNA em África

A BioNTech atingiu o próximo marco no estabelecimento da produção de escala de vacinas mRNA em África de acordo com o planeado. No dia 23 de junho, a BioNTech acolheu os seus parceiros africanos pela primeira vez no continente africano, uma vez que as obras de construção da instalação inicial africana de fabrico de mRNA começaram em Kigali, Ruanda, com o objetivo de que o primeiro conjunto de fabricantes de BioNTainers fosse entregue no local até ao final de 2022. A empresa espera criar fábricas adicionais no Senegal e na África do Sul em estreita coordenação com os seus parceiros nos respectivos países. O local inicial tornar-se-á um nó numa rede africana de fabrico descentralizada e robusta de ponta-a-ponta. Todas as vacinas a serem fabricadas na rede serão destinadas a pessoas residentes nos Estados-Membros da União Africana.

¹²¹ <https://qz.com/africa/2183333/morocco-will-prosecute-migrants-in-response-to-spanish-moroccan-border-deaths/>

Durante o evento em Kigali, a BioNTech fez uma actualização sobre o estabelecimento conjunto de instalações de fabrico de *mRNA* e os seus planos de desenvolvimento de vacinas candidatas contra a malária.

Participaram nesse evento, além do Presidente Paul Kagame do Ruanda, o Presidente do Gana, *Nana Akufo-Addo*, *Moussa Faki Mahamat*, Presidente da Comissão da União Africana, *Ursula von der Leyen*, Presidente da Comissão Europeia (por vídeo), *Olaf Scholz*, Chanceler da República Federal da Alemanha (por vídeo), *Aïssata Tall Sall*, Ministra dos Negócios Estrangeiros do Senegal, (representando o Presidente pro tempore da União Africana que é o Presidente do Senegal), o Diretor-Geral da OMS, *Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus*, a Diretora-Geral da OMC, *Dr.ª Ngozi Okonjo-Iweala*, *Nardos Bekele-Thomas*, da Agência de Desenvolvimento da União Africana, NEPAD, *Wamkele Mene*, Secretário-Geral da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLCA) e o *Prof. Ugur Sahin*, Cofundador e CEO da BioNTech. Também marcaram presença representantes de instituições financeiras internacionais como o Diretor-Geral da World Bank International Finance Corporation, o senegalês *Makhtar Diop*, e o Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento, *Thomas Östros*.

Como é de conhecimento geral, a BioNTech, a empresa biofarmacêutica que co-desenvolveu a primeira vacina aprovada e baseada no *mRNA* (a vacina Pfizer-BioNTech Covid-19), irá trabalhar com o pessoal das suas instalações de Alemanha para acelerar a capacitação de cerca de 100 africanos que irão trabalhar na produção e todas as tarefas de laboratório e de garantia de qualidade no local. A contratação do pessoal local inicial está no seu começo e contará com cerca de 20 funções (aqui descritas: <https://jobs.biontech.de/job-offers>).

Na Cúpula sobre Malária e Doenças Tropicais Negligenciadas, realizada igualmente em Kigali, que decorreu paralelamente à Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da *Commonwealth* (CHOGM), *Ugur Sahin* fez uma apresentação do programa da BioNTech que visa o desenvolvimento de uma vacina contra a malária altamente eficaz baseada na plataforma *mRNA*. Espera-se que os primeiros ensaios clínicos das vacinas candidatas comecem até final de 2022.

As instalações ruandesas, numa área de cerca de 30.000 m², serão inicialmente equipadas com dois *BioNTainers* (um contentor para a produção de *mRNA*, e um outro para a produção do produto formulado de medicamentos a granel).

Os *BioNTainers* estarão equipados para fabricar uma gama de vacinas à base de *mRNA* orientada para as necessidades dos Estados-Membros da União Africana, que poderiam incluir não apenas a vacina contra a Covid-19 (Pfizer-BioNTech), mas também as vacinas em estudo avançado contra a malária e a tuberculose, caso fossem aprovadas e autorizadas com sucesso pelas autoridades reguladoras.

A capacidade anual inicial estimada da vacina contra a Covid-19, por exemplo, será de cerca de 50 milhões de doses. Estima-se que o fabrico no Ruanda comece dentro de aproximadamente 18 meses após a conclusão de instalação das unidades fabris.

Recorde-se que em fevereiro de 2022, a BioNTech introduziu uma abordagem à produção de vacinas *mRNA* em escala, desenvolvendo e fornecendo instalações chave na mão com recurso a contentores designados por *BioNTainers*.¹²²

¹²² <https://investors.biontech.de/node/13091/pdf>

O Comitê Técnico Especializado em Tecnologias de Informação e Comunicação da União Africana prepara a COP27

Um vibrante apelo aos Estados-Membros foi lançado durante uma sessão ordinária do Comitê Técnico Especializado em Comunicação e TIC (STC-CICT, *Specialised Technical Committee on Communication and ICT*), realizada em junho. Estiveram no topo da agenda dessa sessão as questões pertinentes referentes ao papel da digitalização no processo de recuperação pós pandemia, da melhoria do acesso e transição energética e do enfrentamento dos impactos adversos das alterações climáticas.

A reunião atribuiu uma importância primordial aos preparativos adequados antes da COP27 que terá lugar em *Sharm-El-Shiek*, no Egito, no próximo mês de novembro, para desenvolver uma abordagem africana comum com vista a alavancar a digitalização para os desafios relacionados com as alterações climáticas.

Na abertura dessa sessão ministerial, o Comissário da União Africana para as Infraestruturas e Energia, Amani Abou-Zeid disse:

"A África deve alcançar os melhores resultados possíveis a partir da COP27, apelidada de 'COP Africana'. As oportunidades que a agricultura e a energia digitais oferecem para a transição para sistemas energéticos limpos e sustentáveis, aumento da produtividade, segurança alimentar e mitigação dos riscos decorrentes das alterações climáticas e do aquecimento global, devem ser claramente exploradas e as soluções claramente apresentadas".

Recorde-se que uma sessão extraordinária do STC sobre Infraestruturas Transcontinentais e Inter-regionais de Transportes e Energia (STC-TTIE, *Transport Transcontinental and Interregional Infrastructure and Energy*), já aprovou uma Posição Africana Comum sobre Acesso à Energia e Transição Energética Justa para a COP27, significando o grande interesse da União Africana em assegurar um avanço instrumental para o alargamento da integração das infraestruturas.

A necessidade de acelerar a digitalização para acelerar a recuperação pós pandemia e melhorar a resiliência dos estados-Membros a futuros choques têm sido também um dos principais destaques dessa reunião, tendo por isso o Comissário sublinhado:

"A pandemia demonstrou o papel fundamental da digitalização para apoiar a resiliência nacional através de infraestruturas e aplicações digitais. Aumenta a absorção de choques das economias e aqueles que estavam prontos beneficiaram muito. É agora tempo de a África se esforçar por combater a fratura digital e aumentar a resiliência aos desafios futuros, incluindo as alterações climáticas".

A reunião considerou como crítica a implementação da política de Transformação Digital Continental (ETED, *Continental Digital Transformation*) adoptada em 2020, e os quadros orientadores subsequentes, tais como a Política Continental de Dados e os Quadros de Interoperabilidade de ID Digital (*Continental Data Policy and Digital ID Interoperability Frameworks*), para criar uma sociedade e economia digitais integradas e inclusivas em África.

O Presidente do Comitê STC-CICT, o Ministro dos Correios, Telecomunicações e Economia Digital da República do Congo, *Léon Ibombo*, elogiou a Comissão da União Africana por coordenar o desenvolvimento e implementação de iniciativas digitais chave, afirmando que a reunião foi importante para analisar o progresso, apresentar recomendações e apontar caminhos para enfrentar os desafios críticos necessários à implementação de iniciativas

aprovadas pelos Chefes de Estado e de Governo, sublinhando a necessidade de trabalhar em conjunto com os principais atores para o sucesso dos programas de digitalização e TIC.

Foi ainda informado que a Comissão da União Africana está também a trabalhar em quadros políticos e jurídicos para digitalizar sectores críticos da educação, saúde e agricultura, proteger o ciberespaço africano através do desenvolvimento da Estratégia Continental de Segurança Cibernética (*Continental Cybersecurity Strategy*), Segurança da Criança Online (*Child Online Safety*) e Política de Empowerment (*Empowerment Policy*), bem como da revisão da Convenção da União Africana sobre Segurança Cibernética e Proteção de Dados Pessoais (*AU Convention on Cybersecurity and Personal Data Protection*) para responder às mais recentes normas e padrões globais no ciberespaço.

A reunião aprovou igualmente iniciativas da Diretoria de Informação e Comunicação, particularmente no que respeita aos eventos sobre o 20º Aniversário da União Africana, a comemorar no próximo mês, e o 60º aniversário da sua predecessora, a Organização da Unidade Africana (OUA), a ser celebrado em maio de 2023 com uma série de destaques que mostram o percurso africano para a transformação e integração sob o gigantesco órgão continental.

O Comitê (*The Bureau of the African Union (AU) Specialised Technical Committee on Communication and ICT (STC-CICT)*), é um órgão composto de Ministros da Comunicação e das TIC de 5 Estados-Membros da União Africana, nomeadamente a República do Congo, África do Sul, Níger, Ruanda e Egito, sendo a República do Congo exercendo a presidência durante dois anos.¹²³

CDC África: comunicado de imprensa sobre a situação da varíola dos macacos¹²⁴ em África

Desde o início de 2022, já foram notificados 1.715 casos (1.636 suspeitos; 79 confirmados) e 73 mortes por varíola dos macacos em 8 Estados-Membros endémicos e 2 não endémicos da União Africana. E durante a pandemia (de fevereiro de 2020 até à data), a África notificou 12.141 casos e 363 mortes por vírus da varíola dos macacos. O número de casos tem continuado a aumentar no continente.

Historicamente, o primeiro caso humano da varíola dos macacos foi notificado em 1970 na República Democrática do Congo (RDC). Acredita-se que o vírus seja mantido principalmente em populações de roedores selvagens. A doença pode ser transmitida através de contacto direto com fluidos corporais infectados ou material lesivo de humanos ou animais, ou contacto indireto com material contaminado. Acredita-se que a transmissão entre humanos ocorra principalmente através de grandes gotículas respiratórias. Os sintomas incluem tipicamente febre, dores de cabeça, mal-estar, dores musculares, e gânglios linfáticos inchados, seguidos alguns dias mais tarde por uma erupção cutânea. As complicações incluem infecções secundárias, broncopneumonia, sepses, encefalite, e infecção da córnea com a consequente perda de visão. As pessoas imunocomprometidas podem progredir para formas graves. Para os

¹²³ https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41970-pr-PR-STC_ON_COMMUNICATION_AND_ICT_BUREAU_MEETING_CALLS_FOR_ADEQUATE_PREPARATION_OF_COP27_TO_LEVERAGE_DIGITALISATION_TO_ADDRESS_CLIMATE_CHANGE_RELATED_CHALLENGES_June_22-23.pdf

¹²⁴ A infeção por vírus monkeypox (pertencente à família Poxviridae) é uma doença zoonótica, o que significa que se pode transmitir de animais para humanos. Também se pode transmitir entre pessoas. O termo “**varíola dos macacos**” não se refere à infeção humana pelo que é incorreto e estigmatizador. De referir que não se trata da varíola, doença que foi erradicada em 1980.

sobreviventes, as complicações a longo prazo são mais frequentemente cicatrizes ou alterações da pigmentação cutânea, mas raramente o envolvimento ocular pode causar perda de visão.

A 23 de junho passado, o Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional da Organização Mundial de Saúde (RSI 2005, OMS) realizou uma reunião para discutir o surto de varíola dos macacos em curso em vários países. O Comitê concluiu então que o atual surto em várias partes do mundo **não constitui, nesta fase, uma emergência pública de preocupação internacional** (PHEIC, *Public Emergency of International Concern*) pelas seguintes razões: (a) estabilização ou tendências em baixa de casos dos países que sofreram surtos anteriores; (b) uma menor gravidade dos casos (por exemplo, taxas de mortalidade e de hospitalização baixas); (c) lacunas no conhecimento e áreas de incerteza para os quais é necessária mais informação para apoiar uma avaliação mais abrangente do risco para a saúde pública.

O CDC África tem continuado a acompanhar a situação no continente e a nível mundial, ao mesmo tempo que apoia os Estados-Membros da União Africana nos seus esforços para reforçar os sistemas de vigilância no país e nas fronteiras. Ele indica que os instrumentos necessários para conter este surto em expansão são diagnósticos, vacinas e terapêuticas, os quais ainda não são facilmente acessíveis aos Estados-Membros. Os recursos técnicos e financeiros necessários para responder eficazmente à varíola de macacos em África ainda não estão mobilizados de forma óptima, **continuando a ser uma emergência de saúde pública nos países africanos afetados**, e é um agente patogénico de alto risco para outros países vizinhos.

O CDC África recomenda que os Estados-Membros permaneçam vigilantes e, ao fazê-lo, são aconselhados a: (a) estabelecer e/ou reforçar a capacidade de diagnóstico laboratorial e de sequenciamento genómico para *Orthopoxvirus*, incluindo a varíola dos macacos; (b) estabelecer e/ou reforçar as ações existentes de vigilância da varíola dos macacos, incluindo a vigilância transfronteiriça; (c) desenvolver e difundir mensagens de comunicação de risco tanto gerais como personalizadas para a comunidade em geral, bem como para populações específicas atualmente afetadas e em risco (por exemplo, trabalhadores de sexo, indivíduos imunocomprometidos, crianças, etc.); (d) reforçar o conhecimento da gestão clínica da varíola dos macacos e das medidas de prevenção de infeções em todos os quadros de profissionais de saúde; (e) notificar ao CDC África novos casos de varíola dos macacos como parte do atual surto em vários países.

Neste sentido, o foco do CDC África continua sendo: (a) o seu Centro de Operações de Emergência permanece em alerta e está a acompanhar de perto a situação a nível mundial e em África; (b) a Divisão Laboratorial do CDC África, em colaboração com o CDC da Nigéria e a Sociedade Africana de Medicina Laboratorial (ASLM), está a capacitar 20 Estados-Membros no diagnóstico do vírus da varíola dos macacos em Abuja, capital da Nigéria, entre 28 e 30 de junho. O CDC África distribuirá também mais de 3.600 kits de teste para apoiar as necessidades de vigilância e deteção tanto em países endémicos como não endémicos; (c) o *Pathogen Genomics Institute* do CDC África está também a coordenar com os Estados-Membros para apoiar no sequenciamento; (d) a Divisão de Preparação e Resposta de Emergência do CDC África tem trabalhado com o Ministério da Saúde de pelo menos 4 Estados-Membros (Camarões, República Centro-Africana, RDC e Nigéria) para identificar áreas de apoio; (e) o Centro Colaborador Regional do CDC África para a África Central prestou apoio técnico ao Ministério da Saúde do Gabão para o desenvolvimento de um plano de preparação e resposta no período de 27 e 30 de junho em Libreville, capital do Gabão.

Para finalizar, o CDC África insta ainda os Estados-Membros, parceiros e amigos de África a apoiarem os esforços de emergência contra a varíola dos macacos em todo o continente, coordenando ao mesmo tempo e estreitamente com o CDC África e a União Africana. O CDC África insta igualmente a que mais ferramentas, incluindo diagnósticos, terapêuticas e vacinas, sejam disponibilizadas em África, a fim de assegurar que o surto não se alastre nem se torne mais grave.¹²⁵

O papel da OMS AFRO relativamente à varíola dos macacos

No final do mês de junho, a Diretora Regional da OMS AFRO realizou também uma conferência de imprensa virtual com jornalistas e convidados, exclusivamente dedicada à varíola dos macacos. Com os 3 países africanos afetados sem antecedentes de casos de transmissão da varíola dos macacos, levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a trabalhar com as autoridades nacionais de saúde para fortalecer a vigilância e o diagnóstico laboratorial para detectar casos e impedir uma propagação silenciosa do vírus.

De acordo com a informação disponibilizada, o continente notificou, em 28 de junho, 1821 casos em 13 países, 109 dos quais foram confirmados em laboratório por 9 países. O número de casos confirmados representa 2% dos mais de 4500 casos confirmados a nível mundial. Contudo, há muitos casos suspeitos na região africana, 81% dos quais na República Democrática do Congo, havendo necessidade de uma maior capacidade de diagnóstico. Embora todos os países africanos tenham equipamentos para PCR necessários para testar a varíola dos macacos graças à capacidade reforçada do laboratório na sequência da Covid-19, muitos carecem ainda de reagentes e, em alguns casos, de treino na recolha, manejo e testes de amostras. Por isso, a OMS vem trabalhando para garantir 60 000 testes, sendo 2000 testes e reagentes enviados para países de alto risco e 1000 para aqueles que enfrentam risco mais baixo.

No último mês de maio, mais 5 países africanos receberam doações de reagentes, elevando assim para 12 o número de países com maior capacidade de diagnóstico da varíola dos macacos. Outro grupo de países da África Ocidental irá receber reagentes após participar numa ação de capacitação.

Fora dos 6 países em África com um historial de transmissão humana, a varíola dos macacos também foi notificada em três países que não tiveram anteriormente qualquer caso humano. Estes incluem o Gana, Marrocos e África do Sul, que confirmaram a doença em dois pacientes sem histórico de viagem, sugerindo que existe uma elevada possibilidade de transmissão local.

E para aprofundar a análise dos padrões de transmissão da varíola dos macacos, a OMS está a apoiar os países a capitalizar a capacidade melhorada de sequenciamento genómico conseguida durante a pandemia. Atualmente, 7 países podem sequenciar o vírus da varíola dos macacos. A OMS tem relatórios da África do Sul e da Nigéria que mostram que os dois países já sequenciaram 300 amostras desde janeiro de 2022 – e estas incluem amostras recebidas de outros países. Isto é mais do dobro de todas as amostras sequenciadas em anos anteriores. A maioria das amostras sequenciadas foi da África Ocidental. O sequenciamento feito até agora mostra que não há nenhuma ligação recente entre o que circula na Europa e África.

¹²⁵ <https://africacdc.org/news-item/press-release-on-monkeypox-situation-in-africa/>

Muitos anos de pesquisa levaram ao desenvolvimento de vacinas novas e mais seguras (segunda e terceira gerações) para a varíola, algumas das quais podem ser úteis para a varíola dos macacos e uma das quais (MVA-BN) foi aprovada para a prevenção da varíola dos macacos, mas, no entanto, os fornecimentos são limitados. Com vacinas e antivirais limitadas, a OMS não recomenda a vacinação em massa contra a varíola dos macacos, mas sim a vacinação direcionada para pessoas que tenham sido expostas ou em alto risco, incluindo trabalhadores de saúde, pessoal de laboratório e equipas de resposta a surtos.¹²⁶

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DE ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO (OEACP)

Estabelecimento de um quadro político específico para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e de um repositório nacional digital em Timor-Leste

Ao termo de uma missão técnica de 6 meses, foi tornado público o relatório com recomendações para ajudar Timor Leste a estabelecer um quadro político eficaz de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e um repositório digital nacional.

Fruto da solicitação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT-TL), e conduzida entre outubro de 2021 e maio de 2022, no âmbito do Mecanismo de Apoio à Política (PSF, *Policy Support Facility*¹²⁷) de CT&I da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), este relatório irá contribuir para acelerar a transição de Timor-Leste para uma economia baseada na inovação e no conhecimento.

O relatório é composto de dois estudos de viabilidade, levados a cabo por um painel de 4 peritos, com base numa pesquisa bibliográfica, complementada por uma série de entrevistas conduzidas com os principais intervenientes nacionais (mais de 30 instituições estiveram envolvidas).

Eis alguns dos principais destaques deste relatório final:

❖ **O Desenvolvimento de um quadro político específico para CT&I** com base em 4 pilares: **(a)** ações políticas em matéria de CT&I e formulação de programas; **(b)** repositório nacional digital (NDR - *National Digital Repository*), **(c)** infraestrutura eletrônica/cloud (*e-Infrastructure/cloud*) apoiada pelo repositório nacional digital, e **(d)** Infraestruturas físicas da Ciência. Além disso, são dadas orientações sobre como melhorar a cooperação entre governo, instituições de ensino superior, indústria e sociedade civil, incluindo fazer das parcerias um assunto prioritário, incorporando a ciência aberta em todas as ações relativas a políticas de CT&I;

❖ **A criação de um repositório digital nacional (NDR)**, com o objetivo de estimular a absorção do conhecimento nacional e internacional em Timor-Leste: uma descrição de como gerir e aceder a resultados de pesquisa científica de base digital (de instituições de pesquisa nacionais e conectando-se a outros repositórios digitais Internacionais). E dicas para seguir uma

¹²⁶ <https://www.afro.who.int/news/bolstering-monkeypox-laboratory-testing-africa>

¹²⁷ O Mecanismo de Apoio à Política (PSF, *The Policy Support Facility*) é uma componente chave do Programa de Investigação e Inovação (I&I) da OACPS, destinado a melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas políticos de I&I nos Estados-Membros de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). O desempenho da inovação depende não só de financiamento e competências adequadas em matéria de I&I, mas também da criação de condições de enquadramento político adequadas. Os investimentos em I&I são muito mais impactantes se forem acompanhados por reformas que aumentem a qualidade e a eficiência dos sistemas e políticas de I&I.

abordagem de "produto mínimo viável" que começa com uma funcionalidade limitada, mas que é extensível tanto em termos de conteúdo, funcionalidade e número de utilizadores.

Tanto para o quadro político de CT&I como para o NDR, foi também recomendado a continuidade das ações, referindo-se à orçamentação anual, mas também investimento em recursos humanos, criação de comunidades e redes e estabelecimento de um sistema de monitorização baseado em provas. O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT-TL) já incluiu a instalação do software nacional de repositório digital em 2023 no seu plano orçamental, submetido à aprovação do Conselho de Ministros e do Parlamento Nacional.

A importância da cooperação internacional foi também tida em conta, e um workshop regional sobre Ciência Aberta no Pacífico foi recentemente coorganizado (27 de junho de 2022) pelo Programa de Pesquisa e Inovação da OEACPS, juntamente com o INCT-TL, o Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico (PIFS, *the Pacific Island Forum Secretariat*) e a Comunidade do Pacífico (SPC, *the Pacific Community*), permitindo assim que o país continue a expandir a sua rede de cooperação com outras partes interessadas e organizações nacionais, regionais e internacionais.

Timor-Leste é o quarto país, depois do Lesoto, Mauritânia e Gâmbia a beneficiar do inovador PSF lançado em janeiro de 2021 pelo Programa de Pesquisa e Inovação da OEACPS e financiado pela União europeia para desbloquear o potencial de inovação nos 79 Estados-Membros da OEACPS.

Para mais detalhes sobre os dois estudos de viabilidade para o desenvolvimento de um quadro político de CT&I e a criação de um repositório digital em Timor-Leste (como elemento crítico no quadro de CT&I), o relatório final está disponível apenas em inglês.¹²⁸

ORGANIZAÇÃO OESTE AFRICANA DE SAÚDE (OOAS/CEDEAO)

Saúde, Governação e Dados Sanitários

Tivemos a oportunidade de participar em 3 reuniões sucessivas num espaço de 4 semanas. Reuniões independentes, organizadas por instituições independentes, mas que todas elas tiveram um ponto comum: *Dados na governação dos sistemas de saúde*.

Hoje em dia, a manifesta necessidade de dados como elemento incontornável na governação dos sistemas de saúde e na saúde global chegou no ponto mais alto. As demandas são tantas que os profissionais de saúde outrora destinados aos diferentes cuidados de saúde, se vêm desesperadamente mergulhados na obrigação de coleta e transmissão de dados sem a mínima preparação técnica nem psicológica.

A solidariedade da comunidade internacional expressa com o estabelecimento do Fundo Mundial para luta contra o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose assim como a Aliança Global para Vacinação e Imunização (GAVI) contribuíram de maneira significativa no reforço da resposta nos países da África, particularmente. Passaram a ser fontes incontornáveis para colmatar as endémicas escassezes de fundos para fazer face às necessidades básicas para os sistemas de saúde. Mas muito rapidamente os países se viram confrontados com a crescente demanda de dados necessários não só para justificar as despesas, mas, e acima de tudo, para acompanhar a evolução dos resultados das intervenções. A falta de preparação dos países com ausência dos

¹²⁸ https://oacps-ri.eu/wp-content/uploads/TIMOR-LESTE_PRR_OACPS_Final_270622.pdf

sistemas capazes de produzir informações de qualidade e em tempo útil, engendrou a criação dos sistemas paralelos que contribuem ainda mais na fragmentação dos já frágeis sistemas.

A demanda de dados passou na realidade a ocupar mais tempo aos profissionais afetos aos serviços de cuidados primários de saúde. Numa das visitas a um centro de saúde (CS) no Burkina Faso, um enfermeiro nos apresentou 14 diferentes fichas de coleta de dados dos quais 5 eram semanais e outras 9 mensais. O que na realidade intrigou mais são dois factos muito importantes:

❖ o primeiro elemento: quase metade dos dados coletados nas 14 fichas diferentes são os mesmos. Mas na maioria de casos com as desagregações diferentes. E o enfermeiro confessa que nunca conseguiu conciliar os valores finais dessas fichas apesar de reconhecer que deveriam ser os mesmos, pois tratava-se dos mesmos indicadores apesar das desagregações diferentes.

❖ o segundo elemento, é que o enfermeiro (um dos 2 profissionais no CS) confessa que precisa de 4 a 5 dias de trabalho por mês para completar todas as 14 fichas (cada ficha podia ter muitas páginas). Mas ao mesmo tempo, ele deve continuar a executar as tarefas para as quais foi formado e colocado no centro de saúde como enfermeiro.

Aí está claro que não se pode esperar qualidade nenhuma nessas informações transmitidas por obrigação, sem necessariamente entender para quem está coletando a maioria desses dados e, por cima, considerar que é tarefa extra para ele.

A Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS) é uma instituição especializada criada pela CEDEAO para se ocupar da saúde no seio da comunidade com a missão de harmonizar as políticas e alcançar o nível mais elevado de cuidados de saúde no seio da comunidade. Entre as 08 funções atribuídas à OOAS no seu protocolo de criação, 5 estão ligadas à coleta, gestão e partilha de dados sobre a saúde.

Nesta ordem de ideias, a OOAS tem priorizado ações que visam promover a cultura de utilização de informação como evidências para a tomada de qualquer decisão e orientar as intervenções assim como o reforço das capacidades de gestão de dados e produção de informações sobre a saúde. Por isso, tem desenvolvido parcerias técnicas e financeiras para apoiar seus objetivos de tornar disponível, facilmente acessível e utilizada a informação sobre a saúde a todos os níveis no seio dos países da comunidade.

De 23 a 25 de maio de 2022 decorreu uma oficina de pré-teste e avaliação da ferramenta de monitorização (“*Tracker*”) dos progressos no financiamento da saúde em Africa. Em 2019, a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo lançou uma iniciativa de compromisso em aumentar os recursos financeiros internos para reforçar os sistemas de saúde a fim de alcançar a cobertura sanitária universal. *Tracker* é então proposto para ajudar, com base nas informações disponíveis, na identificação das áreas que necessitam de reforço, fornecendo-lhes simultaneamente conselhos práticos sobre a forma como intensificar as reformas nas áreas identificadas. Este assunto já foi objeto de análise mais detalhada no Cadernos 10-22 do CRIS.

De 13 a 17 de junho, reuniram-se os países das 4 regiões da Africa Subsaariana em Nairobi, no Quênia no workshop/oficina de análise multinacional das estatísticas sanitárias (dados mensais dos sistemas de informação sanitária de rotina) sobre a Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantojuvenil e a Nutrição (RMNCH-N). Os promotores do workshop são o Projeto Contagem Decrescente para 2030 (*Countdown to 2030*) e o *Global Financing Facility*

(GFF) com a execução técnica do Centro Africano de Pesquisa sobre a População e Saúde (APHRC).

A contagem decrescente para 2030 (CD2030) é uma parceria para acelerar a dinâmica para acabar com as mortes maternas, neonatais e infantis evitáveis e ajudar a catalisar os esforços para alcançar a visão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto visa aumentar a monitorização da cobertura, equidade e outros determinantes-chave da cobertura; melhorar a medição e a capacidade regional e nacional de gerar e utilizar dados para a tomada de decisões. Especificamente para as regiões da África Ocidental e Central, o objetivo do projeto CD2030 é aumentar a disponibilidade das evidências para apoiar na orientação dos programas de RMNCH-N através de estudos multinacionais e de reforço das capacidades das instituições nacionais e regionais para conduzir análises e pesquisas relacionadas com RMNCH e comunicar eficazmente os resultados aos decisores políticos.

A iniciativa de parceria internacional CD2030 é liderada pela Universidade Manitoba do Canada e nela fazem parte as Universidades Federal de Pelotas no Brasil com a questão de equidade em saúde, de John Hopkins dos Estados Unidos, a OMS, o UNICEF e o UFGA entre as grandes instituições. Com a OOAS tem-se trabalhado desde 2018 sobre a saúde materna, neonatal, infantojuvenil e a Nutrição. O Centro Africano de Pesquisa sobre a População e Saúde com sede central no Quênia e regional em Dakar (para países da África Ocidental e Central) tem sido instituição de implementação do projeto CD2030 para África Ocidental e Central.

Em 2018 trabalhamos em análise de dados sobre a mortalidade, a cobertura e a continuidade dos serviços materno, neonatal e infantojuvenil (2 workshops ao longo do ano). Em 2019 o foco foi a Nutrição das mulheres em idade fértil, grávidas, crianças menores de 5 anos e meninas adolescentes também com 2 workshops ao longo do ano.

A epidemia de Covid-19 paralisou as atividades conjuntas durante 2 anos. O workshop de Nairobi foi o primeiro na fase pós pandémica (queremos acreditar no post). Mas para além dos parceiros tradicionais, acrescentou-se o *Global Financing Facility* (GFF). Um mecanismo do Banco Mundial dito de fundos catalisadores nos seus sistemas de financiamento aos países. O GFF tem concentrado muita atenção à questão de dados e possui pessoal distribuído em vários países trabalhando em assistência técnica para apoiar/reforçar as capacidades de gestão de dados e produção de informação como evidências necessárias para uma boa governança da saúde.

Na semana de 20 a 24 de junho, logo depois do Quênia, tivemos também a oportunidade de participar na conferência anual do DHIS2 em Oslo, Noruega.

A *Faculdade de Informática da Universidade de Oslo* está a revolucionar a gestão de informação dos sistemas de informação de rotina. Desde o início do ano 2000 tem vindo a promover e a alargar cada vez mais o âmbito de utilização do *District Health Information System* (DHIS), uma “*web based open source*”, concebida para facilitar a gestão *online* de dados de saúde a partir dos distritos (dados agregados).

O DHIS2 (o 2 significa a versão 2) evoluiu e hoje está sendo utilizado não somente para dados agregados, mas sim a gestão clínica dos pacientes (pacotes TB, HIV e outros), vigilância epidemiológica baseada em casos, modulo de gestão logística, vacinação e outros. Durante a epidemia de Covid-19 foi utilizado para monitorar os casos, a gestão de contatos, controlo dos testes nos pontos de entradas, a vacinação e produção de certificados vacinal etc.

O DHIS2 está a mobilizar toda a comunidade internacional que intervêm na governança da saúde global. Participaram com grandes delegações na conferência de 2022, a primeira depois de Covid-19, a OMS, UNICEF, GAVI, Fundo Mundial, Banco Mundial e muitos outros. Todas as regiões do mundo foram representadas. Foi um momento de partilhar experiências na utilização do DHIS2 (sucessos, desafios e sugestões). Houve uma sessão específica dos países lusófonos com a participação presencial de Moçambique e *online* da Angola e Guiné-Bissau.

Uma mensagem chave, retida no ato do encerramento, vinda da comunicação da OMS, concluiu de seguinte maneira: *“o desafio para os países, e para a comunidade internacional, é como construir sistemas estatísticos (sistemas de informação sanitária) acessíveis que sejam flexíveis e capazes de responder à evolução das prioridades e crises. É preciso repensar criticamente os processos atuais e explorar mecanismos, conceitos e práticas que possibilitem construir sistemas de informação em Saúde mais flexíveis, adaptáveis e sustentáveis. A saúde é apenas uma parte de um ecossistema de dados e a tecnologia de informação não é uma panaceia, também precisa de infraestrutura de dados e de capacidade analítica. Neste contexto, a governança de dados (que inclui a segurança de dados) torna-se cada vez mais importante.*

Uma semana depois do seu fecho, eis a mensagem do *DHIS2 Newsletter* sobre a conferência:

A Conferência Anual DHIS2 de 2022 teve lugar de 20 a 23 de junho. Depois de dois anos com eventos apenas online devido à pandemia de COVID-19, o Centro HISP (Health Information System Program) da Universidade de Oslo ficou entusiasmado por acolher a comunidade de volta a Oslo, Noruega, para quatro dias de partilha, aprendizagem e ligação. Também soubemos utilizar bem a nossa experiência com eventos digitais, permitindo aos participantes que o desejaram para se juntarem e apresentarem remotamente fazendo assim, uma conferência híbrida. No total, mais de 280 participantes reuniram-se em Oslo - com a participação de mais de 600 outros remotamente - para a nossa maior conferência de sempre.

O DHIS2 é um projeto dirigido pela comunidade, e foi estimulante e motivador ver a comunidade reunir-se novamente em pessoa, especialmente com um número recorde de representantes dos Ministérios da Saúde a partir de África, Ásia, Médio Oriente e Pacífico. O tema da conferência deste ano foi "A Inovação local para o progresso global" e a chave para desenvolver e partilhar as inovações do DHIS2 é o envolvimento local a longo prazo e a ligação transfronteiriça que a conferência representa. Marte Nordhaug, Diretora Política da Norad (Norwegian Agency for Development Cooperation), resumiu-o bem nas suas palavras de abertura: "Nada exemplifica melhor o que é um Bem Público Digital do que esta multidão (DHIS2)".

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC): setor privado recebe investimentos do BAD¹²⁹

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprovou um empréstimo de 30 milhões de dólares americanos à *Norsad Capital Limited*¹³⁰ (baseada no Botswana) para financiar empresas de agro-processamento, saúde, serviços financeiros, indústria transformadora,

¹²⁹ <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/botsuana-desenvolvimento-do-setor-privado-na-regiao-da-africa-austral-recebe-um-impulso-com-aprovacao-de-um-emprestimo-de-30-milhoes-de-dolares-do-grupo-banco-africano-de-desenvolvimento-norsad-capital-52658>

¹³⁰ É uma instituição financeira privada não bancária que fornece financiamento a empresas privadas e instituições financeiras que operam na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, com 16 membros.

tecnologias de informação e comunicação e educação. Com este financiamento, o BAD irá impulsionar um maior acesso ao financiamento a longo prazo às empresas inovadoras e promover o desenvolvimento do setor privado na região da SADC. A Norsad canalizará uma parte do financiamento para empresas que operam em estados em transição na região, e em apoio ao crescimento inclusivo. O resultado esperado é a criação de empregos, entre outros grupos, dos jovens e mulheres nos setores de agro-processamento e produção artesanal de mão-de-obra intensiva.

Com este empréstimo, espera-se que as pequenas e médias empresas ligadas ao sector público e provida estendam as suas capacidades de financiamento a iniciativas locais com vista a superar os impactos negativos causados pela pandemia da Covid-19 e apoiar a recuperação económica liderada pelo setor privado na região. Lembremos que este projeto se enquadra nas prioridades estratégicas (High5) do BAD e na sua Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado 2021-2025.

Incentivos para produção alimentar de emergência de África: apelo lançado aos países do G7¹³¹

Globalmente, o conflito entre a Ucrânia e a Rússia está a influenciar negativamente a balança comercial em diversos sectores, agravando a situação de vulnerabilidade principalmente nos países de média e baixa rendas, caracterizada pela miséria, fome, falta de saneamento etc.

Neste contexto, para enfrentar a crescente insegurança alimentar global agravada pela guerra da Rússia na Ucrânia, os Governos, bancos multilaterais de desenvolvimento, organizações internacionais e regionais, organizações não-governamentais, sociedades civis e filantrópicas exigiram, entre outras coisas, a libertação de milhões de toneladas métricas de alimentos bloqueados devido à guerra. O Governo alemão acolheu a conferência, intitulada "*União para a Segurança Alimentar Global*", para coordenar as respostas à crise alimentar global causada pelas alterações climáticas, pela pandemia de Covid-19 e agravada pela guerra na Ucrânia.

No seu discurso de abertura, a Ministra dos Negócios Estrangeiros alemã, Annalena Baerbock, disse que havia uma necessidade urgente, devido à guerra e às perturbações na produção alimentar na Ucrânia, um dos principais exportadores alimentares do mundo, de prestar assistência humanitária, especialmente aos grupos vulneráveis. Por isso, a Alemanha irá disponibilizar 2,8 bilhões de euros aos seus parceiros humanitários para apoiar o esforço de ajuda humanitária nos países da região africana para garantir a segurança alimentar e nutricional.

Criação da Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica (FATF) na África¹³²

O BAD aprovou a criação da Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica (FATF), uma instituição pioneira que irá melhorar significativamente o acesso de África às tecnologias que

¹³¹ <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/grupo-banco-africano-de-desenvolvimento-exorta-os-paises-do-g7-apoiarem-o-plano-de-producao-alimentar-de-emergencia-de-africa-52725>

¹³² <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/banco-africano-de-desenvolvimento-aprova-instituicao-de-referencia-criacao-da-fundacao-africana-de-tecnologia-farmaceutica-para-transformar-industria-farmaceutica-africana-52729>

sustentam o fabrico de medicamentos, vacinas e outros produtos farmacêuticos. Segundo o presidente do BAD, Dr. Akinwumi Adesina,

"..., este é um grande desenvolvimento para África. Ela deve possuir um sistema de defesa da saúde, que inclui três áreas principais: renovação da indústria farmacêutica, capacidade local de fabrico de vacinas e de infraestruturas de saúde de qualidade".

Na Cimeira dos líderes do continente africano havida em Adis Abeba, foi apelado a necessidade de criação da Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica. Adesina, que apresentou os argumentos para a criação da instituição à União Africana, afirmou: *"..., a África já não pode subcontratar a segurança dos seus 1,3 bilhões de cidadãos à benevolência de outros"*.

A decisão é um grande impulso para as perspectivas de saúde de um continente que tem sido agredido durante décadas pelo fardo de várias doenças e pandemias como a Covid-19, mas tendo uma capacidade muito limitada de produzir os seus próprios medicamentos e vacinas. A África importa mais de 70% de todos os medicamentos de que necessita, gastando para isso 14 bilhões de dólares por ano. Os esforços globais para expandir rapidamente o fabrico de produtos farmacêuticos essenciais, incluindo vacinas nos países em desenvolvimento, particularmente em África, para assegurar um maior acesso, têm sido dificultados pela proteção dos direitos de propriedade intelectual e patentes sobre tecnologias, *know-how*, processos de fabrico e segredos comerciais. Nesta perspectiva, as empresas farmacêuticas africanas não dispõem de capacidade de prospecção e negociação, nem amplitude para se envolverem com empresas farmacêuticas globais. Por isso, têm sido marginalizadas e deixadas para trás em complexas inovações farmacêuticas globais.

No continente africano não existem nenhuma instituição para apoiar a implementação prática dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) sobre licenciamento não exclusivo ou exclusivo de tecnologias, *know-how* e processos proprietários.

Com a entrada em funcionamento da FATF será suprida uma gritante lacuna no processo de insumos para a saúde incluindo vacinas. Quando estiver plenamente estabelecida, será dotada de pessoal com peritos de classe mundial em inovação e desenvolvimento farmacêuticos, direitos de propriedade intelectual e política de saúde; vai atuar como um intermediário transparente, avançando e intermediando os interesses do setor farmacêutico africano com empresas farmacêuticas globais e outras empresas do Sul para partilhar tecnologias, *know-how* e processos patenteados protegidos pela Propriedade Intelectual. Adicionalmente, o Presidente do BAD, Dr Adesina, afirmou:

"Mesmo com a decisão da Renúncia aos TRIPS na Organização Mundial do Comércio (OMC), milhões estão a morrer - e muito provavelmente continuarão a morrer - de falta de vacinas e de proteção eficaz. A Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica fornece uma solução prática e ajudará a favorecer o acesso a tecnologias, conhecimentos, know-how e processos patenteados para África".

A OMC e a OMS, respetivamente, saudaram e elogiaram a decisão do BAD de criar a Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica. A Diretora-Geral da OMC, Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, disse:

"A Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica é um pensamento e uma ação inovadores do Banco Africano de Desenvolvimento. Fornece parte das infraestruturas necessárias para assegurar uma indústria farmacêutica emergente em África".

A FATF dará prioridade a tecnologias, produtos e processos centrados principalmente nas doenças que são amplamente prevalentes em África, incluindo pandemias atuais e futuras. Irá também formar competências humanas e profissionais, o ecossistema de investigação e desenvolvimento e apoiar a atualização das capacidades de fabrico e da qualidade regulamentar para cumprir as normas da OMS.

Enquanto a FATF está a ser criada sob os auspícios do BAD, funcionará independentemente e angariará fundos de vários interessados, incluindo governos, instituições financeiras de desenvolvimento e organizações filantrópicas, entre outros. A Fundação reforçará o compromisso do BAD de gastar pelo menos 3 bilhões de dólares durante os próximos 10 anos para apoiar o setor farmacêutico e de fabrico de vacinas no âmbito do seu *Plano de Ação Farmacêutico 'Vision 2030'*. As áreas de trabalho da Fundação serão também um trunfo para todos os outros investimentos atuais na produção farmacêutica em África.

O Ruanda irá acolher a FATF, tratando-se de uma entidade de benefícios comuns, a Fundação terá a sua própria governação e estruturas operacionais. Irá promover e intermediar alianças entre empresas farmacêuticas estrangeiras e africanas, além de reforçar as empresas farmacêuticas locais para se envolverem em iniciativas de produção local com aprendizagem tecnológica sistemática e atualização tecnológica a nível da fábrica.

A Fundação trabalhará em estreita colaboração com a Comissão da União Africana, a Comissão da União Europeia, a OMS, o Pool de Patentes de Medicamentos, a OMC, organizações filantrópicas, agências e instituições bilaterais e multilaterais, e fomentará a colaboração entre os setores público e privado dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Irá também promover uma coordenação mais estreita das várias iniciativas de fabrico de medicamentos e vacinas em curso a nível regional para aumentar as redes de colaboração, e alavancar sinergias e parcerias num contexto pan-africano.

Integração regional da SADC¹³³

O Secretado Executivo da SADC, debateu sobre os mecanismos sustentáveis de integração dos Estados-Membros. O apelo de cortesia faz parte do programa do Secretário Executivo da SADC para se apresentar aos Chefes de Estado e de Governo da região, partilhar as suas ideias sobre uma abordagem sustentável para acelerar a integração regional, alcançar a paz e a segurança, bem como procurar orientação e direção por parte da liderança da região.

Está entre as principais prioridades do Secretário Executivo da SADC desbloquear os estrangulamentos que atrasaram a integração regional, a industrialização e o fácil acesso aos mercados na região. *"Muito trabalho foi feito para pôr em prática protocolos e instrumentos legais muito bons para facilitar uma integração regional mais profunda e assegurar que a região atinja o seu objetivo, mas a região tem lacunas que afetam o nosso ritmo de implementação do que foi acordado"*, disse o Secretário Executivo da SADC, Magosi.

Para o Secretário Executivo da SADC, alguns dos Protocolos da SADC ainda não estão em vigor, uma vez que ainda não foram acedidos, ou ratificados pela maioria de dois terços, e que

¹³³ <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-executive-secretary-he-elias-magosi-pays-courtesy-call-zambias-president-he-mr-hakainde-hichilema-and-commits-speed-regional/>

começou a envolver os Estados-Membros a apoiá-los nos seus processos para assegurar que os Protocolos se tornem operacionais. Disse que a região da SADC é dotada de abundantes recursos naturais que apresentam enormes oportunidades de comércio e investimento intrarregional, que precisam de ser maximizadas para melhorar a subsistência dos cidadãos da Comunidade.

A África é um continente repleto de multiplicidade de recursos, o que lhe confere potencialidades extremas para alcançar a prosperidade e reduzir os índices de pobreza através da integração regional sustentável na Comunidade. Pois, com a quantidade de riqueza mineral e recursos naturais dentro da nossa comunidade regional, a África deve ser capaz de melhorar a vida dos cidadãos, promover investimentos conjuntos na região, e concentrar vantagens comparativas, maximizando as cadeias de valor e permitir a fácil circulação de bens e serviços e o acesso aos mercados.

A SADC e a redução de emissão de carbono¹³⁴

A SADC está a desenvolver o Plano Diretor Regional de Gás para permitir a utilização das abundantes reservas de gás na região para reduzir a sua dependência do carvão na sequência do compromisso global, incluindo a ambição do Acordo de Paris de diminuir as emissões de carbono e manter as temperaturas globais abaixo de 1,5° Celsius.

O Secretário Adjunto da SADC para a Integração Regional (Dr. Thembinkosi Mhlongo,), em 23 de junho de 2022, em Gaborone, Botswana, durante uma reunião com a Sra. Yuka Fujino, Encarregada de Negócios da Embaixada do Japão no Botswana. O objetivo da reunião é discutir a Oitava Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD-8), bem como outras questões de interesse mútuo para as duas partes. Mhlongo destacou os esforços da SADC para expandir a produção de energia solar para aumentar a sua capacidade de geração de energia, com envolvimento de corredores e prosperidade económica ao mesmo tempo que reduz a pegada de carbono da Região.

Disse que, face ao recente aumento do número e gravidade das catástrofes, é necessário mais esforços de colaboração com os parceiros para pôr em prática mecanismos, incluindo a operacionalização do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC que vai ajudar a Região a mitigar desastres e monitorar todos os seus fatores de risco.

O Dr. Mhlongo destacou ainda a importância das relações cordiais existentes entre o governo japonês e a Região da SADC, em particular a assistência técnica oferecida pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), que tem auxiliado com sucesso na implementação de vários programas na Região, incluindo a ponte Kazungula, recentemente construída, que liga o Botswana à Zâmbia, e o apoio à implementação do Programa Florestal da SADC, como prova da dedicação do Japão ao serviço da comunidade da SADC.

A Sra. Fujino enfatizou a disposição do governo japonês em colaborar com a SADC e todo o continente africano como parte de sua política internacional. Além disso, destacou a importância de trabalhar em mecanismos de engajamento para promover um relacionamento mais inclusivo. Importa destacar que o Japão vai liderar a 8ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD-8), que será realizada na Tunísia nos dias 27 e 28 de agosto de 2022, com a participação de Chefes de Estado e de Governo de países africanos, bem

134

<https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-increase-renewable-energy-generation-reduce-carbon-emissions/>

como coorganizadores do União africana, Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial.

SADC inicia programa de apoio à construção da paz no norte de Moçambique¹³⁵

Desde 2017, Moçambique vive uma instabilidade sem tréguas na região Norte concretamente na Província de Cabo Delgado perpetrado por grupos liderados por jihadistas armados. Esta guerra, coloca milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Face a esta situação, a Missão da SADC em Moçambique (SAMIM) começou a implementar as iniciativas de Apoio à Construção da Paz na Província de Cabo Delgado, na parte norte do país. O Programa de Apoio à Construção da Paz da SADC visa melhorar os mecanismos de proteção social, lei e ordem, assistência humanitária e iniciativas de capacitação, que tem estado sob ataque de terroristas e extremistas violentos. Este Programa financiado pela União Europeia (UE) ao abrigo do Mecanismo de Resposta Antecipada da Comissão da União Africana em apoio à Moçambique irá, entre outros, melhorar a capacitação da polícia e dos serviços correcionais; os programas de desenvolvimento de habilidades para jovens e mulheres para sua inserção social.

A iniciativa procura pacificar a situação de segurança em Cabo Delgado, que continua relativamente calma, mas imprevisível devido à ameaça que as atividades terroristas representam. O Apoio à Construção da Paz da SADC à República de Moçambique segue-se à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC realizada a 23 de junho de 2021, que aprovou um mandato para implantar a Capacidade de Desdobramento Rápido da Força de Prontidão da SADC na Província. Após a implantação do SAMIM e a paz relativa em Cabo Delgado, existem agora várias atividades a serem realizadas através do programa de apoio à consolidação da paz.

As atividades preveem assistência humanitária e manutenção da paz multidimensional que envolve, entre outros, o envolvimento de civis para realizar medidas/programas de fortalecimento da confiança, visando enfrentar a desconfiança dentro das comunidades. Isto irá criar coesão para facilitar sinergias que irão promover a paz e a segurança e sustentar o desenvolvimento socioeconómico na Província de Cabo Delgado. A nível nacional, o Governo de Moçambique desenvolveu o Plano de Recuperação de Cabo Delgado (PRCD) em áreas afetadas pelo terrorismo. O Plano está organizado em três pilares, a saber, (a) assistência humanitária; (b) recuperação de infraestrutura; e (c) atividade económica e financeira. O Plano de Reconstrução em Cabo Delgado requer um orçamento estimado em 300 milhões de dólares americanos, dos quais 100 milhões de dólares já estão garantidos.

O esforço da SADC para capacitar a polícia civil e os serviços prisionais; manter diálogos com líderes civis para construir confiança entre os membros da comunidade; e iniciativas de empoderamento de jovens e mulheres para lidar com queixas relacionadas com a falta de oportunidades, ressoa com as medidas do Governo de Moçambique, SADC e União Africana para a prevenção e resolução de conflitos. A iniciativa de apoio à construção da paz integrará em todas as suas atividades questões transversais como a promoção dos direitos humanos, igualdade de gênero, democracia, boa governança, direitos da criança, direitos dos povos indígenas e sustentabilidade ambiental.

¹³⁵ <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-begins-peace-building-support-programme-northern-mozambique/>

O empoderamento de jovens inclui programas de treinamento e capacitação que cuidam da restauração e preservação do meio ambiente, como arborização e agricultura para a sustentabilidade ambiental. Jovens e mulheres serão submetidas a treinamento em conhecimentos e habilidades para capacitar vários projetos de desenvolvimento que podem ser realizados para se sustentarem. Essas questões são parte integrante das três áreas de foco propostas da iniciativa, a saber, (a) capacitação da polícia e dos serviços correcionais como instituições de aplicação da lei; (b) programas de empoderamento de mulheres e jovens para abordar a igualdade de gênero e a integração; e (c) diálogo com líderes civis adaptado à boa governação, ao Estado de direito e à participação das mulheres na tomada de decisões.

Na verdade, o processo de calar das armas em Moçambique principalmente na região norte, demanda o envolvimento de todas as forças vivas da sociedade, pois, para construir a paz, a polícia e as comunidades devem se envolver e falar a verdade, demonstrando respeito, criando transparência e corrigindo erros cometidos no passado. A polícia e as comunidades devem demonstrar lealdade ao seu país, fornecer resultados e lutar pela própria perfeição. Houve também a necessidade de as comunidades e policiais esclarecerem o que se espera deles na sociedade e enfrentarem a realidade da situação na região. Eles devem praticar ações responsáveis, ouvir um ao outro e cumprir as promessas, e ambos os lados devem fazer isso para um relacionamento sólido, que resultará em uma paz.

Ministros aprovam regulamento sanitário do COMESA¹³⁶

Os Ministros responsáveis pela saúde da região do COMESA adotaram Regras de Procedimento para orientar o estabelecimento de um balcão de saúde do COMESA e um comitê estatutário regional sobre questões de saúde, como resultado das recomendações da 42ª Reunião do Conselho de Ministros do COMESA havida em novembro de 2021. Nessa sequência, estão programados, reunião de comissões especializadas, compostos por peritos e especialistas das diversas áreas de saúde para desenvolver um plano para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19 e outras doenças.

Uma vez estabelecido, o Comitê de Saúde desenvolverá o Programa de Saúde COMESA e irá monitorar as práticas comerciais ilegais nos sectores médico e farmacêutico na região. O Projeto de Regras de Procedimento recentemente adoptado foi discutido e revisto por especialistas em saúde em consulta com outras Comunidades Económicas Regionais e parceiros como o CDC África da União Africana. Espera-se que o *COMESA Health Desk facility*, desenvolva políticas e quadros estratégicos para o sector da saúde, promova e coordene a implementação de programas de saúde, promova a pesquisa e compartilhe melhores práticas em saúde, promova a produção local de medicamentos, produza relatórios e reuniões de serviço dos Estados-Membros.

A Ministra da Saúde da Zâmbia, Sylvia Masebo, descreveu a proposta como a base sobre a qual o programa de saúde do COMESA será construído, depois dos impactos provocados pela Covid-19 o que permitirá à região lidar com doenças como malária, TB, hepatite e HIV/AIDS, câncer e questões de saúde materno-infantil e outras doenças que tiveram um impacto devastador na população da região do COMESA.

“Nós não podemos nos dar ao luxo de ser pegos de surpresa novamente”, ela enfatizou. *“Todos concordamos que é fundamental estabelecer mecanismos para prever e evitar possíveis desafios relacionados ao setor de saúde de nossa região. Da mesma forma, a necessidade de*

¹³⁶ <https://www.comesa.int/ministers-endorse-procedures-to-establish-comesa-health-desk/>

implementar a infraestrutura para coordenar nossas respostas a quaisquer riscos ou necessidades de saúde tornou-se uma questão de urgência”, disse Masebo durante a sua intervenção.

Ainda alertou aos Estados-Membros, para prestar atenção ao que as estatísticas indicam sobre a relação entre as economias e a doença, lembrando que a própria existência do bloco regional está ancorada na promoção do comércio. Um outro dado importante, é mostrado pelo estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional intitulado *'The long economic hangover of pandemics'*, ao questionar o impacto das pandemias do passado, chegou à conclusão de que as nações precisam de pelo menos 20 anos para se recuperar dos efeitos da desaceleração dos negócios que essas pandemias causam.

COMESA e Texas Agrilife Research reforçam pactos comerciais¹³⁷

A COMESA e *Texas A&M Agrilife Research* dos EUA, assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) em formato virtual (Lusaka, Zâmbia e Texas, EUA) para apoiar o gerenciamento de risco de micotoxinas envolvendo aflatoxinas e fumonisinas¹³⁸ para commodities e alimentos básicos. Este é um pilar fundamental do reconhecimento mútuo de certificados de análise entre os países. As aflatoxinas e fumonisinas são toxinas de ocorrência natural e compreendem questões sanitárias e fitossanitárias (SPS) chave de interesse comercial na região do COMESA. A colaboração COMESA-Agrilife também apoia as atividades técnicas no âmbito do projeto COMESA/*Alliance for a Green Revolution in Africa* sobre 'Aprimoramento do Comércio Regional de Commodities Agrícolas.

As principais áreas de cooperação relacionam-se com as Barreiras Não Tarifárias (NTBs) ao comércio, como as SPS e as Barreiras Técnicas ao Comércio (TBTs), que se estima representarem 70% das NTBs na região do COMESA. Entre eles estão sistemas de avaliação de conformidade inacessíveis e complicados, testes de laboratório, esquemas de certificação, inspeção, fiscalização do mercado e amostragem. Por meio da colaboração COMESA-Agrilife descrita no MOU, a aplicação da ciência regulatória ajudará a minimizar essas barreiras e aumentar a capacidade de medir e gerenciar o risco de aflatoxinas e fumonisinas.

Existe uma capacidade limitada de testes laboratoriais na região e pessoal técnico de laboratório competente e qualificado tanto no setor público quanto em pequenas e médias empresas (PMEs) para medir e gerir com precisão as micotoxinas. Para processar uma transação, os comerciantes nos Estados- do COMESA passam por procedimentos complicados na obtenção de documentos de medidas sanitárias e fitossanitárias, certificados de qualidade e outros documentos. Para Kapwepwe, os impedimentos mencionados, contribuem para o baixo comércio intrarregional no COMESA e afetando a competitividade da região em produtos agrícolas nos mercados doméstico, regional e internacional.

“As áreas de cooperação descritas no documento do MoU são muito críticas, pertinentes e oportunas, pois procuram abordar os principais desafios que os Estados-Membros do COMESA continuam a enfrentar, especialmente nos baixos níveis de comércio nos níveis regional, continental e global”, disse ela.

¹³⁷ <https://www.comesa.int/comesa-texas-agrilife-research-sign-pact-to-address-key-impediments-to-regional-trade/>

¹³⁸ Grupo de micotoxinas produzidas por *Fusarium verticillioides* e *F. proliferatum*, embora outras espécies de *Fusarium* também possam produzi-las. Estas micotoxinas são os efeitos agudos (exposição única), efeitos tóxicos em equinos e suínos e propriedades carcinogênicas (capaz de causar câncer (cancro, pt).

Em suas observações, o Dr. Lamb descreveu a parceria como uma tremenda oportunidade para facilitar o crescimento econômico na região, que o COMESA supervisiona, que beneficiará a população e os agricultores do Texas.

“Para nós, o envolvimento em um memorando de entendimento com o COMESA aumentará as capacidades de todos os países da região e ajudará também a Texas A&M Agrilife de várias maneiras para a segurança alimentar global e a segurança alimentar, que são realmente importantes para nós”, disse Lamb.

As áreas específicas de cooperação enunciadas no MoU incluem um regime regulatório orientado por correção para o comércio de produtos básicos seguros para aflatoxinas e fumonisinas (milho, soja, sorgo e amendoim) e o programa de Teste e Controle de Proficiência em Aflatoxina na África (APTECA). Os elementos da APTECA incluem capacitação por meio de uma estrutura de competências para reguladores, avaliação de conformidade por meio de rodadas de testes de proficiência (PT) e sessões de treinamento técnico.

A Europa se volta para o Atlântico III: a Guerra Fria repaginada

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A Cúpula da Otan de Madri, realizada nos últimos dias de junho, turbinou a perspectiva de defesa e segurança da região euro-atlântica e principalmente da Europa, a maior ameaçada pela guerra na Ucrânia depois do povo ucraniano. Deste evento histórico, este informe destacará: a aceitação das candidaturas de Finlândia e Suécia; a qualificação da Rússia como uma “ameaça direta” à segurança transatlântica e da China como um desafio aos interesses, segurança e valores da Otan; e a declaração de que o aprofundamento estratégico da parceria entre a China e a Rússia e suas tentativas de reforço mútuo para minar a ordem internacional baseada em regras vão contra os valores e interesses da Aliança militar.

Finlândia e Suécia tiveram suas candidaturas aceitas, porque a Turquia abriu mão de seu veto, em troca de contrapartidas negociadas. Uma delas é o desbloqueio da operação de compra de 40 caças F16 e outra é a extradição de “terroristas curdos”. Para se candidatar à Otan, os países nórdicos concordaram em não mais apoiar milícias Curdosírias. Vale ressaltar, contudo, que Finlândia e Suécia apenas iniciaram seu processo de adesão e ainda não são membros. A Turquia concordou com a aceitação de suas candidaturas, mas a concordância à adesão, vai depender do cumprimento dos compromissos acordados.

Em seu novo [Conceito Estratégico](#), os 30 Estados-membros da Otan, enfatizam que a guerra da Rússia contra a Ucrânia alterou gravemente o ambiente de segurança, e que não se pode descartar a possibilidade de um ataque contra a soberania e a integridade territorial em aliados. A Federação Russa é tida como a ameaça mais significativa e direta à segurança dos aliados e não pode ser considerada uma parceira. No entanto, os Estados-membros se declaram dispostos a manter canais abertos de comunicação. A Aliança não se considera uma ameaça para a Rússia e diz buscar estabilidade e previsibilidade na zona euro-atlântica e na relação com a Rússia. Qualquer mudança no relacionamento depende da Federação Russa interromper seu comportamento agressivo. Ou seja, a guerra continua...

A resposta é mobilizar mais armas, mais tropas e mais munições, posicionando-as nos países bálticos, protegendo a fronteira leste. O movimento que vem sendo chamado de otanização da Europa, pretende aumentar o atual contingente de 40.000 para 300.000 militares em estado de alerta e prontidão.

A China também é tida como um desafio aos interesses, segurança e valores da Aliança militar. O país é acusado de usar ferramentas políticas, econômicas e militares para aumentar sua presença global e seu projeto poder, mantendo-se opaco sobre sua estratégia, intenções e desenvolvimento militar; de controlar setores tecnológicos e industriais, infraestrutura crítica e materiais estratégicos e cadeias de suprimentos, usando sua alavancagem econômica para criar dependências estratégicas e aumentar sua influência; de se esforçar para subverter a ordem internacional baseada em regras, inclusive nos domínios espacial, cibernético e marítimo.

O aprofundamento estratégico da parceria entre a China e a Rússia e suas tentativas de reforço mútuo para minar a ordem internacional baseada em regras vão contra os nossos valores e interesses. Para atuar nesse desafio, o documento propõe trabalhar em conjunto com a China. Relação esta, que preocupa a União Europeia, que tem na China seu maior parceiro comercial. O termo “desafio” aplicado à China, foi o resultado de um balanço entre o tom estadunidense e o da UE, em especial da Alemanha.

Mas o endurecimento do discurso contra a China não é única questão que preocupa a Europa nesta reconfiguração de estratégia de defesa e segurança. Outra grande preocupação são as próximas eleições estadunidenses. Uma derrota de Biden em 2024, pode recolocar os republicanos no poder, esvaziando novamente a Otan. A autonomia estratégica europeia nunca foi tão importante...

Agora mais do que nunca, o alargamento da UE é desejado e foi objeto de [debate estratégico sobre a “Europa alargada”](#), organizado pelo Conselho Europeu. Neste contexto, os líderes da UE também discutiram uma proposta para lançar uma comunidade política europeia. O objetivo da “Europa Alargada” é oferecer uma plataforma de coordenação política aos países da Europa com os quais a UE mantém relações estreitas. Isso ajudará a promover a cooperação e abordar questões de interesse comum para fortalecer a segurança, a estabilidade e a prosperidade na Europa. Na mesma reunião, o Conselho Europeu decidiu conceder o [estatuto de país candidato à Ucrânia](#) e à República da Moldávia. A Comissão Europeia informará o Conselho sobre o cumprimento das condições especificadas e o Conselho decidirá sobre as novas medidas assim que todas estiverem satisfeitas.

OMS Europa e o surto da varíola do macaco na região

[No pronunciamento da quinzena](#) (1/7), Hans Kluge, o diretor regional, aborda o surto de Monkeypox na região europeia da OMS, onde os casos triplicaram. A Região Europeia continua no centro deste surto em expansão e para ele, a ação urgente e coordenada é imperativa para impedir que a doença se espalhe e reverter sua propagação.

Kluge diz que a rápida evolução e a natureza emergencial do evento significam que o Comitê de Emergência do RSI revisará em breve, a posição que aconselha que o surto nesta fase não deva ser determinado como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII). Enquanto isso, a OMS continua a avaliar o risco de varíola na região europeia como alto, dada a ameaça contínua à saúde pública e a rápida expansão da doença, com desafios contínuos dificultando a resposta e com casos adicionais sendo relatados entre mulheres e crianças.

Atualmente, a região europeia da OMS representa quase 90% de todos os casos confirmados em laboratório e relatados globalmente desde meados de maio, e desde o último pronunciamento, em 15/6, seis novos países e áreas – elevando o total para 31 – relataram casos de varíola dos macacos, com novos casos triplicando no mesmo período para mais de 4.500 casos confirmados em laboratório em toda a Região.

O Escritório Regional da OMS para a Europa (OMS Europa) e o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) estão emitindo boletins conjuntos semanais de vigilância da varíola, para resumir a situação e compartilhar uma análise regional. A maioria dos casos relatados até agora ocorreu entre pessoas entre 21 e 40 anos de idade, e 99% eram do sexo masculino. No entanto, um pequeno número de casos também foi relatado entre membros da família, contatos heterossexuais e contatos não sexuais, bem como entre crianças. Onde a informação está disponível, cerca de 10% dos pacientes foram internados para tratamento ou para fins de isolamento, e um paciente foi internado em uma UTI. Felizmente, não há relatos de pessoas mortas até agora. A grande maioria dos casos apresentou erupção cutânea e cerca de três quartos relataram sintomas sistêmicos, como febre, fadiga, dores musculares, vômitos, diarreia, calafrios, dor de garganta ou dor de cabeça.

Kluge agradeceu aos 26 países e áreas que enviaram informações detalhadas por meio do ECDC e da OMS Europa usando o Sistema Europeu de Vigilância (TESSy). Ressaltou que é

preciso continuar a examinar as informações com cuidado nas próximas semanas e meses, para entender melhor os riscos de exposição, apresentações clínicas em diferentes grupos populacionais e – principalmente – para identificar rapidamente quaisquer mudanças na trajetória do surto.

A OMS Europa está trabalhando com governos, ECDC e entidades da sociedade civil – incluindo o Summertime Pride e outros organizadores de festivais e eventos de massa. Reconhece como agravante do desafio, a estigmatização de homens que fazem sexo com homens em vários países, que muitos podem optar por não apresentar às autoridades de saúde, com medo de possíveis consequências. Para a Organização, as mensagens certas devem ser transmitidas da maneira mais compreensível e divulgadas às comunidades impactadas e ao público em geral. A OMS Europa e o ECDC emitiram orientações conjuntas sobre comunicação de risco, reuniões de massa e eventos de verão, e um kit de ferramentas para as autoridades locais de saúde, que será lançado em breve.

Kluge finaliza seu pronunciamento, enfatizando que os países devem aumentar a vigilância da varíola dos macacos, incluindo o sequenciamento, e obter a capacidade de diagnosticar e responder à doença. Os casos precisam ser encontrados e investigados por laboratório, e os contatos identificados para reduzir o risco de propagação. Anunciou que a OMS Europa está fornecendo testes e treinamento de diagnóstico associado a 17 Estados Membros e que já entregou quase 3.000 testes para 7 sete Estados-Membros, com outros em andamento. Finalmente, o diretor lembrou da importância da liderança e do compromisso político, assim como de investimentos sólidos em saúde.

A EMA e a vacina

A [Agência Europeia de Medicamentos \(EMA\)](#) por meio de seu Comitê de Medicamentos Humanos (CHMP), iniciou uma revisão de dados para estender o uso da vacina Imvanex contra varíola, para incluir a proteção de pessoas em risco contra a varíola dos macacos. Atualmente autorizada pela União Europeia (UE) para prevenção da varíola em adultos, a Imvanex é uma forma modificada do vírus vaccinia, relacionado com a varíola. A semelhança entre os vírus faz dela uma potencial vacina para a varíola do macaco.

Seu fornecimento é limitado na UE, que mira a vacina Jynneos, comercializada nos EUA, onde é autorizada para a prevenção da varíola. A revisão, segue uma recomendação recente da Força-Tarefa de Emergência (ETF) da EMA de que o Jynneos, produzido pela empresa dinamarquesa Bavarian Nordic, seja usado pelas autoridades nacionais europeias para grupos de risco, tendo em vista a limitação de fornecimento e o aumento das taxas de infecção por Monkeypox em toda a UE.

[De acordo com o Health Policy Watch](#), as preocupações com a propagação da varíola na Europa e outros países desenvolvidos, seguidas de medidas como as da EMA para se preparar para a vacinação de grupos de risco, desencadearam novas alegações de tratamento desigual entre autoridades de saúde na região da África, que conviveu com o vírus por anos sem nenhuma iniciativa de vacina proposta ou considerada até que o vírus começou a expandir seus limites.

Como visto, a quinzena foi movimentada e histórica para o continente europeu. A Conferência da Otan e seu novo Conceito Estratégico sugere uma retomada de tensões leste x oeste, que faz lembrar os tempos de Guerra Fria. A diferença é que a interdependência é muito maior atualmente e impede uma polarização mais direta com a China, principal parceiro

comercial da Europa. Neste sentido, em função de sua dependência de ambos, a Europa atua como neutralizador da disputa entre EUA e China. Em uma semana movimentada politicamente, o mundo assistiu a três importantes cúpulas mundiais: Otan, G7 e Brics. Novos contornos geopolíticos nos aguardam.

Há uma coisa boa na competição EUA e China: mais investimentos em áreas estratégicas para os países menos desenvolvidos

Lúcia Marques

*China pode não ser tão confiável quanto pensa ser, mas os EUA estão longe de conquistar a confiança das nações asiáticas como planeja.*¹³⁹

Se podemos tirar algo de bom da competição EUA e China é o aumento de investimentos em áreas estratégicas para saúde e futuro verde e para preencher lacunas em infraestruturas em países menos desenvolvidos da **Ásia Pacífico, Ásia Ocidental e África**, com o objetivo de “afastar a influência da China” no mundo em desenvolvimento. A vertente econômica dos EUA¹⁴⁰ de enfrentamento à Pequim foi ampliada e estendida: passa a envolver mais parceiros e aliados, bancos de desenvolvimento e organizações, agora com apoio das sete potências econômicas do G7 + União Europeia e vai contemplar também os países da África, visando “substituir” os investimentos chineses no continente. Aliás, China iniciou um trabalho de diplomacia para paz no Chifre da África e sua cúpula para paz e segurança¹⁴¹, no final de maio, chamou a atenção das sete potências e da OTAN¹⁴².

Desde o início de 2022, já foram lançados e divulgados vários planos e iniciativas desenvolvidas pelos EUA para a Ásia-Pacífico. Claro que a vertente segurança/militar dos EUA para o enfrentamento à China não desapareceu, pelo contrário – e a cúpula de líderes da OTAN, em Madrid, com a presença de nações aliadas do Indo-Pacífico como convidadas, deixou isso bem claro ao definir sua nova prioridade: Pequim representa “sérios desafios” à estabilidade global. Críticos a esse movimento ascendente da rivalidade, que pode evoluir para um conflito armado, não vêem o crescimento econômico da China como causador de instabilidade regional e global, ao contrário, a presença da OTAN pode aumentar a instabilidade, que já anda abalada

¹³⁹ Marques, L Ásia Pacífico discute segurança e resiliência em saúde e Oriente Médio debate mediação de conflitos e desenvolvimento sustentável. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. Centro de Relações Internacionais em Saúde. Cadernos CRIS - Fiocruz: [Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: número 11/2022: 07 a 20 de junho de 2022](#). Rio de Janeiro: Fiocruz/CRIS, junho 201p. (p. 193)

¹⁴⁰ A estratégia de Washington para combater a China no Indo-Pacífico tem duas vertentes: uma, focada na parceria econômica e para o desenvolvimento sustentável, com foco na saúde e tecnologia verde; outra, militar, com foco na paz e segurança, envolvendo o que os EUA chamam de “disputas regionais da China”: Taiwan ([Informe 3-2022, p. 114-124](#) e [Informe 8 - fevereiro 2022. P. 170-172](#). Mar Meridional da China, Xinjiang ([Informe 11-2022, p. 188](#)), Tibet, ações nas fronteiras com Índia e Rússia e na Península Coreana.

¹⁴¹ A Conferência China-Chifre da África sobre Segurança, Governança e Desenvolvimento na capital da Etiópia, Adis Abeba, sinalizou o esforço da superpotência para ganhar influência em uma região assolada por conflitos e questões de segurança. “Não discutimos um conflito específico (ou) disputa”, disse Xue Bing, o primeiro enviado especial de Pequim para a região. A conferência visou explorar como a China poderia desempenhar um papel mais importante na região, não apenas no comércio e investimentos, mas também na área de paz e desenvolvimento. Pequim está disposta a atuar como mediadora para resolver disputas regionais “Esta é a primeira vez que a China desempenha um papel na área de segurança”, acrescentou. <https://www.thejakartapost.com/world/2022/06/22/china-wants-bigger-role-in-horn-of-africa-security-envoy-.html>

¹⁴² O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, se comprometeu em Madri a oferecer mais apoio aos países da África diante do aumento da influência de China e Rússia na região, algo do qual a Espanha havia alertado. Durante a cúpula, discutiram sobre “como Rússia e China continuam buscando benefícios políticos, econômicos e militares em nossa vizinhança do sul”. Para OTAN, tanto Moscou como Pequim estão utilizando a influência econômica, a coerção e os enfoques híbridos para promover seus interesses na região.

pela presença cada vez maior de embarcações militares dos EUA, Reino Unido, França, Japão e Austrália no Mar Meridional da China. O professor e economista americano, Jeffrey Sachs,¹⁴³ [discorda](#) que a China represente um desafio aos valores, interesses ou segurança dos países da OTAN. “A China é quase um quinto da população mundial, uma grande civilização e com herança cultural e sabedoria que contribui notavelmente para toda a humanidade.” “Acho triste a declaração (da OTAN)”, complementou o professor, se referindo à nova diretriz aprovada para o próxima década, com foco na Rússia, mas também apontando o dedo para a China. Sachs enfatizou que o mundo precisa urgentemente retornar à diplomacia por meio do diálogo baseado no respeito mútuo e na humanidade comum, em vez de alianças militares, ameaças e conflitos e corridas armamentistas.

Para os EUA, levar o olhar sobre segurança da Organização do Tratado do Atlântico Norte para o Indo Pacífico é uma alternativa ao Quad, uma vez que, por pressão das nações do Indo-Pacífico e da ASEAN - que não veem com bons olhos a militarização na região - o Quadrilátero teve que abandonar – mas não totalmente - sua vertente segurança/militar e desenvolver grupos de trabalho para cooperação em saúde, infraestruturas e tecnologias verdes.

As iniciativas americanas para os LDC¹⁴⁴ - Ásia-Pacífico e África

As iniciativas americanas para a Ásia Pacífico se multiplicaram desde o início de 2022, quando entrou em vigor o maior acordo comercial do mundo – Iniciativa RCEP – Parceria Estratégica Regional Abrangente – concebida pela China - para livre comércio e cooperação multilateral, que tem a ASEAN e suas 10 nações como parceira, mais a Coreia do Sul, Austrália, Japão, China, Tailândia, Nova Zelândia e outros.

As iniciativas americanas têm como objetivo promover o comércio livre, apoiar o desenvolvimento de infraestrutura e reconstrução das cadeias de suprimentos e a expansão das oportunidades econômicas. O objetivo é trabalhar com parceiros com o intuito de fortalecer a resiliência às ameaças transnacionais ao clima e à saúde global, desenvolvendo metas para limitar o aumento da temperatura global a 1,5° C, reduzir as vulnerabilidades aos impactos climáticos e reforçar a segurança da saúde global.

Algumas ações se sobrepõem, outras se complementam. E vão desde uma nova cara para o Quad que, com Joe Biden, teve que ganhar características mais atrativas, para a além da segurança de navegação no Indo-Pacífico: recuperação econômica, combate à Covid-19, produção e distribuição de vacinas para a região e tecnologias emergentes para mudanças climáticas. O Quadrilátero formado pelos EUA, Austrália, Índia e Japão já estabeleceu vários grupos de trabalho para avançar nas prioridades dos 10 países aseanos e seus parceiros na região.¹⁴⁵ O vacina Quad já avançou para instalações de fabricação na Índia. Há outro grupo que lida com linhas de navegação verdes descarbonizadas no Indo-Pacífico, que usarão hidrogênio como combustível. O grupo de coordenação de infraestrutura Quad está analisando infraestrutura de qualidade na região. Essa evolução rápida do Quad para um quadrilátero focado em cooperação e desenvolvimento o afasta do perfil de mini OTAN regional e dá a ele

¹⁴³ Economista, professor da Universidade de Columbia, atuou como conselheiro de vários secretários-gerais das Nações Unidas. [Jeffrey Sachs](#) é um palestrante assíduo nos Seminários Avançados sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde, organizados pelo Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.

¹⁴⁴ Países Menos Desenvolvidos.

¹⁴⁵ Nova agenda do Quad - [Informe 11-2022, p. 189-192](#)

um perfil mais próximo da pacífica e despretensiosa ASEAN, cuja centralidade e seu jeito “aseano” tem mais a oferecer à Ásia do que uma aliança de segurança semelhante à OTAN.

Além do novo Quad, os EUA divulgou em fevereiro a [Estratégia para o Indo-Pacífico](#) americana, que tenta seguir a mesma ideia da Iniciativa Rota da Seda chinesa (*Belt and Road* – BRI), com foco no comércio e na cooperação, abordando preocupações regionais de longa data: **infraestrutura, descarbonização, energia limpa, combate à pandemia e fortalecimento da saúde global**. A estratégia descreve a visão do presidente Biden de ancorar mais firmemente os EUA no Indo-Pacífico e fortalecer a região no processo: transparência fiscal para expor a corrupção e impulsionar a reforma; avançar abordagens compartilhadas para tecnologias críticas e emergentes, internet e espaço cibernético; fortalecer as relações com os principais parceiros regionais, incluindo Índia, Indonésia, Malásia, Mongólia, Nova Zelândia, Cingapura, Taiwan, Vietnã e Ilhas do Pacífico; construir resiliência nas Ilhas do Pacífico; desenvolver novas abordagens para o comércio que atendam aos altos padrões trabalhistas e ambientais; avançar em cadeias de suprimentos resilientes e seguras que sejam diversas, abertas e previsíveis; fazer investimentos compartilhados em descarbonização e energia limpa; reduzir a vulnerabilidade regional aos impactos das mudanças climáticas e degradação ambiental; acabar com a pandemia de COVID-19 e reforçar a segurança sanitária global. Seu foco central é a colaboração sustentada e criativa com aliados, parceiros e instituições, dentro e fora da região. Leia mais no [Cadernos Cris Fiocruz - Informe 03 - 2022](#), p. 114-124. E sobre essa estratégia, cabe destacar a meta “fechar a lacuna de infraestrutura da região através do *Build Back Better World*¹⁴⁶ (Reconstrua Um Mundo Melhor) com parceiros do G7”. Esse projeto acaba de se transformar na iniciativa do grupo das sete potências para fazer frente à China: a [Parceria para Infraestrutura e Investimento Global/ \(PGII\)](#).

Já a Iniciativa Econômico Indo-Pacífico (IPEF, p. 166) lançada em final de maio, durante a viagem de Biden à Ásia, reúne 13 países para discutir um futuro econômico juntos. E inclui Índia - esta é a primeira vez que Nova Deli se aproxima de um arranjo econômico no Indo-Pacífico. O arranjo americano incluiu países da Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP), da China, incluindo sete países da ASEAN (ficaram de fora Camboja, Laos e Mianmar) e Índia. China está de fora, claro. Apesar da adesão, o IPEF não é um pacto comercial e não oferece acesso comercial ao mercado norte-americano. É essencialmente um instrumento que tenta elevar os padrões e a qualidade e segurança de tecnologias críticas. Sua estrutura se sobrepõe às preferências do Quad, que abrangem amplamente o clima, tecnologias críticas, semicondutores, infraestrutura de qualidade e lidar com o COVID-19.

Na cúpula das sete potências¹⁴⁷, neste final de junho, os EUA e os líderes do G7 + União Europeia, que contou com a presença de cinco países convidados, lançaram a [Parceria para](#)

¹⁴⁶ **Build Back Better World (B3W)** é uma iniciativa econômica pretendida pelos EUA e pré-anunciada no contexto do G7, em junho de 2021. Essa iniciativa dos EUA foi projetada para fazer frente à Iniciativa do Cinturão e Rota da China (BRI) para o desenvolvimento de infraestrutura de países de baixa e média renda. Liderada pelos Estados Unidos, a iniciativa busca atender aos US\$ 40 trilhões em infraestrutura necessários para os países em desenvolvimento até 2035. E visa catalisar o financiamento para infraestrutura de qualidade do setor privado e incentivará investimentos do setor privado que apoiem “clima, saúde e segurança sanitária, tecnologia digital e equidade e igualdade de gênero”. A iniciativa se baseia na [Blue Dot Network](#), uma colaboração cooptada que visa construir uma rede global por meio de financiamento baseado em empréstimos para construir estradas, pontes, aeroportos, portos e usinas de energia

¹⁴⁷ As maiores críticas ao G7 consideram que o grupo é culpado por problemas como a pobreza na África e nos países em desenvolvimento; pela política de comércio, aquecimento global, devido à não implementação de soluções eficazes para combater a emissão de monóxido de carbono, o problema do

[Infraestrutura e Investimento Global \(PGII\)](#) - “parceria de infraestrutura transparente, de alto impacto e orientada por valores para atender às enormes necessidades de infraestrutura de países de baixa e média renda.”¹⁴⁸ O projeto se baseia na iniciativa americana, o B3W, que havia sido anunciado no ano passado, e pretende ser uma alternativa à *Belt and Road Initiative* (BRI), lançada pela China, em 2013.

A China está abrindo novas rotas comerciais com sua BRI para a Europa, África, América Latina e Ásia e, assim, expandindo sua influência. Os países do G7 estão agora contra-atacando com uma iniciativa global de infraestrutura. Na promessa, os projetos do PGII serão focados no que os países precisam “sem serem ditados de fora. Serão mantidos em altos padrões para garantir que esses investimentos sejam conduzidos econômica e comercialmente e não levem a armadilhas da dívida”. Os EUA dizem que o esforço apoiado pelo G7 promove investimentos responsáveis que visam beneficiar as comunidades em que são feitas.¹⁴⁹

Os EUA já anunciaram que pretendem mobilizar US\$ 200 bilhões para o PGII nos próximos 5 anos por meio de doações, financiamento federal e alavancagem de investimentos do setor privado. Juntamente com os parceiros do G7, a América deve mobilizar US\$ 600 bilhões até 2027 em investimentos globais em infraestrutura. Os EUA e seus parceiros do G7 buscarão mobilizar capital adicional de outros parceiros com ideias semelhantes, bancos multilaterais de desenvolvimento¹⁵⁰, fundos soberanos e muito mais. Entre as primeiras iniciativas estão um investimento de US\$ 2 bilhões em fazendas solares em Angola, no sudoeste da África, US\$ 320 milhões para construção de hospitais na Costa do Marfim, na África Ocidental, e US\$ 40 milhões para promover o comércio regional de energia no Sudeste Asiático.

Saiba mais sobre a cúpula das sete potências e suas decisões no capítulo do G7, G20 e OECD deste informe, preparado por Pedro Burguer, Paulo Esteves e equipe.

CONFERÊNCIA GLOBAL DE SEGURANÇA DA SAÚDE 2022 - SINGAPURA

A permanência da Covid-19, com novas variantes do Sars-CoV-2 que surgem, e a ocorrência da varíola dos macacos em vários países ao redor do mundo demonstram que não se pode baixar a guarda. Devemos estar preparados para lidar com desafios futuros, e devemos aprender com as lições do passado enquanto lidamos com novas pandemias. Que, a cada vez, surgem com um intervalo de tempo mais curto, entre elas.

Esse foi o mote da Conferência Global de Segurança da Saúde, que aconteceu em Singapura, 29 de junho. A primeira conferência aconteceu em 2019, em Sidney, Austrália, e a pandemia atual nem se anunciava. Desde então, o mundo enfrentou a maior emergência sanitária da história.

AIDS, devido à severa política de patentes de medicações – e agora para a COVID-19. Os líderes do G7 são pressionados fazer face aos problemas que eles são acusados de criar. Outra crítica se refere a não-inclusão da China, a segunda maior economia do mundo, significando que o G7 não mais representa o poder econômico, mas interesses do grupo. A falta de representantes do hemisfério sul alimentam muitas críticas que afirmam que o G7, na verdade, só quer manter seu poder e influência sobre o mundo.

¹⁴⁸ <https://www.deutschland.de/en/news/g7-launches-global-infrastructure-initiative>

¹⁴⁹ [Atualizações ao vivo | Nações do G-7 buscam combater a influência chinesa | AP Notícia \(apnews.com\)](#)

¹⁵⁰ Devem participar os bancos: Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), que atua nos países Islâmicos, principalmente na região do Oriente Médio e Norte da África, [Banco Asiático de Desenvolvimento \(ADB\)](#), que atua na Ásia-Pacífico e Ásia Central, e o [Banco Africano de Desenvolvimento](#), que atua em 53 países da África; [Banco de Desenvolvimento da África Ocidental](#), de países francófonos e lusófonos. Todos esses bancos se relacionam com organizações internacionais e países de fora de suas regiões de origem.

O [discurso](#) de abertura do Ministro da Saúde de Singapura, Ong Ye Kung, traçou uma linha do tempo da pandemia, apontando as lições aprendidas, pontos positivos e críticas. A delegação americana foi chefiada por ninguém menos que o Secretário de Estado, Antony Blinken, que em seu [discurso](#), falou que a Covid-19 mostrou que segurança da saúde deve ser uma prioridade não apenas para os ministros da saúde, mas para a política interna e externa dos governos, e esses esforços devem ser integrados explicando assim, sua presença.

Uma pandemia é uma séria ameaça à segurança. Por ameaçar o funcionamento das cadeias globais de suprimentos, impedir a entrega de alimentos e itens essenciais, forçar o fechamento de fronteiras e suspender intercâmbio de pessoas, causar uma disputa global por vacinas e suprimentos médicos e provocar mais de seis milhões de mortes (esse número é subestimado pela falta de testagem e de dados registrados).

E a desigualdade de acesso às vacinas, falta de acesso a insumos para aplicação das vacinas e testagens foram lembradas pelo ministro Ong. “Com regiões no mundo com acesso limitado a vacinas e população sub-vacinada corremos o risco de o vírus sofrer pressão evolutiva e se transformar em algo com o qual não podemos lidar que nos leva de volta à estaca zero.”

Ong destacou que agrupamentos regionais, seja no Sudeste Asiático, América Latina, Sul da Ásia ou África podem desempenhar um papel importante para servir como uma ponte entre os países e a comunidade global. Como região, os países podem elaborar soluções mais rapidamente, como facilitar a circulação de mercadorias para quem precisa na região e facilitar ensaios clínicos ou agilizar aprovações regulatórias, para que as vacinas possam chegar ao mercado mais rapidamente.

No discurso, Blinken falou que as condições que darão origem a futuras pandemias – urbanização, mudanças climáticas e globalização – continuam a ser as realidades do mundo em que vivemos. Falando em segurança global da saúde, lembrou que até que todas as regiões e países do mundo tenham as capacidades locais para montar uma resposta adequada para detectar vírus mortais e aumentar sua imunidade populacional, nossa resposta coletiva está incompleta e seremos derrotados pelo elo mais fraco. Que uma abordagem eficaz é uma abordagem inclusiva e equitativa – porque, como a disseminação do Covid-19 demonstrou, uma fraqueza em qualquer elo da cadeia global nos coloca em maior risco. Quando se trata de preparação e resposta pandêmica, a desigualdade fomenta a vulnerabilidade.

E acrescentou ainda, que a abordagem eficaz também é uma abordagem *one health* – porque a saúde das pessoas, dos animais e do nosso ambiente compartilhado está cada vez mais conectada. “Não podemos mais tratar nossos esforços de preparação pandêmica como separados daqueles para enfrentar a crise climática ou para preservar a extraordinária biodiversidade do nosso planeta.”

Blinken falou sobre a importância da reforma do Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI) e na urgência de se desenvolver um instrumento internacional para apoiar a prevenção, preparação e resposta pandêmicas mais rápidas e eficientes. Elogiou (autoelogio) as emendas propostas pelos EUA para reforma do RSI. Mas o olhar dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos não é o mesmo. E Bangladesh fez questão de declarar durante as discussões sobre as emendas durante a Assembleia Mundial da Saúde que o novo documento havia deixado de fora as preocupações e realidades dos países menos desenvolvidos.¹⁵¹

¹⁵¹ [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 10-2022, p. 136-137](#)

O Ministro de Singapura encerrou seu discurso falando sobre o mundo globalizado que vivemos: problemas globais que precisam de soluções globais. “Devemos abraçar o bem e o mal de um mundo interconectado e mutuamente dependente e fazer o melhor dele.” Salientou que corrupção, ganância, políticas pobres e instituições fracas estão muitas vezes no centro dos problemas sociais, mas a globalização muitas vezes leva a culpa desproporcional.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA E OUTRAS POLÍTICAS

Indonésia participa da cúpula do G7 como presidente do G20 e como membro do GCRG/ONU

A Indonésia participou da cúpula do G7 como um dos cinco países convidados a acompanhar os trabalhos das sete maiores economias do mundo. Enquanto presidente do G20, Indonésia levou para a cúpula a missão de garantir que os esforços de recuperação global não sejam torpedeados pelos excessos do conflito russo-ucraniano¹⁵². O presidente indonésio, Joko Widodo, pediu aos líderes do grupo que garantam que as sanções à Rússia não afetem os suprimentos de alimentos e fertilizantes. E lembrou que o mundo também precisa lidar com as questões climáticas globais. Ele também reiterou ao G7 sua [agenda e prioridades para o Grupo dos 20: Recuperar Juntos, Recuperar Mais Forte](#), que se concentra na Saúde Global; Transformação Digital; e Transição Energética, que visa promover uma recuperação equilibrada da economia global; resiliência e estabilidade do sistema financeiro e monetário global; e crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Depois de participar da cúpula do G7, que aconteceu na Alemanha, Widodo, viajou para Ucrânia, onde se encontrou com o presidente, Volodymyr Zelenskyy¹⁵³. Em seguida, viajou para Moscou para uma conversa com Vladimir Putin.¹⁵⁴ Widodo se ofereceu para ser uma ponte diplomática entre as duas nações. O presidente indonésio entregou uma mensagem do presidente ucraniano ao líder russo.¹⁵⁵

Com o presidente russo, a conversa foi sobre os problemas globais de abastecimento de alimentos provocados pela falta dos fertilizantes russos e do trigo ucraniano. Putin disse que Rússia está pronta para atender a demanda da Indonésia por fertilizantes e que pretende honrar suas obrigações sob contratos de fornecimento de energia, alimentos e fertilizantes no exterior. Jokowi também disse que a Indonésia continuará a cooperação com a Rússia. Os dois presidentes participaram de uma coletiva.

Putin já recebeu o líder da Indonésia algumas vezes ao longo desses quatro meses de guerra. A Rússia busca se voltar para a Ásia e a África desde o início das sanções ocidentais. A Indonésia está se preparando para sediar uma cúpula do G20, em Bali, em novembro, e já enviou o convite para Moscou, que ainda não confirmou a participação de Putin.

Joko Widodo é um dos seis líderes mundiais que as Nações Unidas nomearam para compor o Grupo Global de Resposta a Crises (**GCRG**, em inglês)¹⁵⁶, formado em março de 2022

¹⁵² <https://www.thejakartapost.com/world/2022/06/29/jokowi-talks-climate-change-food-security-at-g7-summit.html>.

¹⁵³ <https://www.thejakartapost.com/world/2022/07/01/president-jokowi-wraps-up-russia-ukraine-peace-mission.html>.

¹⁵⁴ <https://www.thejakartapost.com/world/2022/06/30/jokowi-talks-about-food-fertilizer-supply-with-putin.html>

¹⁵⁵ <https://www.thejakartapost.com/world/2022/07/01/president-jokowi-says-delivers-zelenskys-message-to-putin.html>.

¹⁵⁶ [Grupo global de resposta a crises - Nações Unidas](#)

para enfrentar a ameaça de fome e miséria representada pela guerra na Ucrânia. Widodo disse que está comprometido em combater o aumento dos preços de alimentos e energia.

Os outros cinco líderes do GCRG são a Primeira-ministra de **Bangladesh**, Xequê Hasina, a Primeira-ministra de **Barbados**, Mia Mottley, a Primeira-ministra da **Dinamarca**, Mette Frederiksen, o chanceler **alemão**, Olaf Scholz, e o presidente do **Senegal**, Macky Sall. O GCRG ajudará os tomadores de decisão a mobilizar soluções e desenvolver estratégias para ajudar os países a enfrentar a crise interligada com alimentos, energia e finanças. Além dos seis líderes, as organizações, agências e escritórios do sistema ONU e os bancos de desenvolvimento da Ásia, África, Interamericano, Islâmico e Mundial integram o grupo de 38 membros.¹⁵⁷

O GCRG já produziu dois relatórios. O [Resumo NS GCRG Nº 2](#), lançado em junho, sobre os custos e a urgência que o impacto global da guerra na Ucrânia podem causar sobre a vida bilhões de pessoas ao redor do mundo – a crise não está concentrada em uma única região. O documento analisa as consequências e quais das três dimensões afetam as regiões com os países mais vulneráveis à crise: África Sub Saariana, a Região MENA, a Europa Oriental e Ásia Central, a Ásia Sul, a Ásia Sudeste e Pacífico e a América Latina e Caribe.

O [Resumo Nº 1 da ONU GCRG](#) publicado em abril de 2022, que analisa as três dimensões da crise e o impacto global da guerra na Ucrânia sobre os sistemas de alimentos, energia e finanças; o documento faz recomendações para as três dimensões.

O terceiro Briefing GCRG da ONU se concentrará na transformação do sistema de energia e está previsto para julho ou agosto de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto do G7 para a Ásia-Pacífico e continente africano para investimentos em infraestrutura diz que levou em conta o que os países beneficiados querem: construção de estradas, pontes, aeroportos, portos e usinas de energia. Mas é exatamente esse o foco da BRI chinesa. Aos beneficiários, o projeto do G7 diz que não haverá armadilha de dívidas; aos investidores, promessa de retorno financeiro. Resta saber se os projetos são realmente estruturantes.

O que os países da Ásia e da África querem? Na Assembleia Geral das Nações Unidas, na COP15, na COP26, em 2021, nos fóruns regionais preparatórios para o *High-Level Political Forum*¹⁵⁸, na Assembleia Mundial da Saúde 2022¹⁵⁹ e até mesmo no Diálogo de Shangri-la, sobre segurança, as nações da Ásia Pacífico, Ásia Central, Ásia Ocidental e África repetiram e frisaram o que precisam para enfrentar as múltiplas crises, que nos últimos anos foram agravadas com a pandemia da Covid-19. Avançar na Agenda 2030 já exigia mais investimentos em novas tecnologias não poluentes, em resiliência para desastres climáticos, em capacitação para as novas tecnologias, em fortalecimentos dos sistemas de saúde para lidar com os desastres e com as mudanças epidemiológicas, decorrentes do envelhecimento populacional, entre outras. Em vários países da região MENA, somam-se a esses desafios, os conflitos que destroem estruturas e ambientes (estradas, plantações, instalações de saúde e de saneamento e água, etc), que

¹⁵⁷ [GCRG Members \(un.org\)](#)

¹⁵⁸ Veja aqui os documentos finais dos Escritórios Regionais da Comissão Econômica e Social da ONU para África (ECA) [Microsoft Word - ECA Input to the thematic review of 2022 HLPF Rev18022022 FINAL \(un.org\)](#), para Ásia-Pacífico (ESCAP) e para Ásia Ocidental (ESCWA), que abrange os países árabes da África [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 7-2022, p.133-145.](#)

¹⁵⁹ [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 10-2022, p. 132-144](#)

deslocam pessoas e geram milhões de refugiados. E a pandemia desacelerou e, em muitos países, fez retroceder, os avanços nos ODS;

O que eles realmente querem? Não só acesso a investimentos, mas também acesso às tecnologias – patentes e transferência de tecnologia. A declaração de Bangladesh sobre as emendas aprovadas do RSI alerta que o olhar impresso nos novos adendos é dos países desenvolvidos. Roga que a secretaria olhe para as divergências vindas dos países em desenvolvimentos e menos desenvolvidos, pois elas refletem a realidade desses países. E para que as decisões atendam a todos, essas divergências, que são preocupações desses países, não podem ser ignoradas. Por exemplo, destacou que o parágrafo 33 (emenda do RSI) que se refere ao fortalecimento do processo para alocação mais justa de vacinas, diagnósticos e a terapêutica exige abordagens de negócios, no qual, “os apelos feitos pelos países em desenvolvimento em vários fóruns, inclusive no WGPR, estão aparentemente ausentes.” Argumentou que a “questão do acesso equitativo a ferramentas de resposta a emergências de saúde poderia ter sido bem refletido.” Bangladesh alertou ainda que “seria enganoso alterar o RSI com foco apenas na pandemia da COVID-19. Seria conveniente levar em consideração as emergências de saúde para garantir a saúde de todos em todos os lugares.” Lembra que o aparecimento da varíola dos macacos, “em várias coordenadas do mundo, manifesta um aspecto muito importante: a doença pode nos infectar independentemente de nossa condição socioeconômica, perfil econômico e a força macroeconômica de nossos países.

E sobre segurança alimentar, outra preocupação urgente dos países nas regiões observadas, o G7 propôs formar uma Aliança Global para a Segurança Alimentar e espera neutralizar uma grave crise de abastecimento consequência da guerra na Ucrânia.¹⁶⁰ A aliança visa fornecer financiamento adicional e garantir uma coordenação estreita das medidas de segurança alimentar, que contará com parceria do Banco Mundial e prevê que rodadas de doadores sejam organizadas para fornecer ajuda financeira. A crise provocada pela guerra já está atingindo os países que dependem da importação de alimentos, de fertilizantes e de energia, da região MENA (Oriente Médio e Norte Africano), onde estão os países vulneráveis às mudanças climáticas extremas e conflitos, principalmente, mas também da Ásia-Pacífico, região de países que vivem o estresse hídrico e climático, com enchentes e monções.¹⁶¹

Na Ásia-Pacífico, países produtores e exportadores de alimentos já estão segurando a exportação (grãos, óleo, frango) para evitar a escassez – a Índia acaba de sofrer perda de parte da safra de trigo por conta das altas temperaturas que atingiram a região rural e suspendeu a exportação.¹⁶² Isso terá consequências. Portanto, a ajuda deverá trabalhar a diplomacia alimentar, além do financiamento para aquisição de alimentos.

¹⁶⁰ <https://www.deutschland.de/en/news/alliance-for-food-security-launched>

¹⁶¹ Marque, L. Insegurança alimentar nas Regiões Mena e Ásia Pacífico se agrava com a guerra. *In: Cadernos CRIS-Fiocruz - Informe 6* – 2022, p. 133-145.

¹⁶² https://www.thejakartapost.com/business/2022/05/16/wheat-prices-hit-record-high-after-indian-export-ban-.html#google_vignette

Um mundo, muitos perfumes

André Costa Lobato

Hong Kong (algo como 'porto perfumado') comemorou no último 1 de julho os 25 anos de seu retorno a 'pátria-mãe'. As comemorações deste ano tiveram mais simbolismo porque foi a primeira vez que Xi Jinping saiu da China continental desde que janeiro de 2020. John Lee foi empossado como chefe do executivo.

A cidade é o maior símbolo das derrotas militares sofridas pela China durante as Guerras do Ópio, que começam em 1839. Essencialmente, os britânicos necessitavam vender ópio para ter moeda para importar produtos manufaturados chineses. Medidas sanitárias proibiram o consumo de ópio, o que levou os britânicos a invadirem o país. Na primeira guerra, Hong Kong foi tomada. Na segunda, houve um grande saque em Pequim. O país já estava sendo invadido pelas marinhas de Itália, Estados Unidos, da Terceira República Francesa, Austro-Húngara, Japão, Alemanha, Rússia e Reino Unido desde 1900. Os acordos não são considerados legítimos pela Nova China. Em 1972 - portanto um ano após o reconhecimento de Pequim como capital da China pela Assembleia Geral das Nações Unidas - a representação chinesa pediu que Macau e Hong Kong fossem retirados da lista de "territórios coloniais". Na narrativa chinesa, os territórios nunca foram colônias.

Até 1997, salvo um curto período de ocupação japonesa, Hong Kong foi ocupada e controlada por um governador nomeado pela coroa britânica. Após 1997, um colégio eleitoral aponta um chefe do executivo. O número de delegados do colégio vem crescendo desde então e hoje está em 1500. Há ainda um parlamento unicameral, com votos por distrito.

Há vários filmes a respeito do período de ocupação, em que os chineses eram considerados cidadãos de segunda classe em sua terra nativa. "A Fúria do Dragão" (1972) é um dos mais famosos e a cena com a placa "não são permitidos chineses e cachorros" uma das mais icônicas. O filme produzido em Hong Kong se passa na Xangai dos anos 1940. Lee destrói a placa com um chute. Um chute arriscado para Margareth Thatcher, que presidia o parlamento britânico durante a guerra de 1982 pela continuidade da ocupação das Malvinas, na costa Argentina. Já naquela época, o Reino Unido não possuía condições de sustentar um conflito com a China.

No caso de Hong Kong, um dos três tratados foi assinado como uma forma de aluguel válido por 99 anos. Em 1984 um tratado foi assinado para a transferência pacífica não só do território 'alugado', mas também das demais áreas obtidas em perpetuidade pela coroa britânica. Em chinês, o processo é conhecido como 'retorno', em inglês, como 'entrega'.

Não era uma entrega que os britânicos estavam muito inclinados a fazer. A cidade chegou a representar quase 25% do PIB de toda a China. Boa parte do volume financeiro da abertura de Deng Xiaoping passava pela ilha. Com o avanço da industrialização e o crescimento econômico da China continental, a parcela do PIB que a cidade representa foi diminuindo e hoje é inferior as cidades vizinhas de Shenzhen e Guangzhou e metade do de Xangai em poder de compra. Ainda assim, o PIB nominal é maior do que de São Paulo.

Um país, dois sistemas

É comum que a imprensa ocidental monitore os acontecimentos de Hong Kong como um contrato descumprido pelos chineses. Com a incorporação, a sensação de perda fica, é claro, com os antigos dominadores. Por isso, é natural que, principalmente, EUA e Reino Unido

constantemente critiquem a China pela má aplicação de seu processo de integração nacional pelo simples motivo de que isso representa uma perda significativa de suas próprias vantagens nacionais.

O mais comum desses erros é a interpretação de que cabe aos britânicos julgar os termos do princípio de “um país, dois sistemas” como se este fosse parte do Tratado Sino-Britânico. Entretanto, “um país, dois sistemas” é um princípio constitucional da República Popular cujo objetivo é justamente incorporar os territórios disputados de Hong Kong, Macau e Taiwan. Como, em 1984, reconheceu Thatcher em Pequim ao assinar o acordo para a transferência em 1997:

“Gostaria de prestar homenagem aos líderes da China pela visão de futuro da sua abordagem às negociações. O conceito de “um país – dois sistemas”, preservando dois sistemas políticos, sociais e econômicos diferentes dentro de uma nação não tem precedentes. Oferece uma resposta administrativa e imaginativa às circunstâncias históricas especiais de Hong Kong. O conceito é um exemplo de como problemas aparentemente intratáveis podem e devem ser resolvidos”, disse Thatcher em 1984. A alternativa, disse ela numa coletiva na época, era “um futuro totalmente desconhecido”.

Além do retorno pacífico de territórios ocupados pelas forças imperialistas durante os cem anos de humilhação, é preciso reconhecer que Pequim busca explorar as vantagens e aprendizagens estratégicas dos distintos sistemas. No caso de Hong Kong, finanças e direito civil devem ser destacados. No primeiro caso, já foi explicitado em documentos do partido a necessidade de aprimorar o conhecimento e a sofisticação dos instrumentos financeiros por sua capacidade de gestão dos fatores de produção. No segundo caso, na governança de contratos entre pessoas e organizações. Em ambos, a luta jurídica e financeira que define, por exemplo, a guerra comercial e as sanções unilaterais contra o país, o mundo das patentes e a formação de mercados prósperos e inovadores. São elementos cruciais do processo de globalização.

Xi Jinping, chefe do partido, do estado e do exército, foi a cidade afirmar que a fórmula funciona, deve ser respeitada e traz benefícios para ambos os sistemas.

Ao retorno da soberania chinesa sobre os territórios se soma a expansão da voz chinesa no cenário internacional, cada vez mais proativa e propondo conceitos endógenos de governança global. Entre os exemplos recentes, a proposta de expansão dos Brics e de duas iniciativas de desenvolvimento e segurança globais. Os líderes da China, cada vez mais descentes da capacidade dos países ocidentais de liderarem o processo de globalização, reforçam o desenvolvimento como uma prioridade e buscam dar fim à noção de superioridade militar automática das potências ocidentais.

Dessa forma, Pequim dá continuidade ao seu discurso histórico de ser um país em desenvolvimento, mas se coloca também como um protagonista em um mundo multipolar onde não há um único sistema em possível, mas vários. O mundo é um só, mas as fragrâncias e idiosincrasias de cada território são variadas.

Resposta da Administração Biden-Harris para o controle da pandemia da COVID-19 e a melhoria dos sistemas de saúde e de segurança sanitária nas Américas

Luiz Augusto Galvão

Durante a Cimeira das Américas a administração dos EUA apresentou uma proposta para a região atuar frente à tragédia da pandemia da COVID-19 que matou de mais de 2,7 milhões de pessoas ou mais de 40% das mortes registradas mundialmente. A Cimeira analisou a resposta à pandemia que revelou a existência de brechas importantes nos sistemas de saúde desde o nível local até o nível da governança regional e global da saúde. Foi reconhecido a importância de sistemas de saúde fortes e resilientes para toda a população como base para a segurança sanitária e a preparação e resposta a futuras crises sanitária, incluindo as futuras pandemias.

O Presidente Biden apresentou e teve o apoio dos líderes das Américas para adotar um novo "Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas." O Plano de Ação se propõe a estabelecer colaboração regional para prevenir, preparar e responder a futuras ameaças pandêmicas e outras emergências de saúde pública, ampliando a prestação equitativa de serviços de saúde e outras atividades relevantes à saúde pública, com especial atenção às populações remotas, vulneráveis e marginalizadas.

Para apoiar a implementação do Plano de Ação a Administração Biden criou o "Americas Health Corps ou Força de Saúde das Américas", o qual será implementado em conjunto com a Organização Panamericana da Saúde (OPS) e que se concentra em fortalecer os recursos humanos de saúde, incluindo o treinamento de 500 mil trabalhadores nos próximos cinco anos. O objetivo da Força de Saúde Pública das Américas será o de fortalecer os sistemas de saúde em toda a região melhorando a transparência, a responsabilidade e a coordenação regional com governos, setor privado e sociedade civil. Essa iniciativa também está alinhada com a outra iniciativa Global do Governo Biden conhecida como a Iniciativa Global dos Trabalhadores em Saúde.

Os líderes da Região se comprometeram tomar ações para que o plano esteja totalmente em vigor até 2030, o que vai requerer a coordenação entre os governos, o setor privado e a sociedade civil. Para facilitar essa articulação a Administração está pronta para lançar o Diálogo Economia e Saúde das Américas, e espera trabalhar com os ministérios da Saúde e da Economia para criar e implementar o Plano de Ação em coordenação com o setor privado e a sociedade civil. Seus esforços fortalecerão os sistemas públicos de saúde e saúde, considerarão como tornar o acesso aos serviços públicos de saúde e cuidados de saúde mais equitativos e melhorarão a prevenção, preparação e resposta da pandemia, ao mesmo tempo em que aumentam a resiliência econômica na região.

Fortalecimento da Força de Trabalho em Saúde: O Governo dos EUA pretende continuar e expandir os investimentos na força de trabalho em saúde, que é central para fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde. O Governo dos EUA e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) lançaram o Americas Health Corps — Fuerza de Salud de las Americas — que fornecerá treinamento básico e especializado para 500.000 profissionais de saúde pública, ciência da saúde e medicina em toda a região dentro de cinco anos. Em consonância com a Iniciativa Global de Trabalhadores em Saúde da Administração Biden-Harris, o Americas Health Corps apoiará a expansão e a formação de uma força de trabalho robusta, resiliente e altamente qualificada, capaz de fornecer serviços de saúde para todos os segmentos da sociedade. O

Americas Health Corps funcionará como um consórcio e será parceiro de instituições acadêmicas nos Estados Unidos e em toda a região das Américas para alavancar e expandir os programas de treinamento existentes do governo dos EUA e da OPAS. Servirá como uma oportunidade de trabalhar em conjunto na promoção da próxima geração de líderes globais da força de trabalho em saúde, identificando, orientando e capacitando profissionais e agentes comunitários de saúde, o que fortalecerá e ampliará a capacidade do sistema de saúde e o acesso equitativo aos sistemas de saúde da região.

Resposta COVID-19 dos Estados Unidos nas Américas

À medida que as Américas enfrentam um ressurgimento dos casos de COVID-19 e a ameaça de novas variantes, o governo dos EUA continua comprometido em acabar com a fase aguda da pandemia COVID-19 e promover a recuperação na região. Durante a Segunda Cúpula Global COVID-19, em 12 de maio de 2022, o governo dos EUA reiterou seu compromisso de colocar tiros em armas, melhorar o acesso a testes e tratamentos, proteger a força de trabalho da saúde e financiar e construir segurança sanitária para futuras pandemias e outras crises de saúde. A Cúpula arrecadou mais de US\$ 3,2 bilhões em novos compromissos, mas ainda há lacunas significativas.

- **Vacinação das Américas:** Em apoio ao esforço global para vacinar 70% da população em todos os países, o governo dos EUA doou mais de 65 milhões de doses de vacinas COVID-19 para países da América Latina e Caribe e investiu mais de US\$ 94 milhões em assistência complementar para ampliar o acesso às vacinas COVID-19 e garantir uma entrega segura, distribuição, e administração dessas vacinas. Como parte de toda a Iniciativa governamental para o Acesso Global às Vacinas (VAX Global), os Estados Unidos continuarão a ajudar a garantir a vacinação de populações elegíveis, com ênfase em países onde a cobertura permanece bem abaixo da média regional, por:

- Aproveitando investimentos de longa data do governo dos EUA em saúde, como o Plano de Emergência para o Alívio da AIDS (PEPFAR) do presidente dos Estados Unidos, para fortalecer os sistemas necessários para a entrega de vacinas e para obter vacinas em armas;
- Estabelecer locais de vacinação, incluindo unidades móveis, para ampliar o acesso às vacinas;
- Combate à desinformação e desinformação para aumentar a confiança e a demanda por vacinas — incluindo entre grupos rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores da saúde, onde a hesitação pode permanecer alta; e
- Avaliando a eficácia das vacinas e programas de vacinação.
- Salvando Vidas Agora: A COVID-19 continua a afetar a região da América Latina e do Caribe.

A região tem sido uma das mais atingidas pelo vírus, com mais de 40% do total de mortes de COVID-19 relatadas globalmente, apesar de ter sido apenas 8% da população mundial. O governo dos EUA está acumulando décadas de investimentos nos sistemas de saúde da região. Isso inclui:

- Esforços contínuos para detectar e caracterizar novas variantes do vírus que causa o COVID-19; e
- Fomentando laços mais estreitos com outros parceiros nas Américas, incluindo a OPAS, a Agência de Saúde Pública do Caribe e os Diretores Médicos dos países.

Fortalecimento da Segurança Global da Saúde nas Américas: A administração Biden-Harris entende que a saúde de um deles está diretamente ligada à saúde de todos. É por isso

que os Estados Unidos estão comprometidos em continuar a se envolver com parceiros em todas as Américas para fortalecer nossa segurança global em saúde por:

- Ampliando o número de especialistas dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC) em terra no Escritório Regional do CDC América do Sul e através de um novo Escritório Regional do CDC América Central e caribenha no Panamá, e o aumento do engajamento com organizações regionais, incluindo o detalhamento de funcionários para a Agência de Saúde Pública do Caribe (CARPHA);
- Ampliação dos programas globais de segurança sanitária da USAID e do pessoal para sete países da América do Sul, América Central e Caribe, conforme solicitado no Orçamento do Presidente;
- Expandindo o compromisso do governo dos EUA com a Agenda Global de Segurança da Saúde (GHSA) adicionando a Guatemala como um país de apoio intensivo, um grupo de países que o governo dos EUA prometeu ajudar a cumprir a meta abrangente do GHSA 2024;
- Diversificar as cadeias de fornecimento de saúde pública por meio de engajamentos bilaterais e regionais e apoiar a capacidade regulatória para uma resposta mais rápida e ágil às futuras bioessões.

Esses esforços coletivos serão complementados pela expansão de programas de segurança em saúde, incluindo:

- Fortalecimento das redes de vigilância, laboratórios e modernização de dados na América do Sul e Central por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública;
- Melhorar a detecção e a resposta a doenças infecciosas, apoiando a vigilância aguda de doenças febris e aumentando a capacidade de vigilância genômica na América Central e do Sul;
- Construindo parcerias na Costa Rica e além para implementar um sistema de alerta precoce de dengue baseado no clima através do centro regional de ciência do Estado e bolsistas de ciência da Embaixada;
- Fortalecimento de parcerias com organizações privadas, não governamentais e internacionais para melhorar a segurança global em saúde em países de apoio intensivo e em toda a região;
- Identificar e engajar novos parceiros para ingressar no GhSA Legal Preparedness Action Package para construir capacidades nos países para mapear, desenvolver, refinar e utilizar marcos legais e autoridades para se preparar e responder a emergências em saúde; e
- Explorando o desenvolvimento de uma Rede Universitária de Saúde Da América do Sul através do centro regional de ciências do Estado para a América do Sul e seu programa de Science Fellows da Embaixada.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Celia Almeida - Pesquisadora Sênior da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Eduardo Nilson, *Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília*

Erica Ell, *Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento*

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luis Fiori - Professor emérito de economia política internacional e de ética internacionais do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, PEPI da UFRJ; e do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada, NUBEIA da UFRJ

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Karinne Marieta Carvalho

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Luana Bermúdez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Manuel Mahoche

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI)* pela PUC-Rio e bacharela em *Ciência Política (UNIRIO)*

Patricia Lewis Carpio - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais*, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Santos Rodrigues - graduado em *Relações Internacionais* e bolsista da *Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)*

Vitória Kavanami - Mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI)* pela PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **54** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **13** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 07 de julho – Cúpula das Américas: Saúde e outras dimensões

Dia 13 de julho – Economia e saúde

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 12/2022

Período de 21 de junho a 04 de julho de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 06 de julho de 2022

213 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.